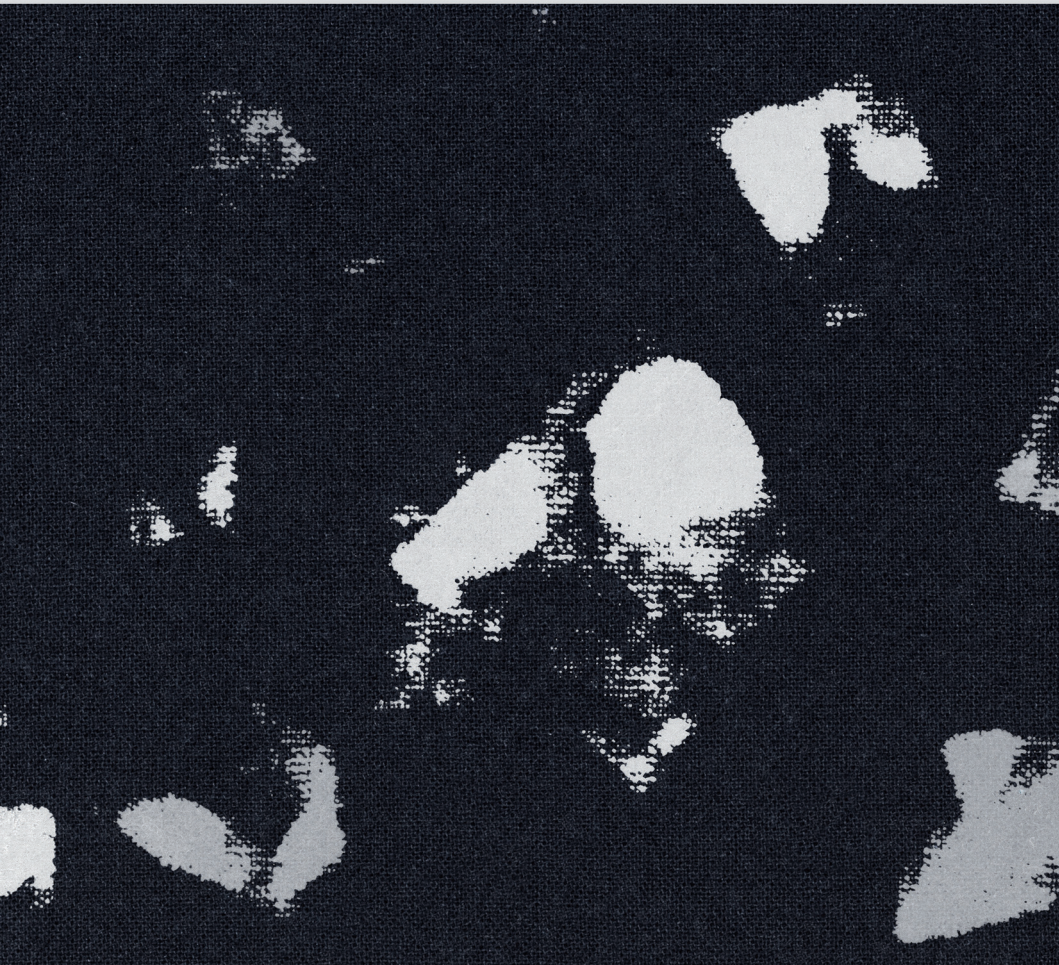
Estados capitalistas de exceção

Vera Lucia Vieira, Jussaramar da Silva
y Lisandro Cañón

Compiladores



Estados capitalistas de Exceção

LAGO EDITORA

Estados capitalistas de exceção / Jorge Olguín Olate ... [et al.] ; Compilación de Lisandro Cañón ; Vera Lucia Vieira ; Jussaramar da Silva. - 1a ed. - Ciudad de Córdona : Lago Editora, 2025.
440 p. ; 20 x 14 cm. - (amperios ideas)

ISBN 978-987-8976-85-3

1. Terrorismo de Estado. I. Olguín Olate, Jorge II. Cañón, Lisandro, comp. III. Vieira, Vera Lucia, comp. IV. da Silva, Jussaramar, comp.
CDD 363.3251

Edición gráfica: Carolina Ellenberger
Edición: Alejo Carbonell

©Lago editora 2025
© Lisandro Cañón ; Vera Lucia Vieira ;
Jussaramar da Silva 2025
ISBN 978-987-8976-85-3

LAGO EDITORA
Río Negro 512, Córdoba.
lagoeditora@gmail.com
fb: Edit Lago
Ig: editoriallago

Queda prohibida la reproducción total o parcial de esta obra, por cualquier medio o procedimiento, sin permiso previo del editor y/o autor.

Libro de edición argentina

Estados capitalistas de Exceção

compiladores:

Vera Lucia Vieira, Jussaramar da Silva
y Lisandro Cañón

AMPERIOS IDEAS

Índice

Entre a legalidade e a exceção: a permanência da violência estatal no capitalismo dependente 9
Lisandro Cañón, Vera Lucia Vieira, Jussaramar da Silva

El proceso constituyente de la dictadura civil militar chilena, 1973-1980 29
Jorge Olguín Olate

O terrorismo de Estado no Brasil: autocracia, superexploração e racismo (1964-85) 61
Maria Aparecida de Paula Rago
Maria Goreti Juvencio Sobrinho

Violência de Estado no Ceará, o luto e a luta das mães das vítimas na chacina da grande Messejana (2015-2023) 101
Maria Elizabeth Cosmo Melo

Gênero e Colonialidade na Ditadura Militar Brasileira: Experiências e Narrativas Indígenas 141
Alex Bruno Feitoza Magalhães

Ditadura e estado de direitos - padrões de violações e abusos de legalidade 169
Vera Lucia Vieira

Transição autoritária no Brasil – 2014 a 2022 203
Gabriela Azevedo e Adriano Amaral

Vía chilena al Estado de Excepción. Análisis teórico del concepto y del proceso a la luz de las experiencias de la Unidad Popular chilena 243
István Szilágyi

Operações midiáticas a serviço do golpe estético: o engendramento da desinformação e do medo como forma de submissão da classe trabalhadora 277
Alessandra Chélest

Sistemas de comunicação para controle de classe: o caso da Itaipu binacional (1974-1983) 311
Jussaramar da Silva

Entre a Brigada Político Social e o Servizo de Información da Garda Civil. Redes múltiples, paralelas e (non sempre) amigas. 1952-1979 351
Jessica Nogueira Castro

O imperialismo e o Estado brasileiro durante a ditadura civil-militar (1964-1985) 387
Vanessa Campos Costa

Sobre os autores 433

Entre a legalidade e a exceção: a permanência da violência estatal no capitalismo dependente

Lisandro Cañón, Vera Lucia Vieira, Jussaramar da Silva

O volume que ora apresentamos reúne trabalhos apresentados durante o V Encuentro Internacional da Rede de Estudos Estado de Exceção e Terrorismo de Estado – REDET – acontecido entre 2 e 6 de setembro de 2024 na Universidade de Santiago de Compostela, campus de Lugo.

Nosso encontro proporcionou um momento rico de exposições e discussões, reunindo pesquisadores de diversas partes do mundo interessados em refletir sobre os Estados de Exceção e o Terrorismo de Estado. Ainda que a capacidade humana de compreender a realidade tenha se ampliado, paradoxalmente, cresce também a concentração de riqueza nas mãos do capital financeiro –o mais estéril e individualista dos capitais, incapaz de abarcar os sentidos profundos do ser humano. Como já apontavam Marx e Engels em *A Ideologia Alemã* (1845–1846), essa contradição revela os limites de uma racionalidade que, ao mesmo tempo que se expande, se distancia da essência coletiva e histórica da humanidade.

Essa dinâmica se intensifica no contexto do capitalismo tardio, em que a financeirização da economia converte o capital em um mecanismo autorreferencial, voltado menos para a produção de bens e mais para a especulação e a valorização fictícia. Tal processo reforça o que Karl Polanyi (1944) denominou de "desencaixe" (*disembedding*): a economia deixa de

estar subordinada às necessidades sociais e passa a subordinar a própria vida social à lógica do mercado.

Ao mesmo tempo, a racionalidade instrumental, descrita por Max Weber (1922) e criticada por Habermas (1999), consolida-se como paradigma dominante, reduzindo a razão a um cálculo de meios e fins, desprovido de orientação ética ou emancipatória. Essa racionalidade, que deveria ampliar as possibilidades humanas, converte-se em um dispositivo de controle e exclusão, naturalizando desigualdades e obscurecendo a dimensão histórica e coletiva da existência.

Em síntese, a expansão do conhecimento técnico-científico não se traduz automaticamente em emancipação social; ao contrário, quando capturada pela lógica do capital financeiro, ela aprofunda a alienação e fragiliza os vínculos comunitários, instaurando um horizonte em que a vida humana é medida pelo valor de troca e não pelo valor de uso, pela acumulação e não pela solidariedade.

Conforme a dinâmica adotada nos encontros anteriores, estes são precedidos de estudos teóricos (workshops) que contribuem para embasar os textos finais, apresentados após os debates ocorridos durante o encontro, criando-se, assim, condições de produção de textos que tenham uma coerência interna, embora tratem de temas distintos entre si.

A preocupação central do trabalho aqui desenvolvido é a de tratar das questões relacionadas ao Terrorismo de Estado e dos Estados de Exceção do ponto de vista teórico e dos impactos relacionados às realidades subjacentes em que estão inseridos os pesquisadores em seus trabalhos.

Trata-se de problematizar e aprofundar evidências da forma pela qual o Estado capitalista se coloca, as formas cruentas pela

qual ele se apodera das finanças, modos de expropriação de terras, de mais-valia e toda a soma de violências praticadas, seja analisando as teorias inerentes a tais questões, seja apresentando as evidências de que tais formas se travestem nas realidades encontradas no mundo.

Os autores que congregam este volume se debruçaram sobre realidades, nas quais as evidências demonstram uma realidade bastante importante de ser discutida, visto que se desdobram em elementos de longa duração em diversos casos. Há evidências de continuidades das formas violentas dos Estados, ou de manutenção de formas de Estado de Exceção para populações marginalizadas socialmente e ainda pouco vislumbradas em debates acadêmicos. Também é importante mencionar que tais estudos ajudam a perceber as novas formas que os Estados vêm assumindo nos últimos anos, com o incremento de discursos de ódio, destruição de direitos e solapamento de conquistas.

Dentre essas evidências destacamos as que estão contidas nos textos que compõem este livro e que, direta ou indiretamente, questionam a viabilidade da vigência de formações sociais ou propostas de desenvolvimento mais independentes do atual capitalismo dependente e subordinado, responsável pela atrofia que configura a maior parte do capitalismo nos países latino-americanos. É nesse contexto que se inscrevem os capítulos que compõem este volume, cada um oferecendo uma lente particular sobre os modos como o Estado de Exceção e o Terrorismo de Estado se manifestam, se perpetuam e se transformam nas diferentes realidades analisadas, contribuindo para o aprofundamento teórico e empírico das questões que nos convocam.

É neste sentido que interpretamos o artigo de Vanessa Campos Costa intitulado "O imperialismo e o Estado brasileiro durante a ditadura civil-militar (1964-1985)", no qual a autora argumenta que o golpe de 1964 e o Estado ditatorial alinharam a economia nacional ao capitalismo monopolista e ampliaram a subordinação do Brasil aos EUA, combatendo tendências nacionalistas e trabalhistas. Respaldada na teoria do imperialismo como fase avançada do capitalismo (Lênin, 2011), a autora defende uma abordagem multifacetada para o golpe, considerando dinâmicas internas e externas e o posicionamento das burguesias internas em resposta às demandas imperialistas. Finaliza demonstrando como a documentação revela a ditadura brasileira (1964-1985) sob a ótica do imperialismo, e como tais evidências nos ajudam a compreender como, nas transições ditatoriais para as normas "democráticas" na América Latina, são mantidas as regras de exceção. Seu texto praticamente tem continuidade nos dois apresentados a seguir e que, a nosso ver, demonstram a inviabilidade de propostas que promovam qualquer alteração na forma autocrata do liberalismo em curso.

Assim é que, embora o texto de István Szilágyi intitulado "De la vía chilena al Estado de Excepción. Análisis teórico del concepto y del proceso a la luz de las experiencias de la Unidad Popular chilena", traga apenas a experiência chilena, uma rápida consulta à historiografia revelará o quão similar foram os desfechos de tentativas de reformas que, criminalizadas pelos autocratas de cada país, resultaram na sua derrocada e deram o mote para os golpes ditatoriais, em que pesem as diferenças circunstanciais. É neste sentido que lemos o texto de Szilágyi que analisa os quatro experimentos de modernização no Chile do século XX e início do XXI. À luz das ações desenvolvidas

pela Unidade Popular na reorganização do sistema político e econômico do país, o autor demonstra como o conceito de Estado de Exceção adveio como resposta à crise de hegemonia e legitimidade da Unidade Popular. A crise estrutural do modelo de Estado de Compromisso e Desenvolvimentismo levou à ascensão de Eduardo Frei e, posteriormente, à Unidade Popular (UP) de Salvador Allende em 1970. O programa da UP, pontua o autor, conhecido como "via chilena ao socialismo", buscava uma sociedade mais justa e igualitária dentro dos marcos democráticos, com reformas consideradas revolucionárias e nacionalizações.

No entanto, o golpe militar de 1973 interrompeu esse processo, instaurando um Estado de Exceção e um novo modelo de modernização conservadora e neoliberal, com o qual a experiência chilena demonstra a fragilidade da via pacífica ao socialismo e a influência de fatores internos e externos na sua derrota.

Instaurada as ditaduras, são postas em prática as regras que consolidam o controle social que atinge todos os nexos de que se compõem a sociabilidade, em particular o composto pelos trabalhadores cuja organização vinha em um crescendo, com a unificação de várias de suas pautas. Fosse nas fábricas, nos canteiros de obras, nas comunidades, tal unificação tornou a classe trabalhadora um dos primeiros alvos da repressão, seguido das lideranças dos partidos políticos, estudantes, estendendo-se a muitos outros segmentos de classes.

Para tanto, foram construídos, em cada particularidade do continente, aparelhos repressivos sobre as quais a produção historiográfica tem se debruçado com bastante acuidade. Mas, a cada momento de novas pesquisas, uma nova faceta desses aparelhos se revela.

É o que, por exemplo, se depreende do artigo de Jussaramar da Silva, denominado "Sistemas de comunicação para controle de classe: o caso da Itaipu Binacional (1974-1983)". De sua pesquisa, a autora conclui que as Assessorias de Segurança da Itaipu Binacional, desde o interior do sistema repressivo para controle da classe trabalhadora, funcionaram não só como sistemas de comunicação internos em consonância com o país que integrava o consórcio (Paraguai). Também as conexões repressivas existiam em todas as empreiteiras que compunham o Consórcio Unicon (União de Construtoras), com extensões para outras empresas do Brasil e do exterior. A autora centrou sua análise nas evidências documentais encontradas em acervos dessa binacional relativos ao período de 1974 a1983. Demonstra ainda que tais padrões estão calcados em doutrinas para situações de guerras, gestadas internacionalmente, para controle da população que se levantava contra dominações imperialistas. Operavam com instrumentos padronizados, os quais serviam para justificar as práticas do terrorismo de estado. Essa orquestração centralizada da comunicação difundia também o medo ante a "ameaça comunista", através da difusão de informações.

Os resultados dessas novas pesquisas demonstram uma outra dimensão das estratégias repressivas, ainda mais sublinear e pouquíssimo analisada. Sob o titulo "Operações midiáticas a serviço do golpe estético" Alessandra Chélest explora as transformaçôes do campo sensível da sociedade pela subordinação do campo midiático às ideologias da ditadura. A autora expõe como signos e símbolos culturais foram ressignificados, alterando a percepção da realidade social em consonância com a lógica ditatorial. Partindo de uma perspectiva marxista, o texto demonstra

como o resgate da ontologia do ser social, centrada na categoria trabalho, oferece bases para compreender a subjetividade individual e a reconfiguração dos campos sensíveis na sociedade. Essa reconfiguração resulta na permissividade de segmentos da população às ações terroristas do Estado, mesmo aquelas que os atingiam diretamente, como se sua visão de mundo estivesse fragmentada. Importa destacar que estamos tratando das décadas de 1970 e 1980, período anterior à disseminação de conceitos como *fake news* ou pós-verdade, o que torna ainda mais significativa a eficácia simbólica dos regimes em moldar consensos e naturalizar a violência institucionalizada.

Tais aparatos, estratégias e táticas revelam as similaridades do modus operandi de ditaduras em regiões do Cone Sul, mas faltava-nos ainda exemplificar quais populações, fora do universo dos trabalhadores e dos segmentos organizados, foram atingidas pelo terrorismo de estado. Nesse sentido, a texto de Alex Bruno Feitoza Magalhães, denominado "Gênero e Colonialidade na ditadura militar brasileira: experiências e narrativas Indígenas", analisa como o Estado de Exceção (1964-1985) perpetuou violências coloniais, agrárias, burguesas e de gênero contra os povos indígenas. A utilização de teorias como a de María Lugones (2008), Rita Segato (2012) e Julieta Paredes (2008) permitiu ao autor explorar as narrativas testemunhais do povo originário Aikewara, de etnia da família Tupi-Guarani que habita o sudeste do estado do Pará, especialmente na Terra Indígena Sororó, e refletir sobre a "subsunção colonial-ditatorial", ou sobre as "reinvenções ditatoriais da lógica colonial", focando no controle dos corpos e suas implicações de gênero e evidenciar a colonialidade de gênero em regimes autoritários. Práticas estas que não cessaram com o término daquele Estado de Exceção.

Do exposto até o momento e o que se depreende da historiografia que versa sobre a amplitude dos temas até aqui tratados explicitam as regras dos estados de exceção que ensejam os terrorismo de Estado através de ditaduras. As múltiplas e crescentes práticas, a partir das quais os analistas abstraem as mais diversas teorias ainda estão longe de serem explicitas. Mas pelo menos um aspecto salta aos olhos: a evidência de que, quando associadas às doutrinas de guerra aplicas no combate ao "inimigo interno", a capacidade genocida através de massacres atinge sua plena potência, dada a impunidade e o poder plenipotenciário que as forças armadas adquirem.

Isso não ocorre apenas nas regiões da periferia do capitalismo, mas também em regiões que estão em seu centro, como é o caso da Espanha franquista. Neste sentido trazemos o trabalho de Jessica Nogueira Castro, apresentado sob o título "Entre a Brigada Político Social e o Servizo de Información da Garda Civil. Redes múltiples, paralelas e (non sempre) amigas. 1952-1979", que caracteriza o regime franquista, focando nas práticas repressivas da Brigada Político Social (BPS) e da Dirección Xeral de Seguridade (DXS) na Espanha (1952-1979). A autora demonstra como o objetivo dos militares sublevados era a eliminação moral e física de grupos sociais definidos como "inimigos de Espanha". Descreve um sistema judicial complexo, militar e civil, que resultou em milhares de condenações e assassinatos, além de execuções extrajudiciais.

O caso é que, nas particularidades das ditaduras latino-americanas aqui analisadas, tais regras do terrorismo se entranham de tal forma na estrutura do poder que se torna impossível sua eliminação ao término dos regimes e na restauração das democracias liberais. Configuram-se, assim, democracias

restringidas –ou constitucionais apenas em aparência– pautadas pela lei, mas não aplicadas como *jus regis* nem extensivas a toda a população, dada a determinação estrutural do capitalismo, conforme indicado no início desta apresentação. Diferentemente do que ocorreu em parte da Europa, como no caso da Espanha pós-franquista, onde a redemocratização permitiu certa ampliação de direitos e garantias, na América Latina consolidaram-se democracias tuteladas, marcadas pela permanência de dispositivos autoritários e pela subordinação às exigências do capital transnacional.

Nessa lógica o texto de Gabriela Azevedo e Adriano Amaral denominado "Transição Autoritária no Brasil – 2014 a 2022" analisa, respaldas no conceito benjaminiano de Estado de Exceção a transição no Brasil entre 2014 e 2022, que caracterizam como autoritária. Os autores argumentam que, para os oprimidos, o Estado de Exceção é a regra, questionando a ideia de normalidade normativa e a continuidade de direitos em Estados modernos. O texto descaracteriza uma suposta linearidade histórica de progresso, enfatizando que as suspensões de garantias se sobrepõem no tempo e no espaço, sem constituir uma evolução. Baseados na definição benjaminiana de Estado de Exceção, o qual questiona a "normalidade" normativa dos Estados modernos, tornando-se o Estado de Exceção a regra para os oprimidos, manifesta através de diversas violências.

Como que dando continuidade a estes argumentos, o texto de Vera Lucia Vieira, "Ditadura e estado de direitos - padrões de violações e abusos de legalidade", identifica a permanência do "Estado de Exceção" e "terrorismo de Estado" no Brasil até os dias atuais, comparando a violência institucional da ditadura com a das forças policiais durante a vigência da denominada

democracia restringida. A autora teoriza sobre a similaridade dos padrões de violação de direitos, que levam à criminalização de populações vulneráveis, justificando a suspensão do estado democrático de direito para esses grupos. Menciona ainda que a maioria dos estudos associa o Estado de Exceção à tomada de poder estatal, indicando uma crítica a essa *abordagem clássica* e buscando autores que demonstrem a suspensão de regras democráticas sem golpes, mas centrados nas evidências de que, em formações capitalistas atróficas, subordinadas, dependentes, os preceitos do liberalismo subsumem às regras do Estado de Exceção.

Por tal continuidade é que não causa estranheza que a transição das ditaduras para as democracias constitucionais tenha sido gestada no interior mesmo da exceção, conforme o demonstra Jorge Olguín Olate em "El proceso constituyente de la dictadura civil militar chilena, 1973-1980". O pesquisador analisa o processo constituinte da ditadura civil-militar chilena (1973-1980), geralmente datado do discurso de Pinochet em 1977 e argumenta que o trabalho constitucional era silencioso desde 1973 e, desde aí, os setores conservadores já defendiam a violação dos direitos humanos para manter a ordem. Para Olate, o processo constituinte deve ser compreendido numa perspectiva mais ampla, incluindo as razões jurídicas-políticas e culturais que justificaram ações de terrorismo de estado que marcaram o período e que justificaram a repressão. O autor desafia a historiografia tradicional ao propor que o processo constituinte da ditadura chilena se iniciou silenciosamente em 1973. Ele argumenta que os setores conservadores já justificavam violações de direitos humanos para manter a ordem, demandando uma análise mais ampla que incluísse as razões jurídicas-políticas e culturais por trás das ações do regime.

A comprovação da vigência de tais assertivas em outros países da região se consolidou apenas recentemente. Neste sentido o ineditismo do texto de Maria Elizabeth Cosmo Melo que, não só demonstra como tais práticas são recorrentes ainda atualmente, como as analisa em uma região do país com pouquíssima visibilidade historiográfica, em que pese sua importância econômica e cultural no cenário nacional. As evidências da continuidade da exceção no trato para com as populações em estado de vulnerabilidade, descartáveis por onerarem o estado e por não terem potencial de consumidores nos moldes do capitalismo, emergem em seu texto intitulado "Violência de estado no Ceará, o luto e a luta das mães das vítimas na chacina da Grande Messejana (2015-2023)". Cosmo Melo aborda a recorrência da violência de Estado nessa região, respaldada no conceito de "estado de exceção permanente" de Giorgio Agamben (2004) para situar as periferias como territórios em que ainda vige a suspensão de direitos. Utiliza-se da "escrevivência" de Conceição Evaristo (2020) que lhe permite dar voz às vítimas e vincular a escrita às experiências vividas pelos atingidos pela Chacina da Grande Messejana (2015), região composta por vários bairros localizados na zona sul do município de Fortaleza. Foca no luto e na luta das mães das vítimas. Entrelaçando as experiências cotidianas da violência em favelas, destaca a constante ameaça que os assombra, advinda, tanto de grupos rivais em disputa pelo controle do mandonismo naquele território, quanto da polícia. Pautada pela teoria da necropolítica de Achille Mbembe (2016), Cosmo demonstra como o Estado, seja através de sua ausência no provimento do acesso aos bens públicos, ou pelo apoio às violências policiais, decide quem pode viver ou morrer, usando, entre outros mecanismos, o racismo como ferramenta de controle.

Já o texto de Maria Aparecida de Paula Rago e Maria Goreti Juvencio se desdobram na forma de estruturação do capital no Brasil a partir de 1964. A leitura inicia-se com um apanhado da forma pela qual se consolidou as reformas impostas a partir do golpe, os desdobramentos e formas de exclusão das classes trabalhadoras no processo da consolidação da ditadura, destacando as nuances das divergências internas dos grupos no poder. E é justamente no problema central da classe trabalhadora que as autoras centram no debate da organização e luta do movimento negro durante a ditadura empresarial-militar, vendo a centralidade do problema da dupla subordinação de trabalhadores e trabalhadoras negras a partir de sua condição racializada. E, por fim, avançam para as condições que se mantiveram no pós-ditadura, como traço do modelo econômico que a ditadura produziu no Brasil e que manteve a base socioeconômica excludente, que afeta especialmente os trabalhadores e trabalhadoras racializados.

Neste cenário de recrudescimento das formas de dominação, revela-se com nitidez a plasticidade do Estado capitalista em sua capacidade de reorganizar a violência –simbólica, jurídica, econômica e física– segundo as exigências da acumulação. A exceção, longe de representar um desvio, atua como elemento orgânico da engrenagem capitalista, especialmente nas periferias do sistema-mundo, onde a vida é hierarquizada, descartada ou instrumentalizada conforme sua utilidade para a reprodução do capital.

A análise aqui proposta não se limita à denúncia moral da violência estatal: busca compreender suas raízes materiais e ideológicas, as continuidades históricas e as metamorfoses contemporâneas que a sustentam. O Terrorismo de Estado, como

se evidencia nos estudos reunidos, opera não apenas como mecanismo repressivo, mas também como dispositivo de reorganização da hegemonia, combinando destruição física, colonização dos sentidos, captura da subjetividade e produção de consensos em contextos de profunda desigualdade.

É nesse ponto que a crítica marxista se mostra insubstituível: ao recolocar o trabalho como categoria fundante da vida social, desvela os mecanismos pelos quais a alienação converte-se em naturalização da barbárie e a exploração em destino inevitável. A ontologia do ser social, resgatada como chave interpretativa, ajuda a compreender por que setores inteiros da população, mesmo sendo alvos diretos da violência estatal, permanecem presos a uma visão fragmentada do mundo, incapaz de articular sua dor à totalidade do processo histórico.

Os textos aqui reunidos revelam como o Estado de Exceção e o Terrorismo de Estado se perpetuam, colocando em xeque a própria noção de democracia nas sociedades capitalistas contemporâneas. A chamada democracia liberal, sustentada por um formalismo jurídico e institucional, aparece como forma sofisticada de dominação de classe –uma ditadura burguesa revestida de pluralismo.

O sufrágio universal, os parlamentos, os tribunais e os direitos civis são conquistas formais que, embora relevantes, funcionam dentro de um enquadramento que preserva a intocabilidade da propriedade privada dos meios de produção. A igualdade jurídica entre cidadãos não se traduz em igualdade material: o trabalhador e o capitalista votam, mas não compartilham o mesmo poder social. Nesse sentido, a democracia liberal é, de fato, uma democracia restrita aos proprietários –um arranjo político que mantém a hegemonia burguesa sob a aparência de participação popular.

A legalidade democrática converte-se, assim, em mecanismo de legitimação da violência estrutural, da expropriação permanente e da marginalização de amplos setores sociais. Não se trata de uma realidade oposta à exceção, mas de uma forma que a abriga de maneira dissimulada e a aciona quando necessário.

A crítica marxista, ao historicizar as formas políticas e vinculá-las às estruturas econômicas, demonstra que a democracia, no capitalismo, não é um fim em si mesma, mas instrumento de manutenção da hegemonia de classe. O Estado, longe de agir como árbitro neutro, atua como comitê executivo dos interesses burgueses, como já afirmava Marx no *Manifesto Comunista* (1848). E, quando esses interesses são ameaçados, a fachada democrática cede lugar ao aparato repressivo sempre latente.

Esse tipo de dominação mostra-se particularmente eficaz porque articula coerção e consenso. A legalidade democrática viabiliza a repressão aos movimentos sociais, a criminalização da dissidência e a preservação da ordem, ao mesmo tempo em que oferece canais institucionais para uma expressão controlada do conflito. Quando esses canais se mostram insuficientes, o Estado lança mão de recursos excepcionais: golpes, estados de emergência, leis antiterrorismo, militarização, garantia de lei e ordem, dentre outras formas excepcionais. A exceção, assim, manifesta-se como continuidade oculta da ordem vigente, emergindo de modo explícito quando a estabilidade da acumulação entra em risco.

Nas periferias do sistema-mundo, essa contradição assume contornos mais agudos. A democracia liberal nunca se implantou de forma integral nos países dependentes, onde as instituições são frágeis, os direitos aplicam-se de forma seletiva e o Estado administra a subordinação ao capital transnacional.

Para amplos segmentos –pobres, indígenas, negros, migrantes, dissidentes–, vigora um regime de exceção permanente, e o Terrorismo de Estado constitui prática recorrente, não episódio isolado.

Ao historicizar a forma democrática e articulá-la à estrutura econômica, a crítica marxista evidencia que a emancipação política não virá apenas da ampliação dos direitos formais, mas da transformação radical das relações sociais. Uma democracia substantiva exige superar a propriedade privada dos meios de produção, dissolver o Estado enquanto instrumento de classe, e construir formas coletivas de autogoverno. Trata-se de romper com a democracia burguesa, e não simplesmente reformá-la.

Sob essa perspectiva, o Estado de Exceção deixa de ser entendido como ruptura pontual da legalidade e passa a ser visto como técnica regular de governo, ativada sempre que os mecanismos de consenso falham e a dominação de classe requer a intervenção direta da força. Em outras palavras, a exceção constitui regra latente sob o capitalismo.

Tal lógica manifesta-se com especial clareza nas zonas periféricas do sistema-mundo, onde a militarização da vida cotidiana, a criminalização da pobreza, o encarceramento em massa, os desaparecimentos forçados e a violência policial sistemática expressam uma legalidade seletiva que protege o capital e reprime qualquer contestação à sua hegemonia.

A exceção, portanto, não se limita ao plano jurídico –ela molda a própria forma de vida sob o capitalismo, determinando quem vive, quem morre, quem pode falar e quem deve ser silenciado. Como observa Achille Mbembe (2011) em sua teoria da necropolítica, o poder moderno não governa apenas pela vida, mas também pela morte: decide quais corpos são

descartáveis, quais territórios podem ser devastados, quais subjetividades devem ser eliminadas. O Estado de Exceção, assim, transforma-se em instrumento de gestão da morte a serviço da reprodução do capital.

Nos regimes pós-ditatoriais latino-americanos, essa lógica permanece sob novas roupagens. A transição democrática não desmontou os aparatos repressivos, mas os reconfigurou. As polícias seguem militarizadas, o sistema judicial conserva práticas autoritárias e o discurso da segurança nacional é reciclado para justificar a repressão a movimentos sociais, a perseguição a lideranças populares e o controle de territórios estratégicos para o capital. A exceção se institucionaliza, convertendo-se em componente estrutural da normalidade política.

A crítica marxista mostra que essa incorporação da exceção ao funcionamento ordinário do Estado cumpre função decisiva para a dominação de classe. Garante que, mesmo sob aparência de legalidade, o aparato estatal siga operando como instrumento de repressão e expropriação. Não se trata de distorção acidental da democracia: é a sua essência oculta. Por isso, superar a exceção implica não apenas reformar leis, mas romper com a própria forma política do capitalismo, erguendo uma sociabilidade nova, na qual a vida não esteja subordinada à lógica da acumulação, mas organizada segundo princípios de igualdade, solidariedade e emancipação.

É nesse horizonte que este volume se inscreve: como uma contribuição teórica e empírica para a crítica radical das formas políticas contemporâneas, para o desvelamento das continuidades entre ditadura e democracia, e para a construção de uma práxis que não se contente com reformas superficiais, mas que almeje a superação da ordem vigente. Os capítulos que se

seguem são testemunhos dessa inquietação, dessa recusa à acomodação, e dessa aposta na transformação.

Isso posto, esperamos que o leitor possa, após a leitura da presente obra, dialogar com os autores, em grande maioria, jovens doutores que têm trazido para os encontros, o resultado de suas recentes pesquisas, através das quais se conectam com a produção historiográfica já consolidada.

Como se observa na síntese dos textos que ora apresentamos, não se omitiu a diversidade de conceituações subjacentes às abordagens dos autores pois, conforme apontado no início, este livro se configura como um texto em debate.

Referências

Agamben, G. (2004). *Estado de excepción* (F. Costa & I. Costa, Trans.). Adriana Hidalgo Editora. (Serie Homo Sacer II,1). Buenos Aires.

Benjamin, W. (2021). *Tesis sobre el concepto de historia y otros ensayos*. Alianza Editorial. Madrid.

Evaristo, C. (2020). "A escrevivência e seus subtextos". En C. L. Duarte & I. R. Nunes (Orgs.), *Escrevivência: a escrita de nós – Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo* (pp. 15–27). MINA / Itaú Social.

Habermas, J. (1999). *Teoría de la acción comunicativa* (Vols. 1–2). Taurus. Madrid.

Lenin, V. I. (2023). *El imperialismo, fase superior del capitalismo*. Fundación Federico Engels. Moscú.

Lugones, M. (2025). *Colonialidad y género*. Editorial Prole. Barcelona.

Marx, K., & Engels, F. (1848). *Manifiesto del Partido Comunista*. Moscú.

Marx, K., & Engels, F. (2014). *La ideología alemana*. Ediciones Akal. Madrid.

Mbembe, A. (2011). *Necropolítica* (E. Falomir Archambault, Trad.). Melusina. Barcelona.

Paredes, J. (2008). "Hilando fino desde el feminismo comunitario". En J. Paredes, *Hilando fino desde el feminismo comunitario* (pp. 15–30). Mujeres y la Sexta.

Polanyi, K. (1944). *La gran transformación. Crítica del liberalismo económico*. Fondo de Cultura Económica. México.

Segato, R. L. (2012). "Género y colonialidad: en busca de claves de lectura y de un vocabulario estratégico descolonial". En R. L. Segato, *Género y colonialidad* (pp. 13–29). Editorial Tinta Limón.

Weber, M. (1922). *Economía y sociedad: Esbozo de sociología comprensiva*. Editorial Losada. Buenos Aires.

El proceso constituyente de la dictadura civil militar chilena, 1973-1980[1]

Jorge Olguín Olate

Introducción

La historiografía y politología tradicionalmente señalan que el proceso constituyente de la dictadura chilena comenzó con el discurso que Pinochet pronunció en el cerro Chacarillas en julio de 1977. El planteamiento puede considerarse como válido, en tanto que ese día se hicieron públicas las intenciones constituyentes del gobierno *de facto*, que venía trabajando de manera más bien "silenciosa" un proyecto constitucional desde septiembre de 1973.

Para comprender lo anterior, se debe señalar que los principios legitimadores de los sectores conservadores chilenos (Olguín, 2021), aglutinados políticamente en el espectro de derecha, al momento del golpe de Estado ya estaban convencidos de que el gobierno de la Unidad Popular estaba con la clara intención de trastocar su cuerpo de creencias dominantes. En la práctica, la defensa de esos principios de vida pasaba para una parte importante de civiles y militares de derecha en una justificación, por ejemplo, de la violación de los DD.HH. de todos aquellos que intentasen socavar el orden, autoridad, jerarquía y/o la desigualdad social del país.

En ese sentido, el proceso constituyente de la dictadura debe estudiarse en una perspectiva más integral, incorporando

[1] Capítulo inédito, elaborado a partir de la tesis doctoral en historia "Legitimación, institucionalización y operacionalización de la violencia de Estado bajo la dictadura cívico militar chilena", Universidad de Chile, 2016.

la comprensión de los fundamentos jurídicos-políticos, como la raíz cultural de su marco de creencias teopolíticas, es decir, la concreción de acciones jurídicas-políticas, como la temprana institucionalización de un proceso constituyente que generase una nueva constitución, era la respuesta necesaria para la restauración y/o reforzamiento de los tradicionales principios valóricos que sostienen el marco de creencias culturales de los integrantes de los sectores conservadores chilenos.

En síntesis, en el presente artículo se proponen las siguientes intervenciones a los estudios sobre el proceso constituyente de la dictadura: 1) la génesis de este proceso no fue el discurso en Chacarillas sino que comenzó durante el proceso golpista mismo de 1973, con una narrativa teopolítica que justificaba una ruptura con el pasado marxista de la Unidad Popular; 2) que la disposición de los legados de la Constitución de 1925 se encontró con una oposición interna dentro de los partidarios del régimen, especialmente en la denominada "Comisión Ortúzar"; 3) y que, en última instancia, el momento decisivo de articulación de la constitución tuvo lugar durante una "tercera fase", lo que, en cierto sentido, alteró las conclusiones constitucionales de las fases previas.

Conservadurismo, legitimidad y desigualdad social en Chile

El grupo social que lideró el proceso reactivo contra los gobiernos democráticos de Eduardo Frei Montalva (1964-1970) y Salvador Allende (1970-1973) es definido tradicionalmente bajo el concepto de élite. Siguiendo a la socióloga María Angélica Thumala (2007), este concepto incluye variables intelectuales o

políticas que superan las caracterizaciones meramente economicistas de la noción, pues muchas veces puede acontecer que "compartir poder económico no implica necesariamente cohesión ideológica o social" (pp. 67 y 71). Ahora bien, se difiere de la postura de Thumala en relación a que la élite chilena sí es homogénea en lo ideológico, y que la existencia de énfasis liberales o conservadores al interior de este grupo social, especialmente en lo que respecta al papel desempeñado por la Iglesia Católica en el espacio público, no implican fisuras importantes en su cosmovisión, por tanto, la existencia de énfasis anticlericales al interior de este grupo social no implicaría que éste girara ideológicamente desde un marco de creencias conservador a otro de fundamento liberal.

Para esta investigación se plantea que la "élite chilena" ha sido y es conservadora; ha sido y es homogénea; la "élite chilena" comparte y ha compartido las doctrinas legitimadoras que sustentan su matriz cultural de pensamiento. Por consiguiente, si bien algunas de las manifestaciones de este grupo social pueden ser clericales o anticlericales, en la práctica la mayoría de sus comportamientos históricos "interelites" obedecen a un solo comportamiento ideológico doctrinario, amparado en los sagrados y tradicionales principios legitimadores de su conservadora matriz cultural, como orden, autoridad, propiedad privada, etc., por tanto, este grupo social tiene características identitarias más cercanas a una definición de oligarquía que de élite.

El marco ideológico doctrinal de la oligarquía chilena es exclusivamente católico. Es su *ethos*. Bajo éste ha construido y ve la realidad; analiza su contexto. Este paradigma conservador es lo que finalmente Thumala define como su cosmovisión religiosa (p. 25). Por eso cuando actores de la derecha chilena,

como Hermógenes Pérez de Arce, (1988) testimonian que los creadores de la estabilidad política y económica de la república fueron "casi en su totalidad… miembros de la aristocracia tradicional castellano vasca" (p. 162), lo hacen como dato autoidentitario efectivo, pero carente de contenido certero en lo que a su dimensión cultural se refiere, puesto que su *ethos* es finalmente unívocamente conservador, por tanto parece una exageración intelectual plantear que se es liberal por el solo hecho de ser anticlerical.

Históricamente en Chile, ideales como la nobleza de origen medieval siempre han primado por sobre los éxitos comerciales. Tanto es así que cuando desde el último tercio del siglo XIX los intereses económicos de los sectores conservadores fueron rivalizados por emergentes emprendedores "liberales" de la banca y la minería, finalmente éstos últimos terminaban por invertir gran parte de su fortuna en compras de tierras, razón de ser de cualquier persona conservadora, demostrando con este tipo de acciones que, finalmente, "la elite chilena no es ni una aristocracia ni una burguesía" (Thumala, p. 96).

A pesar de que la historia chilena en el siglo XX ha dado cuenta de una serie de intentos de realizar profundas reformas políticas y sociales, la mayoría de ellas han fracasado en su intento (Salazar y Pinto, pp. 47 y 65). Políticamente, a pesar del surgimiento de partidos de izquierda que representaban como intereses de clase a la importante masa proletaria, no existió, al menos hasta los años 60, una verdadera amenaza a los grupos dominantes representados políticamente por los tradicionales partidos Conservador y Liberal. Al abuso del cohecho y del clientelismo electoral (Vial, 1993, p. 62) más el estable sistema de alianzas políticas en el Congreso Nacional, con partidos

como el Radical, que si bien representaba sectores medios y empobrecidos, en la práctica muchas veces operaba bajo intereses de clases "interelites", más las influencias notorias que tenían los gremios empresariales en el financiamiento de los partidos políticos, llevaban a que la oligarquía conservadora chilena se sintiera extremadamente cómoda en su ejercicio de control social dominante (Correa, 2011).

El personalista gobierno de Carlos Ibáñez de Campo (1952-1958), cumplió un rol de bisagra en el más bien estable sistema democrático que desde 1932 estaba orientado hacia la partidocracia. Si bien su sucesor, Jorge Alessandri, se presentó en la carrera presidencial como independiente, su programa de gobierno tenía una clara orientación de derecha. Algunos historiadores han querido explicar la crisis electoral de esta ideología desde fines de los años 50 del siglo XX, por el impacto del populismo de Ibáñez en los sectores rurales que tradicionalmente representaban la base de apoyo electoral para ellos; en el regreso del Partido Comunista a la esfera electoral –tras la derogación de la Ley de Defensa por la Democracia (Rubio, 2013, p. 54)– o en la exigencia de la cédula única para votar (Correa, p. 92). Bajo todas las razones anteriores, Jorge Alessandri ganó la elección presidencial de 1958, aunque sin la mayoría absoluta, teniendo que ser ratificado por votación de mayorías en el Congreso Nacional.

La elección presidencial de 1964, bajo contexto de Guerra Fría, fue la más ideológica desarrollada hasta ese momento en la historia electoral de Chile. El impacto de la Revolución Cubana, la construcción del Muro de Berlín y la Crisis de los Misiles demostraba la vigencia en Chile del mundo bipolar existente en aquel momento. Los escenarios electorales en América Latina no

escapaban a este juego confrontacional, por tanto, la elección presidencial chilena no evitó que alguno de los dos grandes actores, especialmente Estados Unidos, influyera de manera determinante en este proceso electoral.

Resulta interesante que los sectores de la derecha política más conservadora, no estuvieran disponibles para la batalla política que se avecinaba. Parece ser cierto que su apelativo de "momia" reflejaba que se encontraba en este momento histórico: inmóvil y muerta (Correa, p. 308). El surgimiento de la Democracia Cristiana con un proyecto ideológico propio, conservador en su esencia, pero más cercano al comunitarismo social; la renovación de un importante sector de la Iglesia Católica producto de los nuevos tiempos que se vivían; y el apoyo financiero concreto de los Estados Unidos a los medios de comunicación y a la misma Democracia Cristiana (Gazmuri, 2000, p. 561), llevó a que la tradicional derecha política prácticamente desapareciera como expresión electoral (Correa, p. 301). La "Revolución en Libertad" que propugnaba Eduardo Frei Montalva eran en realidad una serie de profundas reformas que desde la propia institucionalidad buscaban democratizar, aunque sea en parte, social y económicamente Chile.

Por ejemplo, si bien la Reforma Agraria fue iniciada bajo el gobierno de Jorge Alessandri, lo cierto es que ésta entre 1965 y 1967 sufrió una importante profundización en sus alcances sociales, generando un importante apoyo en los sectores medios y empobrecidos del país. Los generales Julio Canessa y Fernando Matthei, golpistas y parte de la Junta Militar de Gobierno bajo la dictadura de Pinochet, recuerdan en sus memorias el arrastre que tenía entre la oficialidad joven la candidatura de Eduardo Frei Montalva (Arancibia y Balart, 2007,

p. 71) y (Arancibia y De la Maza, 2003, p. 126). Inclusive este último señala que ni la Reforma Agraria ni la Revolución Cubana le parecían problemas tan graves en ese momento (2003, pp. 125-126). El apoyo de la mayoría del clero católico, incluyendo a insignes miembros del conservadurismo político local, como el diputado Sergio Diez, fueron de vital importancia para el éxito inicial del proceso reformista agrario (Fontaine, 2001, p. 47). Para los dirigentes empresariales, reunidos en sus gremios ramales, especialmente en la Sociedad Nacional de Agricultura, el apoyo si bien no fue tan animoso, tampoco fue de oposición radical a ella (p. 252). Los medios de comunicación, alineados por el apoyo financiero e ideológico de los EE.UU. fueron vitales en el éxito público del apoyo mayoritario que la reforma generaba al interior del país (pp. 29 y 44).

Este proceso reformista del gobierno de Frei Montalva es recordado hoy por los protagonistas de derecha con aprensión. El "Chicago Boys", Ernesto Fontaine, señala en sus memorias que estaba asustado con las reformas (Fontaine, 2009, p. 97). Para uno de los principales marinos golpistas, el contraalmirante Sergio Huidobro, la Reforma Agraria fue un "desastroso experimento" (1988, p. 44). El historiador Cristián Gazmuri ha intentado explicar esa desidia de la Armada con el gobierno de Eduardo Frei Montalva, llegando a la conclusión que por su identidad más "aristocrática", este cuerpo militar no simpatizaba con los cambios de índole estructural que estaban beneficiando a las masas campesinas (p. 636). Lo anterior parece confirmarse con ciertas declaraciones de otros oficiales marinos, como las del almirante José Toribio Merino, quien expresaba en su estilo que "Frei fue un socialista desgraciado; por mucho que decía que era DC, era un marxista estatista" (Herrero, 2014, p. 301).

Mientras en la Armada de Chile germinaba la conjura antidemocrática, grupos ultraconservadores como Tradición, Familia y Propiedad (TFP) también reaccionaban mediáticamente ante el proceso reformista de la Democracia Cristiana, por ejemplo, mediante su revista *Fiducia* y con cartas al presidente Frei Montalva a través del diario *El Mercurio*, ellos defendían lo que consideraban un ataque frontal al orden natural "deseado por Dios", puesto que "tras la presentación del proyecto de Reforma Agraria, y su eventual aprobación –quiérase o no– junto con destruir la propiedad privada, se camina hacia la destrucción de los más altos valores religiosos y de todo orden en la nación" (1983. p. 413). Con desesperación los miembros de este grupo ultramontano expresaban que "el día 16 de julio de 1967, festividad de la Santísima Virgen del Carmen, Reina y Patrona de Chile, fue escogido para la promulgación de la Ley de Reforma Agraria socialista y confiscatoria… Se consolidaba así una de las más monstruosas injusticias cometidas en la Historia de Chile" (p. 79).

Pero la Reforma Agraria solo era solo la antesala de una reforma mayor que apuntaba al corazón legitimador de la matriz cultural de los sectores socialmente dominantes: el derecho de propiedad. Para el grupo de TFP "la propiedad privada, (es) uno de los fundamentos de la civilización cristiana y una de las condiciones de la libertad de la Iglesia (es parte) del orden natural instituido por Dios y que ninguna autoridad humana puede violar" (pp. 403-404). En este sentido, se comparte la opinión de la historiadora Verónica Valdivia en relación a que fue la modificación del artículo 10 de la Constitución de 1925 (de la propiedad privada) y no la Reforma Agraria el mayor problema para los sectores conservadores (pp. 41, 75 y 80).

Para algunos líderes de derecha, como Sergio Onofre Jarpa, esta modificación era una traición de Eduardo Frei Montalva, pues éste último se habría comprometido a respetar bajo su mandato el derecho de propiedad (Arancibia et al, 2002, p. 97). Con esto, para los conservadores chilenos, el gobierno de Frei Montalva habría violado el derecho natural (La Iglesia del Silencio, p. 255), por tanto era esperable que figuras militaristas como el civil Jorge Prat comenzarán a conjurar con sectores de las FF.AA. en relación al "legítimo" derecho a rebelarse en contra del gobierno demócrata cristiano (Valdivia, p. 179). Lo cierto es que la derecha primeramente recurrió a la confrontación política para defenderse (Correa, p. 309), disolviendo los ya rancios partidos Conservador y Liberal, unidos al movimiento nacionalista de Prat, conformarán en 1965 un instrumental Partido Nacional.

En otro escenario, el de la educación superior, el gobierno de Eduardo Frei Montalva abrió un nuevo frente de batalla para la derecha chilena, la Reforma Universitaria. En 1967, la Facultad de Derecho de la Universidad Católica de Chile presenció la aparición pública de un movimiento universitario que será de vital importancia en la rearticulación de la derecha política chilena, el Gremialismo. Su fundador, un joven estudiante de derecho, Jaime Guzmán, inició desde ese espacio una verdadera cruzada por la defensa de la matriz legitimadora del marco de creencias de la derecha chilena, que pasaba por la oposición total a la reforma universitaria del gobierno de Frei. El Gremialismo ideológicamente era una suma de ideas y doctrinas corporativistas, católico tomistas e hispanistas que justificaban la autoridad del derecho natural por sobre el estado de derecho positivo. Para ellos, bajo el gobierno de Frei Montalva se estaba

ejecutando "una utopía antinatural y desquiciadora que atacaba toda jerarquía, que fomentaba sistemáticamente el odio y que impulsaba una revolución totalizante y totalitaria" (Fontaine, 2009, p. 198).

En definitiva, hacia fines de los años 60 coexistirán varias manifestaciones de la derecha política, que de manera reactiva intentaron hacer frente a la posibilidad de perder la matriz legitimadora que les había permitido dominar la sociedad chilena desde tiempos coloniales, cuestión que se profundizará con el triunfo electoral del socialista Salvador Allende en 1970, quien, tras no alcanzar la mayoría simple en la elección de ese año, la Constitución de 1925 lo obligaba a una ratificación por parte del Congreso Nacional. Las semanas que mediaron entre su triunfo y la confirmación fueron extremadamente polarizadas, símbolo inequívoco de lo que sería su gobierno. Los sectores dominantes chilenos se reagruparon tras un solo objetivo: asolar en lo político y económico al gobierno de la Unidad Popular, y en paralelo, mediante la conformación de grupos armados "de choque", como "Patria y Libertad", realizar acciones de sabotaje para desestabilizar al país. Todo esto bajo el irrestricto apoyo del gobierno estadounidense dirigido por Richard Nixon.

Pero el año crítico fue 1973, cuando el gobierno de la Unidad Popular anunció la creación de lo que se denominó como Escuela Nacional Unificada (ENU), proyecto que buscaba democratizar la educación y que los sectores conservadores vieron como un intento de socializar marxismo entre niños y jóvenes, por tanto, para ellos, con la aplicación de este proyecto educativo no solo perderían completamente el sector educacional que controlaban, especialmente a través de los denominados "colegios católicos", sino que también perderían

el enclave cultural fundamental que les había permitido formar y fomentar su marco de creencias cristiano tomistas de segregación, por tanto la ENU no fue más que uno de los principales acelerantes del golpe de Estado que se produciría pocos meses después (Olguín, 2018).

A pesar de todo lo anterior, en los procesos electorales, especialmente las elecciones parlamentarias de 1973, el gobierno de Allende seguía manteniendo un porcentaje altísimo de votación, lo que impedía a la nueva alianza política de la derecha con la Democracia Cristiana, buscar la destitución del presidente bajo una acusación constitucional en el congreso nacional. Al no tener mayorías parlamentarias, solamente lograron un "documento de acuerdo" que declaraba una supuesta inconstitucionalidad del gobierno de la Unidad Popular, pero que en términos jurídicos no obligaba a la renuncia del presidente Allende. No obstante aquello, esa declaración, sumada a otra del poder judicial, fueron los principales argumentos que militares y civiles publicitaban como antecedentes legitimadores para justificar jurídicamente un "pronunciamiento" por parte de los golpistas, y acabar así con el estado de derecho vigente desde 1925, para de esa manera proceder a reforzar bajo un nuevo marco constitucional su matriz cultural de creencias.

Las tres fases del proceso constituyente de la dictadura

Pero, ¿cómo fue realizado este proceso de reforzamiento de la matriz cultural conservadora que debía legalizar lo "legítimo" tras un golpe de Estado? Dos días después de la intervención militar, el 13 de septiembre de 1973, la Junta Militar de Gobierno

acordó convocar una comisión para modificar la Constitución de 1925 (Junta Militar de Gobierno, 1973). El 24 de septiembre, a petición del ministro de Justicia recientemente asumido, el civil Gonzalo Prieto, la Comisión se reunió por primera vez (Rojas, 1998, p. 142). El General Leigh, miembro de la Junta, reconoció que fue a instancia de él que se formó la Comisión (Varas, 1979, p. 106). Es altamente probable que haya sido así, pues con un Almirante Merino encargado del Plan Económico y un Pinochet sumado a última hora al golpe de Estado, Leigh asumió tempranamente su rol en la Junta asesorado por juristas civiles; siendo uno de ellos el Gremialista Jaime Guzmán.

Ahora bien, la oficialización de la comisión quedó registrada recién mediante el Decreto Supremo N° 1.064 del Ministerio de Justicia, de 25 de octubre de 1973 (Valdivieso, 1988, p. 156). En esa sesión no solo se estableció no hablar de reformar la Constitución de 1925 sino directamente que la función de la comisión pasaba por la elaboración de un anteproyecto para una nueva Constitución política del Estado. El mencionado decreto definía a los siete integrantes iniciales de la Comisión: Jaime Guzmán, Enrique Ortúzar, Sergio Diez, Enrique Evans, Gustavo Lorca, Jorge Ovalle y Alejandro Silva, quedando como secretario de la misma Rafael Eyzaguirre. Además se señalaba que el presidente de la comisión debía ser nombrado por los mismos integrantes, resultando ser Ortúzar el elegido.

No obstante varios aspectos no están señalados en este documento oficial. Como se señalaba anteriormente, que haya sido oficializada la comisión con estos decretos, no implicaba que funcionara desde antes. De hecho lo hacía. Los documentos oficiales que dan cuenta de esta operación son las actas secretas de la Junta de Gobierno. Por ejemplo, en la sesión N° 17

del 8 de octubre de 1973, se señala que existió primeramente un primer grupo de juristas, al cual se decidió sumar días más tarde los nombres de Enrique Evans, Alejandro Silva y Gustavo Lorca. Es probable que los primeros nombres se adicionaran por presiones de los sectores golpistas de la Democracia Cristiana, liderados por Patricio Aylwin (Cristi, 2011, pp. 139-140). Inclusive, el mismo Pinochet en una entrevista recordaba que este personaje lo fue a ver en más de una ocasión a la Junta, pues creía ingenuamente que los militares en algún momento le entregarían el poder (Oyarzún, 1999, p. 230).

Otro tema importante lo constituyó el nombre de la comisión. Para algunos de sus integrantes, ésta debía denominarse "Comisión Constituyente". La exministra Mónica Madariaga recuerda que fue a instancias de ella que se solicitó al presidente de la comisión, Enrique Ortúzar, cambiar el nombre de "Comisión Constituyente", pues constituyente solo era la Junta (Marras, 1988, p. 80). Si bien el nombre oficial final de este grupo quedó como Comisión de Estudios de la Nueva Constitución, lo cierto es que tradicionalmente es conocida por el apellido de su presidente: "Comisión Ortúzar".

¿Cómo operó la "Comisión Ortúzar"? Si bien Patricio Aylwin habría presionado para que se incorporaran democratacristianos a la comisión, según Evans, este partido jamás dio instrucciones al interior de la misma (Barros, 2005, pp. 146-147). Para el politólogo Robert Barros "el grupo trabajó con considerable autonomía del gobierno militar" (p. 121). La visión optimista de Barros lo lleva a decir que "el grupo entendió, desde un comienzo, que su tarea consistía en preparar el borrador de una constitución para un régimen democrático y representativo" (p. 121). Ahora bien, en la práctica se ha podido establecer que

este grupo operó por subcomisiones divididas por áreas de estudios: I) Derecho de propiedad; II) Poder judicial; III) Sistema electoral y estatuto de los partidos políticos; IV) Régimen administrativo interior y descentralización administrativa y V) Estatuto de los medios de comunicación y de lo contencioso administrativo (p. 231). Las decisiones tomadas en esas áreas, luego se presentaban y debatían en comisión ampliada, donde para funcionar se exigía un quórum de cuatro o cinco asistentes y la toma de decisiones era por mayoría simple. Se debe advertir que en ciertos momentos la "Comisión Ortúzar" crecía en número, para luego volver al número inicial.

El Decreto Ley N° 1 de 11 de septiembre de 1973, señalaba ambiguamente que el suprapoder del Estado, el poder constituyente, recaía exclusivamente en la Junta de Gobierno. En otras palabras, el poder constituyente que bajo un sistema republicano democrático recae en el pueblo, ahora recaía en los cuatro integrantes del organismo colegiado. El constitucionalista José Luis Cea (2000) aclara que, "en situaciones de facto resultantes de quebrantamientos del ordenamiento institucional, no actúa el órgano constituyente derivado sino el Poder Constituyente originario, pero cuidando de reservar esta calificación sólo para el caso en que la rebelión es legítima" (p. 82).

Para Jaime Guzmán, por tanto, la Junta asumió un poder constituyente derivado (Cristi, 108). Si esto fuera así, para Renato Cristi lo que estaba modificando la Comisión Ortúzar era la "Constitución de 1973", lo cual por defecto conllevaba la derogación inmediata de la que se suponía vigente, es decir, la Constitución de 1925 (pp. 104 y 106). Siguiendo la lógica de Cristi, la Junta no podría asumir el poder constituyente derivado como planteaba Guzmán, pues ese poder no destruye

ni deroga constituciones, como sí lo estaban haciendo los militares y civiles con la constitución vigente. Para Cristi, los juristas de la dictadura eran conscientes de que estaban trabajando una nueva constitución, pero que, por un tema de "imagen", tenían que guardar "bajo secreto" (pp. 109 y 130). Recientes investigaciones han evidenciado las presiones del jurista Ovalle al interior de la Comisión, pues éste deseaba que se aclarara públicamente de que este organismo estaba trabajando una nueva constitución, pero que un almirante "le respondió que tal declaración era políticamente inaconsejable (sic) y que, probablemente, tendría un impacto internacional negativo" (Barros, p. 148).

Las actas de la "Comisión Ortúzar" evidenciaban la tensión que generaba esta actitud poco ética de las posiciones más conservadoras de los juristas de la Comisión. Se puede señalar entonces la existencia de dos posiciones al interior del grupo: una "moderada" liderada por Alejandro Silva que "insistía en que el golpe había destruido la Constitución de 1925, dejándola sin efecto, y que, en consecuencia, la Junta no podía ejercer el Poder Constituyente… (Ya que) el Poder Constituyente Original reside en el pueblo" (p. 123), y otra facción "dura", liderada por Jaime Guzmán, que ocultaba esta verdad legal.

Para la Junta y los miembros "duros" de la Comisión, por tanto, había que especificar claramente la ambigüedad del Decreto Ley N° 1, en relación al lugar de residencia del poder constituyente. Así llegamos al 12 de noviembre de 1973, cuando se promulgó el Decreto Ley N° 128 donde claramente se señalaba "que la asunción del Mando Supremo de la Nación supone el ejercicio de todas las atribuciones de las personas y órganos que componen los Poderes Legislativos y Ejecutivo, y en consecuencia el Poder Constituyente que a ellos corresponde",

por tanto se esclarecía totalmente que "la Junta de Gobierno ha asumido desde el 11 de Septiembre de 1973 el ejercicio de los Poderes Constituyente, Legislativo y Ejecutivo" (Junta Militar de Gobierno, 1974).

Lo anterior no impidió que otros actores relevantes del Estado, como la Contraloría General de la República, u otro poder constituido, como el Judicial, quedaran conformes con estos acomodos jurídicos. En una decisión sin precedentes en nuestra normada institucionalidad republicana, se presentó ante la Junta el contralor Héctor Humeres. En la Acta Secreta de la sesión N° 2 de la Junta, quedó consignado que Humeres autorizó que los decretos leyes que emanaran de este cuerpo colegiado no era necesario visarlos con la "toma de razón" por parte del organismo que él presidía. Semanas más tarde, el mismo contralor Humeres se arrepintió de su decisión, producto del abuso legal que estaba haciendo la Junta con los decretos. Lamentablemente para él, el organismo colegiado ahora supeditaba sus tiempos. Los antecedentes demuestran que el mismo contralor directamente exigió a la Junta que deseaba precisar sus comentarios de la sesión N° 2, pero ésta le respondió, escuetamente, que le haría saber en un futuro "incierto" cuando se retornaría a la práctica republicana de "toma de razón" por parte del ente contralor, todo lo cual evidencia que la Junta estaba actuando constituyentemente.

El tema constitucional también le abrió al organismo colegiado una polémica con el poder Judicial. Aunque desde antes de la interrupción de la institucionalidad democrática en 1973, este organismo jugó un importante rol desestabilizador para justificar el derrocamiento del gobierno constitucional de la Unidad Popular, tras el golpe de Estado, la Corte Suprema,

presidida por Enrique Urrutia, siguió en una lógica partidaria, mostrándose complaciente con las nuevas autoridades de gobierno. Este respeto cómplice entre poderes del Estado si bien se mantuvo durante los 17 años de dictadura, se debe precisar que tuvo varios momentos de tensión. Una de esas tensiones aconteció al poco andar del gobierno *de facto*, puesto que algunas imprecisiones jurídicas de los actos administrativos del Ejecutivo generaban resistencias al interior del poder Judicial. El problema se producía con los decretos leyes que emanaban desde la Junta Militar de Gobierno. La pregunta de la Corte Suprema pasaba por si esos decretos superaban la Constitución de 1925. Parece ser que los jueces "no habían comprendido" el mensaje indirecto del poder Ejecutivo, en cuanto a que esa Constitución ya no estaba vigente, ya que el Ejecutivo estaba actuando constituyentemente de origen, lo cual, eso sí, por ahora no podía hacerse público y, por tanto, la Junta no era lo suficientemente clara en señalarle a la Corte Suprema que ellos en cuanto a Poder Constituido del Estado "tampoco existían", pues estábamos bajo un régimen autocrático, donde lo que primaba jurídicamente era finalmente la voluntad constituyente del organismo colegiado que dirigía la dictadura.

En julio de 1974, la Corte Suprema hizo ver a la Junta que las modificaciones tácitas mediantes decretos leyes a la Constitución de 1925 "eran inaceptables", por tanto, la misma Corte bajo el principio de seguridad jurídica podía declarar inaplicables aquellos decretos que fueran en contra del marco constitucional de 1925. Lo anterior llevó a que los juristas civiles y militares de la Junta iniciaran un delicado proceso de "revisión" de los primeros decretos leyes promulgados. Estas acciones han confundido a algunos investigadores que

han estimado desde la óptica de su propia disciplina, que la Constitución de 1925 se fue derogando paulatinamente (Correa et al., 2001, p. 320) o que ésta estuvo vigente al menos los primeros años de la dictadura (Huneeus, 2005, p. 232), lo cierto es que esto no era así, puesto que, como se ha mencionado anteriormente, la Junta solamente les daba un espacio de manera simbólica para dar así una imagen de "respeto" a ciertas instituciones públicas del anterior "estado de derecho vigente", puesto que ahora éstas solo se mantenían "actuando" mientras no alterarán el funcionamiento y las decisiones del poder constituyente en ejercicio, es decir, el que exclusivamente recaía en la Junta Militar de Gobierno.

Este juego jurídico constitucional de la Junta sufrió una importante alteración hacia 1975, cuando el dictador Pinochet anunció públicamente una nueva "nube jurídica", las denominadas Actas Constitucionales, las cuales fueron publicitadas como el fundamento jurídico de la futura nueva Constitución. De las seis actas comprometidas solo se promulgaron cuatro (Pinochet, 1975, p. 71). La idea de las autoridades de gobierno era simplemente ganar tiempo con las actas e ir de a poco sincerando el discurso constituyente iniciado en 1973. Jaime Guzmán, por ejemplo, recién a fines de 1975, de manera franca y directa, por fin anunciaba a la opinión pública que "la Constitución de 1925 está muerta en la realidad práctica" (Cristi, 142). Con esta publicidad la dictadura comenzaba la oficialización mediática de la derogación definitiva de la Constitución de 1925, cuestión que quedará formalmente cerrada con el discurso que Pinochet pronunciará en el cerro Chacarillas en julio de 1977.

Bajo este contexto, el proceso constitucional en marcha debía acelerar su curso. Pero la situación al interior de la

"Comisión Ortúzar" no marchaba tranquilamente. Había momentos de mucha tensión, como cuando en 1977 renunciaron indeclinablemente los miembros democratacristianos del grupo, Enrique Evans y Alejandro Silva, y fue expulsado el jurista Jorge Ovalle. Ahora bien, las razones de estas crisis muchas veces obedecían a situaciones externas a la comisión, pues se relacionaban fundamentalmente con medidas de coacción a las libertades civiles que aplicaba la dictadura de Pinochet. Para Carlos Huneeus, la renuncia de los democratacristianos Evans y Silva a la "Comisión Ortúzar", aconteció cuando Pinochet decidió cancelar definitivamente la existencia de su partido político (Huneeus, 233). Opinión compartida por el abogado Jaime Guzmán, quien recalca en sus memorias que la salida de ellos fue por problemas con el gobierno y no con la comisión (Guzmán, 1993, p. 162).

Así y todo, tras cinco años y 417 sesiones, el 16 de agosto de 1978 el trabajo de la "Comisión Ortúzar" llegó a su término. Se hizo entrega entonces a la Junta de un documento de anteproyecto constitucional de 301 carillas.

La siguiente fase de legitimación propuesto por la Junta a este proceso constituyente, consignaba que un Consejo de Estado revisara el anteproyecto constitucional de la "Comisión Ortúzar" y propusiera otro modificado. Según el testimonio del Secretario de Legislación de la Junta, contraalmirante Mario Duvauchelle, la "Comisión Ortúzar" habría propuesto que su anteproyecto fuera revisado directamente por la Junta sin pasar por las Comisiones Legislativas de la misma, pues su revisión hubiese durados dos o tres años más (Barros, p. 297). Para Ascanio Cavallo y su equipo de investigación, el 15 de noviembre de 1977 Pinochet envió un oficio a la "Comisión Ortúzar",

solicitando modificaciones al anteproyecto en elaboración. En este trabajo lo habrían asesorado jurídicamente los abogados Jaime Guzmán y Mónica Madariaga, por tanto, si seguimos esta línea interpretativa, el anteproyecto que se entregó finalmente al Consejo de Estado no fue el que realizó plenamente la "Comisión Ortúzar" sino uno propio del gobierno (Cavallo et al., 1988, p. 239).

El Consejo de Estado, recreado por la dictadura en 1976, y liderado por el expresidente Jorge Alessandri, estaba compuesto por otras 17 personas (Ministerio de Justicia, 1975). Inicialmente este organismo comenzó su trabajo con el anteproyecto constitucional de la "Comisión Ortúzar", pero al poco avanzar comenzó a elaborar su propia versión constitucional. La Junta aceptó esto último, pero bajo un plazo perentorio que no podía superar los dos años.

Tras 22 meses y 57 sesiones que incluyeron consultas a algunos gremios sociales y profesionales que hicieron unas 150 indicaciones al nuevo anteproyecto constitucional (Pinochet, 1991, p. 251), el 8 de julio de 1980 se hizo entrega a la Junta de cuatro informes: el primero informaba las labores del Consejo; el segundo era un comparativo entre el anteproyecto constitucional de la "Comisión Ortúzar" y el realizado por ellos; el tercero informaba de opiniones disidentes del integrante Hernán Figueroa y el cuarto era el informe de voto de minoría de los integrantes Carlos Cáceres y Pedro Ibáñez (Valdivieso, p. 218).

Se debe consignar que al menos dos semanas antes de la entrega oficial de los informes del Consejo de Estado a la Junta, ésta última ya conocía su contenido (Cavallo et al., p. 243). Para Carlos Huneeus, la propuesta constitucional del Consejo de Estado desagradó a Pinochet "principalmente por el establecimiento de

un período de transición que le ponía plazo de permanencia en el cargo y por las facultades del presidente sobre los militares, menores a las definidas en el Anteproyecto Ortúzar. Tampoco fue del agrado de la Junta de Gobierno que debía terminar sus funciones como poder legislativo" (p. 242). Si bien a las autoridades de la dictadura no les convenció plenamente ninguna de las dos propuestas constitucionales, el carácter mayormente autoritario de la elaborada por la "Comisión Ortúzar" corría con cierta ventaja de aprobación. Así y todo, la exministra de Justicia, Mónica Madariaga, recordará en una entrevista que Pinochet tomó las versiones de la "Comisión Ortúzar" y del Consejo de Estado y finalmente solicitó la elaboración de un urgente tercer anteproyecto constitucional (Marras, p. 82).

¿Qué hacer entonces? La dictadura tenía que actuar rápido. Era entrado julio de 1980 y la cronología implicaba anunciar antes del 11 de septiembre de ese año, el proyecto a plebiscitar, pues, por su carga histórica -fecha del golpe de Estado en 1973-, para la Junta de Gobierno ese día debía, simbólicamente, realizarse la votación. Trabajando días y noches sin descanso, la Junta organizó una nueva comisión revisora y creadora de un tercer y definitivo corpus constitucional.

En esta tercera fase constituyente se partía de los antecedentes constitucionales consignados en los dos anteproyectos ya recepcionados, con preeminencia de la autoritaria versión originada desde la "Comisión Ortúzar". La nueva comisión revisora era informal, de confianza directa de los miembros de la Junta, y la conformaron los asesores jurídicos militares de la misma y algunos secretarios de Estado. Entre sus integrantes estaban: Enrique Montero por la Fuerza Aérea, Fernando Lyon por el Ejército, Aldo Montagna por la Armada

y Harry Grunewald por Carabineros, junto al secretario de la Junta, Mario Duvauchelle, el jefe de Estado Mayor Presidencial, general Santiago Sinclair. Además la integraron los ministros de Justicia e Interior, Mónica Madariaga y Sergio Fernández respectivamente (p. 82). Asimismo, el trabajo de esta Comisión se discutió en algunas subcomisiones, donde participaron en su mayoría civiles, provenientes de la clásica derecha chilena, también Gremialistas, e igualmente personeros del grupo denominado "Chicago Boys". Algunos de los nombres de estos civiles fueron: José Piñera, Miguel Kast, Pablo Barahona, Sergio de Castro, Eduardo Boetsch, Vasco Costa, Hernán Larraín, Raúl Lecaros, Miguel Schweitzer Spéiski, Miguel Schweitzer Walters y Óscar Aitken (Fernández, 1994, p. 145).

De los testimonios de algunos miembros de esta Comisión se rescata que la aprobación de normas y artículos del nuevo proyecto constitucional operó bajo el sistema de consensos. Según el testimonio del jurista de la Armada, Aldo Montagna, las modificaciones de la Junta Militar de Gobierno al proyecto constitucional final fueron bastantes y no se dejaron registros escritos de éstos (Barros, 216). Asimismo, el expresidente Alessandri, cabecilla del Consejo de Estado, creyó hasta su muerte que Jaime Guzmán y Enrique Ortúzar, dos de sus discípulos, lo habían traicionado, puesto que participaron y/o estuvieron de acuerdo en las modificaciones que se hicieron en esta tercera comisión al proyecto constitucional que finalmente se plebiscitó, y que para Alessandri restringían avances en relación a una pactada y pronta transición a la democracia (Boetsch, s/f, p. 185).

Finalmente, a inicios de agosto de 1980, tras casi treinta días después de haber iniciado el trabajo final, esta comisión informal finalizaba su labor. De esta manera, el 10 de agosto de 1980

fue aprobada por la Junta la versión final del proyecto constitucional (Gobierno de Chile, 1980). Al otro día, un fervoroso Pinochet en cadena de radio y televisión anunciaba que el 11 de septiembre de ese año se plebiscitaría la nueva Constitución de Chile. La dictadura utilizaba erróneamente la noción de plebiscito, puesto que en ese momento la nación no era soberana, pues el poder constituyente residía en la Junta y no en el pueblo, por tanto, en lo estrictamente jurídico-político, lo del 11 de septiembre de 1980 no era más que otra consulta política, como la que la dictadura había efectuado en 1978. Como señala Renato Cristi, este proyecto constitucional para las autoridades de la dictadura no era necesario plebiscitarlo, si ganaba no tenía importancia alguna, incluso si perdía no tenía efecto alguno (Cristi, p. 22).

De todas maneras, la dictadura actúo rápidamente para publicitar su proyecto constitucional. Desde el Ministerio Secretaría General de Gobierno, el civil Jovino Novoa tuvo un rol clave en la difusión hacia los medios de comunicación. Asimismo, el mismo Pinochet y su mujer, Lucía Hiriart, iniciaron una gira a nivel nacional para promocionar públicamente el nuevo texto constitucional. En este último punto jugó un rol activo Federico Willoughby, quien trabajaba desde hace un tiempo en la conformación de un movimiento cívico nacional de apoyo político a la dictadura.

Prácticamente no hubo derecho a manifestarse, lo que finalmente llevó a que fue muy escasa la oposición visible al proyecto constitucional que se iba a consultar. El expresidente Eduardo Frei Montalva se transformó en el líder de esa oposición. Con espacios restringidos para manifestar su opinión contraria al proyecto constitucional, se recuerda el acto que organizó en el

Teatro Caupolicán de Santiago. Asimismo, un grupo de 24 juristas también se opuso públicamente a la Constitución que se deseaba plebiscitar. Lo que poco se conoce es que un sector de pinochetistas radicales, liderados por Lucía Pinochet, también se oponían a la nueva Constitución. La razón principal para oponerse que manifestaban estos últimos, pasaba por lo que ellos creían "poca capacidad de maniobra política" que dejaba a los militares en relación a los civiles.

Días antes del plebiscito, sucedió un acontecimiento que podría haber interrumpido el calendario final del proceso constitucional de la dictadura. Tras estudiar exhaustivamente el nuevo texto constitucional, los "Chicago Boys" pidieron una reunión de urgencia a Pinochet. Allí le hicieron ver que la Constitución a plebiscitar era excesivamente estatizante en relación a la propiedad privada de las concesiones mineras. Pinochet dubitativamente cedió ante la solicitud de los neoliberales, pero los generales y coroneles estatistas, como Benavides y Frez se opusieron férreamente. Finalmente el texto constitucional no se modificó. La solución que se encontró operaría de la siguiente manera: una vez que estuviera aprobada la nueva Constitución, el ministro José Piñera debería solicitar a la Junta la promulgación de una Ley Orgánica Constitucional que acomodara jurídicamente las propiedades de las concesiones mineras a los intereses de mercado que propugnaban los economistas neoliberales. Así finalmente sucedió. La Carta Fundamental de la dictadura fue aprobada en un viciado proceso electoral por un 67% de los votos emitidos.

Consideraciones finales

Con la aprobación de la nueva Constitución, el sistema de creencias de la oligarquía chilena tenía un nuevo marco protector de legalidad. La idea era que, teniendo o no en el futuro el control político del gobierno, los enclaves autoritarios impedirían cualquier cuestionamiento a la matriz de creencias de la derecha chilena. No podía repetirse lo acontecido con la Constitución de 1925 bajo los gobiernos de Eduardo Frei Montalva y Salvador Allende, que trastocaron principios legitimadores de orden social de la oligarquía chilena. De esta manera, los principios legitimadores tendrían desde ahora una serie de enclaves autoritarios que velarán en el presente y en el futuro por el resguardo de su matriz cultural sustentada en el orden y la autoridad social. Por ejemplo, en el plano militar la nueva constitución creaba instituciones como el Consejo de Seguridad Nacional, cuyo poder sustentado en la fuerza militar debía equilibrar el poder político de los civiles, cuestión que, según uno de los biógrafos del expresidente Jorge Alessandri, sería uno de los principales motivos que explica su alejamiento del "nuevo" ciclo político que se iniciaba con la nueva Constitución. La molestia de Alessandri pasaba por los artículos 93, 95 y 96 de la nueva Constitución, la cual entregaba excesivo de poder a los militares (Boetsch, p. 224).

A pesar de la existencia de enclaves militaristas como éste, debía ser la misma constitución la que se autoprotegiera de un posible intento de modificación. Fue así como al interior de ésta, se crearon sus propios "cerrojos". Así nacieron los cargos de senadores designados y vitalicios, los altos quórum para realizar reformas a la misma constitución y se creaba un nuevo

Tribunal Constitucional, con la misión autodesignada de proteger el mismo instrumento jurídico que lo había creado.

Asimismo, tras la promulgación de la nueva Carta Magna, que consagraba los enclaves autoritarios, Pinochet organizó una comisión liderada por Sergio Fernández que se encargaría de redactar la legislación transitoria hasta que la constitución entrara en plena vigencia. Esto ha llevado a analistas políticos, como Genaro Arriagada (1998), a proponer la existencia de dos constituciones: Una transitoria y otra permanente (p. 113).

En el plano social, los cambios con la nueva constitución pasaban por el giro de orientación de la función del Estado, pues el principio legitimador del orden social ya no provendrá de la autoridad de este último sino del mercado financiero mediante el principio de subsidiariedad. Además, si bien la nueva Constitución garantizaba una democracia con partidos políticos en desmedro de una orgánica con gremios (Cristi, p. 115), el mercado ahora determinaría las reglas del juego político, las cuales ya no serían decididas por el Estado sino por los empresarios dueños del mercado. Por consiguiente, la Constitución de 1980 finalmente terminó consolidando el triunfo del mercado por sobre el Estado. Solamente de esta manera se pueden comprender que en Chile constitucionalmente los principios legitimadores como el derecho de propiedad tengan más garantías que los derechos humanos y los derechos sociales. En otras palabras, el principio legitimador de la subsidiariedad desde ese momento y hasta el presente, es la garantía para los sectores dominantes de que tendrán un Estado garante de sus propiedades (Fernández, pp. 163-164), pues tal como lo recuerda el Almirante Merino en una entrevista, hasta antes de la Constitución de 1980 "no había seguridad sobre la propiedad, elemento fundamental de la sociedad cristiana" (Serrano, 1990, p. 207).

Todo este proceso histórico analizado demuestra que la derecha chilena posee una ideología. Posee una identidad cultural propia, formada por un cuerpo de creencias teopolíticas fundamentalmente de origen cristiano católico tomista. Esta unidad de creencias explica tanto su cosmovisión como su ejercicio práctico del poder político o socioeconómico. Es bajo esta comprensión histórica que a partir de la matriz ideológica doctrinaria de la oligarquía chilena, se estudió no solo el proceso jurídico que explica políticamente el proceso constituyente de la dictadura de Pinochet, sino que también se comprendió en clave cultural identitaria, en relación a lo reactivo del proceso y del contenido de la nueva constitución, que se explica a partir del trauma que les provocó a los sectores conservadores autoadvertir que su sobrevivencia como grupo privilegiado estaba en peligro, especialmente ante la serie de reformas políticas que se aplicaron bajo los gobiernos de Eduardo Frei Montalva y Salvador Allende.

Antes de perder el poder total, reaccionaron. Cuando el gobierno de la Unidad Popular anunció en 1973 el proyecto de la Escuela Nacional Unificada, se aterraron. Su marco cultural, el que legitima el tradicional y desigual orden social de Chile estaba en peligro de desaparecer. Había que acelerar su "derecho a rebelarse". Lo hicieron como les es cómodo hacerlo, cuando no pueden revertir los cambios políticos por vía democrática, con un violento golpe de Estado. Este hecho de fuerza le permitió a la oligarquía conservadora no solo salvaguardar mediante la fuerza su tradicional autoridad social sino que lograron en el plano legal, reforzarla aún más con una nueva constitución que les garantizaría el control económico, social y cultural de Chile, tuvieran o no el poder político.

En ese sentido, el presente artículo explica el complejo proceso constituyente de la dictadura de Pinochet que se inició en 1973 y que culminó en la promulgación de la Constitución de 1980, poniendo especial énfasis en las tres fases de elaboración del anteproyecto constitucional, comenzando por la "Comisión Ortúzar", pasando por el Consejo de Estado, hasta la versión final a plebiscitar trabajada por una pequeña Comisión de cercanos al dictador. En todas estas etapas, con mayor o menor injerencia, participaron civiles y militares, lo cual confirma igualmente que este régimen autoritario no solo se sostuvo en la milicia sino que también en una serie de personajes civiles, algunos con trayectoria académica o política que se trasladaron al Estado para formar parte de un gobierno autocrático.

Con la participación de todo ellos, el neoliberalismo, al quedar consagrado bajo el principio de subsidiariedad en la Constitución de 1980, será el instrumento economicista fundamental que ayudará en los próximos años a la consagración de otro de los principios legitimadores más relevantes del marco de creencias de la oligarquía chilena, la desigualdad social.

Bibliografía

Arancibia, Patricia e Isabel de la Maza. *Matthei: Mi testimonio*. Santiago: La Tercera - Mondadori, 2003.

Arancibia, Patricia y Francisco Balart. *Conversando con el General Julio Canessa Robert*. Santiago: Biblioteca Americana, 2007.

Arancibia, Patricia, Claudia Arancibia e Isabel de la Maza, *Jarpa. Confesiones políticas*. Santiago: La Tercera- Mondadori, 2002.

Arriagada, Genaro. *Por la razón o la fuerza. Chile bajo Pinochet*. Santiago: Sudamericana, 1998.

Barros, Robert. *La Junta Militar. Pinochet y la Constitución de 1980.* Santiago: Sudamericana, 2005.

Boetsch, Eduardo. *Recordando con Alessandri*. Santiago: Universidad Nacional Andrés Bello, S/A.

Cavallo, Ascanio; Manuel Salazar y Óscar Sepúlveda. *La Historia oculta del Régimen Militar.* Santiago: La Época, 1988.

Cea, José Luis. *Teoría del Gobierno. Derecho chileno y comparado.* Santiago: Universidad Católica de Chile, 2000.

Correa, Sofía. *Con las riendas del poder. La derecha chilena en el siglo XX*. Santiago: Debolsillo, 2011.

Correa, Sofía; Consuelo Figueroa; Alfredo Jocelyn-Holt; Claudio Rolle y Manuel Vicuña, *Historia del siglo XX chileno*. Santiago: Sudamericana, 2001.

Cristi, Renato. *El pensamiento político de Jaime Guzmán. Una biografía intelectual.* Santiago: Lom, 2011.

Fernández, Sergio. *Mi lucha por la democracia*. Santiago: Los Andes, 1994.

Fontaine, Arturo. *La tierra y el poder. Reforma Agraria en Chile (1964-1973)*. Santiago: Zig-Zag, 2001.

Fontaine, Ernesto. *Mi visión*. Santiago: Instituto Democracia y Mercado / Universidad del Desarrollo, 2009.

Gazmuri, Cristián. *Eduardo Frei y su época*, tomo II. Santiago: Aguilar, 2000.

Gobierno de Chile. Decreto Ley, N° 3.464. 11 de agosto de 1980.

Guzmán, Jaime. *Escritos personales*. Santiago: Zig-Zag, 1993.

Herrero, Víctor. *Agustín Edwards Eastman. Una biografía desclasificada al dueño de El Mercurio*. Santiago: Debate, 2014.

Huidobro, Vicente. *Decisión naval*. Valparaíso: De la Armada, 1989.

Huneeus, Carlos. *El Régimen de Pinochet*. Santiago: Sudamericana, 2005.

Junta Militar de Gobierno, "Acta Secreta", N° 2, 13 de septiembre de 1973.

Junta Militar de Gobierno. *101 al 200 Decretos Leyes dictados por la Junta de Gobierno de la República de Chile*. Santiago: Jurídica de Chile, 1974.

La Iglesia del Silencio en Chile. La TFP proclama la verdad entera. Santiago: Sociedad Chilena Tradición Familia y Propiedad, 1983.

Marras, Sergio. *Confesiones*. Santiago: Ornitorrinco, 1988.

Ministerio de Justicia. Decreto Ley N° 1.319. 31 de diciembre de 1975.

Olguín, Jorge. "La derecha chilena y los principios legitimadores del pre y post golpe de Estado de 1973". *Izquierdas*, nº 38, febrero 2018: 141-163.

Olguín, Jorge. "Principios legitimadores de la matriz ideológica doctrinaria de la derecha chilena, 1973-tiempo presente". *L'Ordinaire des Amériques* [En ligne], n. º 226 (2021). URL: http://journals.openedition.org/orda/5786.

Oyarzún, María Eugenia. *Augusto Pinochet: Diálogos con su historia.* Santiago: Sudamericana, 1999.

Pérez de Arce, Hermógenes. *Si o No. Qué puede pasar… ¿Habrá democracia en Chile?* Santiago: Zig-Zag, 1988.

Pinochet, Augusto. *Camino recorrido. Memorias de un soldado*, tomo II. Santiago: Instituto Geográfico Militar, 1991.

Pinochet, Augusto. *Chile enciende la llama de la libertad*. Santiago: Gabriela Mistral, 1975.

Rojas, Gonzalo. *Chile escoge la Libertad. La presidencia de Augusto Pinochet Ugarte 11.IX.1973-11.III.1990*, tomo I. Santiago: Zig-Zag, 1998.

Rubio, Pablo. *Los civiles de Pinochet. La derecha en el régimen militar chileno, 1983-1990*. Santiago: Dibam, 2013.

Salazar, Gabriel y Julio Pinto. *Historia Contemporánea de Chile*, tomo I. Santiago, Lom, 1999.

Serrano, Margarita. *Personas de mundo. Entrevistas de Margarita Serrano.* Santiago, Zig-Zag, 1990.

Thumala, María Angélica. *Riqueza y piedad. El catolicismo de la elite económica chilena.* Santiago: RHM, 2007.

Valdivia, Verónica. *Nacionales y gremialistas, el parto de la nueva derecha chilena, 1964-1973.* Santiago: Lom, 2008.

Valdivieso, Rafael. *Crónica de un rescate (Chile: 1973-1988)*. Santiago: Andrés Bello, 1988.

Varas, Florencia. *Gustavo Leigh. El general disidente*. Santiago: Aconcagua, 1979.

Vial, Gonzalo. *Pensamiento y vida en Adolfo Ibáñez*. Santiago: Cochrane, 1993.

O terrorismo de Estado no Brasil: autocracia, superexploração e racismo (1964-85)

Maria Aparecida de Paula Rago
Maria Goreti Juvencio Sobrinho

Este trabalho visa a discutir as determinações sócio-históricas do Estado brasileiro, que tem a truculência de classe, o racismo e a violência extremada como seu conteúdo central, inelidível e rotineiro, o que inclui os períodos históricos nos quais a mão de ferro do Estado não assume feição militar.

Pretende-se remontar especificamente ao período da ditadura militar (1964-85), destacando-se a importância dos movimentos sociais (negro e operário) que jogam luzes sobre o conjunto de atrocidades da ditadura. Face às vozes oficiais que buscam silenciar o passado, em nome de uma "pacificação" do país, recobre-se de urgência a discussão sobre a natureza do golpe empresarial-militar de 1964, do ordenamento econômico-social da ditadura e, especialmente, sobre a permanência de seus traços constitutivos em nossa realidade atual.

Particularidade do capitalismo brasileiro: autocracia burguesa e bonapartismo (1964-85)

Sabe-se que é da lógica processual do sistema capitalista o engendramento de formações sociais desiguais e combinadas. Dada sua origem colonial e emergência hipertardia, a sociabilidade do capital no Brasil seguiu uma trajetória particular, na

qual inexistem as condições de possibilidade da democracia. Em nossa formação, de *via colonial* (Chasin, 2000b), a instauração do verdadeiro capitalismo particulariza-se por um processo retardatário, sem rupturas com as bases excludentes do passado, por uma modernização conservadora, conciliando "pelo alto" interesses arcaicos (representados pelo latifúndio agroexportador de origem colonial-escravocrata) com o novo, o capital industrial, desenvolvendo, assim, uma acumulação centrada na superexploração da força de trabalho e na subalternidade estruturante.

Essa forma de ser da acumulação capitalista configurou uma sociabilidade conservadora altamente violenta e desigual desde sua origem. Impossibilitada de se autorreproduzir, devido à sua conciliação com a propriedade agrária de matriz colonial-escravocrata e a sua subordinação às economias centrais, a burguesia brasileira possui um inacabamento de classe, uma atrofia inata, que a incapacitou de realizar as tarefas necessárias para o desenvolvimento de uma economia nacional autônoma, não constituindo as bases materiais para promover, mesmo que nos estreitos limites do capitalismo, a inclusão social das classes subalternas. Ao contrário, o desenvolvimento capitalista no Brasil ocorreu em clara oposição ao progresso social, perpetuando a miséria, a concentração de renda e as desigualdades sociais.

A manutenção da exclusão social, a contraposição às aspirações populares, exigiu de nossa burguesia, para o exercício de seu poder e viabilização da acumulação capitalista, formas autocráticas ao longo de toda nossa história republicana que variaram entre a truculência de classe manifesta (forma autocrática burguesa bonapartista) e a autocracia burguesa institucionalizada. O golpe empresarial-militar de 1964 é o exemplo

mais extremo dessa dinâmica adotada pelas forças do capital, o que implica questionar a possibilidade concreta da efetivação de uma democracia liberal, dadas as condições particulares da *incompletude de classe* de nossos proprietários.

A instauração de uma ditadura militar-empresarial exemplifica com clareza a forma de ser das diferentes frações da classe proprietária burguesa associada, que, ao se sentirem ameaçadas pelo avanço dos movimentos sociais, delegam o poder às forças militares.

A pauperização das condições de vida e trabalho, ocasionadas por um padrão de acumulação assentado na superexploração da classe trabalhadora e na produção de bens duráveis, financiada pelos capitais internacionais, levou as classes trabalhadoras rurais e urbanas e suas lideranças a se organizarem em torno das propostas de reformas de base (eleitoral, educacional, bancária, agrária, entre outras). A ampla mobilização dos trabalhadores e do movimento grevista possibilitou a organização do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), rompendo com a estrutura sindical vertical e forjando o embrião de uma central da classe trabalhadora que luta pela liberdade e autonomia sindicais. No campo, os trabalhadores rurais e as ligas camponesas, lideradas por Francisco Julião, promoveram ocupações e lutavam pela democratização da posse e da propriedade da terra, tendo como bandeira a "Reforma Agrária, na Lei ou na Marra!". Os levantes de sargentos, fuzileiros e marinheiros rompiam a hierarquia, base da disciplina e da autoridade das Forças Armadas, aprofundando ainda mais o sentimento anticomunista. O grande temor era a transformação do Brasil em uma "República Sindicalista" sob o comando de João Goulart –e com o apoio das massas populares–, identificado como liderança do trabalhismo

esquerdista, que abriria as portas para o espectro do comunismo internacional que ganhava corpo na América Latina com a Revolução Cubana e a aproximação de Cuba à URSS, acirrando a Guerra Fria. O combate ao comunismo transforma-se em uma urgência histórica!

Mas o inimigo não se encontrava apenas no exterior. Com base nos preceitos da ideologia da Doutrina da Segurança Nacional preconizada pela Escola Superior de Guerra (ESG), quaisquer formas de desobediência civil eram rotuladas como "subversivas", especialmente o comunismo, considerando-as movimentações do "inimigo interno" em uma suposta "guerra revolucionária". A repressão ao inimigo interno, aos opositores da ordem estabelecida, resultou em prisões arbitrárias, torturas, desaparecimentos e assassinatos, deixando um legado sombrio de mortos e desaparecidos. Ou seja, o combate ao comunismo incorporava a intencionalidade da morte expressada de forma contundente pela ala mais radical, os "linha dura". Durante esse período, o Brasil experimentou uma repressão violenta sem precedentes, em que o Estado bonapartista utilizou o terror como ferramenta para manter a ordem e garantir os interesses das diferentes frações das classes proprietárias e do capital internacional.

O objetivo era disseminar, inclusive, entre as camadas civis da população, a luta contra o comunismo, facilitando, assim, a implementação de uma política de extermínio dos "inimigos internos", que poderiam estar presentes em qualquer lugar.

A doutrina de segurança nacional foi amplamente utilizada durante a Guerra Fria para justificar as ditaduras autocráticas diante da ascensão de movimentos sociais na América Latina. Segundo Rago Filho, essa ideologia contou com a colaboração

efetiva de militares norte-americanos, que desempenharam um papel crucial na orquestração do poder do capital para o combate das forças de oposição:

> [...] a composição do poder do capital para o combate das forças de oposição […] foi também orquestrada por militares norte-americanos. Atualmente, a Escola das Américas, sediada em Fort Benning, Texas, continua ativa, oferecendo cursos e treinamentos para militares. Originalmente criada no Panamá em 1949, a Escola tinha como propósito preparar os seus quadros para a "guerra revolucionária". Ao longo dos anos, tornou-se alvo de críticas globais devido aos seus manuais que ensinavam a arte e os métodos de "guerra suja", incluindo tortura, espionagem e assassinato e artimanhas no trato de praticar atrocidades (2004, pp. 145-156).

Essas práticas de formação militar oferecidas pela Escola das Américas contribuíram para a implementação de uma ideologia violenta, que visava a eliminar qualquer forma de resistência à autocracia militar bonapartista, perpetuando um ciclo de violação dos direitos humanos na região.

Diante desse cenário, diversas frações da burguesia associada, seus intelectuais orgânicos, setores variados da sociedade, tecnocratas, militares de alta patente das Forças Armadas, representantes da Igreja e o capital internacional –predominantemente americano– uniram esforços para articular o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) (Bortone, 2018; Dreifuss, 1981) , em 1961, e a oposição ao governo Goulart.

À ameaça estabelecida pela crescente ascensão dos movimentos sociais e pela possibilidade de um descontrole social, as forças do capital responderam com o golpe, destituindo o

presidente eleito e delegando o exercício do poder às forças militares, instaurando, assim, o Estado bonapartista. Ou seja:

> a burguesia renuncia ao exercício direto do poder político (isto é, ao exercício conjunto do poder por todas as frações de sua classe na esfera em que isso é possível, o parlamento), em favor de um terceiro (nesse caso, as forças armadas), renúncia que implica excluir do exercício do poder seus próprios representantes políticos (Cotrim, 2019, p. 23).

O recurso, portanto, ao bonapartismo foi a solução conservadora para impedir a possibilidade de um projeto nacional e popular (reformista) –reformas de base "altamente radicais"– no qual as massas pudessem ser incorporadas e tivessem acesso a um padrão mínimo de civilidade, mas que poderia colocar em risco, no plano econômico, a relação com o capital estrangeiro devido a seu forte teor nacionalista. O Estado bonapartista exerceria o papel de *gestor do capital atrófico e subordinado ao capital imperialista*. Segundo Rago Filho:

> O bonapartismo brasileiro, em sua objetivação histórica, se transforma, assim, numa espécie de gestor do capital atrófico subordinado ao imperialismo. […] sentindo-se ameaçados em seu poder exclusivista, os proprietários brasileiros se valeram de todos os recursos a fim de entronizar um poder burguês bonapartista, poder indireto exercido pelo grupo militar hegemônico. Reiterando, a nossa particularidade histórica, devida ao inacabamento de classe, antigo determinante universalizador das classes dominantes, é sintetizada por Engels na expressão: *O bonapartismo é a religião da burguesia!* (2001, p. 167).

O Estado bonapartista caracteriza-se pela atuação autônoma de um Executivo forte, que tem como propósito controlar todos os aspectos da sociedade e impulsionar a acumulação capitalista.

E, para isso, os gestores do capital atrófico não medem esforços para conter quaisquer movimentos de resistência, principalmente os das classes trabalhadoras, utilizando-se da violência sistemática a qualquer manifestação contrária. O capital atrófico apresentava-se como portador de um "ideal revolucionário", reafirmando a subsunção ao capital internacional, como a forma necessária para potencializar o desenvolvimento do país, bem como a manutenção da interdependência entre nações do Ocidente, excluindo, assim, qualquer possibilidade de uma propositura de capitalismo de bases nacionais.

A instauração da autocracia burguesa, em 1964, não apresentava uma proposta econômica estruturada, que, não obstante, foi se consolidando no processo, com a participação dos intelectuais orgânicos Roberto Campos e Eugênio Gudin, membros do IPES, no Ministério do Planejamento Econômico. Desde suas origens, os gestores do capital atrófico apresentaram divergências. Concordavam com os princípios do ideário de 1964 –o combate à subversão e à corrupção–, essenciais para promover uma acumulação de capital modernizante, ainda que excludente, assentada na superexploração do trabalho e no cerceamento da organização dos trabalhadores. Contudo, quanto à forma de enfrentar o comunismo, acentuado pela Guerra Fria, não havia consenso, e os conspiradores bonapartistas dividiram-se em duas facções pela disputa de poder interno. Para os "linha dura", o combate à corrupção e à subversão era prioritário e a insurreição permanente era a forma adequada. Já para os "moderados", o golpe de 1964 deveria ser visto como

uma "restauração regeneradora". Após desarticular as organizações de esquerda por meio do terrorismo de Estado, poder-se-ia partir para a institucionalização da ditadura, mas mantendo o plano econômico da ditadura. Mais uma vez, lançamos mão do autor já citado:

> Grosso modo, o bonapartismo estará dividido entre dois pólos nítidos: de um lado, o grupo da "Sorbonne", a tendência castelista, que desejava a *normalização* do país num tempo determinado e, do outro lado, o grupo dos mais radicais, a facção denominada "linha dura", que buscava erradicar a subversão até às últimas consequências, por um tempo indeterminado. A ambição desejada era o tempo necessário para a "limpeza do terreno", a preparação e a consolidação do capitalismo brasileiro em sua condição de associado e interdependente (Rago Filho, 2001, p. 178).

Os conspiradores de 1964 acreditavam que possuíam a capacidade de controlar, "pelo alto", a ordem capitalista e a estabilidade social e política, frente à incapacidade das classes proprietárias diante da situação de crise. Diante da "ameaça" do comunismo, as Forças Armadas intervieram por meio da violência sistemática, da repressão ao inimigo interno, restaurando a ordem em nome de um projeto de Brasil-potência, ancorado na doutrina de segurança nacional, preconizada pela ESG.

O Estado bonapartista, assentado no primado do desenvolvimento acelerado preconizado pelo regime militar, promoveu as condições de ajuste da economia brasileira à acumulação internacional, intensificando um padrão de acumulação centrado em bens duráveis, acessíveis apenas a uma reduzida parcela do mercado interno, com a forte presença de empresas internacionais, com o apoio do capital monopolista nacional privado

e estatal e com base no "esforço exportador" para sustentar a necessária importação de bens de capital e permitir a remessa de lucros. Ao contemplar os interesses mesquinhos e particularistas dos diferentes segmentos econômicos associados ao capital metropolitano, a burguesia acelerou o processo de concentração do capital (bancário, industrial, agrário), além de ter intensificado o aproveitamento dos capitais externos disponíveis, reiterando a subalternidade do país e aprofundando a exclusão das massas populares, descartando, assim, as ilusões de um capitalismo nacional autônomo.

O novo ciclo de acumulação no Brasil (1968-73), com taxas de crescimento exponenciais, assentou-se na política de arrocho salarial, com reajustes anuais abaixo da inflação (reduzindo salários), combinado com a lei antigreve, com o fim da estabilidade dos trabalhadores e com um aparato repressivo que garantia a ordem vigente e a submissão da classe trabalhadora. Maria Helena Moreira Alves, em seu importante trabalho, apresenta um panorama das leis de exceção ao longo da ditadura bonapartista:

> A Lei de Greve (Lei n. 4.330) foi promulgada a 1º de junho de 1964. Emendando a Constituição de 1946 (que garantia o direito de greve), ela definia as condições em que as greves seriam consideradas legais. Funcionários públicos federais, estaduais e municipais ou de empresas estatais recebiam expressa proibição de entrar em greve. Proibidas eram ainda as greves de trabalhadores em serviços "essenciais", as de solidariedade e as consideradas "de natureza política, social ou religiosa". A definição do que constitui uma greve política cabe ao governo. Fora dessas áreas, as greves "por melhores condições de trabalho ou salários" eram permitidas, mas submetidas a condições que na prática tornavam-nas virtualmente impossíveis. Muitas

> das greves declaradas legais pelos tribunais de trabalho desde 1964 ocorreram em empresas que há mais de três meses não pagavam a seus trabalhadores. Certas exigências burocráticas para a legalização de uma greve são de tal modo dispendiosas e complexas que muitos sindicatos simplesmente não podem preenchê-las. […] A Lei de Greve deve ser entendida no contexto da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Estipula o Artigo 723 desta última que em hipótese alguma os trabalhadores podem fazer greve sem prévia autorização de um Tribunal Regional do Trabalho. Entre as penas previstas para as greves não autorizadas estão a suspensão ou a demissão do trabalhador grevista sem indenização, o afastamento da liderança sindical, pesadas multas e até mesmo o puro e simples cancelamento do reconhecimento legal do sindicato (1984, pp. 76-77).

Ao longo desse ciclo sob a predominância da facção da "linha dura" do Estado bonapartista, prevaleceu o lema "desenvolvimento acelerado com segurança máxima", ou seja, a reprodução ampliada do capital sustentada na repressão extrema e na acentuada superexploração da classe trabalhadora, necessária para atender a apropriação dual da mais-valia. Essa foi a base de uma acumulação de curtíssima duração (1968-73), que a ditadura denominou de "milagre econômico", marcado pelas taxas de crescimento elevadas e pela violência e arbitrariedade sistematizada. Utilizando-se de leis de exceção, acima citadas, a dominação autocrática burguesa implementou ainda atos institucionais, como o AI-1 e o famigerado AI-5, suspendeu direitos fundamentais, incluindo a liberdade de expressão, a liberdade de reunião, cassando mandatos e partidos políticos, impondo recesso parlamentar, atingindo trabalhadores, intelectuais, estudantes. Refazendo sua estrutura jurídica para efetivar atos políticos repressivos, o bonapartismo utilizou mecanismos de

ação direta de terror, como prisões, assassinatos, perseguições, transformando práticas de tortura e desaparecimentos forçados em ferramentas de controle social sistemático.

Ainda que tenha sido "milagroso" para o capital monopolista nacional e estrangeiro, esse ciclo de acumulação foi, desde sua origem, um fracasso para a classe trabalhadora, aprofundando as condições de desigualdade inatas à particularidade do capitalismo brasileiro. Cotrim afirma que:

> A forma retardatária, subordinada e conciliada com o historicamente velho do evolver da industrialização brasileira conserva, devidamente modernizada, sua face mais perversa: a miserabilização das amplas massas trabalhadoras não resulta de uma "lacuna" distributivista, mas é a base e sustentáculo da própria forma de desenvolvimento – o que era produzido não se voltava para elas, e sua inserção social se fazia pelo critério do arrocho salarial (2019, p. 24).

O esgotamento do Milagre Econômico promoveu, a partir de 1974, um desaquecimento econômico e gerou um descontentamento entre os diferentes setores da burguesia, fazendo com que o Estado bonapartista buscasse um rearranjo no exercício de poder, sem, contudo, alterar a lógica da estrutura produtiva subordinada e excludente. A saída para o insucesso da acumulação do capital respeitaria os mesmos princípios da modernização excludente, mas com uma nova configuração na qual a doutrina do desenvolvimento e segurança assumiria um desenvolvimento possível com segurança mínima, com estabilidade interna, consubstanciada na institucionalização da autocracia burguesa. Seria necessário redesenhar a forma de dominação para garantir a autocracia burguesa bonapartista.

Como já mencionado, o Estado bonapartista no Brasil desenvolveu duas visões distintas de como realizar desenvolvimento econômico e repressão social. A facção "linha dura" entendia que o desenvolvimento acelerado e sustentável só poderia ser alcançado com a vigilância permanente aos movimentos sociais, isto é, crescimento com repressão. Ou seja, a segurança do Estado dependia do controle rigoroso sobre qualquer forma de oposição. Por outro lado, a "linha moderada" argumentava que, apesar da crise estrutural enfrentada pelo país, era possível promover um desenvolvimento garantindo um mínimo de segurança. Essa abordagem sugeria uma recessão com liberalização, ou seja, uma desaceleração econômica com algumas liberdades e reformas, sem abrir mão do controle militar. A tensão entre essas duas facções refletia as divisões internas nas Forças Armadas e a necessidade de responder às pressões sociais e econômicas.

A crise econômica havia produzido fissuras entre as diferentes frações do capital que se refletiram no bloco de poder; as diferentes categorias socias do capital atrófico não se sentiam mais representadas pelo estilo centralizador e intervencionista do governo ditatorial, responsável pelas perdas contínuas que poderiam desencadear uma recessão e promover o caos social. Após tantos anos favorecidos pela tutelagem militar, os empresários, não mais satisfeitos com as soluções do bonapartismo, passaram a clamar por maior participação nas decisões políticas.

Insatisfeitas com as soluções propostas pelos gestores do capital atrófico, as várias frações da burguesia envolvidas na crise exigiram a autorreforma da ditadura militar, sob controle do próprio Estado, por meio de uma transição "lenta e gradual", na qual pudessem debater e disputar os termos da resolução de

um "novo período de acumulação", mas mantendo intocável a lógica da estrutura econômica da autocracia burguesa.

Essa situação evidenciava que, em parte, a autocracia bonapartista havia cumprido suas finalidades mais gerais previstas, em dada medida, para aquela fase. Economicamente, garantira a superexploração do trabalho, proporcionando uma breve e ampla acumulação para determinados setores da economia. No entanto, esse crescimento não passou de um "inchaço modernizador", que, longe de romper com os mecanismos de subordinação estrutural da economia nacional, acabou por reforçá-la. Enquanto isso, na esfera político-social, a ditadura desorganizou e aterrorizou os movimentos sociais, em particular o movimento operário, e desarticulou as oposições, especialmente do ponto de vista ideológico e organizacional.

Inaugurava-se o período da autorreforma da ditadura, caracterizado pelo ardil politicista (Chasin 2000a), forma manipulatória de dissimulação dos interesses autocráticos da burguesia: discutir e reduzir todos os problemas às questões de ordem política, ou mesmo político-institucional, e manter a esfera da produção e reprodução da vida fora do debate da população em geral, em especial da classe trabalhadora. Nessas condições, a democratização estava reduzida à mudança institucional alheia às transformações econômicas.

A concepção do politicismo apresenta limitações significativas, fundamentada em uma perspectiva liberal restritiva que impede uma análise crítica sobre as verdadeiras condições da efetivação da democracia. Essa visão reduz a democracia a um mero exercício de vontade política ou a um simples jogo de forças dentro do campo político. Portanto, a ordem seria primeiramente democratizar as instituições para depois ajustar os problemas econômicos, reduzidos à questão da má distribuição de renda.

Nesse percurso da "transição pelo alto" conduzida pela ditadura, a irrupção do movimento grevista (1978-80) surgiu como uma possibilidade de rompimento com a lógica perversa da acumulação ao questionar o arrocho salarial, cerne da política econômica da autocracia empresarial-militar. Mas a repressão policial-militar e as próprias debilidades do movimento, de suas lideranças e das oposições em geral acabaram por desmobilizar a ofensiva operária.

A autorreforma do Estado bonapartista permitiu, ainda, novos passos na "abertura lenta e gradual". Entre 1975-79 emergiram os Comitês Brasileiros pela Anistia; ainda em 1979, ocorre a farsa da Lei de Anistia, que legitimou a condição imposta pelos militares de "esquecimento recíproco", anistiando vítimas e torturadores igualmente; as eleições indiretas para governadores (1982); a derrota da campanha pelas Diretas Já (1984); a eleição indireta de Tancredo Neves para presidente (1984); sua morte às vésperas da posse e o estabelecimento da "Nova República" sob a égide de José Sarney e do Plano Cruzado (1985), que, agora, em 2025 completa quarenta anos.

Outro passo no processo de institucionalização da autocracia burguesa foi a Constituição de 1988, elaborada por um Congresso não exclusivamente constituinte. Ainda que represente alguns avanços, preservou disposições relativas à propriedade de terras e dos meios de comunicação, bem como resgatou a Constituição ditatorial de 1967 e sua emenda de 1969, a "componente militar nas equações do poder", mantendo, assim, cláusulas constitucionais relacionadas às Forças Armadas, às polícias militares, ao sistema judiciário militar e à segurança pública. A mencionada militarização da polícia, realizada durante a ditadura, foi igualmente mantida pela Constituição de 1988, inclusive, sua condição de forças auxiliares do Exército.

E continua em vigor a Lei de Segurança Nacional, promulgada em 1983.

Em 1989, concretizava-se a transição "pelo alto" da ditadura bonapartista para a institucionalização da autocracia burguesa, por meio das eleições diretas para a presidência da República. Esse momento coincidia com a concretização do processo de constituição do capitalismo brasileiro de *via colonial*, impulsionado pelas transformações ocorridas no novo momento da acumulação capitalista no plano internacional: a mundialização do capital. A consolidação do capitalismo brasileiro de via colonial se deu, portanto, pela perpetuação de suas características centrais e não pela superação delas. Ou seja, "[…] Diante da globalização, a estrutura econômica conservada deveria ser devidamente modernizada para poder continuar se reproduzindo como receptor do capital subordinante" (Cotrim, 2019, p. 34).

Mantêm-se as estruturas de poder, o aparato repressivo e o tratamento policialesco, resultando na perpetuação da violência cotidiana e na continuidade da tortura. Mais importante ainda, a autorreforma do Estado bonapartista preservou os traços essenciais do capitalismo brasileiro. As relações desiguais e subordinantes aos capitais metropolitanos permaneceram, mantendo o país dependente de interesses econômicos externos. A superexploração da força de trabalho, característica central da acumulação capitalista brasileira, não foi abolida, perpetuando condições laborais precárias e salários baixos, sem ter resolvido suas mazelas econômicas, sociais e políticas. Além disso, foi mantida a exclusão social –sobretudo da população afrodescendente, dos quilombolas e dos povos originários, que seguem enfrentando barreiras significativas no acesso a direitos básicos, refletindo uma continuidade das desigualdades estruturais que marcam o Brasil desde seus períodos colonial e imperial.

Movimento negro e as greves operárias no processo de autoreforma da ditadura

A sofisticação do aparato de repressão da ditadura militar contou com a expertise e a articulação de organizações internacionais (Machado, 2022), mas o poder autocrático já havia criado e acumulado seus próprios protocolos de repressão e tortura, por meio da violência sistemática e cotidiana contra a população negra, o que foi profunda e amplamente denunciada pelo Movimento Negro Unificado (MNU), que emerge, em 1978, congregando em suas fileiras várias entidades negras do país (Moura, 1983; Gonzales, 1982).

O lançamento público do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial,[1] que logo depois passaria a ser chamado MNU,[2] ocorreu em frente ao Teatro Municipal de São Paulo, em 7 de julho de 1978, numa grande manifestação de repúdio contra dois casos de discriminação e violência raciais: a discriminação contra quatro jovens atletas negros, que foram impedidos de treinar no time de vôlei no Clube de Regatas Tietê, e

[1] O documento "Carta convocatória para o Ato Público contra o Racismo" (07/07/1978) do Movimento Unificado Contra o Racismo encontra-se disponível em: https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/noticias/em-plena-ditadura-em-7-de-julho-de-1978-a-populacao-negra-foi-as-ruas--de-sao-paulo-protestar-contra-o-racismo-e-a-violencia-estatal#:~:text=-O%20Movimento%20Contra%20a%20Discrimina%C3%A7%C3%A3o,horas%2C%20no%20viaduto%20do%20ch%C3%A1

[2] Durante a I Assembléia de Organização e Estruturação Mínima do MUCDR, em 23 de julho de 1978, a palavra "negro" foi incluída na sigla. Tal alteração não correspondia, por exemplo, à concepção de um de seus principais articulares e fundadores, Hamilton Cardoso, "para quem o movimento deveria unificar forças sociais contra o racismo". Fabio Nogueira; Flavia Matheus Rios "Consciencia negra e socialismo: mobilização racial e redes socialistas na trajetória de Hamilton Cardoso (1954-1999)" https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/249

o assassinato do trabalhador negro, Robson Silveira da Luz, no 44º Distrito Policial de Guaianases, após ser preso e torturado.

Desde o desmantelamento da Frente Negra Brasileira pela ditadura do Estado Novo (1937-1945),[3] não havia despontado na cena política brasileira um movimento negro com a magnitude e o teor político contestatório do MNU (Alberti, V.; Pereira, A. 2017). Este foi o resultado do processo de politização especialmente das camadas negras urbanas paulistas e cariocas que vinham se conscientizando "da necessidade de se autoafirmarem como *negros*", ao tomarem contato com as experiências dos movimentos negros nos Estados Unidos, como o *Black Power* e os Panteras Negras, e com as lutas de libertação da África (Moura, 1983, p. 71).

A secular discriminação, marginalização e opressões raciais respondem, sem dúvida, pelas abissais dificuldades de conscientização e organização política do povo negro, mas também é verdade que foram poucos, mesmo entre as agremiações de esquerda, que reconheceram a complexidade do racismo e o colocaram no centro da crítica teórico/prática ao capitalismo brasileiro e à ditadura. Não obstante, o povo negro não precisa estar politicamente organizado para ser reprimido, basta existir. A autocracia burguesa em sua feição militar sufoca a classe trabalhadora em geral, cerceando sua organização, mas o povo negro vive sob um *continuum* terrorismo de Estado. Vimos que as reinvindicações sociais do pré-1964 não punham em risco o capitalismo em geral, mas a continuidade de uma dada forma de acumulação capitalista, contudo, qualquer manifestação social que questione os fundamentos desta ou apenas seus efeitos

[3] A FNB surgiu em 1931 e chegou a contar com sessenta mil associados, tornou-se partido político, em 1936. Com o golpe do Estado Novo, a Frente e seu jornal *A Voz da raça* desaparecem (Moura, 1983), a respeito, ver Gomes, 2005).

é tratada pelos gestores e porta-vozes do capital atrófico como ameaça comunista e subversiva.

Enquanto projetava internacionalmente a imagem do Brasil como modelo de integração e harmonia raciais, a ditadura mantinha um completo "isolacionismo em relação ao Direito Internacional dos Direitos Humanos",[4] vigiava, perseguia e reprimia a população negra em todos os âmbitos de sua existência, tratava as denúncias de racismo e as atividades e manifestações culturais afrodescendentes –os encontros massivos de jovens nos bailes *soul*,[5] a imprensa negra e os movimentos acadêmicos e políticos– como manifestações de incitação ao ódio racial (passível de detenção conforme o art. 33 da Lei de Seguraça Nacional 1967) ou como atos subversivos.[6]

Organizado por vários expoentes da pequena classe média negra do país, e não desprovido de divergências internas, o MNU colocou na ordem do dia as necessidades mais prementes da classe trabalhadora negra, sobretudo da mulher negra, triplamente explorada (Gonzalez, 2020), e o caráter político e de classe da questão racial. Como vocalizou uma de suas prin-

[4] Comissão da verdade, Relatorio tomo I, Parte II "Perseguição à população e ao movimento negros" https://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_2_Perseguicao-a-populacao-e-ao-movimento-negros.pdf

[5] O movimento *soul* é retratado na reportagem "A questão racial: da ditadura à democracia", *TV Brasil*, que traz também depoimentos de Yedo Ferreira e Milton Barbosa, fundadores do MNU. https://www.youtube.com/watch?v=UH-CQpM2IK14; A respeito, ver Pedretti, L. (2022).

[6] Segundo o Relatório Especial de Informações, número 04/82, Centro de informações do Ministério do Exército, Gabinete do Ministro: "A partir de 1976, no eixo Rio-São Paulo, surgiram associações culturais, com o auxílio de Missões diplomáticas do Senegal e Nigéria. Essas associações culturais, através de palestras, representações teatrais, projeção de filmes de curta metragem (...), passaram a desenvolver uma propaganda racista e socialista". https://querepublicaeessa.an.gov.br/images/MovimentoNegro/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_86059514_d0001de0001.pdf

cipais lideranças, Lélia Gonzalez, "Hoje, não dá mais para sustentar posições culturalistas, intelectualistas (...) e divorciadas da realidade vivida pelas massas negras (...), não dá mais para ignorar essa questão concreta, colocada pelo MNU: a articulação entre raça e classe" (1982, p. 64). Segundo Moura, que faz uma série de considerações críticas, em particular, ao "universo *letrado*" de classe média,[7] por meio do qual se desenvolve o MNU, esta organização "apresentou inicialmente a proposta mais radical, isto é, de dinamização da nossa estrutura, incluindo e enfatizando ou priorizando as modificações radicais nas relações raciais e sociais" (2021, p. 291). É importante ressaltar que é sobre essa radicalidade, sobre a importância da emergência do MNU e de sua proposta inicial que o presente texto se ocupa, não com a trajetória posterior deste movimento.

A contundência de suas denúncias[8] e reivindicações e sua disposição para conscientizar e organizar cultural e politicamente a grande massa negra levariam o MNU a ser objeto de vigilância constante e minuciosa dos aparelhos de informação

[7] Clóvis Moura, uma das principais influências intelectuais no MNU, buscou colocar no centro da luta antirracista no país as carências e os desafios da grande massa negra. Em 1983, publica *Raízes do protesto negro* no qual identifica no Teatro Experimental do Negro, liderado por Abdias Nascimento (outra grande referência nos movimentos negros), alguns dos limites já presentes no movimento negritude internacional, notadamente a não incorporação do "projeto estético ao protesto social e político" dos negros africanos explorados sob as condições do colonialismo: "(...) surge, em 1944, o Teatro Experimental do Negro (...). Era de fato, um conjunto que apresentava a negritude de forma consciente, desejando, através da ideologia, organizar os negros no Brasil. O movimento editou o jornal *Quilombo* no qual o pensamento e a proposta do TEM se apressavam. Mas, o que esse grupo apresentava à grande comunidade negra marginalizada nas favelas, nas fazendas de cacau e de algodão, nas usinas de açúcar, nos alagados e nos pardieiros das grandes cidades? Nada" (1983, p. 103).

[8] O jornal do MNU, *o Nêgo*, também fazia denúncias sobre violência policial. Mais de vinte edições encontram-se em: https://negritos.com.br/2019/01/14/nego/

e repressão da ditadura, que o trataram como "mais um movimento esquerdista, que surge para contestar o governo e suas instituições, inclusive as palavras de ordem seguem a mesma linha ideológica já observadas em outros movimentos já existentes".[9]

Nascido no bojo do crescimento dos movimentos populares, da ampliação de diversas formas de afirmação social, estética e cultural dos negros, de valorização de sua identidade, da ofensiva operária do ABC Paulista e da luta de familiares dos mortos e desaparecidos, o MNU se levanta contra o mito da democracia racial,[10] contra superexploração, a exclusão socioeconômica, cultural e política do povo negro, contra todas as formas de opressão, pela valorização da cultura negra, por uma sociedade livre e igualitária e em apoio e solidariedade à luta de libertação dos povos da África, do povo palestino e dos demais da diáspora negra com os quais o negro brasileiro, sobretudo da classe média, vinha elevando sua consciência de si e do mundo.[11]

---

[9] Excerto da conclusão do agente do Serviço de informações de Londrina, PR, sobre a presença do MNU nessa cidade, sobre Programa de Ação do Movimento e as falas de Lelia Gonzales e demais militantes, em 16/09/1980. Arquivo Nacional, informe 177/80 ASI http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_z4/rex/ibr/0009/br_dfanbsb_z4_rex_ibr_0009_d0001de0001.pdf

[10] Carta de princípios do MNU: https://mnu.org.br/wp-content/uploads/2020/07/CARTA-DE-PRINC%C3%8DPIO-MNU-1.pdf

[11] Como destaca a militante Helena Vitória, "o MNU foi, na década de oitenta, a organização que realizou as maiores e mais importantes manifestações contra o Apartheid na África do Sul, embora não recebesse apoio político ou financeiro da Organização das Nações Unidas ONU. No início dessa década o MNU - SP garantiu também, pela primeira vez, a fala oficial no Brasil da Organização Para Libertação da Palestina OLP https://www.geledes.org.br/processo-de-adesao-os-36-anos-de-movimento-negro-unificado-mnu/. O Jornal *Versus*, criado pelo jornalista Marcos Faerman, passou a publicar o suplemento permanente: *Afro Latino América*, entre 1977 e 1979,

O MNU sempre traz à tona o significado de séculos de escravidão e da Abolição (1888), as condições historicamente produzidas de discriminação, marginalização e subalternização do povo negro, objetivadas na superexploração e subalternização, sobretudo da mulher negra, na descaracterização, esmagamento e comercialização de sua cultura, nas condições subhumanas de vida, na pobreza e na violência estatal, às quais o negro foi jogado, vale ressaltar, desde a emergência subordinada do capitalismo de via colonial, assentado na superexploração da força de trabalho para a qual o racismo é funcional, como delucida Moura por outras vias:

> O Negro foi obrigado a disputar a sua sobrevivência social, cultural e mesmo biológica em uma sociedade secularmente racista, na qual as técnicas de seleção profissional, cultural, política e étnica são feitas para que ele permaneça imobilizado nas camadas mais oprimidas, exploradas e subalternizadas. Podemos dizer que os problemas de raça e classe se imbricam nesse processo de competição do negro, pois o interesse das classes dominantes é vê-lo marginalizado para baixar os salários dos trabalhadores no seu conjunto (Moura, 2021, p. 215).

Essa subalternização que alimenta o capitalismo brasileiro foi profundamente agravada pela ditadura, cuja plataforma econômica excluiu as forças populares e, em especial, as massas negras, que, como destaca o MNU em seu Programa de Ação,

cuja motivação e articulação foram dadas em grande parte pela jornalista Neuza Maria Pereira, uma das fundadoras do MNU, que publicara no *Versus* "Em defesa da dignidade das mulheres negras em uma sociedade racista". http://www.marcosfaerman.jor.br/8_NeusaPereira.html Contribuíram para essa seção os jornalistas e militantes Hamilton Bernardes Cardoso (Zulu Nguxi) e Jamu Minka, entre outros. Além das matérias que denunciavam o racismo, o extermínio das crianças e adolescentes, o suplemento repercutia o protagonismo negro no Brasil e no mundo, a arte e a poesia negras.

constituem a maioria "nas favelas, cortiços, alagados, prostíbulos, prisões, invasões, nos setores de mão de obra barata (garis, trabalhador braçal, peões, boias frias, empregadas domésticas, etc), consequentemente, a maioria dos anafalbetos e marginais".[12] O trabalhador negro, conforme o Programa, é a parcela mais atingida pelo desemprego, mas dele é exigida carteira profissional assinada, sob pena de detenção policial. A perseguição cotidiana e um sistema jurídico racista e classista levam ao encarceramento em massa de negros e pobres em cadeias infectas, nas quais sofrem torturas e toda sorte de violação dos direitos humanos: "Quando um preso político é torturado, na realidade o seu torturador já fez o seu 'vestibular' no chamado preso comum".

O MNU é praticamente voz isolada no seio das oposições à ditadura militar ao denunciar a violência e as atrocidades do Estado contra a população negra, a discriminação, as prisões arbitrárias, as torturas e os desaparecimentos forçados, ao trazer para o debate público que os alvos da mão de ferro do Estado extrapolavam e muito os grupos de esquerda, os chamados terroristas e subversivos, ao insistir que os inimigos históricos do Estado brasileiro tinham classe social, cor e territórios específicos.

Por conseguinte, foi esse Movimento recém criado que apresentou ao Congresso Nacional (1978) o legítimo conteúdo social que deveria pautar uma verdadeira anistia ampla, geral e irrestrita, expresso em sua tese intitulada "O papel do aparato policial do Estado no processo de dominação do Negro e

[12] Programa de Ação do Movimento Negro Unificado, 1978. Arquivo Nacional: BR DFANBSB VAZ.0.0.24451 – Dossiê http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_zd/br_dfanbsb_zd_0/br_dfanbsb_zd_0_0/br_dfanbsb_zd_0_0_0003a/br_dfanbsb_zd_0_0_0003a_0058/br_dfanbsb_zd_0_0_0003a_0058_d0001de0001.pdf

a Anistia" (Moura, 1983, Apêndice, pp.158-163), no qual são desnudadas, entre outras, as causas histórico-sociais da discriminação e violências raciais e de duas formas de ação individual que desembocam na violação da propriedade privada, que, por sua vez, vinculam o "preso comum" ao "preso político"[13] e vice-versa.

Nessa proposição endereçada ao Congresso brasileiro, o MNU, trazendo à tona a longa história de repressão à existência e à resistência do povo negro, destaca que "Os quilombolas foram as primeiras vítimas das perseguições políticas no Pais", mas devido ao processo discriminatório e excludente da abolição formal da escravidão "Desde então, ser negro passou a ser vergonha para o indivíduo e um perigo para a sociedade. E a perseguição policial ao negro já não era mais um fato político, uma contraposição às suas lutas por direitos, mas uma perseguição comum" (Moura, 1983, p. 159).

O fundamento racista das perseguições policiais aos negros, em todos os âmbitos de sua existência, cuja função é "quebrá-lo psiocológica e organizativamente", torna o negro uma vítima do Estado, faz do preso comum um preso político, cuja maioria é pobre e negra, que fica "à mercê da violência policial com

[13] "A forma do indivíduo expressar a sua oposição em relação à situação atual, varia de acordo com o seu grau de consciência. Se o indivíduo tem claro as causas que geram a sua condição de dominado e explorado, ele se organizará em um grupo político e terá uma atuação organizada. Quando ele não tem essa consciência, a sua ação se dará ao nível individual, daí o assalto ao patrimônio privado. Nos dois casos a ação do indivíduo expressa uma posição política; (...) O estado reprime em ambos os casos. Agora quando o indivíduo participa de uma luta política por uma sociedade mais justa e pratica o assalto contra a propriedade privada (...) é considerado Preso Político. No entanto, quando a ação se dá ao nível individual, o elemento que a pratica é considerado Preso Comum, do que discordamos e caracterizamos também como Preso Político" (Moura, 1983, Apêndice, p.162).

formas variadas de tortura (físicas e psicologicas)". Ciente da longa luta que tem pela frente "no sentido de alcançar Trabalho, melhores condições de vida, organização e autodeterminação da população negra", o MNU conclama "a todos presentes neste Congresso a lutarem pela revisão dos processos e penas de todos os presos comuns, por melhores condições carcerárias, por mais prisões abertas e efetiva reintegração dos presidiários na sociedade, pelo fim da opressão policial, por mais trabalhos para Negros e melhores condições de vida, pela liberdade de organização e expressão, pela anista ampla, geral e irrestrita" (Moura, 1983, p. 163).

Ainda nessa proposição, o MNU coloca uma das questões, que, a nosso ver ser, é central no processo de autoreforma do sistema em curso naquele momento:

> A questão que se coloca para o governo é como manter a grande maioria Negra alijada das conquistas conseguidas pelos trabalhadores, tais como: Direito ao Trabalho, Horas máximas de trabalho diário, Aposentadoria, Assistência Médica, etc, e principalmente como mantê-los desorganizados, divididos e inconscientes das causas da nossa miséria (Moura, 1983, p.160).

Desde a fase escravocrata, a violência extremada, as perseguições, a tortura, as execuções sumárias são perpetradas contra a população negra e os povos originários, porém, a luta pelos direitos humanos apenas surge no país quando o terrorismo de Estado se estende a todos aqueles considerados inimigos internos. A denúncia de violação dos direitos humanos surge, assim, para a defesa daqueles que foram perseguidos, torturados e assassinados pelas forças estatais por razões políticas (os opositores políticos da ditadura, os estudantes, os militantes da luta

armada, em geral, homens brancos). Somente nesse momento, como ironiza Lélia Gonzales, a classe média "descobriu" que havia tortura no Brasil:

> Quando o arcebisto do Rio de Janeiro, dom Eugênio Sales, fez uma visita de Natal aos presídios cariocas, uma revista semanal saiu com a seguinte manchete "Descoberta: preso comum também é torturado". O país é tão racista que inclusive até os setores progressistas nunca viram isto. Em suma: a classe média branca foi descobrir que existe tortura porque seus filhos foram torturados, assassinados e até desaparecidos durante um projeto de luta, muito justo por sinal contra a ditadura. Esse pessoal não atentou para o detalhe que os maus tratos acontecem, tradicionalmente, há séculos, com os jovens negros de famílias pobres (Gonzales, L. 1982b, p. 33).

Vale recordar que o critério para que uma pessoa constasse nas listas dos mortos e desaparecidos era o fato de ter sido um opositor político, o que demandava todo um trabalho de investigação e comprovação feito pelos diversos grupos e entidades que reivindicavam esclarecimentos, responsabilização do estado e julgamento de seus agentes, o que não foi atendido pela lei de anistia de 1979, que igualou os torturados aos torturadores. A continuidade dos trabalhos de investigação da Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos leva a ampliação e a consolidação das listas produzidas nos anos anteriores e a publicação, em 1985,[14] do "Dossiê dos mortos e desaparecidos", que, à luz do que ocorria na Argentina, exigia a realização daquelas reinvidicações como "imperativo do processo de democratização real da sociedade

[14] Em 1985, surgiram várias denúncias sobre a presença de torturadores em cargos públicos do governo do estado do Rio de Janeiro. Foi a partir da articulação dessas denúncias que surgiu o Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM).

brasileira, que precisa conhecer a verdadeira história do regime militar de 1964" (*apud* Pedretti, 2024, pp. 144-145). Todavia, a nova lista mantem o critério das anteriores: o reconhecimento da militância política das vítimas da violência "ilegítima", de forma que "o que estava em jogo era menos a tipificação do crime, a circunstância da morte ou o grau de arbitrariedade, violência e brutalidade da conduta dos agentes do Estado. O mais definidor era que o próprio movimento social reconhecesse aquele caso como uma morte ou um desaparecimento de natureza política" (Pedretti, 2024, p. 146).

A ampliação da luta de grupos e familiares em busca da verdade, justiça e reparação levou a algumas conquistas, que, no entanto, não alteraram a essência da Lei de Anistia de 1979. No âmbito do Estado foi criada a lei 9.140 de 1995, que responsabiliza o Estado pela violação dos direitos humanos e crimes praticados durante a ditatura militar, o que levou a criação da Comissão Nacional da Verdade e ao processo de indenização das vítimas e familiares, mas não a punição dos agentes responsáveis. O próprio discurso de um dos principais expoentes da oposição à ditadura, do presidente Fernando Henrique Cardoso, ao sancionar a lei de 1995, reitera os termos e o sentido que os militares imprimiram na Lei de Anistia de 1979: "O esquecimento dos atos praticados por qualquer dos lados do espectro político permitiu a plena reconstrução da democracia. Com isso, os valores da liberdade e do respeito aos direitos humanos puderam triunfar no Brasil. É nesse contexto de uma nação reconciliada e desejosa de reparar injustiças e omissões que ora proponho esta nova lei".[15]

[15]https://fundacaofhc.org.br/exposicoesvirtuais/wp-content/uploads/2021/07/2.-rascunho-do-discurso-assinatura-do-projeto-de-lei.pdf. Criada, em 1995, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça somente foi incorporada ao Estado, em 2002, por meio da lei n.o 10.559.

O debate em geral em torno da anista não levava em conta propriamente a tipificação do crime ou o grau de arbitrariedade, violência e brutalidade do Estado, mas o reconhecimento da militância política das vítimas da violência ilegítima, o que acabou por colaborar com a ideia de que a violência "ilegítima" do Estado (passível de reconhecimento e repúdio pela sociedade e, pois, de anista) se restringia às pessoas que sofreram as atrocidades do Estado por razões políticas, invisibilizando, assim, as demais vítimas das arbitrariedades do Estado, que aparecem no universo da chamada violência comum ou da violência urbana. Ocorre que a repressão política e a repressão direcionada à chamada criminalidade comum faziam parte de um mesmo aparato, pensado e estruturado segundo a Doutrina de Segurança Nacional (Guerra, 2016). Não por acaso, um dos aparelhos legais de repressão (reduto das torturas e dos assassinatos) chamava-se Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). A Ditadura do grande capital exigia o controle e a repressão de todos os inimigos internos do Estado, tanto dos seus opositores políticos diretos quanto daqueles que contêm a rebeldia em potencial (o povo negro, a classe trabalhadora), dos que contrariam o padrão "branco universal" e a moralidade burguesa (negros, pessoas homoafetivas, prostitutas, "macumbeiros"...), assim como dos povos originários, quilombolas, ribeirinhos, que foram vítimas de violentos esbulhos, em cujos territórios foram executados os projetos empreendidos pelo Estado e a burguesia local, em sua associação subordinada com o imperialismo.[16] Esta mesma associação, a par da chamada revolução verde, aprofundou violentamente a concentração da propriedade rural no país e, por conseguinte, a violência no

[16] A exemplo do Grupo Aracruz S/A, do agronegócio, papel e celulose, criada, em 1967, pelos militares. Esse grupo dominou, entre outros, o território Quilombolas do Sapê do Norte, no Espírito Santo. A respeito, ver, Ferraz, J. (2024).

campo e o êxodo dos trabalhadores, cuja maioria é formada por indivíduos não brancos.

O Estado bonapartista (1964-1985),[17] o ponto mais sofisticado e truculento ao que a autocracia burguesa brasileira chegara, havia, pois, de aprimorar e aprofundar o tratamento violento que sempre aplicou aos protestos sociais e aos trabalhadores negros, cuja racialização é funcional para superexploração do conjunto da classe trabalhadora no país (Sobrinho, 2023). Com a centralização das forças policiais estaduais, sua militarização e o controle exercido pelo Exército (Decreto-lei 667/1969), foi intensificada a repressão preventiva e punitiva das "classes perigosas". Além das batidas cotidianas nas favelas,[18] milhares de seus moradores foram violentamente expulsos pelo poder público. Caso exemplar dessa situação é a do Rio de Janeiro, que desde os primórdios da República é palco de expulsão das massas populares (notadamente de negros libertos e de seus descendentes) das áreas centrais da cidade, o que leva a formação de favelas nas encostas dos morros cariocas. Longe de resolver o problema habitacional da classe trabalhadora, já que sua política econômica se assentava na superexploração e no consumo exclusivo das camadas médias e altas, para as quais foi destinada toda sorte de créditos, a Ditadura intensifica a remoção forçada das favelas no Rio de Janeiro, que, não por acaso, finda com o esgotamento do chamado milagre econômico (Pestana,

[17] Resta observar que há um profundo distanciamento entre o bonapartismo em sua expressão clássica e o bonapartismo brasileiro: expressão própria da via colonial de objetivação do capitalismo. Porém, o que torna necessário o estado bonapartista é comum a todas as particularidades históricas, o de ser guardião da burguesia, sempre que esta se veja ameaçada ou obstada para dar continuidade ao seu processo de acumulação.

[18] Informação revelada pela Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro https://memoriasdaditadura.org.br/policia-politica-e-social/

2024), mas é retomada, especialmente a partir dos anos 1990, e numa magnitude sem precedentes, no contexto pré-Copa e Olímpiadas (Faulhaber; Azevedo, 2015), quando as favelas cariocas passam a obstar a especulação imobiliária e os interesses do grande capital. Tal processo, contudo, extrapola esses mega eventos esportivos, que foram reivindicados e efusivamente festejados pelo governo federal e seus aliados. A par da intensificação da superexploração da força de trabalho, das reformas trabalhista e previdenciária, a despossessão de terras (urbanas e rurais), a apropriação privada de serviços públicos e do próprio orçamento do Estado fazem parte das novas incursões do capital em áreas que lhes permitem garantir sua lucratividade num ambiente de queda da taxa de lucro (de crise estrutural do capital). Em conjunto, vemos, pois, o aprofundamento da histórica segregação espacial das massas populares, majoritariamente negra, em favelas, periferias (que ainda não são objeto de consumo da classe média) e em rincões do país, territórios estes despojados de toda sorte de infra-estrutura,[19] nos quais o Estado somente aparece pela via da repressão, distantes das vistas das elites brasileiras e internacionais, mas objeto direto das extorsões e violações perpetradas pelas organizações criadas no seio do próprio Estado: as milícias e os esquadrões da morte.[20]

Como já se fez menção, o processo de autoreforma da ditadura –que preserva o ordenamento socioeconômico subordinado ao imperialismo e, pois, a racialização e superexploração

[19] Segundo o senso 2022 do IBGE, pretos, pardos e indígenas são os que têm menos acesso a saneamento básico no país. https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/pt/agencia-home.html

[20] Ver *A expansão das milícias no Rio de Janeiro: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados*, GENI/UFF e Observatório das Metrópolis, 2021 https://br.boell.org/sites/default/files/2021-04/boll_expansao_milicias_RJ_FINAL.pdf

da classe trabalhadora– se impõe com a crise econômica gerada pelos anos de "milagre" econômico. Os gestores do estado são obrigados a abrir espaço de debate para a própria burguesia, carente agora de uma nova fase de acumulação, mas fechando o debate econômico para a classe trabalhadora e a grande massa negra, as únicas interessadas na construção da democracia. As classes dominantes lançam mão, então, do ardil politicista: levar ao debate público somente as questões político institucionais e manter a questão central, a econômica, fora do debate das massas populares.

O movimento operário do ABC paulista (1978-1980) e o Movimento Negro Unificado emergem num momento crucial da crise da ditatura militar, que perdera sua base de legitimação com fim do "milagre". Afora as diferenças entre esses dois movimentos, suas respectivas expressões numéricas e graus de ameaça ao sistema, ambos expressavam as principais forças sociais interessadas na construção de uma efetiva democracia no país. O movimento negro vinculava a luta do povo negro à luta do proletariado brasileiro, incluía as reivindicações mais gerais da classe trabalhadora (fim da superexploração, liberdade de expressão e sindical, direito de greve, reforma agrária, garantia trabalhista aos trabalhadores rurais) e as demandas específicas da classe trabalhadora negra: habitação digna, saúde, direitos trabalhistas para as empregadas domésticas, fim da divisão racial do trabalho, liberdade religiosa, universalização do ensino público e educação voltada para os interesses e valores do povo negro e dos demais oprimidos, legalização da posse de terras ou doações, fim da perseguição racial no trabalho, fim da discriminação e da violência raciais, que acorrentavam o povo negro ao desemprego e à marginalização crônicos.

A lei antigreve imposta pelos militares foi estiolada pelos braços parados do operariado paulista, pelas suas massivas paralisações (1978-1980), que reivindicavam não apenas autonomia e liberdade sindicais, mas também o fim do arrocho salarial, com o que atacavam diretamente a principal base de sustentação da ditadura militar: a política econômica sustentada na superexploração da força de trabalho, que produzira a carência e a fome, contra as quais as massas se rebelaram. Ora, não foi também em nome das necessidades mais imediatas da classse trabalhadora negra, não foi contra a fome, a miséria e a repressão estatal que o MNU se coloca inicialmente? Mas este movimento denuncia outros elementos que recrudesciam a política do arrocho e as consequências inevitáveis do chamado milagre brasileiro (1969-1973) sobre os ombros da classe trabalhadora negra, cuja maioria, alocada em favelas, padeceu no subemprego ou com o desemprego. O MNU ataca diretamente, sem subterfúgios e contemporizações, o secular terrorismo de Estado, denuncia o genocídio, a discriminação e violência raciais, não como prerrogativas apenas da ditadura (do Estado bonapartista).

Em suas análises da ditadura militar e especialmente das greves operárias no ABC paulista, Chasin destaca a potencialidade do movimento operário e as possibilidades e exigências que se abriam naquele momento, notadamente a construção de uma "plataforma democrática global e concreta", que imprimisse nas franquias político-institucionais (anistia, liberdade sindical e partidária, eleições diretas, constituinte) um conteúdo pautado pelas necessidades e objetivos das massas trabalhadoras: o fim da superexploração da força de trabalho, que implicaria no reordenamento dos rumos das atividades econômicas, isto é,

uma plataforma alternativa a partir da qual outras e diversas categorias sociais, interessadas na construção da democracia, pudessem se aglutinar e se solidarizar, já que, como argumenta:

> (...) não é a exigência de comer um claro direito democrático? Ou, não é a anistia a liquidação do arrocho da liberdade? E não há que anistiar da fome? E gritar pela existência material não é lutar pela liberdade de expressão? Tudo isto constituinte da produção de uma nova forma de politicamente existir, na política de um novo ordenamento constituinte da produção (Chasin, 2000b, pp. 107-108).

Ora, uma plataforma dessa natureza, coerente com seus postulados, não deveria também equacionar um dos maiores e mais complexos problemas sociais do país, a discriminação e a violência raciais, que, por sua vez, dividem com os demais problemas sociais as mesmas raízes?

As oposições à ditadura, partidárias e suas lideranças, contudo, com raras exceções, malbarataram a potencialidade das greves operárias e secundarizaram a gravidade do racismo e as pautas trazidas pelo movimento negro. A reposição do movimento operário abria a possibilidade de escapar do ardil politicista armado pela ditadura, de elevar a crítica à totalidade do ordenamento econômico-social do capitalismo brasileiro. As denúncias e reivindicações do MNU não apenas explicitavam o cinismo e a desfaçatez do discurso oficial da ditadura (democracia racial) como exigiam uma crítica radical aos fundamentos socioeconômicos, racistas e antidemocráticos do Estado brasileiro. Mas não foi a essa tarefa à qual se lançaram as lideranças oposicionistas e partidárias, como o MDB de então e posteriormente o PT, que, fragmentando o universo da produção e reprodução da vida, separando

produção e distribuição, ou, o que dá no mesmo, propugnando um distributivismo, uma repartição equitativa dos resultados da produção, acabaram canalizando as energias sociais desses movimentos para as suas próprias perspectivas político-institucional (reconstrução e valorização dos partidos,[21] eleições para governadores e campanha pelas diretas e processo constituinte), sem, no entanto, consubstanciá-las e potencializá-las com um projeto de transformação socioeconômica que minasse as bases objetivas da exclusão social e do racismo, com o que sucumbiram ao ardil politicista armado pela própria ditadura.

Trata-se, pois, de um desafio que vai além da questão se o (a) eleitor (a) negro vota ou não em candidatos (as) negros (as), ou de quantos candidatos negros são apresentados pelas legendas partidárias. A questão é: qual o projeto de transformação efetiva da realidade social da maioria da população, sobretudo da grande massa negra discriminada e violentada em todas as suas formas de existência, que é disputado no âmbito da luta política institucional e perseguido nos demais âmbitos da luta de classes por todos aqueles interessados na superação do racismo, na efetiva construção democrática?

---

[21] Segundo Moura, o próprio movimento negro, que se estruturou durante a ditadura militar, irá se fragmentar a partir da chamada *redemocratização*. "Fragmenta-se assim aquela tentativa do negro de organizar-se nacionalmente com uma proposta de resgate étnico e social. Muitos dos seus componentes passar a ser militantes daqueles partidos que se formaram em seguida" muitos dos quais "não apresentavam nenhuma proposta concreta de significado ideológico, doutrinal ou político no que concerne ao dilema racial brasileiro" (2021, pp. 296-297), cujo "centro nevrálgico", segundo Moura, reside na grande massa negra, que também "é rejeitada e estigmatizada, inclusive por alguns grupos de classe média que não entram em contato com ela, não lhe transmitem identidade e consciência étnica" (Moura, 2019, p. 31).

Considerações finais

A partir do processo de institucionalização da autocracia –da chamada erroneamente democratização– ampliam-se diversos grupos e entidades que lutam pela revisão da lei de anistia, por memória, verdade, reparação e justiça de transição, assim como de organizações que reivindicam indenização das vítimas históricas do estado brasileiro.[22]

A punição dos responsáveis pelas práticas de tortura, mortes e desaparecimentos forçados de todas as vítimas da violência estatal (antes, durante e após a ditadura) faz parte do amplo acerto de contas que resta por fazer no país. A impunidade dos militares, da classe empresarial e dos demais responsáveis por aquelas atrocidades contribuiu, sem dúvida, para o aprofundamento da violência após a ditadura, para o recrudescimento dos aparelhos de controle e repressão sobre os movimentos sociais e as massas populares, em especial negra.[23] Entretanto, a fome, a miséria, a marginalização social e o racismo produzidos por um determinado modo de produção e reprodução material da vida testemunham outras atrocidades (tão graves quanto aquelas) cometidas pela burguesia e seu Estado bonapartista.

[22] Entre outras, a OLPN – Organização pela Libertação do Povo Negro, que luta pela reparação histórica da escravização do negro, a Comissão da Verdade da Escravidão Negra no Brasil, o coletivo Mães de Maio, a Rede de mães contra o Terrorismo de Estado, a Coalização Negra por Direitos.

[23] Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024), o risco de um negro ser morto pela polícia é quatro vezes maior que o de um branco. Os casos de homicídio e feminicídio, agressões domésticas, perseguições, violência psicológica e estrupo atingiram 1.238.208 mulheres somente em 2023, o que atesta aquilo que Angela Davis e tantas outras enfatizam há décadas: quanto maior o uso da violência estatal no tratamento dos problemas sociais maior a violência na esfera doméstica, sobretudo contra as mulheres.Acesso ao Anuário: https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253, pp. 20-35, 137-144.

Como vimos, este emerge, em 1964, para o aprofundamento do sistema produtivo brasileiro em sua associação subordinada ao capital externo, assentado na superexploração da força de trabalho, na exclusão social e racial, inimigo, pois, da classe trabalhadora e dos interesses nacionais, oposto, em suma, ao mínimo de existência concreta que a noção de democracia possa corresponder.

Assim, a partir de 1973, por iniciativa e controle do próprio Estado, desencadeia-se seu processo de autorreforma, justamente para preservar aquela equação econômica que produzira a fome e a miséria, assim como sua própria crise de acumulação. Tal ordenamento econômico, traduzido por muitos como *desenvolvimentista*, ainda hoje é louvado por certas parcelas ilustradas da sociedade, que repudiam a mão de ferro do Estado, mas não a base socioeconômica, que lhe deu origem e sustentação e que tem sido aprofundada em seus traços essenciais. O silenciar sobre o passado foi, assim, além do silêncio imposto sobre os responsáveis pelas torturas, mortes e desaparecimentos forçados, que a lei de anistia (1979) legitimou, foi também e continua sendo o silêncio sobre a totalidade do ordenamento econômico-social, que produziu e permanece produzindo os algozes de todas as vítimas do terrorismo de Estado: as oposições políticas e as forças populares, sobretudo, a grande massa negra.

Após a ditadura, e como resposta à intensificação da desigualdade e miserabilidade sociais, houve um aprofundamento da violência estatal, assim como da violência na esfera doméstica. As altas taxas de letalidade das forças policiais, cujas vítimas têm cor, gênero e territórios determinados, o genocídio dos jovens negros e dos povos originários, o encarceramento em massa, as práticas de tortura, as execuções sumárias, os desaparecimentos

forçados, os cemitérios clandestinos, as chacinas que se tornaram corriqueiras no país, os esquadrões da morte, cujas vítimas jazem em cemitérios clandestinos ou em valas de indigentes, atestam que a ditadura não faz parte do passado, ela se perpetuou por outras vias, o que, aliás, foi desejo confesso de seus gestores. De sorte que, a nosso ver, uma eventual e efetiva reparação histórica implica em profundas transformações da realidade brasileira atual.

Referências

Alberti, V.; Pereira, A. (2007). *Histórias do Movimento Negro no Brasil*. FGV/Pallas, 2007.

Alves, M. (1984). *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Vozes.

Bortone, E. (2018) *O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e a ditadura empresarial-militar. Os casos das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica (1964-1967)*. Tese de doutoramento, UFRJ.

Chasin, J. (2000a). "A determinação ontonegativa da politicidade". *Revista Ensaios Ad Hominem*, *1*(Tomo III – Política). Ad Hominem.

Chasin, J. (2000b). *A miséria brasileira*. Ad Hominem.

Cotrim, L. (2019, novembro). "A autorreforma da ditadura militar: A reiteração da autocracia burguesa". *Revista Eletrônica Arma da Crítica*, (12).

Cotrim, L. (2016). *Violência política e formas particulares de objetivação do capitalismo*. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/cotrim/2016/10/90.pdf.

Custódio, L. (2017). *Um estudo de classe e identidade no Brasil: Movimento Negro Unificado – MNU – 1978- 1990*. Dissertação, Universidade de São Paulo.

Dreifuss, R. (1981). *1964 A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis. Vozes.

Faulhaber, L; Azevedo, L. (2015). *Remoções no Rio de Janeiro olímpico*. Mórula Editorial.

Fernandes, F. (1976). *Circuito fechado*. Hucitec.

Ferraz, J. (2024). *60 anos do golpe empresarial militar no Brasil: violações de direitos dos indígenas Tupinikim e Guarani do Espírito Santo* RIDH, vol. 12, n. 1.

Gomes, F. (2005). *Negros e política 1888-1937*. Jorge Zahar.

Gonzalez, L; Hasenbalg, C. (1982). *Lugar de negro*. Marco Zero.

Gonzalez, L. (1982b) *Cadernos do Terceiro Mundo*. Ano IV, número 41.

Gonzalez, L. (2020) *Por um feminismo afro-latino-americano*. Zahar.

Guerra, M. (2016). *Polícia e ditadura: a arquitetura institucional da segurança pública de 1964 a 1988*. Ministério da Justiça e Cidadania.

Machado, R. (2022). Por dentro da liga mundial anticomunista – gênse e gestão da WALCL. Tese de doutorado, PUC/SP, 2022.

Moura, C. (1981). *Rebeliões da senzala*. Ciências Humanas.

Moura, C. (2019). *Sociologia do negro brasileiro*. Perspectiva.

Moura, C. (2021). *Dialética radical do Brasil negro*. Anita Garibaldi.

Moura, C. (1983). *Raízes do protesto negro*. Global.

Nascimento, A. (2016) *O genocídio do negro brasileiro*. Perspectiva.

Rago Filho, A. (2001). Sob esse signo vencerás! A estrutura ideológica da autocracia burguesa. *Cadernos AEL (Arquivo Edgar Leuenroth – IFCH/UNICAMP)*, *8* (14-15). Unicamp.

Rago Filho, A. (2004). A lógica perversa do capital atrófico. *Communicare (Porto)*, *4* (2), 145-156.

Sobrinho, M. (2023) As bases objetivas do racismo no Brasil. https://www.revistabarravento.com.br/post/as-bases-objetivas-do-racismo-no-brasil

Pedretti, P. (2024). *Transição inacabada*. Cia das Letras.

Pedretti, L. (2022). *Dançando na mira da ditadura: bailes soul e violência contra a população negra nos anos 1970*. Arquivo Nacional.

Pestana, M. (2024). Golpe de 1964, ditadura e favelas cariocas: reflexão sobre as formas de dominação de classes", In: Veja; Rubem; Ubem; Mattos. Trabalhadores e ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal. Consequência.

Violência de Estado no Ceará, o luto e a luta das mães das vítimas na chacina da grande Messejana (2015-2023)

Maria Elizabeth Cosmo Melo

> Nos últimos tempos na favela, os tiroteios aconteciam com frequência a qualquer hora. Os componentes dos grupos rivais brigavam para garantir seus espaços e freguesias. Havia ainda o confronto constante com os policiais que invadiam a área. O irmão de Zaíta liderava o grupo mais novo, entretanto, o mais armado. A área perto da sua casa ele queria só para si. O barulho seco de balas se misturava à algazarra infantil. As crianças obedeciam à recomendação de não brincarlonge de casa, mas às vezes, se distraíam. E, então, não experimentavam somente as balas adocicadas, suaves, que derretiam na boca, mas ainda aquelas que lhes dissolviam as vidas (Evaristo, 2014, p. 76)[1].

Antes de iniciar essa discussão, em respeito às vítimas e entendendo a importância da humanização de vidas para além de dados estatísticos e objetos de estudo, rememoro o nome de todos os mortos na Chacina da grande Messejana em breve nota.[2]

Este estudo inscreve-se na"escrevivência", neologismo criado pela ativista negra, intelectual e romancista brasileira Conceição Evaristo (2017), que o desenvolve com o objetivo de

[1] Evaristo, C. "Zaíta esqueceu de guardar os brinquedos". In: Evaristo, C. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

[2] Álef Souza Cavalcante (17 anos), Pedro Alcântara Barroso do Nascimento Filho (18 anos), Jandson Alexandre de Souza (19 anos), Renayson Girão da Silva (17 anos), Patrício João Pinho Leite (16 anos), Jardel Lima dos Santos (17 anos), Antônio Alisson Inácio Cardoso (17 anos), Marcelo da Silva Mendes (17 anos), Valmir Ferreira da Conceição (37 anos), Francisco Elenildo Pereira Chagas (41 anos), José Gilvan Pinto Barbosa (41 anos).

originalizar e organizar seus textos. Evaristo procura unir escrita e experiências cotidianas de forma tão íntima que as confunde, refletindo-as em seus trabalhos. Assim, a partir de sua técnica, permito-me analisar um processo de violência perpetrada a uma periferia em particular, comum a todas as regiões pobres do Brasil, regiões estas das quais também fui moradora por muito tempo.

Desta forma, amparada pela lógica da escrevivência, é válido narrar que meus escritos, em sua maioria, também estão atrelados às minhas experiências cotidianas. É por uma dessas vivências que cheguei ao tema deste trabalho quando, durante uma temporada de férias no litoral cearense, me deparei com uma ação policial truculenta que afetava o cotidiano de uma pequena comunidade de pescadores. A percepção de tal violência nunca foi novidade para mim; porém, intensificou-se naquele verão, quando avistei, de uma das varandas da residência, um helicóptero com policiais armados sobrevoando e mirando civis na praia, apontando potentes armas de fogo na direção da orla.

Soube depois que o motivo da ação era uma perseguição de agentes do Estado a suspeitos de matarem um policial em Fortaleza. Estes teriam fugido e estariam escondidos entre os habitantes do vilarejo. Durante dois dias, a pequena cidade de Aracati tornou-se um lugar vigiado e cercado: havia *blitz* policiais nas estradas, helicópteros sobrevoando o litoral e policiais armados circulando pelos povoados. O intenso policiamento local e externo fez a cidade pacata parecer uma zona de guerra. Ao final do segundo dia de buscas, três jovens foram encontrados e mortos em uma mata de restinga próxima à praia, executados sem julgamento formal.

O que mais me chamou a atenção foi o apoio aberto da mídia ao ocorrido. Durante toda a programação local, a cobertura intensa informava o paradeiro dos jovens e alertava os moradores sobre as investidas militares, tratando a prática de "justiçamento" policial como comum e aceitável. Além disso, a presença ostensiva de militares fortemente armados circulando pela cidade foi socialmente normalizada, mesmo colocando em risco a vida de moradores e turistas. (Nargoski, 2024)

Diante dessa inquietação, pesquisei casos semelhantes de "revide policial", também conhecido como "operação vingança" e cheguei ao brutal episódio da chacina da Grande Messejana, em 2015, e, consequentemente, ao coletivo das *Mães do Curió*. A chacina ocorreu no bairro Curió, periferia da Grande Messejana, Fortaleza, entre 11 e 12 de novembro de 2015, marcando-se como a maior já registrada no estado. Em uma ação orquestrada e violenta, ocorreram múltiplos homicídios em diferentes pontos da região, simultaneamente. Conforme as investigações, a chacina foi uma represália à morte de um policial militar, ocorrida horas antes durante um assalto. As vítimas, alvejadas aleatoriamente, não tinham envolvimento com o crime (Assumpção, 2024).

Ao todo, 11 pessoas foram mortas e sete ficaram gravemente feridas. Entre os mortos, nove eram jovens entre 16 e 19 anos, sem antecedentes criminais. Todas as vítimas eram homens, majoritariamente negros, moradores de comunidades pobres –o perfil típico da letalidade policial, que segue vitimando a juventude periférica no Brasil. O Ministério Público do Ceará (MPCE) indiciou mais de 45 policiais militares por envolvimento direto ou indireto nos crimes.

Este caso não é uma exceção ao funcionamento das polícias no Brasil. Sequer é desconhecido das autoridades responsáveis por tais corporações que geram tanta letalidade. Prova disso são os dados publicados pelo Anuário de Segurança Pública (2023) o qual revelou que do total de 6.429 mortos em ações policiais, 91,4% eram homens, 50,2% eram jovens entre 12 e 29 anos, e 76,9% eram negros. Esse dado expõe um tipo de violência pouco estudada no Brasil, que tem como alvo principal a periferia pobre, negra e moradora de favelas, identificada como público "matável" –alvo de abordagens e execuções policiais. É fundamental compreender que, por trás desse fenômeno, estão interseções entre raça, classe social, território e faixa etária, fatores centrais na construção da suspeição policial (Bonalume; Jacinto, 2019).

Com o aumento das vítimas de tal violência institucional (Rocha 2014), cresce também o número de famílias enlutadas e de mães ultrajadas, cuja dor as faz se organizar em coletivos que, ultrapassando o universo individual e privado, não só publicizam tais abusos constitucionais e afrontam as autoridades, como também denunciam os limites à vigência dos preceitos democráticos tão propalados.

Este estudo analisa o ativismo político de mulheres cearenses cujos filhos foram assassinados em ações policiais premeditadas, destacando o papel da figura materna enquanto potência nos movimentos sociais de resistência ao terrorismo de Estado (Quintela, 2021). Rocha (2014) observa que, a partir do luto e da indignação, essas mulheres transformam a dor em ação política, unindo-se em uma rede nacional de mães de vítimas da letalidade policial.

Além do trauma da perda, essas mães enfrentam a criminalização midiática de seus filhos, frequentemente utilizadas como justificativa para ações policiais, com o objetivo de obter apoio social à violência. Esse julgamento público, impulsionado por programas policialescos, cria uma segunda dor: a desumanização da vítima e a humilhação de seus familiares. Calebe Silva (2023), ao analisar o programa *Cidade 190*, identifica uma operação midiática que constrói a criminologia midiática e a necropolítica, especialmente contra a juventude negra periférica. Mayer (2006) ressalta que a popularidade desses programas não se deve ao "gosto popular", mas à sua função como canal de comunicação entre trabalhadores e o aparato estatal.

Logo, esta pesquisa levanta a hipótese de que a desmoralização pública das vítimas é uma estratégia do Estado para desmobilizar as famílias, utilizando a vergonha como arma política. O estudo ilumina a resistência dessas mulheres que transformam o luto em luta pela memória de seus filhos e pelos direitos da juventude periférica. No caso emblemático da Chacina da Messejana, a luta das *Mães do Curió* resultou, após nove anos, no julgamento e condenação dos policiais responsáveis, evidenciando o papel transformador do ativismo materno (MPCE, 2023).

A análise documental proposta contrastará fontes jornalísticas, depoimentos, documentários e entrevistas, buscando compreender o papel da mobilização materna no desfecho inédito do caso. A pesquisa se ancora em um referencial teórico sobre educação popular como motor de ação política, com destaque para o trabalho coletivo do CAAF-UNIFESP (2024), que integra mães vítimas de violência como pesquisadoras sociais. Além disso, adota o conceito de necropolítica de Achille Mbembe (2017), que define a soberania estatal como o poder

de decidir quem deve viver ou morrer, criando espaços de morte onde certos corpos são vistos como descartáveis.

Espera-se que este estudo contribua para a reflexão sobre como o conhecimento coletivo deu voz às mães, subvertendo a sujeição imposta pelo Estado. Ademais, busca-se compreender como a culpabilização midiática das vítimas é usada como bloqueio psicológico para enfraquecer a luta por justiça. Por fim, reafirma-se a importância de dar voz às vítimas e seus familiares, evidenciando que os corpos classificados como "matáveis" eram filhos, irmãos, pais e amigos, com sonhos e vidas que vão além das estatísticas, sendo fundamentais para o debate sobre o papel do Estado e seus limites.

"O Estado matou meu filho, mas foi minha cova que ficou aberta": as mães de corpos matáveis e culpáveis

Quando uma mãe fala sobre seu filho ser considerado um corpo matável em seu bairro, deixa claro que está ciente da condição imposta à sua comunidade. Ou seja, há uma hipótese contraditória e brutal: o Estado, que teoricamente deveria proteger seu filho, organiza-se para decidir entre sujeitos matáveis e não matáveis: "E estas mortes acontecem diariamente dentro da periferia, diariamente a polícia encontra corpos matáveis dentro da periferia, e nós não podemos aceitar isso, por isso vamos lutar"(Edna Carla).[3]

Nas experiências contemporâneas, acompanhamos diariamente ações destinadas a controlar, deter, exterminar e sub-

3 Diário do Nordeste. Chacina da Messejana completa seis anos. YouTube, 11 nov. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=djpJ8-JJCoQ. Acesso em: nov. 2024.

jugar diversos grupos sociais, sejam imigrantes, refugiados, perseguidos étnicos ou vítimas de genocídios, como no caso palestino, em comunidades quilombolas, indígenas ou nas periferias das grandes cidades, habitadas majoritariamente por negros e pobres. Esses contextos evidenciam um modelo de controle pautado pela inferiorização de sujeitos que, sob o jugo do Estado, tornam-se descartáveis.

Sujeitos matáveis e *vidas não vivíveis*: é com base nessa análise que a necropolítica se apresenta como guia teórico deste estudo. Definida como a produção e gestão da morte enquanto tecnologia exercida por diversos atores, incluindo o Estado (Mbembe, 2018), a necropolítica tem o racismo como cerne de controle e dominação no jogo de poder. No Brasil, muitos pesquisadores recorrem aos estudos de Mbembe para compreender as formas contemporâneas de governo, evidenciando um Estado que, sob o capitalismo neoliberal, legitima o sacrifício de corpos em nome do desenvolvimento econômico.

Expressão evidente da necropolítica brasileira, a Chacina do Curió sintetiza as principais características discutidas por Mbembe (2018): o assassinato de corpos negros, vinculados a um território específico e alvos diretos da violência estatal, conforme relata o Ministério Público do Ceará.

> Segundo uma reconstrução dos fatos pelo Ministério Público do Estado do Ceará, as mortes ocorreram ao longo de várias horas, em nove locais ou "episódios". Em cada episódio, grupos compostos tanto por policiais fardados em viaturas quanto por um grande número de homens encapuzados em veículos descaracterizados com as placas encobertas, exerceram violências arbitrárias contra os moradores, incluindo espancamento, tortura, e execuções sumárias. Segundo o Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), vários moradores declararam

> que ligaram ao CIOPS (Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança) para solicitar viaturas, mas as viaturas não chegaram ou passaram perto do local dos fatos sem atender as vítimas (Assumpção, p. 16, 2024).

Neste trabalho, priorizamos as inúmeras falas das mães e familiares que exemplificam o total fracasso de qualquer ideia no que se refere ao que se chama de "segurança pública", e o quanto o Estado está alinhado à força letal e arbitrária das polícias no estado. Edna Souza,[4] em entrevista ao podcast Presentemente, afirma que, mesmo após seis anos da chacina, havia um descaso total com relação à saúde mental dos sobreviventes e das famílias das vítimas. Salienta que, após muita luta junto aos órgãos públicos, a solicitação de apoio psicológico chegou a ser disponibilizada; contudo, o atendimento se deu dentro de um hospital psiquiátrico, o que, para ela, se traduziu como uma forma de controle de seus corpos, ou ainda uma forma de taxá-las como desequilibradas, uma vez que não havia um programa de apoio e incentivo terapêutico às vítimas. Ou seja, um atendimento que realmente somasse forças e contasse com profissionais treinados para auxiliar nas questões do trauma.

Explica ainda que o que se ofereceu foi apenas a distribuição de remédios durante breves consultas médicas, o que, a seu ver, tinha o nítido objetivo de dopar tanto as vítimas sobreviventes diretas da chacina quanto seus parentes, impedindo-os de continuar lutando, pois, segundo ela: "Uma mãe dopada não grita, não briga, não luta".

[4] Edna Carla Souza Cavalcante é mãe do adolescente Álef Souza Cavalcante, assassinado pelo Estado brasileiro aos 17 anos, também é co-fundadora e Coordenadora do Movimento Mães da Periferia do Ceará. Pesquisadora do CAAF Unifesp. Integrante do Movimento Cada Vida Importa e integrante do Fórum Popular de Segurança Pública do Ceará.

Fica claro em sua fala o que nos remete a Mbembe, quando este diz que a necropolítica se expressa de diversas formas e atinge as experiências máximas pela ausência do direito ao corpo, à liberdade, às expressões de terror, aos símbolos da perda do lar e ao estatuto político. Silva (2024) analisando a questão das chacinas na grande mídia cita que os escritos do teórico são resultados de uma construção de estudos aparados principalmente em Michel Foucaultdo qual extrai as noções de biopoder, biopolítica e racismo de Estado; em Frantz Fanon, quando se vale dos estudos da violência colonial; e de Giorgio Agamben e Hannah Arendt, ao se amparar nas contribuições sobre estado de exceção e estado de sítio (Silva, 2024).

Os estudos de Mbembe demonstram que a noção de biopolítica de Foucault (2008, 2012) é insuficiente para descrever as formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte, pois a política de produção de morte, o deixar morrer, que é parte do biopoder e da soberania, em sua análise, tem o racismo como parte fundamental. Ou seja, falar em necropolítica é falar em racismo, já que, desde o período colonial, vem se produzindo um poder de matar, tornando escravos pessoas africanas e nativos das Américas, que deveriam ser mantidos vivos apenas na medida em que fossem produtivos para o sistema colonial.

Contudo, ainda falta um elemento que contribui ao conceito de necropolítica: a ideia de Estado de Exceção. Em diálogo com Giorgio Agamben e Hannah Arendt, Mbembe explica que a necropolítica se expressa, sobretudo, quando o estado de exceção deixa de ser uma suspensão temporal do estado de direito e assume um arranjo permanente, onde a soberania não tem a autonomia como projeto central, mas "a instrumentalização da

existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações" (Mbembe, 2018, p. 10).

Nogueira (2016) nos auxilia no entendimento da utilização dessa teoria no contexto brasileiro com a leitura de que Mbembe e Fanon identificam que o colono, ou, aqui, os ex-colonos, os brancos, os cidadãos da "metrópole", farão de tudo para manter os ex-colonizados no lugar de suspensão permanente de direitos: "O que está em jogo é a produção de 'cidades', ou ainda, zonas deliberadamente demarcadas como territórios nos quais o livre direito ao assassinato está consagrado" (Nogueira, 2016, p. 67-68). Para o autor, as populações negras, árabes, indígenas e periféricas têm um lugar de tratamento. É neste ponto que, em seus estudos, Mbembe difere Foucault de Fanon. Não se trata, neste caso, apenas do aumento deliberado do risco de morte, característico do poder soberano de Foucault, mas também da eliminação e confinamento em massa, como enfatizou Fanon (1968, p. 29):

> A cidade do colonizado […] é um lugar mal-afamado, povoado de homens mal-afamados. Aí se nasce não importa onde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de quê. É um mundo sem intervalos, onde os homens estão uns sobre os outros, as casas umas sobre as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz.

Podem ser apontadas, portanto, diversas formas de produção da necropolítica. Frente a uma contínua supressão de direitos básicos, Cavalcante (2011) aborda como adolescentes pobres de alguns bairros da periferia são sujeitos a um estado de exceção permanente. A partir das ideias de Agamben (2004), o autor

chamou de "territórios de exceção" os espaços periféricos da cidade de Fortaleza em que, sobretudo, adolescentes e jovens são mortos sem que haja responsabilização por esses assassinatos.

Contudo, o caso das mobilizações das mães dos jovens chacinados em Curió (Chacina do Curió) representa um exemplo de obstinação e luta, pois, conforme declara dona Edna, apesar de "nunca terem recebido uma desculpa formal do Estado pela bala que matou seus filhos, a justiça começa a ser feita com as primeiras condenações, depois de nove anos da chacina" (As Cunhãs, 2023).

O pedido de desculpas a que se refere dona Edna se relaciona diretamente com os estudos referentes aos "traumas, danos psicológicos, físicos, sociais e materiais duradouros sofridos por indivíduos resultantes de ações coercitivas do Estado" (Gonzalez, 2024). Isso porque uma grande parcela da sociedade volta seus olhos, de maneira geral, para assassinos e assassinados, esquecendo que a luta por justiça abrange uma situação traumática de interações entre os familiares das vítimas e as instituições do Estado, pois, conforme diferentes relatos de mães e parentes, a morte do ente é apenas o começo do trauma. Conforme atesta a pesquisa conjunta do relatório CAAF UNIFESP/2024, que contou com as mães das vítimas como pesquisadoras:

> Os relatos de mães de vítimas da violência policial analisados nas seguintes páginas, evidenciam como as interações com as instituições do Estado responsáveis pelas investigações dos casos e a responsabilização dos perpetradores são caracterizadas pela criminalização da vítima, a negação de informações e acesso a documentos –às vezes a negação até ao acesso aos restos mortais do próprio filho– investigações paralisadas e a obrigação das próprias famílias de recolher provas de forma independente, e o arquivamento dos casos(Assumpção, 2024, p. 26).

Assim, para além da interação dos parentes das vítimas com todo o aparato do Estado, ou seja, suas instituições (polícia civil, criminal, científica, responsáveis por laudos e perícias), que muitas vezes estão mais interessados em esconder os fatos do que em auxiliar nas investigações, muitas vezes incriminando as vítimas, pois atuam com um comportamento de "manada ou grupo", defendendo as instituições a qualquer custo, existe também o julgamento popular, que se dá através de amplos setores da sociedade civil, abrangendo desde programas televisivos até redes sociais. Conforme explica Edna Carla, em muitos de seus depoimentos, que aquela situação de ter o nome de seu filho sistematicamente associado a "culpado"a deixava, em um primeiro momento, totalmente bloqueada, e só após algum tempo conseguiu iniciar o movimento de procurar as outras mães.

> Quando aconteceu a chacina que foram mortas onze pessoas, e (destas) pessoas três, que eram meu filho, (outro era) o Cicero que é o jovem sobrevivente, e um outro jovem falecido também, que é o filho da Catarina, (de nome) Pedro, a mídia policialesca, colocaram eles na mídia *e disseram que eles eram bandidos, eram almas sebosas, que bandido bom era bandido morto... (...)* E para nós naquele momento foi... além da gente ter perdido os nossos, né? A gente ainda teve que sofrer a acusação, e a condenação dos nossos, e isso foi muito triste, porque o abalo não foi só da morte, e abalo também psicologicamente de enfrentar uma população inteira contra os nossos (...) (Presentemente, 2021. Grifo nosso).

A criminalização da vítima, ou "culpabilização da vítima", é um termo pouco utilizado no Brasil e menos ainda que tais afirmações representam calúnias, ou seja, são passíveis de seus autores serem incursos no código penal e, por tal, processados. O psicólogo William Ryan aborda esta questão em sua

obra *Blaming the Victim* (1971), quando ressalta casos de culpabilidade frente às minorias étnicas dos Estados Unidos. Ao pesquisarmos o termo, percebemos que, na maioria das vezes, os estudos nos apontam para a análise histórico-jurídica sobre a "criminalização da pobreza" (Bonalume e Jacinto, 2018). Porém, neste estudo, me propus a pensar a relação da violência de Estado sofrida pelas mulheres após os assassinatos de seus filhos e parentes, ou seja, um alargamento da violência, sendo esta culpabilização uma "tortura" que não morre com a vítima; ela se renova no sofrimento da figura materna e nos traumas dos que ficam.

Quando se pensa na expressão "culpabilização da vítima", identificamos que o assunto é comumente associado à violência sofrida pela mulher nos casos de estupro (Rossi, 2018). Diversas escritoras (Lerner, 2019; Lamb, 2023) nos trazem toda uma gama de informações sobre como nos casos de estupro várias são as estratégias, inclusive jurídicas, visando fragilizar as vítimas e deixá-las tanto envergonhadas (tornando-as invisibilizadas), quanto bloqueadas psicologicamente, impedindo que tomem as medidas necessárias para que os verdadeiros culpados sejam responsabilizados. E não só isso, essas autoras discutem como a prática é usada ao longo dos séculos em guerras como potencial arma do Estado.

Contudo, apesar da violência aqui estudada não ser a mesma, podemos perceber, na voz da mãe da vítima, que a situação se repete.. Ou seja, algo como o bloqueio psicológico que viveu no dia seguinte e nos dias após a morte de seu filho, quando este e as demais vítimas da chacina são acusados de serem traficantes e, portanto, merecedores do que lhes havia acontecido, sendo suas mortes atribuídas a uma certa "justiça social" feita

pela polícia. Em um outro relato, seis anos após o assassinato, o fato de o filho ter sido criminalizado ainda é ultrajante para Maria Suderly Lima, mãe de Jardel, e um dos fatores mais complexos sobre sua morte ainda impune até aquela data.

> Seis anos é muito tempo. São 18 famílias esperando justiça por 11 vítimas fatais e sete pessoas com sequelas permanentes. Se juntarmos as nossas famílias, dá para mais de 200 pessoas que estão com sequelas permanentes, a saudade da família, a saudade das mães, a minha e a de todas essas mães. É constante, é uma saudade que, para a gente, é como se tivesse acontecido ontem, não há seis anos atrás. Para nós, é muito presente a memória dos nossos filhos. A saudade está 24 horas na nossa cabeça; a gente acorda à noite e se lembra, durante o dia faz uma coisa, faz outra, mas a lembrança dos nossos filhos não sai da nossa cabeça. *Nós passamos nove meses com essas crianças no nosso ventre, 17 anos de vida, e ser tirado assim por pessoas que não valorizam a vida do próximo, achando que nossos filhos eram bandidos. Mas bandido não eram nossos filhos, o bandido fardado que usou sua farda para fazer isso, esses sim são os bandidos!* (*Diário do Nordeste*, 2021. Grifo nosso).

O sociólogo Luiz Fábio Paiva (2015), em artigo publicado dias depois da chacina, descreve, logo ao calor do momento, como as redes sociais reagiram ao acontecido. O pesquisador afirma que, após as primeiras horas da divulgação do caso, houve uma reação popular voltada para normalizar a situação de violência, traduzindo o ocorrido como guerra entre facções.

O que chamou sua atenção é que quase todos os comentários dos internautas estavam alinhados ao discurso "do bandido bom é bandido morto". Havia, neste sentido, todo um apoio da população traduzido por um pré-julgamento por aceitar o

discurso "oficial" que de se tratava de uma "briga entre traficantes". Contudo, após a divulgação da lista de mortos, quando se esclareceu que o perfil das vítimas não se enquadrava no de criminosos, ou seja, os "declaradamente matáveis", outros fatos começaram a ser abordados, e outras suspeitas começaram a circular. Teve-se a noção de que aqueles jovens não eram traficantes, mas sim vítimas de abuso policial.

De toda forma, a opinião pública, mais uma vez, tenta justificar a ação dos policiais, levantando-se um novo questionamento: será que não tinham antecedentes criminais? E quais seriam? Após a constatação de que dos 11 jovens mortos e dos outros sete feridos, apenas dois apresentavam ocorrências contraventoras em grau leve, como problemas com pensão alimentícia ou multas de trânsito, inicia-se um debate em torno dos motivos reais dos crimes, e a verdade começa a circular nos meios de comunicação.

Ainda assim, mesmo neste momento, todo tipo de acusação para justificar a ação policial passa a circular nos comentários dos principais jornais e páginas das redes sociais, ou seja, formas absurdas de se tentar reivindicar alguma justiça na situação.

Um crescente de ódio e a negação dos fatos já apurados continuavam a constranger as famílias, remetendo a figura dos jovens assassinados ao envolvimento com facções, e até mesmo o questionamento sobre o horário em que os jovens se encontravam fora de suas residências foi motivo para julgamentos (Paiva, 2015). Conforme relato de Ana, esposa de José Gilvan Pinto, outra vítima, todo o desenrolar dos acontecimentos se deu de forma tão perversa e contraditória com o que era veiculado e sem uma satisfação por parte do Estado, que, apenas após dois dias da chacina, foi possível entender como seu companheiro havia falecido.

> [...] desde o começo nunca foi fácil, pois foi uma coisa assim... que a gente queria entender como é que tinha acontecido uma coisa tão grave, tão diabólica do jeito que aconteceu, teve um sentido de acontecer um episódio, e deste episódio, estas pessoas planejarem todas estas mortes, porque sim, foi tudo planejado, quem tivesse àquela hora na rua ia morrer. Eu não tenho como falar, porque a gente não viu a situação acontecer, meu marido foi atingido depois que os meninos do curió foram atingidos, quando aconteceu as mortes no Curió o comboio de policiais foram descendo na Grande Messejana para matar quem tivesse na rua e para mim foi um choque muito grande, pois eu estava em casa, e de repente eu recebi a notícia que meu esposo tinha morrido, ou que tinha sido atingido, ele e o amigo dele, e aí começou né, situação, foi para o hospital, passou por cirurgia, não sobreviveu... [...] aí eu passei muito tempo isolada, praticamente.. Sem ninguém do Estado procurar, sem eu estar entendendo esta situação, só tinha entendido que tinha sido policial, porque pessoas tinham me falado... tava aquele "zum, zum, zum" que tinha acontecido isso e era por conta de policial... (Presentemente, 2023).

De fato, em um primeiro momento, a preocupação principal, tanto das forças de segurança, quanto da mídia –que alimentava diretamente as reações da sociedade–, foi saber se os envolvidos na chacina eram pessoas "de bem", ou seja, se não estavam envolvidos com alguma atividade que pudesse ser caracterizada criminosa. Neste primeiro momento, de nenhuma forma foi pensado saber quem matou essas pessoas, ou por quê, ou ainda, se elas foram envolvidas em um caso alheio a elas. Obedecendo à lógica perversa de demonstrar se eram fichadas ou não, e, no caso de serem, aí sim, não seriam dignas de ter seus assassinatos investigados de forma justa.

A declaração dos leitores do Jornal *O Povo*, em 12 de novembro,[5] dia seguinte à chacina, escancara a visão de uma parcela da sociedade sobre os acontecimentos até aquele momento:

> *Comentário 1:* (...) O fato dos demais não terem passagem não faz deles santos. O que faziam de madrugada na rua? Estavam trabalhando? SSPC e MP apurem os fatos, porque aí tem. Direitos humanos? Uhumm sei... Defensores do que não presta, isso sim. Pra eles o que interessa, é defender a bandidagem e oprimir o cidadão;
> *Comentário 2:* Sobre os antecedentes das "vítimas", já se sabe alguma coisa O Povo? Poderia nos informar? São cidadãos ficha limpa, irrepreensíveis ou batiam ponto todos os dias nas delegacias?... A pergunta que não quer calar!;
> *Comentário 3:*12... deveriam ser 100, pelo menos há uma menor quantidade de bandidos nas ruas, ou seja, quantos mais bandidos mortos... melhor para a sociedade de BEM QUE PAGA IMPOSTO e SE COMPORTA COM URBANIDADE;
> *Comentário 4:* Para refletir ....o que jovens de família honesta estava fazendo no horário entre 00h e 04h da manhã. Hoje bons meninos mortos. Lamentável, justiça só serve pra bandido. Fortaleza Bela!

Os discursos de suspeição em relação às vítimas, tanto nas notícias quanto nos comentários, nos chamam a atenção para outra fala de uma das mães, que afirma que seu filho era um jovem que sempre andava de skate nas pistas localizadas na orla da cidade, na parte nobre de Fortaleza. Ela diz que ele ficava lá até altas horas da madrugada, e naquele ambiente

[5] "Secretaria divulga lista dos 11 mortos em chacinas na Grande Messejana". *O Povo*, Fortaleza, 12 nov. 2015. Disponível em: https://www20.opovo.com.br/app/fortaleza/2015/11/12/noticiafortaleza,3532865/secretaria-divulga-lista-dos-11-mortos-em-chacinas-na-grande-messejana.shtml. Acesso em: 17 fev. 2025.

nunca sofreu qualquer tipo de ameaça. No entanto, isso não ocorreu em seu bairro na periferia, onde foi assassinado na porta de sua casa. Ou seja, naquele bairro, o mesmo costume já o classificava como um suspeito. Conforme nos alerta Coimbra e Scheinvar (2012), há determinados locais que se apresentam como "espaços de perigo iminente". Explicam que de forma absurda, na verdade, o que se traduz é que, se estavam na rua, em um horário considerado inapropriado, ou estavam envolvidos em alguma prática "delituosa" ou, caso contrário, assumiam o risco de serem vítimas de violência, tornando-se responsáveis pelo próprio assassinato.

Através das vozes das famílias em relação aos seus mortos, as quais me permitiram entender como a culpabilização os afetou, pude observar que, abalados pelo trauma, os familiares constantemente apresentam uma forte indignação pela violação da memória de seus entes e o quanto esse fato pesa na busca por justiça, conforme relato do pai de Marcelo da Silva Mendes, 17 anos, outra vítima:

> *[...]* eles correram, e eu sai correndo atrás, gritando que eles tinham matado meu filho, né? Falei uns palavrões lá. Vim até na esquina. Quando eu fui chegando eles já tinham dobrado, eles revidaram, e atiraram contra a minha pessoa. Mas aí eu voltei, para acudir meu filho. Só que quando eu cheguei, ele já estava morto. Peguei ele, e ele deu o último suspiro nos meus braços. E foi isso. E eu estou sofrendo essa dor. *E eu quero muito, apelar pelas autoridades e a justiça... eu quero a justiça. É isso que eu quero. E limpar o nome do meu filho* (Onze, 2018. Grifo nosso).

Já a mãe de Pedro Alcântara Barroso (18 anos), em seu depoimento, deixa bem claro o fato que mais a choca em toda a

situação, dando ênfase às qualidades do filho, expressando de forma clara como se tivesse que explicar os antecedentes dele. Um agravante doloroso em sua perda era o fato de seu filho ser visto como culpado e não como vítima:

> Pedro era uma criança hiperativa. Ele começou a tocar percussão muito cedo. Participou do grupo Alvorada da Igreja Adventista do sétimo dia. Adorava andar de skate. Também lutava, treinava Muay Thai. Adorava jogar basquete. Era uma pessoa que ocupava o tempo todinho para o bem. *E infelizmente veio a ser tarjado por marginal. E na realidade, meu filho nunca foi um marginal* (Onze, 2018. Grifo nosso).

Da mesma forma, a irmã de Patrício João Pinho (17 anos) também relata a mesma dor mesclada à humilhação quando, ao invés de assumir uma posição de combate frente a injustiça, quase não consegue dar seu depoimento afirmando completamente consternada: "Como eu sei que tem muita gente acusando ele, o Marcelo e muitos de serem vagabundos. Mas eles não eram. Ele nunca pegou numa arma. Ele nunca usou drogas. Nem sequer fumou cigarro..." (Onze, 2018).

O que podemos verificar através desses depoimentos é que se configura um cenário de "linchamento social" no qual, os familiares vivenciam uma mescla de múltiplas dores. A dor pela brutal perda do ente querido, somada à dor de vivenciar a injustiça institucional, acrescida da dor pela injustiça social –as calunias disseminadas pelos boatos infundados que contaminam todo o tecido social desde as relações de vizinhança. Pois, como se não bastasse a violência institucional perpetrada pela leniência das autoridades responsáveis pelas ações policiais, observa-se uma outra dimensão dessa violência: um verdadeiro

linchamento social que aprofunda o punitivismo inerente em muitas sociedades.

Nas situações de linchamento, os sobreviventes atingidos, sejam parentes ou não, manifestam um misto de sofrimento, vergonha e impotência frente a uma situação em que, na verdade, as vítimas tornam-se "bodes expiatórios". O linchamento é o tema abordado pelo sociólogo José Martins em sua obra *Linchamentos: a justiça social no Brasil* (2015), que nos esclarece muito sobre as diversas consequências dos linchamentos populares, nos quais o Brasil figura entre os países que mais apresentam casos desse tipo de violência social.

Mesmo tratando-se de um estudo sobre a abordagem quantitativa desse fenômeno e suas consequências sociais, podemos nos apropriar de suas contribuições sobre esse comportamento popular, que historicamente é característico de todas as sociedades. A sanha pelos julgamentos populares sempre existiu ao longo do tempo, mas, segundo o autor, é certo que os linchamentos populares são uma forma de punição vigente e profunda na sociedade atual.

E, de fato, mesmo com a existência de uma sociedade que, embora moderna e globalizada, expressa-se frequentemente através da intolerância e da criação de um ciclo de violência social para fins de punição, algo que Adorno (1996) já indicava como um movimento mundial de "obsessão punitiva crescente", argumentando que o problema da violência social na contemporaneidade é que tudo converge para um único propósito e anseio popular: o de punir cada vez mais. No caso do Brasil, esse punitivismo é associado à vigência do sistema escravocrata por mais de três séculos, pois, embora não fosse possível indicar que negros cometessem mais crimes do que as população

branca e livre, a tendência foi a de culpabilizar esse segmento social submetendo-o à maior coerção e vigilância policial, o que permanece até os dias atuais, no trato dos agentes do sistema de segurança pública e das forças armadas para com os jovens periféricos, conforme nos aponta Martins (2015, p. 97):

> Minha análise se baseia na hipótese de que não só o ceticismo explica os linchamentos, mas ele se constitui numa dimensão mais intensa ou menos intensa dessa modalidade de violência coletiva, dependendo de um conjunto de fatores envolvidos na ocorrência. Com base nela, verifiquei a corrente suposição de senso comum no Brasil de que vem aumentando a indisposição e mesmo o preconceito contra os jovens. Há no país um difuso ceticismo quanto à possibilidade de que os jovens de determinadas condições sociais estejam no "rumo certo", de se tornarem adultos válidos como gostariam aqueles setores da sociedade mais identificados com a precedência da ordem e do trabalho. [...] Com isso, a sociedade ficou sem referências alicerçadas na tradição para aceitar e compreender os jovens num marco de referência que para muitos parece mais opção pela ociosidade do que preparação para a vida.

A partir das análises de Martins, podemos refletir sobre questões mais profundas dessa tradição punitivista vigente no país. Essa questão é apenas a ponta do iceberg, indicando algo mais arraigado e abrangente, ou seja, a evidência de que o processo civilizatório que permeia o tecido social, a cada momento de insegurança dos atávicos "donos do poder" (Faoro, 2021) que carreiam para si os segmentos médios e os extratos mais excluídos, faz ressurgir a face mais conservadora da sociedade, violenta em sua essência, que não se enxerga criticamente para adentrar e superar as chagas culturais doentias deixadas pelas

mais diversas mazelas históricas, que irremediavelmente seguem sem enfrentamento.

Refletindo sobre a falta de enfrentamento dessa questão, em uma reportagem do Jornal *O Povo* de 2016, percebemos nas palavras de Dona Edna Carla, seu ceticismo em relação a qualquer ação sobre a chacina. Ao ser entrevistada sobre a homenagem feita a seu filho Alef Souza e ao amigo Jardel Lima, com a colocação de seus nomes em ruas do bairro Jangurussu, algo simbólico principalmente por causa da participação dos adolescentes em atividades esportivas no centro comunitário *Cuca Jangurussu*, onde praticavam skate e futsal, ela afirma que, embora as mortes violentas tenham causado grande comoção, ela não celebra a homenagem. O que lhe traz algum conforto é a ideia de que bandidos não são homenageados com nome de ruas, o que de certa forma representa uma forma de justiça. Assim, observamos que o "linchamento social" que atinge as vítimas se estende para suas famílias, permanecendo forte na voz de suas mães.

> Não agradeço, isso não trará meu filho de volta, não sei a colocação certa a fazer. É difícil. Ninguém aguenta a morte de um filho, mas fico feliz com a resposta que está sendo dada ao Estado, porque direta ou indiretamente o Estado foi culpado pelo que aconteceu com o meu filho. A homenagem é válida por isso, *porque todos nós sabemos que bandido não tem nome de rua. É uma maneira de mostrar que meu filho, assim como o Jardel e outros eram inocentes* (Damasceno, 2016. Grifo nosso).

Neste sentido, podemos entender que os discursos de ódio promovidos nas redes sociais, alimentados pela mídia policialesca, que se deram logo nos primeiros dias após a chacina, nos trazem

outros problemas, que apenas a teoria de uma sociedade punitiva não nos responde. Ou seja, o que está no cerne dessa questão também pode ser lido de forma mais completa pela "fascistização" contemporânea de parte da população (Barros; Benicio; Silva; Leonardo; Torres, 2017), que aceita e é conivente com as razões que tornam aceitáveis determinados tipos de barbáries. Pensamento que fica evidente na fala de um morador entrevistado dias após a chacina.

> A mensagem que se manda, quando diz que quem morreu era bandido, é que o bandido merecia morrer. E logo as pessoas passam a pensar que aqui só tem crime, só tem bandido. Então pode passar fogo mesmo. O senso comum incorporou isso. Depois que se desmente. A pessoa nota que não tem ninguém que é bandido. E aí entra em choque, o que estão fazendo a gente pensar. É que algumas vidas, são menos vidas que as outras (Onze, 2018).

No depoimento do morador, em relação ao julgamento dado aos moradores da comunidade, fica claro que para certas parcelas da sociedade suas vidas valem menos, mas que, independentemente de se atribuir a cada um a alcunha de bandido, não é merecido que o morador, mesmo sendo realmente bandido, simplesmente morra sem que um julgamento seja feito.

Além disso, em sua visão, é vexaminoso, cruel e preocupante como sua comunidade é retratada e vista socialmente, ou seja, sem considerar adequadamente os contextos sociais e econômicos que contribuem para a violência nas periferias. Para a advogada Berenice Bento (2018), não se trata apenas de vidas que são feitas para viver ou deixadas para morrer, como nos alude Foucault, pois deixar morrer significa que o Estado não

realizará ações de morte, o que para ela se apresenta justamente ao contrário: "há uma reiterada política de fazer morrer, com técnicas planejadas e sistemáticas" para isso.

Da mesma forma, a autora se distancia de Agamben (2013), pois nem todas as vidas são "nuas", uma vez que umas nascem para viver e outras se tornam matáveis. Dessa forma, não é possível utilizar seu conceito de "homo Sacer" como leitura da realidade brasileira. Para Berenice Bento, entender a necropolítica de Mbembe é perceber algo além, pois, a seu ver, a letalidade do Estado está expressa através do extermínio biológico, ou seja, o que chama de Necrobiopoder (Bento, 2018), no qual cada forma de vida matável será tirada de uma forma específica. Esta é uma chave de análise que enfrenta outras questões para além do racismo, como as questões étnicas, corpos trans, indígenas, etc.

Nos cabe também perceber que, ligados a esses corpos, há cerceamentos políticos, subjetivos e simbólicos, diretamente relacionados ao biológico. Ampliar essa visão nos permite enxergar um conjunto de situações de vida que reduzem decisivamente as possibilidades de existência, sejam estas a não garantia de direitos ou o silenciamento deles por prejulgamentos previamente estabelecidos.

A figura da mãe e sua importância histórica frente a violência das chacinas

A categoria "mãe" tradicionalmente carrega certo peso ontológico, traduzido na figura de uma "heroína", ou ainda na imagem da fêmea lutadora que defende sua cria. E é em posse deste sentimento simbólico de luta que muitas mulheres se unem em

movimentos sociais, impondo sua presença junto a órgãos de justiça e fazendo frente à violência policial nas periferias, exigindo o reconhecimento e responsabilização do Estado por crimes, chacinas e desaparecimentos que assolam a juventude nas periferias brasileiras (Santiago, 2019).

Essa união se reflete principalmente em uma potente mobilização que luta, muitas vezes, para mudar os "julgamentos antecipados" que se refletem em culpabilização pelos crimes perpetrados contra seus filhos; ou seja, buscam o reconhecimento de sua dor frente à opinião pública, à mídia e às autoridades. Muitas dessas mulheres se unem através da dor, promovendo caminhadas e protestos dentro das comunidades, fazendo vigílias em frente a órgãos públicos, onde ostentam camisetas estampadas com os rostos de seus filhos, lançam livros com suas histórias de vida, dão entrevistas e participam de programas, chamando a atenção para suas lutas e legitimando seus pedidos de memória e justiça.

Outro fator muito representativo nesta luta está para além da perda insuportável de seus filhos em condições desumanas, através de episódios de violência brutal. A luta também representa uma ressignificação do trauma para essas mulheres, conforme argumenta a pesquisadora Adriana Viana (2014). Viver este luto em luta transforma e expande a noção de vítima, ocorrendo uma reinscrição de si no mundo e no próprio mundo de cada uma dessas mulheres.

Se observarmos como exemplo, temos a voz de Edna Carla, mãe do adolescente Alef Souza Cavalcante, morto pelo Estado brasileiro aos 17 anos, na porta de casa. A militante, uma das mais atuantes na luta pela chacina do Curió, afirma: "Nada vai trazer nossos filhos de volta, mas o meu vive na minha luta"

(in Jucá, 2023). As falas de Edna são uma entre muitas vozes que entoam os cantos da indignidade frente a um horror que emudece a maioria da população brasileira: a trágica realidade letal dos jovens moradores das periferias do país. Em diversas entrevistas, a ativista afirma que lutar por justiça tornou-se uma forma de renascer em meio à dor.

A cabeleireira Ana Costa, durante participação no *podcast Presentemente*, também nos remete à transformação de sua vida após a perda de seu companheiro em 2015: "Faço parte deste coletivo e, durante seis anos, a gente tem aprendido muito, participando de muitas caminhadas, muitas lutas, encontros de mães, aqui no Ceará e fora".

Nas repartições públicas, onde frequentemente eram atendidas para solicitar e cobrar agilidade e verificação de seus processos, as Mães do Curió foram se tornando conhecidas, inicialmente atendidas, como algumas afirmam, "meio a contragosto", por estarem em ambientes diferentes dos que costumavam adentrar e não terem clareza sobre as leis. Mas foi assim que elas iniciaram um longo processo de fortalecimento para lidar com a burocracia jurídica.

Muitas dessas mulheres acumulavam, além do trabalho reprodutivo não remunerado com as obrigações da casa e da educação dos filhos, atividades profissionais formais, como cabeleireiras, massoterapeutas, cuidadoras, entre outras, tendo que adicionar a luta pelos direitos humanos ao seu dia a dia. O coletivo não é composto apenas por mães, mas também por viúvas, tios, parentes e vizinhos das vítimas, que passaram a se reunir frequentemente após a tragédia e contaram primeiramente com o apoio do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará (CEDECA).

O órgão prestou assistência jurídica e psicológica, mediando os encontros iniciais para que essas mulheres pudessem se habituar aos trâmites legais e brigassem por justiça. Fruto desses encontros, iniciou-se o movimento organizado "Mães do Curió", que faz parte de mais um grupo entre tantos no país que se organizam para lutar contra as ações de um Estado que abusa da autoridade, desumaniza a periferia e pratica a violência com status de legitimidade. Grupos esses formados majoritariamente por mulheres que tentam ressignificar o luto diante da realidade de opressões promovidas pela violência do Estado.

É possível perceber a existência de políticas que conduzem certos estratos sociais inexoravelmente ao ciclo da morte. Assim, o Estado brasileiro trabalha para a criação do estereótipo de delinquência, enfatizando a influência do fator raça e classe em sua abordagem. Todavia, as periferias têm se transformado em viveiros de movimentos sociais que buscam reverter o ciclo de opressão e marginalização a elas infligidos.

Antes da tragédia, as mães do Curió não se conheciam e começaram a se apoiar, em um primeiro momento, para defender a memória de seus filhos, que estavam sendo acusados de terem sido mortos por estarem envolvidos em facções de crimes organizados. Os jovens foram mortos na porta de suas casas; alguns estavam em seus quintais e foram puxados para a rua para serem assassinados. Mesmo assim, os parentes tiveram que conviver com questionamentos absurdos sobre suas condutas ou ainda explicar o porquê de estarem na rua altas horas da noite.

A arquiteta e urbanista Raquel Rolnik (1989) nos elucida sobre como os espaços ocupados pelos pobres são estigmatizados como perigosos e incivilizados. Com essa visão distorcida,

os moradores desses lugares são relegados a uma condição de perigo e morte, onde ações violentas são justificáveis, lançando a todo instante a sombra da dúvida sobre os habitantes, que sofrem com constantes abordagens policiais, seja de forma individualizada ou coletiva, por meio de invasões noturnas em suas casas, cercos nos bairros e comunidades e até destruição de suas moradias, tudo justificado como ações protetivas.

Conforme dados atualizados do *Instituto Sou da Paz*, em 2023 as forças de segurança pública foram responsáveis por 6.296 mortes no Brasil. Mesmo assim, é comum na sociedade o ato da "culpabilização da vítima", como forma de desvalorizar o indivíduo, considerando-o responsável pelo ocorrido. Para chamar a atenção e buscar apoio da opinião pública, a organização Mães do Curió iniciou, junto com a comunidade, a realização de uma série de passeatas e protestos, a fim de humanizar as vítimas, para que pudessem mostrar quem eram as pessoas que foram assassinadas, quais seus sonhos, como se divertiam, onde estudavam, os laços de amizade que tinham junto à comunidade.

Através de documentários e imagens dessas passeatas, os familiares buscaram descrever, para além da perda e da dor de cada parente, como aconteceu a chacina, de que forma lutaram para socorrer seus filhos baleados na porta de suas residências, explicando como foram prejudicados nesse socorro. Ao solicitarem ajuda em um posto policial dentro da comunidade, muitos agentes de segurança se negaram a prestar auxílio, e alguns chegaram a bloquear as vias de saída da comunidade enquanto os moradores dirigiam com os feridos em direção ao hospital (CAAF - UNIFESP).

Em seguida, as Mães do Curió passaram a integrar uma rede nacional de mães e familiares vítimas do terrorismo de Estado,

chamando a atenção de órgãos públicos e associações de direitos humanos. Com o apoio da Anistia Internacional, que enviou um representante à cidade de Fortaleza, instruindo-as sobre seus direitos e os caminhos para acessá-los, puderam fortalecer as cobranças das denúncias já feitas à Defensoria Pública. Assim, o órgão foi obrigado a atuar, iniciando a acusação dos réus junto ao judiciário.

O luto infligido pela violência dos agentes estatais deu o ponto de partida para a formação de uma resistência política entre mães e familiares das vítimas. Essa dor se transforma em uma força motriz que as leva a se identificar como um coletivo e a se mobilizar contra o terror imposto pelo Estado.

O movimento de mães que perderam seus filhos devido à violência estatal começou a ganhar visibilidade nos anos 1990. Inicialmente, essas mulheres se uniam em busca do direito mínimo de chorar e enterrar seus filhos. Com o passar dos anos, essa união de mulheres que compartilham não apenas a tragédia da perda, mas também a profunda revolta que sentem, se consolidou em uma extensa rede nacional de mães que tiveram seus filhos vítimas da ação de agentes do Estado nas periferias e favelas do Brasil (Quintela, 2021). Assim, torna-se evidente que esse fenômeno não se resume apenas ao sentimento de amor e solidariedade pelas vidas perdidas, mas se fortalece a partir da dor, da raiva e do ultraje, culminando em uma potência política que se manifesta por meio de uma forma única de ativismo político.

Faz parte do contexto brasileiro, com mais força pelo menos desde os anos 1990, um tipo específico de violência que começou a ganhar destaque nos noticiários: as chacinas. Esses eventos, aparentemente isolados em um primeiro momento, começaram a se tornar cada vez mais frequentes, e assim se

inicia a mobilização de diversos grupos, que passam do luto à luta por justiça. Para que seja possível analisarmos as semelhanças desses casos, destacamos de forma resumida as trágicas chacinas que iniciaram os movimentos organizados das mães: são elas a chacina de Acari (1990), de Vigário Geral (1993), do Beco do Candeeiro (1998) e os Crimes de Maio (2006).

A Chacina de Acari ocorreu em 26 de julho de 1990, quando onze jovens, a maioria deles residentes na favela do Acari, no Rio de Janeiro, foram retirados de um sítio na região de Suruí, onde passavam o dia, por homens que se apresentaram como policiais. Posteriormente, os jovens foram levados para um local abandonado. Esta é a última informação que se tem sobre as vítimas; tanto os sequestradores quanto os corpos das vítimas jamais foram encontrados. A partir desse trágico evento, as mães dos desaparecidos iniciaram a busca por seus filhos e pela justiça, ficando conhecidas como as Mães de Acari. No entanto, ao longo de sua luta, essas mulheres foram categorizadas como "mães de bandidos", chegando ao ponto de serem deslegitimadas em sua busca por justiça (Geledés, 2015).

O desaparecimento dos jovens de Acari atraiu a atenção internacional, resultado da incansável luta das mães das vítimas (Araújo, 2007). Reconhecidas nacionalmente por sua trajetória histórica e política no movimento, essas mulheres pioneiras na luta de mães e familiares por seus filhos e parentes enfrentaram inúmeras dificuldades durante as buscas e investigações. Edméia da Silva Euzébio, considerada líder do grupo, foi assassinada a tiros em 15 de janeiro de 1993. Sheila da Conceição, por ter testemunhado o crime, também foi morta. Uma semana após o assassinato de Edméia, o delegado encarregado de sua investigação categorizou-a como

bandida, alegando seu envolvimento com supostos traficantes, o que provocou indignação entre as mulheres do movimento (Araújo, 2007).

A Chacina de Vigário Geral, ocorrida em 29 de agosto de 1993, na favela de Vigário Geral, no Rio de Janeiro, também deixou uma marca indelével na comunidade. Naquela fatídica madrugada, aproximadamente cinquenta homens encapuzados e fortemente armados invadiram a localidade, arrombando casas e executando brutalmente vinte e um moradores. O crime, a princípio, foi motivado por vingança devido à morte de quatro policiais militares no dia anterior, na Praça Catolé do Rocha, localizada na favela, sendo os responsáveis possíveis traficantes daquela região. No entanto, ao longo das investigações, ficou claro que nenhuma das vítimas tinha qualquer envolvimento com o tráfico de drogas. O grupo de policiais militares responsável pela chacina era conhecido na comunidade de Vigário Geral como "Cavalos Corredores", uma alcunha que fazia alusão à sua prática de entrar na favela em disparada, disparando indiscriminadamente e aterrorizando os moradores (Geledés, 2015).

O caso ganhou notoriedade internacional, chegando a ser julgado na Organização dos Estados Americanos (OEA) como um crime contra os direitos humanos. Desde o ocorrido, mães e familiares das vítimas se uniram para formar a Associação dos Familiares das Vítimas de Vigário Geral, que tem Iracilda Toledo como presidente e que lamentavelmente perdeu seu marido, Adalberto de Souza, na chacina. Em 2022, esse movimento conseguiu pressionar a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) a aprovar o Projeto de Lei nº 6.372/22, que visa restabelecer a concessão de pensões mensais vitalícias

às vítimas da chacina, buscando assim um mínimo de reparação para as famílias afetadas por esse terrível evento (Moncau, 2022).

A Chacina do Beco do Candeeiro aconteceu em 10 de julho de 1998, quando três adolescentes foram fatalmente baleados por policiais militares no Centro Histórico de Cuiabá, Mato Grosso, deixando um sobrevivente que conseguiu escapar. Até o presente momento, a motivação por trás desse crime hediondo permanece obscura. Somente em 2014, dezesseis anos após o ocorrido, o principal suspeito foi levado a julgamento, mas acabou sendo inocentado devido à falta de provas conclusivas. Apesar das décadas que se passaram, as mães das vítimas ainda choram e buscam incansavelmente por justiça em nome de seus filhos. Para que a tragédia nunca seja esquecida e para evitar que se repita, uma estátua foi erigida na Praça Senhor dos Passos em memória dos adolescentes (Nunes, 2020).

Os Crimes de Maio representam um trágico episódio que ocorreu entre os dias 12 e 20 de maio de 2006, no estado de São Paulo, durante o qual policiais e grupos paramilitares de extermínio foram responsáveis pelo assassinato de 493 pessoas, agora listadas como mortas e desaparecidas. Eles justificaram esses atos como uma "onda de resposta" aos chamados "ataques do PCC" divulgados pela mídia. Estudos apontam para a possibilidade de um número ainda maior de vítimas, devido à ocultação de cadáveres e falsificação de laudos. As principais vítimas desses eventos eram jovens pobres, negros e indígenas (Movimento Mães de Maio, 2011).

Diante desse extermínio em massa, o Movimento Mães de Maio surgiu como uma voz de resistência. O movimento é composto por uma rede de mães, familiares e amigos das vítimas da violência do Estado brasileiro, que se dedicam incansavelmente

à busca por verdade, memória e justiça para todos os mortos e desaparecidos, incluindo outras vítimas dessa brutalidade estatal (Movimento Mães de Maio, 2011). Apesar do reconhecimento nacional e internacional pelo trabalho desse movimento, em 2022, um vídeo de uma promotora de justiça circulou nas redes sociais, afirmando falsamente que as mães envolvidas no movimento estariam associadas ao tráfico de drogas. Essa tentativa de enquadrá-las como criminosas e desqualificá-las da busca por justiça ressoa mais uma vez sob um dos aspectos deste estudo, ou seja, o da culpabilização das vítimas.

Considerações finais

Esta pesquisa se debruçou sobre as percepções, visões e vozes da Chacina do Curió (2015), principalmente na figura das mães e dos familiares, abordando o histórico de lutas que as influenciaram como um coletivo. Uma luta e um luto que não cessam, mesmo com o Estado reconhecendo a culpa de seus mortos, pois, como pontuamos neste estudo, a tortura infligida não morre com as vítimas fatais, ela se transmuta através da vida dos que ficam.

As mudanças que ocorreram tanto na vida quanto na forma de agirem, ou como elas mesmas gostam de afirmar: "transformação do luto em luta" nos tencionam a pensar no nosso papel como acadêmicos. Assim, para além de buscá-las em sua dor, usando suas tragédias como simples objetos de pesquisa sem as envolver como pesquisadoras sociais, é válido sempre salientar que temos que agir junto a elas, fortalecendo sua luta, entendendo o amor à pesquisa e à escrita como uma

ação revolucionária, ou seja, nos mobilizando para que suas vozes sejam ouvidas além de nossas palavras.

No caso da chacina do Curió, como um fato de caráter tão absurdo, com policiais que não se preocuparam em disfarçar seus atos, usando suas armas e carros próprios, e até mesmo negando socorro às vítimas, bloqueando os acessos das comunidades para deixá-las morrer sem socorro, dando assim, o apoio empírico às muitas teorias acadêmicas da política da morte, ou ainda de estudos estatísticos em relatórios que desumanizam seus filhos e parentes, as mães reagiram, buscando elas mesmas conhecimento, tornando-se pesquisadoras sociais. Publicaram e colaboraram com a publicação de livros como o *Onze* (2016), *Vozes da Dor* (2024), criaram um site (https://11docurio.com/), onde atualizam as notícias sobre o caso e as ações que estão sendo tomadas junto ao Ministério Público, divulgando imagens e reconstruindo os fatos dos homicídios, contaram a história dos seus filhos e parentes, humanizando-os, recebem e dialogam com pesquisadores, jornalistas e comunidades, objetivando sempre adicionar mais força às suas lutas e incentivar outros projetos em prol da juventude periférica, entre outras ações.

Todavia, sabemos que nossos estudos, embora importantes, necessitam urgentemente ser expandidos para além dos muros catedráticos. O sucesso do movimento das mães do Curió faz parte de um longo histórico de lutas de mulheres contra a violação dos direitos dos jovens, porém, neste caso, há uma singularidade comparada a outros, uma relativa justiça, com as primeiras condenações de policiais. E este fato só foi possível, graças à união de forças entre as Mães, a academia, Organizações não governamentais e a comunidade, pois, empenhadas no fortalecimento da causa, trouxeram a estas "vítimas vivas" o

impulso para que saíssem do estado de bloqueio causado pelo linchamento social que aconteceu em um primeiro momento. Dessa forma, reagindo à violência e focando na memória de seus filhos e em outras tantas lutas que viriam a enfrentar, estão conseguindo condenar os verdadeiros culpados.

E, por fim, é certo que foi através de laços de solidariedade com mães de outros coletivos e ações que visaram e visam resgatar uma possibilidade de vida para mulheres feridas pela dor, entender a importância dos coletivos, que somam cada vez mais vozes às suas lutas. E assim, juntamente com órgãos públicos e a presença assídua de mães em atos por direitos humanos, lutando pela necessidade de garantir não só o direito de memória dos mortos, mas também mudanças nas estruturas sociais no tratamento e amparo às vítimas que seguem vivas.

Referências bibliográficas

Adorno, S. (1996). *A gestão urbana do medo e da insegurança*: Violência, crime e justiça penal na sociedade brasileira contemporânea (Tese livre docente). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo.

Agamben, G. (2004). *Estado de exceção* (Homo Sacer II, 1). Boitempo.

Araújo, F. A. (2007). *Do luto à luta*: A experiência das Mães de Acari (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Recuperado de http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=86052

Assumpção, R. P. S., et al. (2024). *Vozes da dor, da luta e da resistência das mulheres/mães de vítimas da violência de estado no Brasil*. Universidade Federal de São Paulo.

As Cunhãs. (2023). *Episódio 150*: Julgamento desperta esperança de que a justiça seja feita. Recuperado de https://www.youtube.com/watch?v=9tLjnPdyOdI&t=2053s

Barros, J. P. P., Benício, L. F. S., Silva, D. B., Leonardo, C. S., & Torres, F. J. P. H. (2017). *Homicídios juvenis e os desafios à democracia brasileira: Implicações ético-políticas da Psicologia*. Psicologia: Ciência e Profissão, 37(4), 1051-1065. https://doi.org/10.1590/1982-3703002892017

Coimbra, C., & Scheinvar, E. (2012). "Subjetividades punitivo-penais". In V. M. Batista (Org.), *Loic Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal* (pp. 59-68). Revan.

Coimbra, C. (2001). *Operação Rio*: *O mito das classes perigosas*. Intertexto.

Damasceno, B. (2016, agosto 24). "Ruas no São Cristóvão passam a homenagear vítimas da Chacina da Grande Messejana". *O Povo*. Recuperado de https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2016/08/ruas-no-sao-cristovao--passam-a-homenagear-vitimas-da-chacina-da-grande.html

Diário do Nordeste. (2021). "A chacina de Messejana completa seis anos sem julgamento". Recuperado de https://www.youtube.com/watch?v=djpJ8-JJCoQ&t=110s

Evaristo, C. (2017). *Becos da memória* (3ª ed.). Editora Pallas.

Fanon, F. (1968). *Os condenados da terra*. Civilização Brasileira.

Faoro, Raymundo (2021). *Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro*. SP: Cia das Letras

Flauzina, A. L. P. (2006). *Corpo negro caído no chão*: O sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro (Dissertação de mestrado). Universidade de Brasília. Recuperado de https://cddh.org.br/assets/docs/2006_AnaLuizaPinheiroFlauzina.pdf

Geledés. (2015). *Quanto sangue derramado… O genocídio do povo negro*. Portal Geledés. Recuperado de https://www.geledes.org.br/quanto-sangue-derramado-o-genocidio--do-povo-negro/

González, Y.& Silva, D. M. (2024). *A dívida da democracia*: Violência do Estado e a persistência da impunidade no Brasil. LASA Fórum, 55(2), 16-18.

Juca, B. (2023, novembro). *Mães do Curió lutam por justiça para as vítimas da maior chacina do Ceará*. Portal A Pública. Recuperado de https://apublica.org/2023/11/maes-do--curio-lutam-por-justica-para-as-vitimas-da-maior--chacina-policial-do-ceara/

Martins, J. de S. (2015). *Linchamentos*: *A justiça popular no Brasil*. Editora Contexto.

Mbembe, A. (2016). *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte*. Arte & Ensaios, 32.

Moncau, G. (2022, maio 12). *Nos 16 anos dos crimes de maio de 2006, mães denunciam Ministério Público*. Brasil de Fato. Recuperado de https://www.brasildefato.com.br/2022/05/12/nos-16-anos-dos-crimes-de-maio-de-2006-maes-denunciam-ministerio-publico

Movimento Mães de Maio. (2011). *Do luto à luta*: *Mães de Maio*. Fundo Brasil de Direitos Humanos. Recuperado de https://www.fundobrasil.org.br/wp-content/uploads/2016/07/livro-maes-de-maio.pdf

Nagorski, C. D.&Bozza, R. de F. B. (2024). "O Papel da mídia na rotulação e estigmatização de criminosos: Impactos sobre os direitos fundamentais e desafios para o direito processual penal". *Revista Contemporânea*, *4*(10), e6057. https://doi.org/10.56083/RCV4N10-059

Nogueira, R. (2016). "Sociedade de controle e grito de Eric Garner: o racismo antinegro do cogito da mercadoria". *Revista Trágica: Estudos da Filosofia da Imanência, 9*(1), 47-65.

Onze. (2018). *Chacina da Messejana* [Filme]. Nigeria Filmes. Recuperado de https://www.youtube.com/watch?v=F-7ckWmPOES8

Paiva, L. F. S.& Freitas, G. J. (2015). "Ecos da violência nas margens de uma sociedade democrática: o caso da periferia de Fortaleza". *Sociedade e Cultura, 18*(2), 115-128. https://doi.org/10.5216/sec.v18i2.42379

Paiva, L. F. S., & Freitas, G. J. (2015). "Mortes na periferia: considerações sobre a chacina de 12 de novembro em Fortaleza". *O Público e o Privado, 26*, 269-281. Recuperado de http://seer.uece.br/?journal=opublicoeoprivado&page=article&op=-view&path%5B%5D=1414&path%5B%5D=1345

Presentemente. (2023). Lutas por memória e justiça: Seis anos da Chacina do Curió. *Temp. 02, ep. 05*. Recuperado de https://open.spotify.com/episode/4p6pNWdk8zc04KRH-0cYy1q?si=tBYvUXM8RyiibcYbMZ8PEA

Quintela, D. F. (2021). "O movimento de mães contra a violência policial nas periferias". *Sociedade e Estado, 36*, 867-890. https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202136030002

Rocha, L. de O. (2014). *Outragedmothering: Black women, racial violence, andthepowerofemotion in Rio de Janeiro'sAfricandiaspora* (Tese de doutorado). The Universityof Texas at Austin.

Rodrigues, J. S. (2019). *Testemunhas da necropolítica: Implicações psicossociais dos homicídios juvenis no cotidiano de suas mães* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades.

Ronilk, R. (1989). "Territórios negros nas cidades brasileiras: Etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro". *Revista de Estudos Afro-Asiáticos, Cândido Mendes*. Recuperado de https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/04/territc3b3rios-negros.pdf

Rossi, G. (2018). *A culpabilização da vítima no crime de estupro*. Empório do Direito.

Ryan, W. (1971). *Blamingthevictim*. Pantheon Books.

Vianna, A.& Farias, J. (2011). "A guerra das mães: dor e política

em situações de violência institucional". *Cadernos Pagu, 37*, 79-116.

Vianna, A., & Farias, J. (2014). "Violência, Estado e Gênero: considerações sobre corpos e corpus entrecruzados". In A. C. de Lima & V. Garcia-Acosta (Orgs.), *Margens da violência: Subsídios ao estudo do problema da violência nos contextos mexicanos e brasileiros* (pp. 209-237). ABA.

Weber, M. (2015). "Política como vocação". In *Ciência e política: Duas vocações* (pp. 61-140). Martín Claret. (Original publicado em 1919).

Gênero e Colonialidade na Ditadura Militar Brasileira: Experiências e Narrativas Indígenas

Alex Bruno Feitoza Magalhães[1]

Introdução

Este escrito pretende desvelar as narrativas testemunhais *Aikewara* através de uma lente que busca compreender o fenômeno da "subsunção colonial-ditatorial" ou, de forma mais incisiva, das "reinvenções ditatoriais da lógica colonial", com atenção particular ao controle dos corpos e suas implicações de gênero em contextos autoritários. O objetivo é elucidar como essas dinâmicas operam durante a ditadura militar (1964-1985), e como são moldadas por estruturas coloniais e patriarcais em jogo.

Ancorado nas teorias de gênero e patriarcado desenvolvidas por pensadoras centrais do movimento teórico e político da decolonialidade, como María Lugones, Rita Segato e Julieta Paredes, este ensaio se propõe a pensar como a colonialidade de gênero perpetua opressão e dominação em regimes autoritários, oferecendo um prisma crítico para a análise das experiências *Aikewara*.

Durante o período ditatorial no Brasil, o Estado adotou uma postura hostil em relação aos povos indígenas, perpetuando formas

[1] Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Direito, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife - PE, 50050-060, Brasil. Período Sanduíche na Universidad de Oviedo, España. Mestre em Direitos Humanos (UFPE). Especialista em Teoria e Filosofia do Direito (PUC-Minas). Graduado em Direito (Unifavip). Integrante dos Grupos de Pesquisa: Desigualdades, Lutas Sociais e Democracia no Sul Global (UFPE/PAET-PG) e Contemporaneidade, Subjetividades e Novas Epistemologias (UPE/CNPq). Bolsista CAPES. Email: alex.feitoza@ufpe.br.

de violência de cunho colonial, agrário, burguês e de gênero, que influenciaram a construção da identidade nacional brasileira por meio de experiências de sofrimento humano.

As políticas impostas, que visavam ao desenvolvimento nacional e muitas vezes eram predatórias, impactaram severamente diversos povos indígenas, alguns submetidos diretamente ao controle do aparato estatal. Tais eventos culminaram na morte de 8.350 indígenas, segundo o Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014).

Metodologicamente, este escrito fundamenta-se na análise de narrativa (AN), conforme delineada por Liliana Bastos e Liana Biar (2015), sustentada por base empírica, visando compreender como as pessoas estruturam suas experiências de vida e constroem sentidos de si.

Segundo Andrea Ponce Garcia (2015), existem três memórias que atravessam o povo indígena *Aikewara* desde a chegada dos militares em seu território em 1972: I) a dos homens sequestrados pelos militares, que foram transformados em guias na busca pelos guerrilheiros; II) a das mulheres e crianças isoladas na aldeia, sujeitas a uma forma de confinamento e vigilância; III) a da construção da BR-153 (Rodovia Belém-Brasília), uma intervenção material e simbólica na configuração do espaço e da identidade indígena.

Assim, o ensaio seguirá abordando a visão geral das concepções de patriarcado e gênero propostas por Lugones(2008), Segato (2012) e Paredes (2008), explorando suas aproximações e divergências teóricas. Além disso, serão integradas reflexões de Lorena Cabnal (2015), Glória Anzaldúa (1987) e Lélia Gonzalez (1984/1988), com perspectivas sobre a interseccionalidade, fluidez cultural e as particularidades das identidades de gênero no contexto latino-americano.

Também fará uma discussão sobre a "subsunção colonial--ditatorial" ou "reinvenções ditatoriais da lógica colonial", examinando como essas estruturas foram adaptadas e reforçadas durante a ditadura militar.

Em seguida, será realizada a identificação de elementos que expõem a presença da colonialidade de gênero em contextos autoritários por meio das narrativas testemunhais *Aikewara*. Com isso, será possível determinar se existe uma configuração da "subsunção colonial-ditatorial" –ou seja, como o controle dos corpos e as repercussões de gênero se manifestam sob regimes autoritários.

Em síntese, como pesquisador, homossexual e nordestino, trago comigo a consciência da importância de estar junto do *Outro* –elemento fundamental na construção da minha identidade e na minha luta contra as injustiças. Por meio da pesquisa e do compartilhamento de conhecimento, busco contribuir para a valorização e o reconhecimento da diversidade cultural brasileira e para a superação de estereótipos que ainda persistem; é uma forma de honrar minha origem e de fortalecer vozes coletivas na busca por inclusão.

Referencial Teórico. Incursões sobre Colonialidade, Patriarcado e Gênero

Colonialidade é um conceito formulado por Aníbal Quijano na década de 1980, que busca explicar a dinâmica da atuação colonial, as continuidades dessas práticas no presente e a dimensão epistêmica inerente às relações de poder. Essa terminologia é uma forma abreviada do que o autor chamou de "padrão de

poder colonial" ou "colonialidade do poder". Assim, a colonialidade vai além da noção de colonialismo histórico, pois persiste mesmo após os processos de independência e descolonização, podendo ser compreendida por meio dos desdobramentos das colonialidades do poder, do ser e do saber.

De acordo com Quijano (2005), a colonialidade manifesta-se primeiramente através do conceito de raça, que serve como um instrumento de dominação ao classificar, hierarquizar, excluir e privilegiar. Esse fenômeno é um produto do capitalismo, funcionando como um mecanismo de exploração, caracterizado por um Estado controlador e centralizador.

Para Quijano (2005), a colonialidade abrange mais do que a classificação racial. Trata-se de um fenômeno mais amplo, que constitui os eixos centrais do sistema de poder, influenciando o controle sobre o acesso ao sexo, à autoridade coletiva, ao trabalho e à subjetividade/intersubjetividade, além de permear a produção do conhecimento.

María Lugones (2008) desvia o olhar crítico para a obra de Quijano, apontando uma falha na forma como ele aborda o conceito de gênero. Segundo Lugones, Quijano, ao teorizar sobre gênero, faz uso de uma visão colonial que limita a discussão ao reduzir o gênero a uma construção hegemônica, sem considerar suas diversas manifestações ao longo da história. Não podemos esquecer que o gênero, como conceito, não foi sempre filtrado pelas lentes da heterossexualidade e do patriarcado. Em vez disso, Lugones destaca que tanto o gênero quanto a raça são produtos do sistema moderno/colonial, formados e consolidados dentro das dinâmicas coloniais.

Ao analisar a relação entre sexo e poder na colonialidade, constata-se que Quijano adota uma perspectiva biológica e

reprodutiva. Sua abordagem tende a reduzir o sexo a aspectos relacionados à reprodução e à função, negligenciando as dimensões mais amplas da colonialidade do poder.

Walter Mignolo (2010) descreve a colonialidade do poder como uma "estrutura complexa de níveis entrelaçados", abrangendo vários aspectos da vida social e política. Este sistema não só controla a economia e a autoridade, mas também regula a natureza, os recursos naturais, o gênero e a sexualidade, a subjetividade e o conhecimento. Em suma, a colonialidade do poder atua como um instrumento que, ao promover a modernidade, reforça simultaneamente o controle sobre a civilização e a liberdade, perpetuando a violência e a opressão por meio do discurso colonial.

Conforme abordado por Quijano (2005), a colonialidade do ser surge da negação e exclusão da identidade do colonizado. Esse processo não apenas apaga o lugar do *Outro* na história e na cultura, mas também o relega a uma posição de subalternização. As expressões culturais do *Outro* são reduzidas a algo menor e menos relevante, perpetuando uma visão desumanizadora. Esse cenário mantém a dinâmica patriarcal, resultando em diversas formas de violência de gênero e forçando o *Outro* a ocultar seus prazeres e tradições para se conformar às normas impostas.

Por fim, a colonialidade do saber, conforme discutido por Quijano (2005), manifesta-se na forma como o conhecimento é racionalizado e orientado para se tornar hegemônico. Esse processo coloniza e domina outras formas de saber, desconsiderando e apagando o conhecimento das culturas originárias e tradicionais. A colonialidade do saber está, portanto, entrelaçada com os conceitos de "diferença colonial" e "geopolítica

do conhecimento" propostos por Mignolo (2002), apontando como o conhecimento é manipulado e controlado dentro das estruturas de poder colonial.

Comecemos, agora, a refletir sobre o patriarcado, que tem sido objeto de inúmeros estudos devido à sua interseção com outras formas de opressão, tais como o racismo, o classismo e o colonialismo. Essas interseções resultam em realidades distintas para diversos grupos de mulheres, sendo que algumas delas enfrentam inúmeras formas de marginalização e discriminação.

As discussões sobre gênero e patriarcado no debate decolonial são particularmente enriquecidas pelas teorizações de Lugones (2008). Ela argumenta que o patriarcado não estava presente nas sociedades anteriores à colonização e analisa o conceito de gênero como uma invenção cultural e imaginária que apareceu em um momento histórico específico, assim como o conceito de raça foi abordado como uma construção ficcional por Quijano (2005).

Dessa forma, a autora, apoiada nas ideias da socióloga nigeriana Oyéronké Oyewùmi, entendeu que o gênero foi introduzido pelo sistema moderno/colonial. Lugones (2008), em suas análises, destacou a compreensão de como a intersexualidade, a lesbianidade e a homossexualidade –presentes e reconhecidas– em certas sociedades originárias foram repudiadas, subalternizadas e estereotipadas pelo período colonial, por meio dos binarismos e pela "opressão de gênero racializada [...] capitalista heterosexualizada" (2014, p. 940).

Para Rita Segato (2012), existia um patriarcado de baixa intensidade nas sociedades indígenas e afro-americanas. Em seu trabalho, Segato (2012) destaca que, com a chegada da colonização, as identidades diversas foram marginalizadas e, quando não, era modificadas.

Desse modo, com a modernidade, houve uma valorização excessiva da posição masculina nas comunidades originárias, acompanhada pela "emasculação frente aos brancos, [...] e lhe mostra a relatividade de sua posição masculina ao sujeitá-los ao domínio soberano do colonizador" (Segato, 2012, p. 120).

Assim, ocorreu a apreensão do gênero pré-intrusão pelo gênero moderno, ou seja, o "sequestro de toda política, [...] a consequente privatização do espaço doméstico, sua 'outrificação', marginalização e expropriação de tudo que nela era público" (p. 121). Observa-se que, embora a diferença e a hierarquia dual sempre tenham existido nas sociedades originárias, a intrusão colonial reforçou-as negativamente, fazendo com que a dualidade fosse interpretada como binária.

Por outro lado, Julieta Paredes (2008), estabelece a existência de um patriarcado ancestral que, juntamente com o patriarcado ocidental, constituiu o "entronque patriarcal". Paredes destaca a contraposição dual na perspectiva indígena, utilizando a experiência chacha-warma para denunciar questões relacionadas ao machismo, racismo e classismo.

Nesse sentido, Paredes (2008) propõe uma reavaliação da contraposição dual complementar a partir da perspectiva das mulheres. Ela sugere que essa abordagem se opõe ao conservadorismo, à opressão e à subalternização que marcam a experiência das mulheres indígenas.

É importante destacar que, entre as três feministas latino-americanas mencionadas, Paredes é a única feminista indígena. "E, nesse sentido, a construção de suas subjetividades como mulher indígena em comunidade faz ressoar essa dimensão da defesa de um patriarcado pré-colonial" (Wassmansdorf, 2017, p. 5).

Para Lorena Cabnal, em sua análise sobre o patriarcado originário, inspirada no pensamento de Paredes, destaca: "no sólo existe um patriarcado occidental em Abya Yala, sino também afirmamos la existencia milenar del patriarcado ancestral originário [...], este patriarcado tiene su propia forma de expresión, manifestación y temporalidad del patriarcado occidental" (Cabnal apud Celentani, 2014, p. 22).

Cabnal (Geni, 2015, n.p.) também contribui para a discussão sobre a percepção dos corpos e a ecologia ao afirmar uma ecologia política emancipatória e destacar que "a relação dos corpos com a natureza é uma relação recíproca, [...] que faz a vida, que tece a vida, portanto, os corpos não têm poder sobre a natureza e a natureza não tem poder sobre os corpos".

Para concluir este item, discutiremos alguns conceitos de gênero desenvolvidos por autoras latino-americanas. Essas intelectuais, ao questionarem e desafiarem as narrativas tradicionais, oferecem novas perspectivas sobre as questões de gênero que transcendem as abordagens ocidentais hegemônicas.

Lugones introduz o neologismo "categorial" para enfatizar a inter-relação entre diferentes categorias sociais e identitárias, diferenciando-se do "categórico", que denota uma definição rígida e separada. Ela exemplifica essa ideia com a velhice, que pode ser compreendida tanto como uma etapa da vida quanto como uma categoria associada ao desemprego, sugerindo que é inadequado analisar essas categorias de forma isolada (Lugones, 2008, p. 76).

A crítica de Lugones se volta contra a abordagem que considera gênero, raça e classe como categorias binárias e isoladas, como homem/mulher e branco/negro. A autora explica que essa perspectiva tende a ocultar as interseções entre essas

categorias e, consequentemente, minimiza a "experiência das mulheres de cor", que não são representadas por essas categorias isoladas. Para Lugones, a separação categorial resulta na fragmentação de categorias que, na prática, são inseparáveis e interdependentes, dificultando uma compreensão completa das realidades vividas (Lugones, 2008, p. 76).

Nesse sentido, Lugones afirma que, na interseção das categorias "mulher" e "negro", surge uma ausência onde deveria estar a mulher negra, pois essas categorias isoladas não a contemplam apropriadamente. Segundo Lugones, a interseccionalidade expõe um vazio que evidencia a inadequação das categorias binárias para capturar a complexidade das experiências vividas pelas mulheres negras (Lugones, 2008, p. 81-82).

Segato (2014) propõe que a análise de gênero deve ser baseada na diferença, considerando as particularidades culturais e sociais de cada comunidade. Assim, a autora critica a adoção de abordagens universalistas por parte de organizações internacionais, que não conseguem visualizar as especificidades de gênero presentes em contextos locais. Em vez de seguir o conceito de "diferentes mas iguais", comum no ativismo liberal moderno, Segato defende a abordagem de "desiguais mas distintos", que valoriza e incorpora as diferenças culturais sem tentar eliminá-las.

Dessa forma, Segato (2014) contesta as teorias ocidentais e eurocêntricas por ignorarem as particularidades das experiências de gênero e propõe uma "epistemologia da diferença" para valorizar as características de cada contexto, seja cultural ou histórico.

Por outro lado, para compreender a interseção histórica entre os interesses patriarcais, Paredes (2008) sugere recuperar

a crítica ao conceito de gênero para descolonizá-lo, reconhecendo que as relações injustas entre homens e mulheres não se originaram apenas na colonização. Ela propõe, ainda, superar o conceito de gênero, visto como ambíguo e fruto do neoliberalismo, por meio de uma reconceituação advinda do "feminismo comunitário", e transcender o gênero como uma tarefa revolucionária necessária no processo de mudanças, especialmente para as mulheres.

Em síntese, embora Lugones, Segato e Paredes compartilhem uma crítica à colonialidade e à valorização das epistemologias locais, suas abordagens teóricas e objetivos diferem consideravelmente. Lugones se concentra na interseccionalidade, analisando como gênero, raça, classe e etnia interagem para moldar experiências complexas de opressão. Segato, por sua vez, enfoca a diferença cultural e histórica, criticando abordagens universalistas e propondo uma análise que considera as especificidades das sociedades latino-americanas. Já Paredes adota uma perspectiva descolonial, defendendo a necessidade de revisar as construções de gênero à luz das epistemologias indígenas e locais.

Outras autoras também contribuem para a análise de gênero ao considerar fatores culturais, sociais e históricos que destacam a complexidade das identidades de gênero. Gloria Anzaldúa (1987) desenvolve o conceito de *"mestizaje"* para descrever a fusão de culturas e identidades nas fronteiras culturais. Para Anzaldúa, este conceito representa uma identidade fluida que resulta da interação entre diferentes culturas e experiências. Esse conceito permite uma reconfiguração em resposta ao colonialismo e às tensões culturais.

Lélia Gonzalez (1984; 1988) faz uso da interseccionalidade para investigar como as opressões raciais, de gênero e de classe se interconectam, criando experiências de desigualdade. A autora desenvolve o conceito de "amefricanidade" para descrever a identidade cultural das pessoas negras, resultante da fusão de tradições africanas e influências coloniais. Nesse contexto, Gonzalez analisa como essas interações moldam a identidade negra, ressaltando a importância da resistência e da reapropriação cultural na luta contra desigualdades e na compreensão das dinâmicas de poder.

As Reinvenções Ditatoriais da Lógica Colonial

No Brasil, o colonialismo e o militarismo não são apenas capítulos distintos da nossa história; eles são capítulos entrelaçados de uma narrativa contínua de expropriação e violência contra os povos indígenas. Durante o período colonial, os colonizadores eram os agentes diretos da opressão, impondo uma lógica de dominação e controle que moldava a vida indígena. Quando analisamos a ditadura militar (1964-1985), vemos que as Forças Armadas não apenas perpetuaram essa violência histórica, mas também a intensificaram, usando-a para justificar e aplicar formas ainda mais cruéis de repressão.

A ditadura militar não se contentou em reinterpretar a violência colonial, agrária, burguesa e de gênero que havia estabelecido as bases da nação. Ela ampliou e aprofundou essas práticas, agravando o sofrimento dos povos indígenas. Durante este período, os códigos arbitrários da ditadura resultaram em invasões de terras, deslocamentos forçados, torturas,

aprisionamentos, extermínios e na disseminação de epidemias. O Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV, 2014) deixa claro que essas violências não foram incidentes isolados, mas sim consequências das políticas do Estado, que se mostraram cúmplices por ação e omissão.

Mas o relatório apenas arranha a superfície da realidade. De acordo com a CNV, 8.350 indígenas perderam suas vidas durante a ditadura militar. Esse número, alarmante em si, contrasta com os 434 mortos e desaparecidos políticos não indígenas no mesmo período. E, ainda assim, essas estatísticas provavelmente subestimam a verdadeira extensão da realidade, uma vez que as condições adversas tornaram impossível obter uma contagem precisa.

Neste cenário, a expressão "continuidade colonial" se torna importante para entender a conexão entre colonialismo e militarismo e as consequências para os povos indígenas. Instituições como o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a Guarda Rural Indígena (GRIN) e os presídios indígenas, como o Reformatório Agrícola Krenak e a Fazenda Guarani, não eram apenas aparatos administrativos. Eles funcionavam como extensões de um sistema colonial em pleno vigor, ajustando suas ferramentas e discursos para manter a dominação e a exploração.

A interseção entre colonialismo e militarismo não é apenas uma questão acadêmica, mas uma chave para entender as violações sistemáticas dos Direitos Humanos. Essa combinação ilustra um ambiente imbuído de relações opressoras e injustas, onde episódios de violência deixam marcas profundas na história dos povos indígenas.

O caso dos *Aikewara* (Comissão de Anistia, 2010; Ferraz et al., 2014; Garcia, 2015; Magalhães, 2021) é um exemplo da violência perpetrada pelo militarismo. Essa violência não apenas reflete as características coloniais, mas também reafirma uma perspectiva que nega as identidades e culturas desses povos, forçando-os a uma posição de subalternidade.

As narrativas indígenas assinalam uma "índole colonial entre os agentes da ditadura" (Magalhães, 2021; 2024), enfatizando os traços de uma sociedade colonial e dominadora (Chauí, 2001). Marilena Chauí nos lembra do conceito de mundo colonial de Frantz Fanon, que descreve uma sociedade dividida, com barreiras visíveis erigidas pelos aparatos de controle.

Esses agentes, descritos por Fanon como "interlocutores legais e institucionalizados do colonizado, porta-vozes do colono e do regime de opressão" (Fanon, 1968, p. 28), carregam as marcas da cultura colonial. Eles são intermediários entre o colonizador e o colonizado, e o ambiente que criam é desprovido de qualquer contato humano, substituído por violência, subordinação e desumanização.

Fanon observa que, nas sociedades capitalistas, a criação de uma "atmosfera de submissão e inibição" facilita o trabalho das forças de controle, sustentadas por uma rede de moralizadores e manipuladores. Nas regiões coloniais, a presença de policiais e militares é imposta, reforçando a opressão.

Além disso, os indígenas eram questionados sobre sua etnia, como exemplificado na pergunta: "Tu é Índio?". Essas práticas expõem os métodos de controle exercidos pelos colonizadores/soldados sobre as subjetividades indígenas. Quijano (2010) observa que essas operações colonizadoras criam um universo de relações intersubjetivas de dominação.

Os valores da repressão criaram um clima sombrio. As "figurações coloniais da subjetividade indígena" (Magalhães, 2021; 2024) se solidificaram, negando identidades e controlando a subjetividade dos povos. Assim, a violência colonial busca não apenas subjugar, mas também desumanizar, apagando a identidade cultural do *Outro.*

Há também uma distinção na violência dirigida a homens e mulheres indígenas. No caso dos *Aikewara*, enquanto as mulheres foram deixadas na aldeia, os homens foram forçados a se dirigir para a mata como guias sob coação. A escassez de comida e o medo imposto pelos soldados também tiveram um impacto violento sobre as mulheres isoladas na aldeia.

Essa situação denota a dicotomia de gênero imposta pelos colonizadores na modernidade ocidental, na qual os homens são subjugados e as mulheres relegadas a papéis secundários (Lugones, 2014). Essa hierarquização serve para justificar a opressão e a exploração.

O "controle dos corpos e as repercussões de gênero" (Magalhães, 2021; 2024) desencobre a dicotomia central da modernidade, usada como ferramenta de hierarquização e classificação social baseada em raça e gênero. Essa hierarquização resulta das ações coloniais e ditatoriais sobre os povos.

As marcas deixadas pela ditadura militar no Brasil manifestam-se em várias esferas da sociedade. Ao analisar a situação dos povos indígenas, observa-se que esse impacto vai além da repressão política, afetando também as dimensões culturais e identitárias.

O aprofundamento dessa realidade mostra que a ditadura militar não apenas adotou formas de atuação baseadas em códigos coloniais, mas também legitimou estruturas opressivas.

A imposição dessas práticas demonstra a persistência do paradigma histórico da colonização, caracterizado pelo exercício violento do poder sobre os povos indígenas.

Colonialidade, Gênero e Ditadura

Entre 1972 e 1974, uma comunidade indígena localizada no sudeste do Pará foi alvo de invasões em seu território tradicional por parte das forças repressivas da ditadura militar, coincidindo com o contexto da Guerrilha do Araguaia. Embora a Guerrilha tenha se destacado como um evento significativo na história e na memória nacional, outras narrativas, como a dos *Aikewara*, não receberam a mesma atenção.

Conforme relatado nas narrativas indígenas, a situação das pessoas que permaneceram confinadas não diferia da situação daqueles que foram coagidos a servir como guias para as forças armadas. As mulheres ficaram cativas na aldeia enquanto seus companheiros e parentes foram sequestrados pelas tropas do Exército.

As mulheres indígenas enfrentaram escassez de alimentos e foram impedidas de caçar ou tomar banho individualmente. Estavam sujeitas a uma vigilância constante e privadas de liberdade de acesso à água e à lenha. Além disso, a aldeia era constantemente sobrevoada por helicópteros.

Massara e *Wassakwai*, em suas narrativas, descrevem situações de privação impostas pelos soldados, com ênfase nas mulheres:

> [...] mulher tava cum fome!! Nem banana, nem macaxeira... nem cará... nem manimé... [farinha de mandioca] [Marehai num dava nada não?] Não! só pra nós [quando saíam na

> mata]. Aí mulher, o que mulher vai comer? nadinha... na mata é... nem iokó... Wassakwwai: ele ia falando que nem lenha ele [soldado] deixava pra tirar na mata, que era perigoso, né? ele tirar na mata, nem pescar... nem caçar jabutizinho... num deixava não, pra ficar só na casa mesmo, com a mulher dele, que ele tava falando. Ficava igual preso na casa! Massara: o que é que nós vamo comer?? - Não! soldado num deixa não! - Todinho nós tamo com fome! Mulher falando.[2]

As experiências de privação enfrentadas pelas mulheres indígenas confinadas na aldeia podem contribuir para a compreensão da noção de "diferença colonial". Conforme expresso na narrativa, a falta de alimentos, como bananas, macaxeira, cará e manimé, destaca essa condição. Por outro lado, para os homens indígenas recrutados coercitivamente pelas forças repressoras, havia acesso aos alimentos quando saíam para a mata. Essas situações, ou dinâmicas da colonialidade, desempenham um papel significativo na configuração das relações patriarcais e hierárquicas de gênero (Mignolo, 2017). Sobre a lógica da colonialidade:

> [...] a lógica da colonialidade (ou seja, a lógica que sustentava os diferentes âmbitos da matriz) passou por etapas sucessivas e cumulativas que foram apresentadas positivamente na retórica da modernidade. [...] A etapa inicial dispôs a retórica da modernidade como salvação. A salvação era focada em salvar almas pela conversão ao cristianismo. A segunda etapa envolveu o controle das almas dos não europeus através da missão civilizatória fora da Europa, e da administração de corpos nos Estados-Nação emergentes através do conjunto de técnicas que Foucault analisou como a Biopolítica. Assim,

[2] In: COMISSÃO DE ANISTIA. Requerimento de Anistia nº 2010.01.66648 de autoria de Massara Suruí p. 129.

> a colonialidade era (e ainda é) a metade complementária e perdida da biopolítica. [...] A terceira etapa – a etapa que continua até hoje – começou no momento em que as corporações e o mercado se tornaram dominantes, a biotecnologia substituiu a eugênica e a publicidade [...] deslocou o rádio. (Mignolo, 2017, p. 8)

Observa-se que a colonialidade do ser (Maldonado-Torres, 2007), como uma esfera da colonialidade, opera na reprodução do sistema patriarcal, resultando em diversas formas de violência de gênero. Consequentemente, os sujeitos se veem impossibilitados de viver de acordo com suas próprias tradições. A experiência das mulheres indígenas aponta as condições adversas em que se encontravam na aldeia, enquanto seus parceiros eram levados pelos soldados. Em sua narrativa, *Muruá* destaca o confinamento na aldeia:

> Eu tava 'buchudo' [grávida] da Akóngotia, né? Ele [o marido] num queria ir no mato! Soldado levou acochado ele! Ele disse [kui'muá] – Não! eu num vou não, minha mulher ta buchudo!! – ele falou: - Não! vai assim mesmo! [Soldado] levou acochado! Eu tava [tinha] só Kuiná, dois [filhas]. Eu tava cum fome! aqui num tinha comida! Num tinha arroz também... Comia só cará mesmo! comia aí... se num fosse arrancar batata, tava tudo cum fome aí!! Uma hora dessa aí... até chegar... [...] Ficou só nós mesmo... a Muretama, Arihêra, Sawara'á também ficava na aldeia... ficamo só nós mesmo, 'capitão', só mulher mesmo! nós tinha medo mesmo! tava com medo mesmo!.[3]

Na narrativa, *Muruá* relata a situação enquanto grávida, mencionando a relutância de seu companheiro em partir para a mata

[3] In: COMISSÃO DE ANISTIA. Requerimento de Anistia no 2010.01.66648 de autoria de Massara Suruí p. 176.

devido à sua condição. No entanto, os soldados o obrigaram a acompanhá-los, apesar de seus apelos para permanecer com ela. *Muruá* descreve a escassez de alimentos na aldeia, destacando que só havia cará para comer e que, sem a possibilidade de colher batatas, todos estavam passando fome. Ela também menciona o medo compartilhado entre as mulheres que permaneceram na aldeia, temendo a situação em que se encontravam. Esses relatos enunciam a dicotomia central da modernidade, estabelecida pelo colonizador, particularmente entre homens e mulheres (Lugones, 2014).

Nas teorizações propostas por María Lugones, a colonialidade do ser desdobra-se e origina a colonialidade de gênero, que opera principalmente por meio da inferiorização e subordinação do *Outro*. Para a autora, a dicotomia hierárquica deve ser compreendida como uma característica intrínseca da humanidade e como uma ferramenta normativa utilizada para condenar os(as) colonizados(as).

> A "missão civilizatória" colonial era a máscara eufemística do acesso brutal aos corpos das pessoas através de uma exploração inimaginável, violação sexual, controle da reprodução e terror sistemático [...] A missão civilizatória usou a dicotomia de gênero como avaliação, mesmo que o objetivo do juízo normativo não fosse alcançar a generalização dicotomizada dos/as colonizados/as em seres humanos não era uma meta colonial. A dificuldade de imaginar isso como meta pode ser vista nitidamente quando percebemos que a transformação dos/as colonizados/as em homens e mulheres teria sido uma transformação não em identidade, mas em natureza. E colocar os/as colonizados/as contra si próprios/as estava incluído nesse repertório de justificação dos abusos da missão civilizatória. (Lugones, 2014, p. 938)

A incursão das tropas do Exército na aldeia resultou na morte de bebês prematuros, conforme relatado por *Muretama*:

> Eu ficava preocupada porque Awassa'i saiu pro mato – foi o finado Pytema que chamou ele! – e no outro dia num tinha voltado!! Aí nesse dia mesmo, eu ganhei minha filhinha [sua segunda filha], era Kuxó! [mulher]. Mas num sei o que foi, ela chorava muuuito!... foi maherai [nãoindígena] que cortou o umbigo... num sei com o quê cortou... se pegou tétano, o que foi... Awassa'i tava no mato... Eles levaram nós lá no Xambioá, no helicóptero. Ela morreu lá. No outro dia, trouxe nós de volta... ela ta enterrada lá na aldeia velha.[4]

Em seu relato, *Muretama* expressa preocupação com a ausência de *Awassa'i*, que havia partido para a mata e não retornara até o dia seguinte. Nesse mesmo dia, *Muretama* deu à luz sua segunda filha, que chorava muito e teve o cordão umbilical cortado por uma pessoa não-indígena, cuja identidade e detalhes ela desconhecia. Enquanto isso, *Awassa'i* permanecia na mata. Posteriormente, *Muretama* foi transportada de helicóptero para Xambioá, onde a filha recém-nascida veio a falecer.

Assim, o relato de *Muretama* indica um contexto marcado pelo medo e pela preocupação, evidenciando a intervenção dos soldados. A presença intrusiva dos soldados contribuiu para desestruturar e reforçar o tratamento opressivo dirigido aos povos indígenas, com um impacto particularmente severo sobre as mulheres.

De acordo com Lugones (2014, p. 942), a intervenção colonialista, caracterizada por sua natureza invasiva, "os subjuga brutalmente, de forma sedutora, arrogante, incomunicante e

[4] In: COMISSÃO DE ANISTIA. Requerimento de Anistia no 2010.01.68196 de autoria de Awassai Surui p. 303.

poderosa, deixando pouco espaço para ajustes que se preservem seus próprios sentidos de si mesmos na comunidade do mundo".

Nesse caminho, conforme destaca Gayatri Spivak (2014, p. 47), a elaboração da história "é o mais claro exemplo de [...] violência epistêmica, é o projeto remotamente orquestrado, vasto e heterogêneo de se construir o sujeito colonial como Outro". Assim, ao delinear a condição de subalternidade do sujeito colonial, a autora utiliza o exemplo da mulher: "se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história [...] o sujeito feminino está ainda mais profundamente na obscuridade" (Spivak, 2014, p. 66-67). Sobre a colonialidade, Lugones diz:

> Ver a colonialidade é ver a poderosa redução de seres humanos a animais, a inferiores por natureza, em uma compreensão esquizoide de realidade que dicotomiza o humano de natureza, humano de nãohumano, impondo assim uma ontologia e uma cosmologia que, em seu poder e constituição, indeferem a seres desumanizados toda humanidade, toda possibilidade de compreensão, toda possibilidade de comunicação humana. (2014, p. 946).

Percebe-se que a dinâmica colonial se baseia na desumanização das pessoas, sendo sua ação estabelecida e justificada pela desconsideração do *Outro* (Césaire, 1978, p. 25). Nesse sentido, de acordo com o mesmo autor, "o colonizador para se dar boa consciência se habitua a ver o outro como animal, se exercita a tratá-lo como animal".

Em decorrência do contexto estabelecido, muitas mulheres indígenas sofreram abortos espontâneos e outras perderam filhos(as) prematuramente. Além disso, devido à destruição de

seus recursos de subsistência, os poucos homens que permaneceram reclusos na aldeia foram proibidos de realizar atividades essenciais, como caça, pesca ou trabalho no campo.

Teriweri, naquele contexto, perdeu dois filhos gêmeos e narra as situações de vulnerabilidade, fome e medo de que os indígenas passaram:

> [...] eu ficava mais cum medo era de noite, porque era muito tiro que o pessoal dava, as polícia dava! num podia ver um matinho mexendo que eles iam logo atirando. Vivia só assombrada, né? assombrada mesmo com medo mesmo, meus menino chorava! [...] E aí nós ficava lá com medo. Aí as polícia disse que nós num podia também banhar sozinha não, nem ir pro mato assim... fazer cocô assim sozinha, tinha que ir com eles! [...] – eu num sabia que era dois menino, né, num sabia! Aí depois aí nasceu outro! O outro era bem miudinho... Aí depois, E aí Tiwaku, oi é dois menino que eu tava esperando... dois menino! E aí Tiwaku falou assim: Eles tão vivo? - Ta vendo Tiwaku! Isso tudo é por conta que... eu tive medo, dos tiro que o pessoal dava aí, aconteceu isso comigo, né? [...] Eu num gosto de lembrar não... porque eu acho que era tanto susto que eu levava dos tiros... eu num tive esses menino... normal, ne? porque eles nasceram com 8 meses! [...] Porque... eu acho que por conta de tudo isso que aconteceu eu... tive assim... quase aborto, né? As criança num viveram porque tanto medo que a gente passava, dos tiro, né? Então aconteceu isso com a gente, eu num gosto de lembrar, sabe? eu to contando aqui pra vocês porque... tem que... as pessoa assim... pode ser que os povo do Brasil, do mundo todo pra saber direito que aconteceu mesmo... esse horrível acontecimento, é guerra né? no tempo da guerrilha né? É por isso que eu tou contando aqui um pouco... [...], passando medo mesmo! tem vezes que a gente dormia cum fome, né.[5]

5 in: COMISSÃO DE ANISTIA. Requerimento de Anistia no 2010.01.72873 de autoria de Terriweri Surui p. 52.

A narrativa em questão revela com profundidade a experiência traumática vivida por *Teriweri* durante o período da guerrilha, marcada pela violência e um estado de vigilância. As noites eram aterrorizantes, com tiroteios frequentes que intensificavam o medo e impactavam gravemente a saúde e o bem-estar de *Teriweri* e sua família. As restrições impostas pelos soldados sobre atividades básicas ampliaram o clima de controle e medo. O estresse causado por essa situação afetou a gravidez de *Teriweri*, resultando no nascimento prematuro e na subsequente morte de seus filhos, aspectos que ela relaciona diretamente ao trauma que vivenciou.

A partir da narrativa acima, percebe-se que a colonialidade, além de operar sob a matriz da hierarquização e classificação social por meio da raça, também gera repercussões nas relações de gênero.

> [...] dentro do cristal do patriarcado. Ambas respondem a expansão dos tentáculos do Estado modernizador no interior das nações, [...] desarticulando, rasgando o tecido comunitário, levando o caos e introduzindo [...] desordem em todas as estruturas que existiam e no próprio cosmos. (Segato, 2012, p. 113)

Portanto, apesar de dolorosas, as narrativas registram e comunicam o impacto brutal do autoritarismo sobre os povos indígenas, ressaltando a importância de lembrar e reconhecer essas experiências na construção da memória histórica coletiva.

Considerações finais

A análise da colonialidade de gênero e da ditadura militar expõe a persistência e a adaptação das estruturas de opressão, mostrando que a dominação não desaparece com o fim do colonialismo histórico, mas evolui e se disfarça. Aníbal Quijano (2005) indica que a colonialidade mantém práticas opressivas por meio da racialização e hierarquização, moldando as relações de poder e a produção do conhecimento. No entanto, María Lugones (2008) desafia essa visão hegemônica, demonstrando que o gênero não deve ser visto apenas através de uma única lente, mas através de uma análise interseccional que explora as interações entre categorias sociais e identitárias, rompendo com a visão binária tradicional.

No Brasil, a interseção entre colonialismo e militarismo impõe impactos duradouros sobre os povos indígenas, opressões amplificadas durante a ditadura militar. O conceito de "continuidade colonial" é pertinente para entender como essas práticas foram adaptadas e persistiram. As narrativas das mulheres indígenas *Aikewar*a ilustram como a intervenção militar não só intensificou a vigilância sobre suas vidas, mas também perpetuou desigualdades de gênero, desvelando um cenário de violência física, violações de Direitos Humanos e a imposição de uma ordem colonial que aprofundou a subordinação e a opressão.

A colonialidade de gênero, como discutida por Lugones e outras teóricas, manifesta-se claramente no controle absoluto exercido sobre os corpos e as atividades diárias das mulheres indígenas. A imposição de restrições às atividades tradicionalmente masculinas, como caça e pesca, contrasta com a negligência das necessidades básicas das mulheres na aldeia. Elas

foram privadas de alimentos, autonomia e dignidade, enquanto a vigilância militar intensificava seu sofrimento.

Rita Segato (2014) e Julieta Paredes (2008) ampliam essa discussão ao examinar como a colonialidade agravou e distorceu as hierarquias de gênero nas sociedades indígenas e afro-americanas. Segato aborda o impacto da colonização nas desigualdades de gênero, enquanto Paredes sugere uma reavaliação do conceito de gênero a partir das epistemologias indígenas, destacando a existência de um patriarcado ancestral.

No contexto da ditadura militar, essas abordagens são indispensáveis para entender os impactos sobre os povos indígenas, como mostrado nas narrativas testemunhais *Aikewara*. A imposição de práticas opressivas e a vigilância militar não apenas agravaram as vulnerabilidades históricas, mas também reforçaram desigualdades de gênero. As narrativas documentam não apenas a violência física e as violações de Direitos Humanos, mas também a perpetuação de uma ordem colonial da opressão. Os relatos destacam a necessidade de reparação coletiva com perspectiva de gênero, visando compensar os danos causados pela colonialidade durante esse período.

Referências

Anzaldúa, G. (1987). *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*. Aunt Lute Books.

Bastos, L. C., & Biar, L. A. (2015). "Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social". *Delta*, *31*, 97–126.

Cabnal, L. (2016). "A recuperação do corpo como território de defesa". *Revista Geni*. https://revistageni.org/10/a-recuperacao-do-corpo-como-territorio-de-defesa/

Cabnal, L. (2014). In: Celentani, F. G. *Feminismo desde Abya Yala: Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América*. Corte y Confección.

Césaire, A. (1978). *Discurso sobre o colonialismo*. Livraria Sá da Costa.

Chauí, M. (2001). *Escritos sobre a universidade*. Editora da UNESP.

Comissão Nacional da Verdade. (2014). *CNV*.

Ferraz, I., Calheiros, O., Suruí, T., & Suruí, Y. (Orgs.). (2014). *"O tempo da guerra": os Aikewara e a guerrilha do Araguaia*. Relatório apresentado à Comissão Nacional da Verdade.

Fanon, F. (1968). *Os condenados da terra*. Civilização Brasileira.

Gonzalez, L. (1988). "A categoria político-cultural de Amefricanidade". *Tempo Brasileiro*, *92/93*, 69–82.

Gonzalez, L., & Hasenbalg, C. (1982). *Lugar de Negro*. Marco Zero.

Lugones, M. (2014). "Rumo a um feminismo descolonial". *Estudos Feministas*, *22*(3), 935–952.

Lugones, M. (2008). "Colonialidad y gênero". *Tabula Rasa*, *9*, 73–101.

Magalhães, A. B. F. (2021). *Entre o colonial e o ditatorial: narrativas testemunhais do Povo Indígena Aikewara e os limites da justiça de transição brasileira* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Pernambuco.

Magalhães, A. B. F. (2024). "Justiça de transição e povos indígenas: em busca de categorias temáticas e de um léxico estratégico decolonial". *InSURgência: Revista de Direitos e Movimentos Sociais*, *10* (1), 81–119.

Maldonado-Torres, N. (2007). "Sobre la colonialidad del ser: Contribuciones al desarrollo de un concepto". In: Castro-Gómez, S., & Grosfoguel, R. (Orgs.), *El giro decolonial: Reflexiones para una universidad epistémica más allá del capitalismo global*. Siglo del Hombre Editores.

Mignolo, W. (2017). "Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *32*(94), 2–18.

Mignolo, W. (2010). *Desobediência epistêmica: Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática da descolonialidade*. Ediciones del Signo.

Paredes, J. (2008). *Hilando fino: Desde el feminismo comunitário*. CEDEC.

Ponce García, A. (2015). *Trayectoria de la(s) memória(s) Aikewara: del 'evento' de la Guerrilha de Araguaia a la Comisión de Amnistía en el actual contexto de revisión de la dictadura brasileña* (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual de Campinas.

Quijano, A. (2010). "Colonialidade do poder e classificação social". In: Santos, B. S., & Menezes, M. P. (Orgs.), *Epistemologias do Sul*. Cortez.

Quijano, A. (2005). *Colonialidade del poder, eurocentrismo y América Latina*. CLACSO.

Segato, R. (2011). "Colonialidad y patriarcado moderno: Expansión del frente estatal, modernización y la vida de las mujeres". In: *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Editorial Universidad del Cauca.

Segato, R. (2012). "Gênero e colonialidade: Em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial". *E-cadernos CES*, *18*, 106–131.

Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?* Editora UFMG.

Wassmansdorf, M. L. (2017). Feminismos de/pós-coloniais sob rasura: A perspectiva de gênero e patriarcado de María Lugones, Rita Segato e Julieta Paredes. In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13 Women's Worlds Congress*. http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499402769_ARQUIVO_ArtigoFzendoGenero.pdf

Ditadura e estado de direitos - padrões de violações e abusos de legalidade

Vera Lucia Vieira

Introdução

A violência perpetrada pelo Estado através de seus agentes armados e de uma enorme estrutura de vigilância e repressão que atua em nome da segurança nacional, social, ou pública, ou do Estado, organizada desde os primórdios da República, tem recebido atenção preferencial da historiografia (Vieira, 2023) relativamente aos períodos de ditaduras militares.

Mas a reorganização da sociedade civil, particularmente aquela que emerge nos territórios em que tal violência atinge quotidianamente seus integrantes, assim como as denúncias massivas sobre tais violações, nem sempre devidamente cobertas pela imprensa, têm resultado em que jovens pesquisadores se debrucem na busca do entendimento analítico de tais evidências. Comumente, são suas pesquisas que os faz se deparar em com a vigência de padrões de violência institucional em continuidade aos vigentes nos períodos ditatoriais.

Na medida de nossas possibilidades, buscamos agregar também os resultados dessas pesquisas, embora cientes das omissões e falhas, dado que essa produção ainda não amadureceu ou adquiriu visibilidade acadêmica suficiente para resultar em sínteses historiográficas, como se verifica com a produção sobre as ditaduras. Este é um dos dilemas do historiador, ao trabalhar com tempos mais recentes, pois

> O historiador é contemporâneo dos acontecimentos que ele estuda em um sentido distinto daquele da coabitação física com as testemunhas. O período estudado não está fechado: não há esse elemento de alienação, de alteridade, que é próprio do estudo de períodos mais afastados. (Lagrou in Pôrto Jr., 2007:36)

Assim, a cada momento revela-se ao historiador um rico arsenal de documentos sobre a atuação dos órgãos que compõem a estrutura denominada de segurança pública ou segurança nacional, explicitada por seus agentes –polícias civis e militares– a serviço do Estado e no cumprimento de suas funções ao longo do século XX, portanto em continuidade também nos períodos não ditatoriais.

Nos períodos das ditaduras a violência do Estado contra a população põe a nu a luta de classes e as bases de sustentação do regime que ameaça, coíbe, transgride e mata impunemente.

Mas o término das ditaduras no Brasil não tem alterado a natureza autocrata do Estado, portanto, a continuidade da coação, da coerção, cooptação próprios dos estados de exceção, os quais são impedimentos da vigência dos direitos humanos.

Na passagem para o denominado estado de direito, não ocorre o rompimento com a institucionalidade autoritária, onde o acesso aos preceito da cidadania fica restrito ao voto, em que os guardiões da constituição, legalmente constituídos, se locupletam na defesa de seus interesses privados em detrimento do interesse público. Concomitantemente a isso, observa-se a continuidade das forças repressivas e da legalidade atuando nos moldes vigentes no período ditatorial, associadas à fra-

gilidade da forças sociais capazes de conduzir as ações para a radicalidade democrática em decorrência de toda a repressão. J. Chasin, em sua crítica marxista, especifica as circunstâncias desse traço ontológico:

> Desprovido de energia econômica e por isso mesmo incapaz de promover a malha societária que aglutine organicamente seus habitantes, pela mediação articulada das classes e segmentos, o quadro brasileiro da dominação proprietária é completado cruel e coerentemente pelo exercício autocrático do poder político. Pelo caráter, dinâmica e perspectiva do capital atrófico e de sua (des)ordem social e política, a reiteração da excludência entre evolução nacional e progresso social é sua única lógica, bem como, em verdade, há muito de eufemismo no que concerne à assim designada evolução nacional. (Chasin, J.,1989:74).

Esse atávico continuísmo presente nos idos da década de 1980 não é novidade na história do Brasil, manifestando-se desde o processo da Proclamação da República que mantém os traços da autocracia desde aquele fim do século XIX, na gestação do estado de direito liberal.

Na continuidade da ordem autocrata que enseja o aprofundamento de um capitalismo atrófico, subordinado e dependente, erige-se o corpo de leis que, em que pesem os termos republicanos, atua na lógica da excludência da maior parte da população brasileira. Assim é que, por exemplo, à categoria dos trabalhadores saídos do regime de escravidão na mesma lógica continuísta, não é reconhecido o direito a qualquer tipo de remuneração. Pelo contrário, o patrão fazia-lhes um favor por deixar que trabalhassem para ele.

A República não altera nenhum destes substratos constituídos da ordenação do Estado, apesar da extinção a extinção formal da escravidão e é neste diapasão que as normas, regras, padrões de legalidade, são gestados.

Assim, erige-se um corpo doutrinário na qual, conforme Vitor Nunes Leal (1975), a lei é para ser aplicada aos "outros", aos que não são da "sua" família, ou das famílias da que não eram as de "sua" facção. No tempo da Primeira República dizia-se abertamente: "aos amigos se faz justiça, aos inimigos se aplica a lei". Essa frase, aparentemente paradoxal, era uma senha para as elites. Mas o paradoxo pode ser muito bem explicado: a lei, que é dura, só valia para os inimigos, para as famílias e facções rivais, e, sobretudo para os pobres, considerados "sem família". Portanto não era para ser cumprida por todos, que, óbvio, não eram iguais. Daí o gosto reforçado no Brasil por toda sorte de casuísmos, por leis elásticas e adaptáveis. Conforme o dito comum, a justiça é magnânima. Ela não é cega, "sabe com quem está falando", recupera Da Matra (1983), que trabalhou teoricamente esta frase, tão banal entre nós. Mesmo vendada, enxerga muito bem quem são os "amigos" do poder, quem são os outros, inclusive a massa de anônimos. (Dumont,1985)

Esta composição "pelo alto" que, em face da mobilização das classes excluídas considera uma grande concessão a abertura à representação eleitoral, não transita da ditadura para a democracia, mas sim das ditaduras para as autocracias.

Autocracias que consubstanciam suas práticas a partir da lógica que norteia os estados de exceção, mesmo quando, formalmente, estes são substituídos pelo Estado de Direito. Tal autocracia tem seus fundamentos na forma particular de desenvolvimento do capitalismo na região, cunhada por Chasin

de "via Colonial", na qual o capitalismo é subordinado, dependente e atrófico. Tal dinâmica capitalista faz com que o término do Estado de exceção não se configure com a imposição de leis e normas conferidas pelo estado de direitos, pois a violência institucional lhe é inerente.

Neste pequeno artigo nos propomos descortinar algumas das formas dessa atávica violência institucional, analisando o intrincado universo dos denominados sistemas de segurança nacional em permanente aperfeiçoamento desde os primórdios da República. (Vieira, 2009)

Uma violência institucional que, atávica na formação da sociabilidade do Estado brasileiro e que, nos últimos anos, vem sendo aperfeiçoada e aprofundada no interior do Estado, conforme o capitalismo avança em direção ao neoliberalismo. Pois a terceira revolução industrial e a introdução da microeletrônica no processo de produção de mercadorias têm levado a uma verdadeira devastação no mercado de trabalho internacional. Bilhões de pessoas em todo o mundo tornaram-se dispensáveis ao processo produtivo, e a tendência é que o desemprego aumente ainda mais nas próximas décadas. (Kurz, 2003).

Este é um processo irreversível que está mudando o panorama do mundo e atinge não apenas pessoas, mas países inteiros, aprofundando a diferença internacional entre países ricos e pobres e promovendo exclusão em continentes inteiros, como a África, por exemplo. Com isto, levas de marginalizados arriscam-se todos os dias nas fronteiras da Europa e da América do Norte, para tentar entrar no "paraíso" do capitalismo do Primeiro Mundo. E de modo geral, em todas as grandes cidades do mundo mais pessoas empobrecem e vêm engrossar o bloco dos sem moradia e sem trabalho, das pessoas com empregos

precários informais e às vezes considerados ilegais, e por isso sujeitos à repressão policial. (Briceño-Léon, 2002).

Paralelamente, conforme se acentuam as características neoliberais, observamos a diminuição do gasto público em políticas sociais abrangentes e universais. Ao contrário, são propostas e implementadas as chamadas "políticas focalizadas", projetos que só atingem as comunidades mais miseráveis ou pedaços dela, aparecendo como uma vitrine da boa índole dos governos, o brasileiro, inclusive.

Ou seja, no Brasil como em muitos outros lugares, o Estado Social vem diminuindo, porém cresce, como complemento de toda essa política, o Estado Penal. (Batista,2003). Para os marginalizados e excluídos que não se mantêm na estrita ordem, o Estado reserva a construção de cada vez mais prisões e a implementação de penas cada vez mais rígidas para os crimes contra o patrimônio dos ricos.

Tanto o aumento da criminalidade e da violência nela contida, como a resposta do Estado Penal, são o contraponto dessa situação criada pela globalização. (CELS, 2004). Há cada vez menos emprego no mundo e cada vez mais gente marginalizada. Há cada vez menos dinheiro para o Estado investir em políticas que reduziriam as desigualdades sociais, e cada vez mais recursos para construir prisões ou aumentar os efetivos policiais.

A violência que se exerce na esfera pública –a da criminalidade e a do aparelho repressivo do Estado– constitutivos do Estado Penal, está, portanto, inserida neste contexto.

No entanto, se no Brasil ela tem aparecido como subitamente explosiva, há todo um substrato histórico, assentado sobre a estrutura de classes presente desde a sua formação enquanto

nação, que já indicava a possibilidade dessa explosividade. Ela apenas ganhou atualidade sob os efeitos desagregadores das políticas neoliberais.

De uma maneira geral, tomando-se o perfil do capitalismo que aqui viceja desde o período colonial (Vitorino, 2013). a violência, que sempre presente nas relações entre as classes sociais, assume um caráter particular. Pois as instituições do Estado democrático funcionam até o limite em que a desigualdade social de classes aparece.

Essas inoperâncias das regras do Estado democrático de Direito aparecem especialmente nas ações das polícias, bem como no Poder Judiciário, onde a impunidade campeia nos casos dos criminosos de colarinho branco, dos assassinos de crimes da esfera privada que possuem "bons antecedentes" e no caso de crimes cometidos por policiais. Nestes casos todos os aspectos técnicos do arcabouço jurídico, como incoerências processuais e falta de provas, servem para anular ou postergar sentenças cuja justiça seria evidente. A disparidade dos julgamentos do Poder Judiciário, com raras exceções, é o principal fator que impulsiona a truculência das polícias. (Mesumeci,1998)

É claro que o esgarçamento cada vez maior das relações sociais quotidianas que se acentua conforme aumenta a extração da mais valia das classes trabalhadores, exacerba mesmo as violências de cunho privado, como a violência doméstica –de maridos contra esposas, de pais contra filhos, ett. As quais sempre existiram, mas que, em virtude do aumento da precariedade das vidas nas condições do mundo neoliberal, com a ampliação do desemprego estrutural e a insegurança do trabalho informal, tornam tais violências mais concretas e atuantes. (CEPAL, 2000 in Briceño-Léon, 2002).

Ora, na ordenação do capitalismo em vigor na AL, as decisões políticas, sejam de ordem social, econômica ou cultural não estão voltadas para atender às demandas sociais, pois, sejam quais forem as circunstâncias, mantêm-se no domínio do Estado, reordenando-se, as mesmas forças dominantes no bloco do poder que articulam os enclaves autoritários que caracterizam o "cesarismo militar". ((1986) in Maciel, 2004: 22).

A forma específica do desenvolvimento do capitalismo no Brasil fez com todo projeto de desenvolvimento se faça de modo conciliado, "pelo alto" através de formas autocráticas, e violentas, impossibilitada de constituição enquanto classe, capaz de realizar, de modo independente, um processo de acumulação, semelhante ao realizado por aquelas formas clássicas e mesmo tardias do capitalismo central.

Nesta condição ela necessita ser resguardada por um Estado que assegure, internamente, a sua hegemonia política e econômica, embora internacionalmente subordinada. E, quando necessário, ela opta pela via do golpe militar. Um dos primeiros autores que demonstrou tal articulação foi engendrada pelos empresários reunidos no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPES e no Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD, foi Dreifuss (2006). Este autor demonstrou como, através destes institutos, esses segmentos da burguesia promoveram a mobilização de seus pares, de políticos, de intelectuais, da classe média de modo geral, de membros da Igreja católica e das Forças Armadas, selecionando taticamente uma "elite orgânica" que deveria contribuir na elaboração de proposições e articulações golpistas, nos engates entre as burguesias associadas e seu braço armado –os militares. (Starling, 1986). A estes institutos se somaram as cúpulas mais

conservadoras das forças armadas, os Sorbonistas que, através da Escola Superior de Guerra, desde o fim da segunda guerra mundial formulavam, com a assessoria norte-americana, a "Doutrina de Desenvolvimento e Segurança".

Poder-se-ia dizer que tais sistemas se articulam com as leis e demais preceitos do direito de forma tão orgânica que este último se gesta a partir da lógica da segurança.

Ou seja, o preceito da "necessidade" que justificaria o estado de exceção implantado em 1964, debatido pelos vários autores, estaria intrinsecamente presente desde os primórdios da construção da burocracia estatal, na personificação da violência institucional. Nesta lógica, esta é tão e cada vez mais necessária à medida em que as relações sociais se tornam mais complexas, mas, principalmente, conforme a extração da mais valia que está na base da desigualdade se aprofunda. Mas, conforme aponta Lukács, citado por Tertulian

> a necessidade sempre aparece como funcional às determinações do real e exprime as conexões que daí derivam: mudando as premissas (que podem apresentar-se de maneira imprevista e "casual" num determinado contexto), nós mudamos também o curso dos fenômenos. (..) A racionalidade dos fatos não pode ser estabelecida a não ser post festume toda tentativa de fazê-los entrar em modelos preestabelecidos (a partir de uma grade a priori da racionalidade) só pode terminar em fracasso. (Tertulian,1990).

Ocorre que o substrato escravocrata e a condição de subordinação do nosso capitalismo subsomem a aplicação do estado de direitos, estabelecimento à priori uma racionalidade que impinge um dado curso à dinâmica histórica: a da naturalização da violência institucional.

A condição específica da dinâmica do capitalismo no Brasil fez com todo projeto de desenvolvimento se faça de modo conciliado, "pelo alto" através de formas autocráticas, e violentas, impossibilitada de constituição enquanto classe, capaz de realizar, de modo independente, um processo de acumulação, semelhante ao realizado por aquelas formas clássicas e mesmo tardias do capitalismo central.

Tal configuração resulta em um diferencial na vigência das regras do estado de exceção: não é necessário suspender a lei porque a negação do usufruto da aplicação das regras e de seus preceitos é impingido a pessoas às quais não se confere o acesso ao estado de direitos. Muitas vezes sequer lhes é atribuído o estatuto de humanidade.

Ou seja, em que pesem os ditames da Constituição de 1988, a lógica do Estado para com determinados segmentos das populações é a de que, por sua inerente condição de excludência, são considerados ameaçadores à ordem vigente.

Neste sentido, os princípios da guerra contra o inimigo interno e externo, mote das forças de segurança no período ditatorial, (Pieranti, Cardoso, Silva, 2007) se mantêm como diretriz, estratégias e táticas das forças de segurança pública.

Se antes a necessidade das imposição das regras do estado de exceção foram justificadas pelo combate ao inimigo externo (comunismo) e ao inimigo interno, (organizações sindicais e entidades civis críticas ao sistema vigente capazes de gestar alternativas), a promulgação da Constituição Cidadã", não eliminou, para os autocratas no poder do Estado, tais fantasmas.

Pois, assim como no passado, sob a justificativa da necessidade da perseguição ao novo inimigo externo (quarteis de drogas), restringe-se a aplicação dos preceitos constitucionais aos

eternos inimigos internos (determinados pela desigualdade, pela vulnerabilidade, pelos que se organizam pela consciência de lutar contra tal estado de injustiças)

É, assim, inconteste que o caráter repressivo dos sistemas de segurança nacional, ao término da ditadura, continua vinculado ao sistema de segurança publica, o que revela o modus operandi do poder nacional, conforme aponta a historiografia (Alves, 2008: Freira, 2007; Tamas, 2002; Swensson, 2009; Quadrat, 2000; Baur, 2006).Com isso, a institucionalidade militar da polícia civil será consolidada no âmbito jurídico com os seguintes estatutos:

Pacote de Abril de 1977: a militarização da polícia no Estado de direitos – o Estado Penal

No interior das medidas que consolidaram a autocracia bonapartista, como as restrições à representação eleitoral, a ampliação das possibilidades da recomposição do partido do governo (o Arena, que se mantinha fragmentado desde a derrota eleitoral de 1974), o Pacote de Abril ainda aumenta a censura aos meios de comunicação e amplia o mandato presidencial de cinco para seis anos.

Mas para o que mais nos interessa, tal pacote retira da justiça civil o direito de julgar crimes civis cometidos por policiais militares, instituindo um foro especial de julgamentos das polícias militares, além de manter a militarização do policiamento ostensivo.

Ou seja, estende as atribuições do Código Militar e dos Códigos do Processo Penal Militar, que são voltados para os crimes de operações militares, para julgar crimes civis quotidianamente praticados pelo policiamento.

Assim, a mesma norma que protegia os militares pelos crimes de perseguição política cometidos em nome da segurança nacional, agora se estende aos policiais militares em funções de policiamento civil.

Além de isentar o policial militar de um julgamento fora de sua corporação, institui todo um trâmite paralelo ao da justiça comum para julgar as contravenções cometidas no exercício das mesmas funções. Este fórum privilegiado pelo qual passam a tramitar os inquéritos policiais militares, mantém o paralelismo nas duas instâncias de julgamento (tanto nos conselhos de auditoria, como nos tribunais de segunda instância).

À medida que os anos passam a ditadura bonapartista impõe novas competências e atribuições a esta estrutura repressiva a título da salvaguarda nacional e da manutenção da ordem interna, (o princípio da necessidade (Agambem, (1942) 2004) o que resulta também na criação de novas unidades ou órgãos para a execução dos serviços secretos, dos serviços de vigilância e congêneres, que se articulam com setores existentes nas empresas privadas, os quais funcionam no mesmo diapasão. Agregam-se aí seus congêneres no poder judiciário constituindo-se esta monstruosidade que tanto servirá para a manutenção do Estado autocrata.

Será neste período que a militarização do Estado se incorpora definitivamente nas polícias civis. As guardas civis uniformizadas estaduais passam a atuar sob a égide dos militares no policiamento ostensivo civil desde 1967. Antes já atuavam como pequenos exércitos encarregados de vigiar, levantar provas, prender e obter confissões sob tortura, por conta das atribuições que lhes foram acrescidas pela política da guerra fria.

A Constituição de 1988 não altera esta regra e se omite quanto ao fato de que os postos de comando das duas polícias estavam sob o domínio de militares e nenhum dos governos posteriores enfrentou esta questão a fundo (Alves, 2008).

Será no processo constituinte que as dificuldades para se redefinir a função e o papel dos militares na área da segurança nacional interna, tornam mais evidente o continuísmo repressivo, expresso de forma sublinear no policiamento da sociedade. Vejamos os fundamentos de tal afirmativa.

Não por acaso, da década de 80 para a década de 90, as ocorrências policiais nas favelas foram intensificadas de 10% para 40% respectivamente, com o coetâneo aumento de homicídios ou morte resultantes de suas ações (de 59,7% para 70,3%). (Valadão, 2004; Évora, in Pinheiro, 1999).

A Constituição de 1988 – uma constituição "cidadã" sob os auspícios da autocracia

Ao longo de sua história, o Brasil já contou com sete Constituições, desde que se tornou independente. A cada mudança de regime político, uma nova carta magna surgia a fim de adequar a lei máxima aos interesses do grupo que assumia o poder.

Por ter se constituído em um período de mudanças e esperanças disseminadas, a mais recente de todas, que passou a vigorar em 1988, é ainda fortemente celebrada. Sem dúvida, constituiu um avanço na forma de estrutura das leis, prevendo amplos e necessários direitos a todos, pautada em relações de humanidade e dignidade de cada um dos cidadãos.

Mas não deixa de explicitar o seu caráter liberal, assegurando a propriedade privada e a livre iniciativa, e como toda constituição de cunho burguês apresenta essas características como

direito de todos, omitindo a contradição que lhe é inerente: a apropriação privada da produção coletiva e a construção de um estado de direitos vinculados à esta apropriação privada e não aos princípios do direito natural. (Vieira, 2005)

O poder, dizem, emana do povo, sendo exercido por seus representantes. Deve-se considerar, no entanto, que o representante normalmente é aquele que conseguiu se eleger por ter mais condições financeiras de divulgar sua plataforma eleitoral, que normalmente contém elementos que tenderiam ao favorecimento popular, mas que essa pessoa, assim que chega ao poder, acaba por utilizar uma função pública em favorecimento próprio ou o de grupos que sejam de seu interesse. A lei suprema alega que,

> Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
> I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
> II - garantir o desenvolvimento nacional;
> III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
> IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Há mais de 20 anos assumiu-se o compromisso de erradicação da pobreza, e pouco tem sido feito para que esse requisito primordial para garantir a dignidade do indivíduo, seja um direito de todos.

O desenvolvimento alcançado até o momento tem sido usufruído por muito poucos. Além disso, a lógica da excludência persiste nas práticas preconceituosas, conforme o demonstram os números que indicam a maior quantidade de homicídios

e pobreza entre negros, a exclusão da mulher do mercado de trabalho, a impossibilidade de um homossexual assumido de conseguir boas colocações profissionais, entre outras questões. (Theodoro, 2008). Características que se revelam também nas práticas jurídicas, onde vicejam nos julgamentos as autoridades públicas, os preconceitos de cor, raça, aparência, status (Wanderley, 2000).

Ao se analisar o artigo 5º, é possível apreender o cerne da Constituição no que diz respeito às garantias da pessoa humana, seus direitos de deveres. Esse artigo é dotado de inúmeros incisos, os quais deixam bastante claro tudo aquilo que é dever do Estado garantir a todos, sem exceção.

> Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
> I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;
> II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;
> III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

Como é de conhecimento público, essa igualdade assegurada pela lei inexiste na prática da trama dos relacionamentos em todos os níveis da vida do brasileiro (trabalho, habitação, lazer, circulação, etc.). Com relação ao terceiro inciso, que mais se relaciona com a questão da violência, é talvez um dos elementos legais mais ignorados pelas autoridades policiais de todo o país, cuja prática cotidiana de prisões (FONAPE, 2023)

e interrogatórios envolve a utilização de torturas, humilhações, exposições a diversos riscos, chegando em muitos casos, à morte da vítima. (Brasil, 2020) Mais à frente, outros dois incisos do mesmo artigo revelam outros direitos não assegurados por aqueles que deveriam ser os primeiros a zelar por sua garantia:

> X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;
> XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

Conforme as situações apresentadas e os casos que serão demonstrados mais à frente, a honra, a intimidade e a vida privada das pessoas pobres parecem passíveis de violação e difamação, pois sempre que são mortas por agentes policiais, acabam taxadas por "bandidos", "traficantes" ou "vagabundos" o que, além de constituir um grave dano moral, revela a aceitação da violação dos direitos daqueles que supostamente tenham qualquer envolvimento com atividades ilícitas, ou seja, criando o axioma "criminoso não é cidadão logo não merece gozar dos direitos de todos os cidadãos", podendo assim ser morto. (Relatório MNMMR / OMCT, 2009)

Embora no XVI inciso esteja garantida a liberdade de reunião, quando se trata de reunião de pessoas em comunidades socialmente excluídas elas acabam taxadas de encontros criminosos, especialmente se ocorridas no período noturno, resultando na prática em julgamentos e condenações sumárias de pessoas comuns que simplesmente procuravam divertir-se ou conversar com os colegas.

No mesmo artigo está contida a já abordada inexistência de crimes sem leis que o definam, criando a chamada faixa da sub-delinquência, onde as brechas servem a favor dos que sabem utilizá-las. No artigo XLIV lê-se que constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático. Ora, se a realização de crimes conta a ordem constitucional ou que representem uma ameaça ao Estado Democrático é inafiançável e imprescritível, torna-se de difícil compreensão porque grupos armados pelo próprio Estado, agindo de forma ilícita contra a população pobre, continuam em liberdade e atuando na posição para a qual se mostraram inadequados.

Quando à punição a qualquer tipo de delito, a lei é bastante clara ao afirmar a inexistência da pena de morte, assegurando ainda a integridade física e condições mínimas de existências nas unidades prisionais.

> XLVII - não haverá penas:
> a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;
> b) de caráter perpétuo;
> c) de trabalhos forçados;
> d) de banimento;
> e) cruéis;
> XLVIII - a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;
> XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

Parece contraditório, portanto, que números cada vez maior de pessoas sejam executadas por agentes que representam

as instituições asseguradoras da lei, bem como somente faça crescer o número de denúncias por tortura e maus tratos nas instituições que deveriam recuperar infratores. (Correa; Forné; Cano, 2019); Bueno, Samira, Marques, Pacheco, 2020); Mendes, 2020).

Além de afirmar a inexistência da pena de morte, a Constituição assegura a qualquer pessoa e em qualquer situação na qual se encontre, a impossibilidade de ser considerada culpada sem que haja julgamento prévio. Na trama das ações policiais, respaldadas pela mídia e por parte da população, (Mendes, 2020; Freitas, 2028) vítimas de execução são acusadas sumariamente de serem bandidos, sem existência de qualquer tipo de investigação ou formalização de denúncia, e pior ainda, acusadas de modo a justificar a sua própria morte. Em continuidade, lê-se no artigo LVII que "ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória".

Com relação ao segundo capítulo, que diz respeito aos direitos sociais dos cidadãos, não é preciso dizer que eles são vexatoriamente ignorados ou realizados de maneira parcial e insuficiente para atender às necessidades reais da população.

A função dos órgãos de defesa do Estado, além evidentemente de manter a ordem, diz respeito à proteção do patrimônio. Assim, é possível apreender desse artigo que a polícia atua mais em defesa daqueles que possuem patrimônio, em detrimento dos despossuídos, que constituem a maior parte da população.

> art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;
II - polícia rodoviária federal;
III - polícia ferroviária federal;
IV - polícias civis;
V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Os cerca de 140 artigos existentes entre o 5º e o 144º dizem respeito à organização político-administrativa do Estado, ou seja, destina-se a esses assuntos maior espaço e dedicação do que aos assuntos pertinentes aos direitos de todos. (Stefaniak, 2010). Segue-se uma gama de artigos pertinentes à tributação e organização orçamentária, até que no artigo 170 aborda-se o regime econômico adotado pelo país:

> art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:
> I - soberania nacional;
> II - propriedade privada;
> III - função social da propriedade;
> IV - livre concorrência;
> V - defesa do consumidor;
> VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)
> VII - redução das desigualdades regionais e sociais;
> VIII - busca do pleno emprego;
> IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995)

> Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

Essa ordem econômica capitalista demonstra-se fantasiosa se levados em consideração os índices de desemprego e trabalho informal, a permanência das desigualdades regionais e o amplo favorecimento dado a indústrias estrangeiras que atuam em território nacional. (IPEA, 2012)

Procurou-se apresentar, aqui, artigos que venham a esclarecer o que constitui direito de toda a população, a fim de demonstrar na linha de raciocínio que se seguirá porque se acredita ser o aparato repressivo do Estado o primeiro infrator da legalidade.

De modo a concluir a noção da legalidade das ações policiais, se faz importante recordar que elestêm por obrigação a manutenção dos direitos humanos e o Estado Brasileiro é signatário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, tendo, portanto, a obrigação de somá-la às leis que já tem o dever de assegurar. Dentre as normas que dependem diretamente da ação policial, destacam-se:

> - Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança (art. 3);
> - Ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes (art. 5);
> - Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, tem direito a igual proteção da lei (art. 7);
> - Ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado (art. 9);
> - Toda a pessoa acusada de um ato delituoso presume-se inocente até que a sua culpabilidade fique legalmente provada no

decurso de um processo público em que todas as garantias necessárias à defesa lhe sejam asseguradas (art. 11.1)
- Ninguém será sujeito à interferências em sua vida privada (art. 12);
- Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão (art. 19);
- Toda pessoa tem direito à liberdade de reunião e associações pacíficas (art. 20).

Considerando-se que o policial é um funcionário do Estado, e que este tem o dever primeiro em manter as leis da qual é signatário, se faz necessário o emprego de um serviço policial que corrobore com o respeito aos direitos humanos para que o Estado cumpra com suas obrigações internacionais e para com os cidadãos.

Execução sumária

Essa truculência se exerce dentro da legalidade do "Estado democrático de Direito" –através da perseguição discriminatória das populações das periferias pobres e abordagens humilhantes–, mas se exerce, sobretudo, através das violação estrita da lei, no caso de torturas, (Lei 9455, de 7 de abril de 1997; Resolução 39/46, 1984); mas principalmente das execuções sumárias que se tornaram a regra. (Piovesan, Cavallaro, Lima Jr., 2001; Alston, 2008)

Os policiais executam sumariamente pessoas por suspeitas de serem ladrões de carro, possíveis sequestradores pegos em flagrante ou não, enfim, os "culpados" ainda sem julgamento. Além disso, executam "inocentes", ou seja, fazem incursões

nessas comunidades e matam jovens indiscriminadamente, desde que sejam pobres entre os 17 e os 25 anos aproximadamente, também por suspeita de envolvimento em trafico de drogas ou coisas do gênero como suspeitas de roubo de celulares. Outra forma de execução sumária disfarçada é aquela na qual policiais atuam como grupos de extermínio, fazendo essas incursões sem farda ou identificação, em geral mascarados com as chamadas "toucas ninja" e matando pessoas. Ou nem tão disfarçada assim a considerar a cantilena dos policiais integrantes da Rota, em seus treinamentos. Observe o exemplo de cantigas entoadas por autoridades policiais cariocas: o Batalhão de Operações Especiais (BOPE), cantadas em seu treinamento

> O interrogatório é muito fácil de fazer/ pega o favelado e dá porrada até doer/
> O interrogatório é muito fácil de acabar / pega o favelado e dá porrada até matar.
> Bandido favelado/ não varre com vassoura/ se varre com granada
> Com fuzil, metralhadora.(Silva, [1962] (2015).

Mas, grande parte dos autores que analisa tais evidências, por entenderem que não se trata de uma política pública, já que nenhum governo assume a responsabilidade formal por isto, conclui que tal violência é resultado de ações individuais no interior da corporação e neste sentido isentam o Estado, como ele mesmo o faz. Inúmeros foram os "esquadrões de morte" que surgiram e que agiam não apenas em favelas, mas contra crianças de rua, a mando especialmente de pequenos empresários e comerciantes. (Bicudo, 1976).

O estudo realizado por Evora, Ferreira, Tintori e Pedro (in Pinheiro, 1999), por exemplo, analisa um aspecto dessa violência institucional, as denominadas "execuções sumárias". Comparando duas séries históricas –o período de 1980 a 1989 e o que vai de 1990 a 1996–, no Brasil consolidadas em um banco de dados de informações extraídas de jornais sobre o eixo Rio/ SãoPaulo, constata-se, em primeiro lugar que: neste banco as execuções sumárias são referenciadas como "crimes de mando". A imprensa se refere a tais ações como praticadas por "pistoleiros, grupos de extermínio/ esquadrões da morte, justiceiros e matadores" não distinguindo as efetuadas por agentes do Estado das outras advindas de indivíduos tomados como pessoas físicas.

Embora o estudo constate que as execuções sumárias passaram a ser chamadas de "chacinas" pela imprensa na passagem de 80 para 90, a perspectiva analítica de que não se trata de políticas publicas, se consolida, chegando mesmo a citar de O'Higgins (1991) o sentido de "vigilantismo", mas com uma ressalva. Isto é, tais chacinas ou execuções sumárias seriam ações de grupos organizados que tomam a justiça em suas próprias mãos, salientando que de "forma diversa da que ocorre no Brasil", na América latina tais ações "estão associadas aos regimes militares, em que grupos paramilitares ou esquadrões da morte agiam com a conivência ou a mando do Estado para eliminar opositores do regime militar". (Évora et alii, in Pinheiro, 1999). Salienta ainda que os crimes em que a presença de policiais é comprovada são relatados como fruto de um confronto, de um "tiroteio", como resultante de casuísmos, ou seja, não são assumidos como política de estado e nem sequer serviriam para configurar o seu perfil.

Mais recentemente, tais assassinatos aparecem nas estatísticas como "resistência seguida de morte" que recebe a sigla de R.S.M. Mas raramente a cena do crime é estudada com os parâmetros da polícia científica. Ao contrário, ela é imediatamente desarranjada, seja pelos policiais executores, seja, no caso de supostos grupos de extermínio, por outros policiais que chegam logo em seguida para recolher cápsulas e provas da execução. (Almeida, 2006)

Assim é que a violência contra a população, em geral pobre, excluída do acesso às condições de uma vida digna, ou marginalizada dos benefícios do Estado de Direito, se mantém nos períodos de distensão ou de democratização. Confundida com a violência que tem aumentado na mesma proporção do crescimento urbano, esta traduz a perpetuação da exclusão sócio, econômica e cultural que tem caracterizado o capitalismo. (Franciscatti, 1998).

De tal forma são tais evidências que o tema da violência, sob as mais variadas formas, tornou-se um dos principais objetos de estudos de várias disciplinas na América Latina e particularmente no Brasil. Entidades de direitos humanos e especialistas debruçam-se sobre suas variadas formas: violência doméstica, violência da criminalidade, violência dos organismos policiais, violência no sistema penitenciário, violência no campo, etc. – evidenciando-se que essas violências têm raízes, causas e dinâmicas de natureza diferente. As características diferentes dessas violências podem ser vistas, por exemplo, em "As múltiplas faces da violência no Brasil" (Mesumeci, 2028).

Conclusão

No alvorecer das revoluções burguesas na Europa e da Guerra de Independência americana, a igualdade e a liberdade apregoadas tinham por trás uma ficção de efeitos duradouros: a ideia de que o indivíduo nasce só e igual aos outros e a de que a submissão a um poder político só se dá depois, através de um contrato social. E esse contrato social é realizado entre indivíduos iguais e independentes.

O poder devia organizar-se entre indivíduos iguais perante a lei, e não mais em relação às pessoas no topo de facções hierarquizadas. (Dumont, 1985).

É claro que se tratou sempre de uma igualdade ideal entre indivíduos, pois, conforme já bem demonstrou inicialmente Marx, "El gobierno del Estado moderno no es más que una junta que administra los negocios comunes de la clase burguesa". (Marx, 1974)

Mas essa idealidade jurídica perante a lei faz com que se busque o cumprimento do preceito, pois o senso comum considera ser possível chegar à igualdade perante a lei e que as instituições jurídicas darão conta disso, sem alterar o substrato fundante dessa ordenação política. Da mesma forma pela qual os homens interiorizam as relações mercantis, de mercado, considerando-as naturais, eles também interiorizam a igualdade jurídica, que se torna, assim, uma força material (Mandel, 1974: 10).

Ora, no Brasil se diz popularmente que todos são iguais perante a lei, mas a lei é que "não cola". Todos sabem, os dados mostram (basta ver os índices de concentração de renda) e todos se percebem profundamente desiguais.

Esse é o pano de fundo histórico em que, nas condições de aplicação das políticas neoliberais, a atual violência se tornou explosiva. Pelo lado da criminalidade, ela tem que ser entendida como produto da crise socioeconômica que degradou profundamente o emprego.

Os marginalizados e excluídos, sobretudo os mais jovens, sem empregos, sem escolas e equipamentos de lazer, são tentados a entrar na estrada da criminalidade. E ao invés da pedagogia, as classes dominantes respondem a isso com a construção de mais prisões, a invenção de regimes prisionais absurdamente desumanos, o critério de aumento das penalidades. Enquanto isso permitem que se espalhe a prática da tortura (Abregú, 1993) e das execuções sumárias. Assim como no Brasil (Franco, 1990), o judiciário na Argentina é considerado lento e elitizado e, naquele país, Abregú considera que o estado não demonstra interesse em coibir ou impedir as violações aos direitos humanos dos pobres, aumentando a violência policial (Abregú, 1993).

Por outro lado, os "incluídos" não sentem absolutamente qualquer responsabilidade por essa parte dos nacionais, esses "outros" que vegetam na criminalidade. Não se sentem responsáveis pelo bombardeio televisivo de consumismo que expõem de forma ostensiva padrões de beleza, de moda e de conforto, todas as benesses de que gozam os ricos e a classe média, aos olhos cobiçosos dos que nada têm. Indignam-se contra a insegurança e o perigo de assaltos que violam o seu direito de ir e vir pelas ruas e fecham-se em bunkers e condomínios.

Apoiam o respeito aos direitos humanos dos criminosos de colarinho branco, os dos grandes golpes, bem como a impunidade dos assassinos da paixão e da vida privada, desde que sejam pessoas de bem, de "bons antecedentes" e "endereço fixo".

Mas incentivam a violência dos agentes do aparato repressivo do Estado contra todo potencial executor de crimes contra o seu patrimônio.

Dessa forma, neste início de milênio o Brasil vive uma situação peculiar, na qual, desde o fim da ditadura e a aprovação da Constituição de 1988, persistem, na ação do aparato repressivo do Estado, mecanismos de tipo ditatorial, porém aplicados seletivamente. Essas contradições também aparecem em outros Estados latino-americanos onde a remoção do "entulho autoritário" sofre idas e vindas.

Referências

Alston, Philip (Dr). (2008) Conselho de Direitos Humanos 11a Sessão 3° Item da Agenda Promoção e Proteção de Todos os Direitos Humanos, Civis, Políticos, Econômicos, Sociais e Culturais Incluindo e Direto ao Desenvolvimento Relatório do Relator Especial de execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias. Adendo Missão ao Brasil. 29 de agosto.

Abregú, M. (1993). "Las violencias populares en Argentina", Nueva Sociedad, nº 123, pg. 68 a 83, enero – feb.

Agamben, Giorgio, 1942- (2004) Estado de exceção; tradução de Iraci D. Poleti. SãoPaulo: Boitempo, (Estado de sítio).

Almeida, A. "O Estado não pode executar nem inocentes, nem suspeitos e nem culpados" Agência Brasil de Fato, 26/05/2006 http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/analise/news_item.2006-05-26.7687926400 . Acessado em 2020.

Alves, Maria Helena Moreira (2008). Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984. São Paulo: Edusc.

Batista, Nilo (2003). "Todo crime é político", entrevista à revista Caros Amigos, nº 77, agosto.

Bauer, Caroline Silveira (2006). Avenida João Pessoa, 2050, 3o andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982). Porto Alegre: UFRGS. Mestrado.

Bicudo, Hélio P. (1976). Para mais, ver: Bicudo, Hélio P. Meu depoimento sobre o esquadrão da morte. São Paulo: Pontifícia Comissão de Justiça e Paz.

Bicudo, Hélio P., (2002). Meu depoimento sobre o esquadrão da morte /São Paulo, Martins Fontes, 2002.

Brasil. Conselho Nacional de Justiça. (2023) 3º Fórum Nacional de Alternativas Penais (FONAPE) [recurso eletrônico]: Encarceramento em Massa e Alternativas à Prisão: 30 anos das Regras de Tóquio das Nações Unidas / Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. Brasília: Conselho Nacional de Justiça.

Brasil. Conselho Nacional do Ministério Público, (2020). A Visão do Ministério Público sobre o Sistema Prisional brasileiro / Conselho Nacional do Ministério Público. – Vol. IV. Brasília: CNMP, v. 188 p. il.

Briceño-Léon, Roberto (2002) "La nueva violencia urbana en América Latina", DossiêSociologias nº 8, Porto Alegre jul./dez. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222002000200003&lng=pt&nrm=iso

Bueno, Samira, Marques, David, Pacheco, Dennis. (2020). "As mortes decorrentes de intervenções policiais no Brasil, 2013 a 2020", Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 69 pgs.https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/4-as-mortes-decorrentes-de-intervencao-policial-no-brasil-em-2020.pdf;

Chasin, J., (1989). A sucessão na crise e a crise na esquerda in Verinotio – Espaço de Interlocução em Ciências Humanas, 189 p. https://www.marxists.org/portugues/chasin/1989/mes/crise.pdf . Acessado em 2022.

Correa, C.; Forné, C.; Cano, I. (2019); Monitor del uso de la fuerza letal en América Latina: um estudio comparativo de Brasil, Colombia, El Salvador, México y Venezuela. https://www.juridicas.unam.mx/actividades-academicas/2186-monitor-del-uso-de-la-fuerza-letal-en-america-latina-un-estudio-comparativo-de-brasil-colombia-el-salvador-mexico-y-venezuela. Acessado em 2022.

Da Matta, Roberto (1983). Carnavais, malandros e heróis. Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

Dreifuss, René. (2006). 1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis (RJ): Vozes.

Dumont, Louis (1985). O individualismo - Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro, Rocco.

Evora, Yolanda, Ferreira, Caetano, Maria Inês, Tintori, Adriana, Pedro, Monica Aparecida Varasqui. Execuções sumárias: justiçamento privado nos grandes centros urbanos brasileiros in: Pinheiro (1999). Continuidade autoritária e construção da democracia. Fapes/CNPq/Fundação Ford. Relatório final da pesquisa, pg. 226 - 230.

Fernandes, 1986:22; Apud Maciel D. (2004: 319). A argamassa da ordem. Da ditadura Militar à Nova República (1974-1985). São Paulo. Editora Xamã.

Franciscatti, K. V. S., (1998). Violência, preconceito e propriedade. Um estudo sobre a violência a partir da teoria crítica da sociedade. São Paulo. S/n.

Franco, (1990). "Estado, consolidación democrática y gobernabilidad in America latina", Revista Paraguaya de Sociologia, nº 27, pg. 141 a 164, set. a dec. 1990.

Freire, Camila Pimentel (2007). As marcas da Tortura Engendrada pela Ditadura Militar Brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ.

Freitas, Paulo (2018). Criminologia midiática e o tribunal do júri: a influência da mídia e da opinião pública na decisão dos jurados. 2. ed. Niterói: Impetus, 333 p.

Kurz, Robert (2003). Os paradoxos dos direitos humanos. Inclusão e exclusão na modernidade. MIA- Arquivo Marxista na Internet. https://www.marxists.org/portugues/kurz/2003/03/16.htm. Acessado em 2022.

Lagrou, Pieter. "Sobre a atualidade da História do Tempo Presente". (tradução Norma Domingos) in Pôrto Jr., Gilson (2007). História do Tempo Presente. Bauru, SP: Edusc, p. 31 a 48.

Leal, Victor Nunes (1975). A autor desenvolveu esta questão em Coronelismo, enxada e voto. São Paulo, Alfa-Omega, sobretudo no 1º capítulo. (1ª edição 1949).

Mandel, Ernest. (1974). Classes sociales et crise politique en Amérique Latine, Critiques de l'Économie Politique, Paris, nº 16/17, p. 06 a 41.

Marx, Karl (1974). Manifiesto del Partido Comunista. Editora Pluma. Buenos Ayres, p.65.

Mendes, Luamar Maria da Silva. (2020). A influência da mídia na formação de opinião da sociedade sobre a criminalização da pobreza. 65 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

Mesumeci, Leonarda, (1998). As múltiplas faces da violência no Brasil. Brasília: PNUD.CESeC - Centro de Estudos de Segurança e Cidadania

https://cesecseguranca.com.br/wp-content/uploads/2011/06/PNUDVIOLBR97.pdf. Acessado. em 2022

Oliveira, Rafael Tomaz de. (2008). "Vinte anos de constituição: uma exploração hermenêutica dos dilemas para a concretização do texto constitucional". Revista da Faculdade de Direito de Franca. v. 1 n. 1. Disponível em: https://www.revista.direitofranca.br/index.php/refdf/article/view/38. Acessado em 13 de setembro de 2020.

Pieranti, Octavio Penna; Cardoso, Fabio dos Santos, Silva, Luiz Henrique Rodrigues da. (2007). "Reflexões acerca da política de segurança nacional: alternativas em face das mudanças no Estado". RAP, nº 41. Rio de Janeiro, Jan./Fev., pg. 30 a 48.

Piovesan, Flávia, Cavallaro, James Louis, Lima Jr., Jayme Benvenuto (2001) (org.) Execuções Sumárias, Arbitrárias ou Extrajudiciais Uma Aproximação da Realidade Brasileira. Centro de Justiça Global Federação Internacional de Direitos Humanos Franciscans International/Domenicans for Justice and Peace, Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP), Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), Movimento Nacional de Direitos Humanos/Regional Nordeste (MNDH/NE), Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento - Seção Brasileira, Recife, 2001 https://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/r_jglobal/r_jg_exec_extra_judiciais1.pdf. Acessado em 2021.

Prado, Larissa Brisola Brito (2004). Estado Democrático e Políticas de Reparação no Brasil: tortura, desaparecimentos e mortes no regime militar. UNICAMP. Mestrado;

Quadrat, Samantha Viz (2000). Poder e Informação: o sistema de inteligência e o regime militar no Brasil. UFF. Mestrado.

Silva, Eliana Sousa, (1962). Testemunhos da Maré - 2. ed. - Rio de Janeiro: Mórula, 2015. 220 p.: il.; 21 cm. Rio de Janeiro (RJ) – Condições sociais. 2. Violência urbana –https://www.redesdamare.org.br/media/livros/Testemunhos-Mare_2edicao.pdf

Starling, Heloísa (1986). Os Senhores das Gerais- os inconfidentes e o golpe de 1964. SP: Vozes, 1986. Acessado em 2022.

Stefaniak, Jeaneth Nunes (2010). A propriedade privada e as teorias da justiça. Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI. Fortaleza – CE. Data: 09, 10, 11 e 12 de Junho.

Swensson Junior, Walter Cruz. (2009). Os limites da liberdade: a atuação do Supremo Tribunal Federal no julgamento de crimes políticos durante o regime militar de 1964 (1964-1979) USP. Doutorado.

Tamas, Elisabete Fernandes Basílio (2002). A tortura e o discurso do poder: um estudo dos registros da repressão e suas formas de representação - 1968/1978. PUC-SP, Mestrado.

Tertulian, Nicolas. (1990). Uma apresentação à Ontologia do ser social, de Lukács. Critica Marxista, IFCH. Unicamp, p. 60.https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo18Art1.4.pdf

Theodoro, Mário (org). (2008) As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil – 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea.

Valadão, Vanda de Aguiar (2004). Implicações do Militarismo para as práticas sociais, Doutoramento, UFRJ.

Vieira,Vera Lucia. (2009). O intrincado universo dos sistemas segurança nacional a partir da segunda metade do século XX no Brasil. Revista do Arquivo do Estado de SP. Edição nº 39 de dezembro. http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao39/materia01/

Vieira, Vera Lucia. (2005). "As Constituições Burguesas e seus limites contrarrevolucionários" in Revista Projeto História, vol. 30. São Paulo: Educ, jun.

Vieira, Vera Lucia. (2010). O tema da violência na historiografia. In: XX Encontro Regional de História - ANPUH SP, Franca - SP. História e Liberdade, 2010. v. 01. p. 01-15.

Wanderley, Paula Isabel Bezerra Rocha. (2000) Daltonismo racial: encarceramento em massa como punição pela raça. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2018-mai-16/paula-rocha-encarceramento-massa-punicao-raca. Acessado em 13 de setembro.

Transição autoritária no Brasil – 2014 a 2022

Gabriela Azevedo e Adriano Amaral

Estado de exceção, ciclo político e transição autoritária: articulações teóricas preliminares

Na definição benjaminiana de estado de exceção, cunhada em meio à transição autoritária para o fascismo no século XX, a *normalidade* é questionada. Em sua oitava tese sobre o conceito de história, Walter Benjamin (1994 [1940]) afirma que não há nos Estados modernos uma continuidade normativa com garantia de direitos para todas as pessoas que seria eventualmente suspendida pelo estado de exceção. Para as pessoas oprimidas, ele assevera, o estado de exceção *é a regra,* constituindo-se, materialmente, a partir de diversas violências. Este olhar crítico, que abarca a historiografia, a temporalidade e o direito,[1] permite descaracterizar uma suposta normalidade normativa, política, social. O processo histórico, visto em totalidade, traz indícios no sentido de que as suspensões de garantias se sobrepõem no tempo e no espaço, sem constituir uma "linha evolutiva" rumo ao progresso. Benjamin discute a própria noção de progresso, portanto.

[1] Para Gagnebin (2020, p. 21), é no debate com Schmitt que Benjamin elabora "una concepción del derecho y de lo jurídico como territorio estrechamente ligado al ejercicio de la violencia, y no como un territorio objetivo y neutral que buscaría castigar y corregir las injusticias". Assim, para Benjamin, a instauração ou a manutenção de uma ordem legal dependem da violência, ou seja, ela é inerente ao direito (Gagnebin, 2020). Essa ligação necessária entre violência e direito na obra de Benjamin é premissa necessária para todo estudo sobre soberania (considerando a discussão elaborada pelo filósofo alemão sobre violência e direito desde o ensaio *Crítica da violência – crítica do poder*, de 1921).

O autor não foi o primeiro a analisar o conceito de estado de exceção, que é anterior à República moderna e ao estado de direito, mas não é preciso voltar à análise das suas primeiras aparições para que ele faça sentido para pensar o tempo presente. Conforme Arantes (2014, p. 317), para entender o seu uso contemporâneo "basta remontar à reinvenção liberal da Razão de Estado Absolutista, em nome da qual as novas soberanias que se constituíam na Europa estavam autorizadas a cometer todo tipo de transgressão do direito, da moral, etc." Já Marx (2011, p. 46) a relaciona com a constituinte republicana francesa no século XIX. Agamben (2004) retoma o debate conceitual, analisando, entre outros processos, as experiências de transição autoritária da Itália e da Alemanha na primeira metade do século XX, iniciadas em democracia. O autor define, então, que "o estado de exceção moderno é uma criação da tradição democrático-revolucionária e não da tradição absolutista" (Agamben, 2004, p. 16), de modo que a reinvenção liberal está presente em inúmeros ordenamentos jurídicos (todos os estudados pelo autor tinham a figura), independente de formalização constitucional ou infraconstitucional.

Ainda segundo o filósofo italiano, podemos entender que "o estado de exceção se apresenta como a abertura de uma lacuna fictícia no ordenamento, com o objetivo de salvaguardar a existência da norma e sua aplicabilidade à situação normal." Não é que essa lacuna esteja presente no interior da lei, ela é um fator constituinte da relação da lei com a realidade e com a aplicação da própria lei, portanto. "É como se o direito contivesse uma fratura essencial entre o estabelecimento da norma e sua aplicação", de modo que, em última análise, esse preenchimento se daria com o estado de exceção, "criando-se uma área onde essa

aplicação é suspensa, mas onde a lei, enquanto tal, permanece em vigor". (Agamben, 2004, p. 48-49).

Essa forma da vida político-constitucional das sociedades ocidentais, para Agamben (2004), talvez só atualmente tenha alcançado seu pleno desenvolvimento: "(...) conforme uma tendência em ato em todas as democracias ocidentais, a declaração do estado de exceção é progressivamente substituída por uma generalização sem precedentes do paradigma da segurança como técnica normal de governo" (Agamben, 2004, p. 27-28). O autor alerta, ainda, que a simples oposição democracia *versus* ditadura é insuficiente e enganosa para que os paradigmas governamentais dominantes possam ser analisados. É nessa perspectiva que enfatizamos a importância do estado de exceção como elemento constitutivo e indicativo de um processo de transição autoritária.

A categoria denunciada por Benjamin (o estado de exceção) vem sendo empregada para analisar a densidade democrática brasileira após a ditadura civil-militar de 1964-1985 (Azevedo, Amaral, 2023). Desde a constitucionalização em 1988 até a segunda década dos anos 2000, o país e seus estados foram governados por diferentes partidos políticos –à direita e à esquerda, cujas políticas criminais estiveram associadas a medidas excepcionais, com direcionamento para o controle da população negra e pobre (Wacquant, 2012; Amaral, 2021). Embora este seja o campo em que há mais análises, o estado de exceção (material e formal) é utilizado para muito além da política criminal. No âmbito da reforma urbana (ou da regulação ou ordenação urbana), apenas para citar mais um exemplo, o estado de exceção também aparece como instrumento de viabilização das políticas governamentais. Não se trata de

uma novidade, mas de um processo que permeia a historicidade do estado de exceção.

Com este pano de fundo, retomamos aqui o esforço de articulação entre as categorias estado de exceção e transição autoritária empreendido em contribuições anteriores nas quais nos debruçamos sobre a intepretação do processo histórico recente no Brasil, com olhar direcionado à reforma urbana e aos megaeventos (Azevedo, 2019) e ao governo Bolsonaro (Azevedo e Amaral, 2023). Entendemos que a progressiva utilização das categorias fascismo, neofascismo e correlatos, para refletir sobre a caracterização autoritária do Estado e da sociedade brasileira, aponta relevantes traços de fascistização a serem analisados na dinâmica da crise política-institucional iniciada em 2014/2015; na legitimação da violência estatal e paraestatal; no crescimento de movimentos sociais de direita, acompanhados da expansão da sua ideologia legitimadora. Reiteramos, nesse sentido, nossa associação às leituras que "consideram o fascismo uma forma política que contém realidades materiais distintas", diagnosticando continuidades históricas e especificidades, coerentes com as circunstâncias e necessidades de cada sociedade, potencializando a interpretação de processos de transição autoritária do qual é também exemplar o caso brasileiro (Azevedo e Amaral, 2023, p. 119).

Com as leituras críticas sobre o fascismo, analisamos os indícios do processo de transição autoritária e fascistização do regime político e da sociedade brasileira no século XXI. Ao realçarmos a íntima conexão entre estado de exceção e transições autoritárias, tendo em conta a interpretação das experiências históricas do fascismo, buscamos apontar possíveis elementos que indiquem e particularizem o processo de

transição autoritária e a (re)articulação das extremas-direitas fascistizadas da atualidade. Adotamos, complementarmente, a noção de ciclo político de Bringel e Domingues (2022, p. 272). Os referidos autores buscam oferecer uma abordagem que possibilite análises mais conceituais dos ciclos políticos a partir da combinação de elementos da vida política e de coordenadas espaço-temporais. Distanciando-se de armadilhas teleológicas que retratam os ciclos políticos inferindo caminhos previamente traçados ou rumos inevitáveis, Bringel e Domingues (2022) apontam para a análise concreta da dinâmica política dos *agentes*, da lógica de funcionamento das *instituições*, bem como das disputas em torno das *agendas* centrais, nos médio e longo prazos.

Por *instituições*, os autores se referem ao funcionamento concreto de instituições formais (de caráter legal, mas não somente), informais ou ocultas (dão como exemplo a corrupção, estruturante de muitos sistemas políticos) que "configuran patrones de interacción y relacionamiento entre individuos y colectividades, en este caso en la dimensión política" (Bringel e Domingues, 2022, p. 268). Inflexões, (des)continuidades e mudanças nas (e das) instituições podem ocorrer dentro de um mesmo ciclo, mas quando se alteram de forma significativa podem também indicar que um ciclo novo se anuncia.

Quanto à *agenda*, Bringel e Domingues (2022) tratam "de los temas que públicamente se vuelven centrales para todos, los cuales tienen que ser inevitablemente respondidos por los agentes políticos" (p. 269), sob pena, caso contrário, de que estes agentes se vejam isolados ou tornados irrelevantes. As agendas são expressões espaço-temporais vinculadas "al imaginario más amplio de un país o una región, vigente por períodos dilatados y le presta expresiones más concretas y dinámicas, articuladas a

los procesos conflictivos y cooperativos en que se involucran los agentes políticos" (p. 268-269). A agenda central de um ciclo fornece elementos fundamentais aos quais indivíduos e coletividades se vinculam de formas distintas, com diferentes interpretações, de forma articulada a outros elementos (dentro ou fora dessa agenda), favorável ou contrariamente. Frente aos temas que compõem a agenda central, os agentes dificilmente conseguirão se manter indiferentes. Temas de menor relevo num determinado ciclo podem ganhar centralidade noutro, refletindo os processos de politização de diferentes agendas tensionadas e impulsionadas pelos conflitos e disputas sociais emergentes (Bringel e Domingues, 2022).

Indivíduos e coletividades compõem o terceiro elemento analítico de um ciclo político destacado por Bringel e Domingues (2022), também referidos como *agentes* e atores. Estes são a "força subjetiva" (p. 269) no centro do desenrolar de um ciclo político, que emergem ao seu início, se mantêm (ou são substituídos por outros que deem continuidade aos mesmos compromissos) ou mesmo se transformam ao longo da duração do ciclo, adaptando-se, renovando-se. Durabilidade política (que pode estar para além do tempo de vida dos indivíduos singulares) e capacidade de influenciar na conjuntura aparecem ao analista como fatores de atenção, bem como a necessidade de se observar subjetividades coletivas, ou seja, "organizaciones como partidos, asociaciones, sindicatos y movimientos, entre otros" que podem "atravessar varios ciclos políticos, pero no suelen ser los mismos (en términos político-ideológicos, identitarios y de anclajes sociales) en ciclos diferentes" (p. 269).

Adicionalmente, derivam das complexidades da configuração interna e externa, conjunturais e estruturais (cultura

político-militante, geopolítica e geoeconomia), condições que, segundo Bringel e Domingues (2022), funcionam como "suporte geral" aos três elementos analíticos e suas alterações ao longo do ciclo: "hay que notar igualmente que fenómenos de cariz 'material' (tecnologías, por ejemplo), 'prácticas' (sociales y culturales) e 'imaginarios' (valores en particular) ofrecen una especie de soporte general a estos tres elementos y sus alteraciones a lo largo de los cambios de ciclo y sus despliegues" (p. 270). É destacada tanto a importância de se observar a correlação de forças entre atores, como o fato de que países nunca se encontram totalmente isolados, sendo influenciados tanto pelo que se passa com seus vizinhos como por processos globalmente orientados. Apesar de um ciclo político se referir principalmente ao que transcorre em um sistema político de um Estado nacional, não estão desconsideradas as dinâmicas transnacionais ou globais que trazem complexidade, variabilidade e senso de direção. Aponta-se, portanto, para processos mais amplos entre sistemas políticos que se entrelaçam e se afetam mutuamente para além de fronteiras nacionais: ciclos regionais ou ciclos globais que podem não afetar igualmente a todos os países de uma região, mas trazem sentido a dinâmicas e processos simultâneos e, particularmente, à abrangência de seus impactos.

Mesmo reconhecendo a presença e a força de agendas e agentes hegemônicos dentro um ciclo, é a sua processualidade histórica que emerge como desafio. No centro da análise devem estar as dimensões interativa, relacional e processual dos ciclos políticos, para que seja possível captar elementos de estabilidade e configurações de mudança que condicionam o movimento de agentes, agendas e instituições (Bringel e Domingues, 2022). Os ciclos de protesto e de mobilização (em sua agenda e repertório), nesse

sentido, são indicados pelos autores como indícios importantes que podem coincidir com os limites de um ciclo político, uma vez que frequentemente marcam seu início ou término.

No período 2013-2022, reconhecemos no Brasil um processo de ampla contestação social e crises políticas (Bringel, 2022; Loff, 2020; Amaral, 2023). Especialmente a partir de 2014-2015, demarcamos um processo de transição autoritária que se asseverou no governo de Jair Bolsonaro, ao ganhar contornos fascistizados e se amparar em base social conservadora; além de usar retórica e práticas políticas cada vez mais explícitas em seu caráter de exceção –logo, cada vez mais violentas. Se o campo autoritário-reacionário esteve em latência no país durante o ciclo democratizante que emergiu das lutas contra a ditadura na década de 1970, esse mesmo campo encontrou no bolsonarismo o seu "vetor de revitalização" (Bringel, 2022, p. 182). Bolsonaro, que segue politicamente ativo, não é uma excrescência ou um fato acidental da política brasileira, mas, sim, fruto de um processo social e histórico da expressão contemporânea do (neo)fascismo no país (Azevedo e Amaral, 2023; Loff, 2021; Löwy, 2021).

Buscamos, nesse sentido, analisar esse período específico e seus desdobramentos no tempo presente, sensíveis às manifestações do estado de exceção que caracteriza a realidade brasileira e de outros Estados, e atentos aos sinais e à lógica de fascistização (ou da reversão desse processo) de uma democracia latino-americana em transição autoritária.

Interpretação da transição autoritária brasileira

No esforço de aprofundar mais a análise, articulamos, ainda, a contribuição de autores que subsidiam o debate sobre transições autoritárias a partir de leituras críticas sobre o fascismo, como Woodley (2010), Kallis (2003, 2000), Neocleous (1997) e Loff (2021). Relacionamos essas leituras ao caso brasileiro em alguns eixos analíticos, sem pretender exaurir o exame de cada episódio que faz parte do período que nos propomos a examinar, mas cotejando exemplos que permitem compreender o processo:

Erosão democrática e simulacro da democracia

Uma transição autoritária tem seu início na degradação da democracia liberal e "uma democracia em transição autoritária deixará sempre de ser democrática a menos que o processo seja revertido" (Loff, 2021, p. 168). Para além das possíveis críticas aos limites democráticos da configuração dos estados e governos da maioria dos países ocidentais na atualidade (sejam eles repúblicas presidencialistas, semipresidencialistas ou parlamentaristas), notadamente quanto à crise representativa e os baixos índices de participação ativa, existe uma erosão verificável com o questionamento de eleições e instituições, por exemplo. Um dos eixos possíveis de análise seria, pois, a degradação progressiva e generalizada das instituições em meio a uma "aparência de continuidade" do sistema democrático e representativo. E não só a aparência de continuidade se verifica numa transição, mas mesmo com sensíveis quebras na materialidade, a retórica democrática comumente se mantém. Nesse sentido, o uso da democracia como puro simulacro para

imposição de medidas restritivas de direitos é verificável e está mesmo na gênese da figura do estado de exceção a suspensão da democracia para garantir a democracia.

No Brasil, em traço de continuidade com a cultura de decretos-lei ditatorial (diretamente a ditadura de 1964-1985, mas, antes, também a ditadura varguista do Estado Novo fazia o mesmo) a figura das medidas provisórias (MPs) (atos legislativos do Executivo que passam a vigorar imediatamente) é adotada com frequência. No fim do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, o regramento constitucional das MPs foi alterado, de modo que a vigência da MP cessasse em não havendo análise do Legislativo, bem como as reedições indefinidas foram proibidas. Antes da alteração, a edição contínua de medidas provisórias podia levar a uma situação em que a medida estivesse vigente por anos, em função de reedições mensais, e a pauta legislativa poderia ficar travada, porque diretamente atrelada à agenda do Executivo. Outras matérias, de interesse geral, deixavam de ser apreciadas em função de o trabalho legislativo ficar concentrado no exame das medidas (Azevedo, 2019). Nesse sentido, quão democrática é uma cultura governativa em que a separação de poderes precisa ser recorrentemente revisitada? A erosão, portanto, iniciada quase que ao mesmo tempo do renascimento da cultura democrática, antecede o período discutido neste texto.

No imediato antecedente do contexto que analisamos, temos o exemplo do período de preparação para os megaeventos ocorridos parcial ou totalmente no Rio de Janeiro, a Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de Verão de 2016. Em diversos episódios, como nas desapropriações para realização de obras de adequação urbana, o ordenamento jurídico manifestava-se de

maneira errática, disforme, em dissonância com suas previsões formais. Em outros casos, procedimentos legalmente previstos eram detectáveis, mas com uma atuação refratária dos Poderes Executivo e Judiciário em reconhecer as garantias legais. Nos casos em que foram ajuizadas ações judiciais de desapropriação por interesse público relativas a imóveis que eram objeto de algum projeto ligado ao contexto dos eventos, ainda assim o direito das pessoas que efetivamente vivia nos locais não foi acolhido. Com a separação legal das figuras do proprietário e do possuidor, às pessoas moradoras sem título de propriedade coube apenas indenização por benfeitorias, em valor que não garantia o direito à moradia no mesmo local ou em local próximo de onde foi desapropriado. O beneficiário da indenização pela desapropriação em si continuava a ser o proprietário, ainda que esta pessoa nunca tivesse tido uma relação com aquele território específico (Plataforma DHESCA Brasil, 2011, p. 28).

Poucos anos depois, mais um marco. O fato de uma defensora dos direitos humanos em sua acepção mais ampla, uma lutadora pelo direito à cidade de todas as pessoas do território, especialmente as frações mais precarizadas da classe trabalhadora, ter sido brutalmente assassinada quando ocupante do cargo de vereadora na cidade do Rio de Janeiro também contribui para que a democracia como tal seja questionada. A morte de Marielle Franco no dia 14 de março de 2018, mulher socialista, negra, periférica, encapsula a escalada fascistizada e a ausência de limites em uma democracia simulada. Os disparos em direção ao carro de Mariele vitimaram, também, Anderson Gomes, seu motorista.

Neste ponto, é relevante dar um salto temporal e analisar o punitivismo no Brasil ao tratar do combate a movimentos

fascistizados com decisões judiciais monocráticas e/ou pouco debatidas e conceitos vagos utilizados. Os elementos de prova considerados no julgamento individualizado dos participantes da intentona bolsonarista de 8 de janeiro de 2023[2], por exemplo, dão o tom da acentuação da corrida autoritária e do controle penal no Judiciário (amplamente apoiado pelo atual Executivo). O Código Penal brasileiro não prevê a tipificação de crime multitudinário, no entanto, está assinalada como possível atenuante a influência de multidão. A influência aparece nas decisões do ministro Alexandre de Moraes, mas não como atenuante e sim como elemento de majoração. À medida que as evidências individuais não são robustas e o enquadramento das condutas está baseado especialmente em indícios auto-incriminatórios, falha a precisão e fica aberto espaço a um cálculo de pena que não reconhece a consunção (interpretação segundo a qual em havendo dois crimes relacionados, um crime é fase da execução de outro) e procede-se a uma soma destoante de princípios garantistas. Isto para ficar em um exemplo da agenda de concentração de poder no Judiciário, que encontra eco na sociedade e no governo, amedrontados com a ameaça fascista. Conforme Arantes, Frias e Meneses (2024, p. 157), "em nome da defesa enfática da democracia, apoiamos cegamente o punitivismo que limitará cada vez mais a capacidade da democracia em transformar a sociedade iníqua em que vivemos".

A estratégia da descaracterização da democracia aparece no Brasil também na questão da defesa da liberdade em si e da liberdade de expressão pelos movimentos fascistizados e seus

[2] Ápice da contestação bolsonarista ao resultado eleitoral de 2022, que sagrou Lula presidente eleito, o ato realizado em Brasília no dia 8 de janeiro de 2023 reuniu caravanas de adeptos de Bolsonaro vindos de todo o país e culminou na invasão e depredação das sedes dos três poderes da República (Executivo, Judiciário e Legislativo).

expoentes. A liberdade defendida pelo bolsonarismo inclui a liberdade de o cidadão comum possuir uma arma e a liberdade de exprimir publicamente opiniões discriminatórias, desrespeitosas e em conflito com as previsões legais. E isso chega até às plataformas de comunicação em meio digital (e se encontra com as políticas dessas empresas), uma vez que a defesa da ausência de regulamentação perpetua a possibilidade da propagação de ódio, a construção retórica do inimigo e impede a criação de mecanismos de proteção à violação de direitos, na contramão de qualquer debate sobre regulação pública democrática das plataformas digitais.

Processo transicional e estabilidade/ruptura do sistema político e da ordem legal em relação ao uso da violência

É certo que "um regime em transição muda inevitavelmente de natureza ao fim de algumas etapas" (Loff, 2021, p. 168), ainda que uma escalada autoritária não precise se consumar –numa mudança de regime, por exemplo– para que o processo de transição autoritária seja considerado em seus efeitos. Segundo Kallis (2003), processos de fascistização que não levam a regimes fascistas são igualmente significativos nesse sentido.

Como destaca Woodley (2010), ao invés de uma reconstituição da autoridade, observou-se nos exemplos do fascismo histórico uma reconstituição do poder soberano "in a 'dual state' which preserves the partial integrity of existing legal structures, and the strategic-relational tiés between military, political and economic interests" (p. 79), ao mesmo tempo do fortalecimento do estado de exceção, ou seja, a ampliação de medidas de exceção enquanto prerrogativa de poder da nova liderança política. Isto é significativo para compreender uma transição autoritária

tanto a partir do que o processo transicional transforma quanto aquilo que conserva na materialidade das relações sociais.

Nesse sentido, observa-se igualmente o crescente uso da violência (não só policial) como elemento presente nos mais variados processos transicionais. Violência e lógica de guerra são caracterizadores do fascismo histórico (Neocleous, 1997, p. 17). A eliminação do outro, da imagem, do valor e do corpo fazem parte do legado das experiências nazi-fascistas europeias do século XX.

A expansão das medidas de segurança a todos os âmbitos da vida são marca da expansão e do aprofundamento de processos transicionais autoritários contemporâneos (Agamben, 2004; Loff, 2020, 2021). Vigilância e controle são palavras que passam a descrever a rotina de milhões de pessoas como, por exemplo, nas periferias urbanas brasileiras. É, afinal, um securitarismo acompanhado de políticas para sua normalização, com ampliação de aparelhos de hipervigilância e repressão, constitucionais e excepcionais (Loff, 2021).

O recurso ao emprego das forças armadas para gerir o cotidiano civil com Operações de Garantia da Lei e Ordem (GLO)[3] teve forte presença no período que ora analisamos. De 1992 a novembro de 2023, foram empregadas 146 operações. De todas as GLO's, 26,73% foram justificadas por Grandes Eventos[4]

[3] Operações que, segundo o Ministério da Defesa (2014), "concedem provisoriamente aos militares a faculdade de atuar com poder de polícia até o restabelecimento da normalidade". Estão reguladas, por exemplo, no Decreto Nº 3897 de 24 de agosto de 2001.

[4] A aplicação do estado de exceção no sul global no século XXI pode ser observada na preparação para os megaeventos sediados no Brasil entre 2014 e 2016 e não se restringe ao Executivo federal, está espraiada em todos os entes da federação. O Rio de Janeiro serve de exemplo para a análise do comportamento estatal. A cidade sediou inúmeros eventos de grande porte, dentre eles: Jogos Pan Americanos de 2007, Jogos Mundiais Militares de 2011, Jornada

e 16,42% pela violência urbana (Galzo, 2023). De 2014 a 2022, 36 vezes a medida foi empregada. As violações de direitos humanos perpetradas pelas Forças Armadas às populações locais quando na gestão diuturna do território são denunciadas em relatórios e dossiês, bem como em trabalhos acadêmicos[5] (Azevedo, 2019; Costa, 2024).

Na análise do caso brasileiro, a normalidade da exceção no contexto da violência e letalidade policial nas periferias e em relação à política criminal e penitenciária (repressão e encarceramento massivo) são indícios da escalada autoritária, com permanência das mesmas relações sociais, orientando-se o uso da força de modo a garantir interesses econômicos definidos. É de se reconhecer, por exemplo, que em julho de 2024 foi divulgado o PNPCP 2024-2027 (Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária) que, nos seus próprios termos, busca avançar na

Mundial da Juventude de 2013, Copo do Mundo FIFA de 2014 e Jogos Olímpicos de Verão de 2016, entre outros. Escolhemos, contudo, também analisar outra cidade, na qual dentre os eventos citados apenas a Copa do Mundo da FIFA de 2014 ocorreu, para entender a extensão dos problemas políticos desencadeados pelas reformas urbanas espalhadas pelo país. O ciclo político no qual se posiciona o marco temporal deste trabalho não se concentra em partes específicas e restritas do país.

[5] No processo de preparação do Brasil para os eventos de 2014 e 2016, destacamos a articulação do poder Executivo nas esferas municipal, estadual e federal para a realização conjunta de políticas voltadas à reordenação do território, que incluíram também ingerência em práticas culturais, expulsão de comunidades inteiras, realização de obras de infraestrutura de grande porte. O controle militar de áreas extensas (com GLO ou com outras medidas, como as Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro) serviram para garantir os interesses do empreendimento dos megaeventos. As violações ocorriam com a proteção (e, às vezes, participação) de forças policiais e/ou militares, tudo diante da vigência da constituição e de todas as normas infraconstitucionais. O poder legislativo também participou do amplo movimento de flexibilização dos direitos humanos no Brasil, aprovando medidas em desfavor da própria soberania para que FIFA e Comitê Olímpico decidissem o que em outros momentos caberia ao estado (Azevedo, 2019).

superação do "populismo penal", da lógica do encarceramento em massa e da criminalização das juventudes periféricas.[6] O encarceramento e a letalidade policial urbana brasileiras não caracterizam a existência de um regime fascista, mas mostram o gradativo aumento da banalização da violência, da diminuição do valor do outro, da perspectiva de normalização da exclusão social e da eliminação de um contingente da população dotado de determinadas características. No exemplo que analisamos, os jovens negros, que representam a fração mais precarizada da classe trabalhadora, são mortos aos milhares, ano após ano, e a "normalidade" da vida segue seu curso para a maioria da população. Tendo em conta a contribuição de Wacquant (1999), o Estado penal brasileiro tem seguido seu curso contra pobres, pretos e insubmissos. Poderiam, na mesma toada, serem citados como exemplos os despejos coletivos forçados com uso de força policial e ausência de ritos legais em contexto de preparação do espaço urbano para a Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de Verão de 2016, sediados no Brasil.

Dinâmica política e institucional

Para autores como Kallis (2000), a diferenciação do fascismo em relação a outros autoritarismos se relaciona, por exemplo, a fatores como a consolidação política interna e o processo de formulação política.[7] No que tange à consolidação

[6] A versão anterior do PNPCP (o de 2020-2023) foi elaborada pelo governo Bolsonaro (com Sérgio Moro como Ministro da Justiça) e representou uma guinada ideológica em relação aos planos precedentes e aprofundou o punitivismo, o Estado penal brasileiro e a situação de violação generalizada de direitos fundamentais nos cárceres do país ("estado de coisas inconstitucional", reconhecido em 2015 pelo STF). (Amaral, 2021).

[7] Kallis (2000) elenca quatro fatores dos quais depende a supremacia política do fascismo, em outras palavras, uma transição autoritária de característica fascista: ideology, domestic political consolidation, policy-making e scope of change.

política doméstica, o autor nos leva a observar o processo de radicalização da lógica autoritária sobre o aparato estatal, sobre o processo de decisão e sobre antagonismos institucionais que subsistam. Consolidações políticas autoritárias podem, também, nutrir-se da figura de liderança e de apelos carismáticos como elementos de coesão e busca de legitimidade popular, especialmente numa dinâmica de consolidação antagônica em relação ao aparato estatal existente ou à diversidade de interesses no bloco de poder (Kallis, 2000).

Quanto ao processo de formulação política, está em questão a capacidade de transformação das propostas em efetivas ações, uma vez considerados os limites e condicionamentos para a ação política colocados pelas estruturas sociais e prioridades políticas, pelas forças políticas tradicionais (coesão das forças de apoio e resistência), pelas capacidades produtiva e militar, e por fatores/eventos no plano internacional. Nesse sentido, as intenções fascistas não se desenvolvem em um vácuo ideológico ou político (Kallis, 2000) e não são autorrealizáveis, mas dependentes de (e condicionadas por) fatores externos ao próprio movimento quando ocupa o Estado.

No período ora em análise, diversas manifestações políticas tiveram lugar no Brasil, evidenciando uma reorganização das forças políticas à direita. Em 2014, o Brasil sediava a Copa do Mundo da FIFA. Manifestações de rua contra o aumento do custo de vida e pela melhoria da mobilidade nas cidades ainda aconteciam. Aos poucos, a pauta anticorrupção/pró operação Lava-Jato tomou mais e mais espaço e alavancou uma separação: as manifestações antissistêmicas eram de "vândalos" e as de famílias trajadas com uniformes da seleção brasileira de futebol que levavam as babás para tomar conta das crianças enquanto

erguiam cartazes eram de "gente de bem". A crítica aos governos do PT virou ódio. As manifestações feministas de 2015 contra o presidente da câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, uma catarse coletiva, não impediram, no plano geral, o giro conservador. Para os movimentos sociais crescentes de direita, já não bastava ver Dilma Rousseff fora de Brasília, importava garantir que o mandato de seu vice, Michel Temer, avançasse na implementação do neoliberalismo autoritário (Bruff, 2014), com a constitucionalização da austeridade, a retirada de direitos trabalhistas e previdenciários, de forma a abrir mais caminhos aos interesses rentistas e consolidar o espaço para que Bolsonaro não fosse mais o impensável, e sim "o futuro" (Azevedo, 2019).

Se uma parte dos grupos participantes dos movimentos que agitaram as ruas brasileiras pelo impeachment de Dilma Rousseff desde 2015 não eram abertamente adeptos de ideais fascistas, mas apenas conservadores de direita, críticos das escolhas econômicas da então presidenta, a base de apoio da eleição de Bolsonaro (na qual todos estavam presentes) representou uma guinada. O ex-militar, defensor da tortura, anticomunista, representante do ódio às populações originárias e tradicionais e defensor do armamento civil foi abertamente defendido em manifestações de rua e nos espaços digitais e elegeu com ele uma maioria no Legislativo, com a mesma agenda. Da crítica à corrupção à defesa da ausência de política sanitária na pandemia passaram-se apenas cinco anos. Da defesa da ausência de política sanitária na pandemia de COVID-19 até acampamentos em quarteis, barricadas em estradas e atentados a bomba pela permanência de Bolsonaro no governo por meio de um golpe de estado passaram-se dois anos. Estes grupos e suas pretensões políticas não eram novos do cenário político brasileiro,

mas no processo de reorganização política e institucional, foram encontrando seu lugar de mobilização, legitimidade, apoio e mesmo de formulação política.

Condicionantes estruturais, historicidade e expressão política

Uma transição autoritária, a exemplo dos fascismos do século XX, é uma estratégia de reorganização e transformação política paulatina (Woodley, 2010), mantendo-se as relações sociais capitalistas. É de se destacar aqui o aumento do poder do Estado sobre os indivíduos promovido pelo fascismo, mantendo-se a concentração de renda e a precarização da classe trabalhadora. A acumulação capitalista, o momento da luta de classes e a disputa de hegemonia no território contribuem para o ritmo da transição. Woodley (2010, p. 62) refere, nesse sentido, que o fascismo impõe interesses de grupos econômicos, de modo que serve "à estabilização do capitalismo". A fascistização não gera, portanto, o desmantelamento da burguesia. Na disputa interna de posição, há uma reorganização, mas permanece a burguesia na linha de frente, sustentando o regime e a confrontação sólida da oposição.

No olhar sobre o Brasil no período 2014-2022, a mesma burguesia se organiza de diferentes formas, mas está igualmente à frente da sustentação de diferentes governos, pressionando na direção do favorecimento do rentismo, da intensificação da austeridade, das privatizações. Continuidades são, portanto, visíveis. O mesmo também vale para a representação no Legislativo dessas mesmas forças. Embora se apresentem com uma variação de legendas partidárias, mesmos grupos de interesse ocupam a Câmara dos Deputados e o Senado Federal desde a redemocratização do país. Embora governos mais à esquerda e

mais à direita tenham sido eleitos após 1985 e dentro do período analisado neste texto, o Legislativo tem sido caracterizado, sucessivamente, como conservador e fisiológico, com a predominância de um grupo denominado "centrão", cuja fidelidade se dá a cargos, verbas públicas (como as emendas parlamentares) e à possibilidade de se manter no poder. O agronegócio, os grupos ligados às forças de segurança e os religiosos (especialmente evangélicos) –a chamada "bancada do boi, da bala e da Bíblia"– seguem representando os mesmos interesses ao longo do período. A fascistização serviria, a tais grupos, como possibilidade de aceleração e de ausência de entraves a interesses econômicos, por exemplo.

Crise, medo e inimigo

Uma alegada ausência de estabilidade move o espírito do terrorismo de Estado. Políticas baseadas no medo participam dos processos transicionais em todo seu curso, justificando o fechamento do regime (Woodley, 2010). A crise (independente de sua natureza específica), forjada retoricamente ou já preexistente, inviabiliza a perspectiva de futuro e abre espaço para a alternativa fascistizada.

A retórica bolsonarista (de Bolsonaro, dos militares que compunham sua administração e de todo seu grupo político) baseia-se, entre outros elementos, no medo do comunismo (associado, de forma descriteriosa, ao petismo) e de todas as pautas que desconfigurariam uma sociedade baseada em famílias nucleares heteronormativas com prerrogativas de direitos desiguais para homens e mulheres, pessoas brancas e não brancas. Nas vésperas das eleições brasileiras de 2018 (como também nas de 2022), a campanha bolsonarista apostou no medo de que

a volta do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo poderia "transformar o Brasil numa Venezuela", fazendo alusão à situação econômica do país vizinho, bem como poderia ser instaurada uma "ditadura comunista diabólica" (Lacerda, 2022). A extrema vulnerabilidade da sociedade brasileira diante de todos os perigos potenciais aos quais poderia ser submetida pelo PT gerava uma sensação de pavor e união com base nesse medo.

Ao circunscrever o que deve ser temido e a que(m) combater, uma transição autoritária tende a mascarar as contradições sociais e os antagonismos de classe como recurso retórico e ideológico. O conflito de classes tende a se descaracterizar e se apresentar de forma dissolvida em outras noções como nação, pátria, raça, entre outras. Neocleous (1997, p. 37) destaca uma força espiritual na retórica fascista como fundamento de poder. Uma "politics of enmity", salienta Woodley (2010, p. 70), continua funcionando junto à extrema-direita contemporânea ao difundir "social antagonism through neonationalist/xenophobic rhetoric, and (...) to redirect dissent into safe forms of patriotic protest" (p. 70).

Donald Trump foi eleito nos EUA para um segundo governo com a promessa de deportar imigrantes ilegais indocumentados em massa. De fato, Trump deportou e, mais: promoveu medo com políticas de controle de imigração levando ao aumento também da autodeportação. O presidente estadunidense editou ainda uma série de medidas legislativas a partir do Executivo, que funcionam como o decreto lei brasileiro. Trump mexeu em critérios de nacionalidade e cidadania, extinguiu agências estatais e demitiu funcionários públicos. Com isso, monopolizou a atenção midiática e entendeu-se se vitorioso em sua primeira batalha (Abdala, 2025). Em relação à taxação

de produtos estrangeiros, Trump causou movimentos intensos nas bolsas de valores pelo mundo, com consequências ainda imprevisíveis para as cadeias de produção internacionais e possível favorecimento para rentistas com informações privilegiadas (Egan, 2025).

Ao relacionar essas observações e a consideração de Loff (2018) sobre a atual exclusão dos "outros" (imigrantes, refugiados, minorias étnicas) da cidadania democrática com o contexto atual brasileiro, observamos diversas declarações de Bolsonaro,[8] quando de seu mandato, afirmando que "o inimigo é interno", relacionando-o a diversos atores, como Judiciário, políticos, comunistas, entre outros. A instabilidade é relacionada aos atos, mas, em última análise, à existência desses "inimigos". A ameaça que representam se conecta com a necessidade de armar a população, de negar o poder da democracia em conter riscos. A retórica bolsonarista não nasce quando da eleição de Bolsonaro, mas o medo e a desconfiança (por exemplo, em relação às urnas eletrônicas[9] e aos resultados eleitorais) mantêm-se como uma constante do movimento. Dentro do período de análise proposto neste texto, é importante destacar o comportamento do Estado em relação às manifestações populares de 2013 e sua preparação para os megaeventos ocorridos no país. Em resposta à atuação resistente, o Poder Legislativo federal criou um dispositivo conhecido como Lei Antiterrorismo (Lei no. 13.260/2016), que trata da tipificação para crimes de

[8] Como exemplo, declaração de 2022, recuperado dehttps://www.estadao.com.br/politica/bolsonaro-peco-a-deus-todos-os-dias-que-brasileiros-nao-experimentem-dores-do-comunismo/?srsltid=AfmBOoonW4jp1ruvs-97JUQ33GgiitLKi3l0SXCTkMkqj5ickizd8p1e2 Acesso em 29 jan 2025.

[9] O estudo de Dourado, Almeida e Piaia (2024), embora seja focado na análise das eleições municipais de 2020 (quando Bolsonaro já era presidente) dá conta das correlações entre desconfiança nas urnas e adesão a teorias conspiratórias contra vacinas, por exemplo, demonstrando a mobilização da instabilidade para variados fins de gestão política do medo pelo bolsonarismo.

"natureza terrorista". A Lei foi sancionada pela então presidenta Dilma Rousseff, "a despeito das críticas e de intensa oposição de movimentos sociais e de setores da sociedade civil organizada", que interpretavam a medida como instrumento de controle político das formas de resistência. (Amaral, 2023, p. 101). Sob a administração de Rousseff, o ordenamento jurídico já tinha passado a contar, também, com a figura das organizações criminosas (modificação do artigo 288 do Código Penal, com a nova previsão de associação criminosa). Ambas as medidas facilitaram o enquadramento de condutas e a persecução penal de indivíduos e coletividades em desacordo com as políticas do governo. A simples presença em uma manifestação passou a ser mais perigosa (Azevedo, 2019).

Sendo certo que não existe um passo a passo da transição para regimes fasciszados e fascistas a ser sempre e invariavelmente seguido, há similitudes[10] que, apesar das especificidades, permitem a verificação da permanência da alternativa fascista

[10] Embora seja tema para aprofundamento em outro estudo, é preciso citar a relação do fortalecimento da figura masculina em períodos de crise econômica e expansão de direitos para outros sujeitos políticos com o ascenso fascista. A identificação da nação com o homem cis heterossexual, branco e proprietário não é uma novidade do século XXI, mas mais um ponto de retorno. Na atualidade, para compreender a relação de ascenso de grupos neonazistas e de grupos masculinistas é preciso averiguar o impacto da expansão de acesso a bens e serviços essenciais para frações da classe trabalhadora antes não abarcadas em concomitância à adoção de políticas neoliberais. A precarização de acesso à renda combinada com a maior democratização de acesso à educação e ao trabalho remunerado (e não ao emprego formal) desconfiguraram a organização da reprodução social capitalista estabelecida (ainda que com especificidades locais) ao longo do século XX (Azevedo, 2022).Para os movimentos fascistizados, a defesa dos homens fortes no poder e o reforço das responsabilidades reprodutivas com as famílias e, nelas, com as mulheres (regeneração diária e geracional da força de trabalho, com todo o trabalho daí decorrente), bem como o incentivo à natalidade, são sinal de ordem, valorização das mulheres enquanto cuidadoras e da origem étnica.

no tempo, ganhando adeptos, eleições e chegando a governos no Norte e no Sul global, no século XXI. Daí relacionarmos autores que estão pensando tais processos de forma geral e não necessariamente localizada. Nas dinâmicas atuais brasileiras, a não reeleição de Bolsonaro está ligada, entre outros motivos, à ausência de sustentação internacional após sua condução da pandemia de COVID-19 no Brasil e a eleição de Joe Biden nos Estados Unidos da América. Poucos anos depois, a eleição de Donald Trump, em 2024, com propostas mais conservadoras e agressivas do que as de seu primeiro mandato, deram novo combustível ao movimento bolsonarista. Ainda que impedido de concorrer em eleições presidenciais, Bolsonaro teve um impulso de força em sua liderança e em sua agenda com a vitória e o início de mandato de Trump, como outros líderes e movimentos fascistizados pelo mundo (Dall'Agnol, 2025).

Mobilizações para a transição no período em análise

Se a República e o Estado de Direito não contêm a solução para o estado de exceção, mas, ao contrário, alimentam-se dele, em relação ao fascismo também não são seus combatentes à altura. No caso brasileiro, conforme já analisamos, desde a redemocratização em 1985, lógicas de concentração de poder no Executivo e de violência e punitivismo sobre a população civil vêm sendo implementadas, o que não torna a democracia mais forte, ao contrário, contribui para a sua erosão e degradação, convertendo-se em terreno fértil para a alternativa fascista. Veremos, agora, uma análise mais profunda da contestação no contexto da transição em discussão neste estudo, entre 2014-2022.

Nos termos colocados por Bringel e Domingues (2022), no período analisado, sinalizamos como agendas no Brasil, por exemplo: a questão ambiental (envolvendo a expansão da atividade agropecuária, do neoextrativismo, da especulação e expropriação da terra ocupada por populações originárias e tradicionais, a exploração em larga escala de recursos naturais poluidores, com descredibilização da crise ambiental global); o combate às garantias para pessoas LGBTQIA+; a expansão do armamento civil. Enquanto agentes centrais nesse ciclo político destacamos: partidos que englobam as frações mais radicais da direita; movimentos sociais; articulações de grupos da burguesia representantes de entidades patronais; e instituições religiosas e de comunicação. No período específico de nosso estudo, estão ativas a Jovem PAN, o Brasil Paralelo e igrejas (evangélicas, especialmente neopentecostais, e parte da Igreja Católica, como a renovação carismática) numa série de eventos de mobilização e disputa política.

No iniciar do nosso marco temporal, a contestação da precarização da vida se desenvolveu no país como reação aos processos preparatórios para os megaeventos. Como liberar a terra para a especulação atingia diretamente as casas que nela estavam, diversos movimentos de moradia estavam em articulação pensando as resistências possíveis para as violências (caracterizadas como violações de direitos) que sofriam, em várias cidades, como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Vários movimentos sociais e coletivos de mídia passaram a integrar o cenário da disputa política, no processo de buscar contradizer o que ficou popularizado anos mais tarde como *fakenews*. Como exemplos, poderíamos citar o coletivo de comunicação Mídia Ninja, o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST), o

Movimento Passe Livre (MPL). A Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP) é uma inciativa que evidencia a existência das redes de movimentos localizados,[11] que denunciavam que as particularidades das consequências da preparação para os megaeventos (em especial a Copa do Mundo FIFA de 2014, que aconteceu em várias cidades e regiões) tinham relação com esse processo mais amplo (Azevedo, 2019; Amaral, 2023).

Esses movimentos são herdeiros de outros, que, em contextos anteriores, colocavam coletivamente seus corpos na rua, em protesto, denunciando a falência do Estado em garantir acesso a bens e serviços essenciais à classe trabalhadora (Azevedo, 2022). Entretanto, no processo transicional iniciado em 2014, movimentos reacionários também se colocaram no espaço público, inicialmente contestando resultados eleitorais, e depois reivindicando de restrições de direitos a fechamento do regime. Este desenho não é comum nem em exemplos externos e nem na historicidade brasileira:

> Em geral, as tomadas de poder pelas forças reacionárias e fascistas ocorreram por movimentação de bastidores, conchavos e vantagens, tentativas de golpe e pela ação nas ruas de forças militares ou milicianas no combate aos revolucionários, antecipando-se às supostas ameaças comunistas – como foi o caso, por exemplo, não apenas do golpe de 1964 mas também do famoso plano Cohen, que desempenhou um papel crucial nos eventos que levaram à ditadura do Estado Novo (Arantes, Frias, Meneses, 2024, p. 53-54).

[11] No Rio de Janeiro, cada um dos megaeventos motivou a criação de redes resistentes, e algumas dessas redes transcendiam eventos específicos, como o Conselho Popular, focado em moradia, que se reunia na sede da Pastoral de Favelas, com representações das mais diversas localidades atingidas. Um dos objetivos imediatos era montar estratégias de resistência contra remoções anunciadas em determinada área (Azevedo, 2019).

No século XXI, após um ciclo de governos mais à esquerda no espectro político-partidário e a expansão de acesso a bens e serviços essenciais para mais segmentos da classe trabalhadora (via financeirização), classe essa que estava sob o controle do governo, a direita viu-se encurralada. O amplo espectro "democrático" havia formado quadros políticos e ocupado uma parte significativa da formulação de políticas públicas de cultura, da educação, da saúde e também dos cargos de execução dessas políticas. Alguns consensos sociais que permitiram a expansão de direitos, como o acesso a empregos e educação através de cotas, por exemplo, eram validados por valores de defesa dos direitos humanos. Fazia parte de toda essa visão de mundo também, por exemplo, uma interpretação crítica sobre a ditadura militar brasileira. "A nova direita reacionária precisaria dar um basta a esse longo ciclo de hegemonia política e cultural progressista e liberal (...)" (Arantes, Frias, Meneses, 2024, p. 57). E o momento de uma ascensão de uma nova direita viria justamente após os ciclos de protestos multitudinários de 2013, no enfraquecimento do PT com escândalos de corrupção e pelo ascenso de pautas consideradas degradantes para aquela perspectiva política: antirracismo, feminismo, autonomia na identificação de gênero, entre outros. No pequeno período em que desenharam sua estratégia de disputa de hegemonia, os conservadores fascistizados leram os acertos e erros da centro-esquerda brasileira e apostaram na expansão da comunicação em meio digital e no questionamento de fatos, dados e evidências científicas.

No ciclo de protestos iniciado pela direita, uma nova estética se colocava na rua: o uso da camisa da seleção brasileira de futebol representava o orgulho nacional e o pertencimento, funcionando como um uniforme. Politicamente, fazia sentido

apropriar e transformar a ideia de participação política direta: saem os vândalos, mascarados, estudantes pintados e malvestidos, entram as famílias, que vão a uma manifestação na praia como quem vai a um passeio- não por mais acesso a bens e serviços essenciais, mas por restrições de políticas para atender aos seus valores. Agentes e atores citados no início deste item compunham e incentivavam as mobilizações.

É importante destacar a questão da identidade e sua relação com a classe: os movimentos fascistizados formularam crítica ao "identitarismo", à "ideologia de gênero", reduzindo a noção de identidade à crítica da especificidade, fincando a família heteronormativa como base da sociedade. A identidade seria, portanto, uma agenda de desfazimento de valores, e até de uma crítica a quem faz "tudo certo", o "cidadão de bem", que trabalha –e tem sua família (pai, mãe, filhos). No entanto, é necessário considerar que quem trabalha, ou seja, a classe trabalhadora, é, no Brasil, uma população constituída majoritariamente por pessoas não brancas, por mulheres. Classe, raça e gênero, conforme debate a Teoria da Reprodução Social, não são elementos estanques (Bhattacharya, 2017). A classe é, antes, constituída de pessoas racializadas egenerificadas, advém de uma construção social muito *sui generis* no caso brasileiro (Rocha et al, 2022). Raça e gênero não são exteriores à classe, portanto, são elementos de sua própria constituição. Ao separar a noção de trabalho dos direitos da pessoa que trabalha, o conservadorismo autoritário e fascistizado brasileiro, criou, aqui sim, uma identidade específica e individualizante, com elogio/culto ao empreendedorismo.

Não há, contudo, no discurso democrático (no sentido aqui dos discursos não fascistas), uma sobrevalorização de elemen-

tos classificados como identitários. Especificamente para a perspectiva marxista da Teoria da Reprodução Social, caberia, antes, uma análise sobre o que/quem é a classe. Já do ponto de vista dos movimentos fascistas e fascistizados, apesar da retórica, o que os une são elementos identitários, suas alianças se alicerçam em valores e crenças que constituem um grupo específico, diferenciado dos demais.

Quanto às pessoas mais velhas participantes dos ciclos (de socialização) bolsonarista, a adesão à identidade conservadora se deu por meio da sociabilidade digital e de encontros presenciais que transcendiam a experiência solitária de ser idoso ou idosa. Em uma jogada imprevisível quinze anos antes, dezenas, centenas e milhares de pessoas com mais de sessenta anos, sem profundas habilidades tecnológicas, foram arregimentados em grupos de aplicativos de mensagem (como Whatsapp) para participar de manifestações contra o PT antes da eleição de Bolsonaro; a favor do governo Bolsonaro durante sua administração; e a favor de um golpe de Estado abertamente, acampados na frente dos quartéis, após as eleições presidenciais de 2022. Destacamos, ainda, a força dos algoritmos e motores de busca nas redes sociais (como Youtube) que encapsulavam milhares (ou mesmo milhões) em espaços ou bolhas digitais configuradas "sob medida" para reforço de suas crenças e valores, numa espiral de autoconfirmação e radicalização de ideias reacionárias e cada vez mais fascistizadas no decorrer do período analisado. (Arantes, Frias, Meneses, 2024)

Em 08 de janeiro de 2023, a direita rebelde se encontrou em Brasília, constituída por pessoas jovens admiradoras da ética empreendedora, pessoas adultas desiludidas com a possibilidade de acessar uma vida confortável, pessoas idosas ansiosas por

defender valores conservadores e ter uma sociabilidade, todos esses grupos partilhando uma ética religiosa cristã, financiados por frações do empresariado brasileiro. Essa direita, ela sim, concretizou o desejo político e estético de ruptura com a ordem vigente (desejo caro à esquerda) na capital federal. Em 2013, no auge dos protestos multitudinários, os prédios-símbolo do poder constituído no Brasil não foram invadidos. Jovens subiram em diversos prédios, mas não controlaram as dependências e os bens que estavam no seu interior. Em 2023, no entanto, as pessoas em protesto entraram nas sedes dos três poderes, defecaram nas dependências, destruíram simbolicamente o lugar de poder da democracia brasileira (Arantes, Frias, Meneses, 2024, p. 74). A intentona bolsonarista do 8 de janeiro de 2023 fracassou. Prédios, vidraças e obras de arte foram restaurados, mas a direita, e especialmente a direita bolsonarista, apesar de menos numerosa nas ruas, seguiu seu curso como força polarizadora do espectro político, atuando nos confrontos parlamentares e eleitorais[12], pautando as agendas em disputa, ocupando espaços e tensionado as instituições.

Conclusões preliminares

A democracia liberal é, do ponto de vista histórico, berço do fascismo, mas não a sua contenção, o seu remédio. Na atualidade, essa

[12] E não restritas a estes. O bolsonarismo, com destaque para sua vertente ligada às igrejas evangélicas neopentecostais, consolidou ofensiva em todo o país, por exemplo, na disputa por Conselhos Tutelares (CTs). Os CTs são órgãos não jurisdicionais espalhados em todos os municípios do país com membros escolhidos por eleição direta e encarregados de representar a sociedade na defesa dos direitos das crianças e adolescentes, convertidos em espaços privilegiados para a implementação da agenda conservadora.

verificação histórica está mantida (Vijay, 2024). Neste capítulo, fizemos uma análise no sentido de somar elementos à investigação sobre a processualidade histórica das transições autoritárias brasileiras, iniciadas em democracia. No recorte temporal apresentado, partimos de um legado inesperado para alguns (e de difícil análise): a Copa do Mundo FIFA de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 deram início a processos de mobilização política diferentes. Houve ascenso de atores políticos à esquerda, como também de movimentos fascistizados. Os protestos multitudinários que tomaram diversas cidades brasileiras nos anos de 2013/2014 demarcariam uma mudança significativano contexto político nacional (Amaral, 2023).

O uso cada vez mais frequente da exceção em uma dinâmica política que passa a pender para a fascistização precisa ser analisado também em contexto internacional. A noção de ciclos políticos regionais ou globais pode ajudar a entender. Eles "podem não afetar igualmente a todos os países de uma região, mas trazem sentido a dinâmicas e processos simultâneos e, particularmente, à abrangência de seus impactos." Assim, "mesmo reconhecendo a presença e a força de agendas e agentes hegemônicos dentro um ciclo, é a sua processualidade histórica que emerge como desafio" (Amaral, 2023, p. 55).

A transição em questão, na nossa interpretação, é, pois, mais uma transição autoritária, que ganha espaço no tecido democrático já marcado pela experiência ditatorial contra a qual se erigiu. Para além das políticas neoliberais como elemento fundamental da sua caracterização, essa transição autoritária também se relaciona à crise/erosão da democracia, à permanente instabilização/destruição de suas instituições e ao avanço fascista. No Brasil, após violentos processos excepcionais de reordenação

urbana, a contestação trouxe para as ruas uma disputa política aberta. Anos mais tarde, como em outros países da América Latina, da América do Norte e da Europa, um candidato com ideário fascista venceu as eleições (Demier, Felipe; Cislaghi, Juliana Fiuza, 2019; Fontes, 2019). Não há uma linha direta entre os eventos, mas, como relembra Loff (2020, p.38), os regimes fascistas surgem como conclusores e não propulsores de transições autoritárias.

Analisamos aqui o emprego crescente do estado de exceção, a possibilidade de se entender o período de 2014-2022 como de transição autoritária e verificamos vários eventos do ciclo político que se inicia em tal momento. Não esgotamos o exame de cada variável, mas com alguns fragmentos, buscamos apontar o panorama fascistizante. Não definimos fascismo de forma categórica, por entendê-lo como processualidade em configuração. Apontamos, antes, sua relação com as democracias liberais e o capitalismo.

Na já citada tese oitava sobre o conceito de história, Benjamin afirmava que a crença histórico-filosófica no progresso, presente na gênese das Reformas Urbanas, é um elemento de fortalecimento do fascismo. Isto porque a narrativa vencedora da História constrói-se a partir de uma coleção de violências apresentadas como necessárias para o que seria uma "evolução" do desenvolvimento humano. O modo de regulação neoliberal não inovou ao trazer a noção de superação individual para o cerne do discurso. Democracia e ditadura, em uma sociedade com traços fascistizantes, não são tão distantes a partir do esvaziamento da experiência democrática. Após as eleições de 2022, a forte oposição bolsonarista e do mercado financeiro, bem como o avanço de movimentos fascistizados no globo, levam

à indagação, entretanto, sobre se e em que medida o processo de transição autoritária é revertido –e não só estagnado– após a derrota eleitoral de Bolsonaro. A eleição de Lula, em 2022, embora simbolize um freio à guinada fascistizada que vinha sendo empreendida, não reverte essa transição: é o que podemos concluir com os indícios coletados neste estudo.

Referências

Abdala, V. (2025). "Em 16 anos, Estados Unidos deportaram 5 milhões de imigrantes". Internacional. Agência Brasil. Recuperado de: https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-01/em-16-anos-estados-unidos--deportam-5-milhoes-de-imigrantes

Agamben, G. (2004) *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Amaral, A. S. (2023) Transição autoritária no Brasil e práticas de luta do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto: uma análise do ciclo político 2013-2022 a partir do MTST/ Porto Alegre. Dissertação de mestrado. *Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação. FLUP.* Orientadores: Loff, M. Azevedo, G.

_____ (2021). *Política Penitenciária no Brasil: continuidades e rupturas nas políticas públicas relativas à questão carcerária*. Comunicação apresentada no III Colóquio de Jovens Investigadores em Relações Internacionais e Estudos Políticos (16 abr. 2021).

Amaral, Adriano (2022). *State of exception and authoritarian transition: theoretical articulations seeking to understand the threats to democracies in the XXI century.* In: 10th CEISAL International Conference, 2022, Helsinki. 10th CEISAL International Conference.

Arantes, P.E. (2014). *O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo.

Azevedo, F. G. (2019). *Cidade e política: reforma urbana e exceção no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gramma.

_____ (2022). Movimentos sociais maternos no Rio de Janeiro: uma análise através da Teoria da Reprodução Social. 2022. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____; Amaral, A. (2023). "Estado de exceção e fascismo: uma análise sobre as interpretações do autoritarismo no Brasil contemporâneo". In: Lisandro Cañón. (Org.).*Terrorismo de Estado: definiciones, conceptos y debates*. 1a. ed. Córdoba: Lago Editora, p. 87-128.

Benjamin, W. (1986) *Documentos de Cultura – Documentos de Barbárie* (Org. e Trad. Willi Bolle). São Paulo: Cultrix.

_____. (2011) "Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura". *Obras Escolhidas*. Vol. I. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Bhattacharya, T. (2017) "How not to skip class". In: Bhattacharya, T (coord) *Social Reproduction Theory: Remapping class recentering oppression* London: Pluto Press.

Bringel, Breno; Domingues, José Mauricio (2022). "Ciclos políticos: su conceptualización y la América Latina contemporánea". In: Esteban Torres; José Maurício Domingues. (Org.). *Nuevos actores y cambio social en América Latina.*1ed.Buenos Aires: CLACSO, v., p. 263-280.

Bringel, Breno (2022). "Campos de ação e confronto político no Brasil contemporâneo: do ciclo democratizante ao bolsonarismo e vice-versa" (via Junho de 2013). In: Francisco Mata Machado Tavares, Luciana Ballestrin e Ricardo Fabrino Mendonça. (Org.). *Junho de 2013: sociedade, política e democracia no Brasil.* 1ed.Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 163-190.

Bruff, I. (2014) The Rise of Authoritarian Neoliberalism. Rethinking Marxism, 26:1, 2014, pp. 113-129. Recuperado de https://doi.org/10.1080/08935696.2013.843250.

Costa, W. (2024). "O estado de exceção e as operações de garantia da lei e da ordem para contenção da violência urbana". *Revista da Defensoria Públ. União*. Brasília, DFn.21 p. 1-446 Jan./Jun Recuperado de: https://revistadadpu.dpu.def.br/article/view/659/391

Dall'Agnol, L. (2025) O que Bolsonaro tem dito em maratona de entrevistas à imprensa dos EUA Ao 'The New York Times', 'The Wall Street Journa' e 'Bloomberg' ex-presidente reafirma tese de perseguição jurídica. Blog Maquiavel. Revista Veja. Recuperado de: https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/o-que-bolsonaro-tem-dito-em-maratona-de-entrevistas-a-imprensa-dos-eua

Demier, Felipe; Cislaghi, Juliana Fiuza (orgs.). (2019). *O neofascismo no poder (ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro*. Rio de Janeiro: Consequência.

Dourado, T.; Almeida, S.; Piaia, V.(2024) "Fraude nas urnas e contestação eleitoral no Brasil: análise multiplataforma de atores políticos, viés conspiratório e moderação de conteúdo". *Opinião Pública*. Campinas, vol. 30, p. 1-26

Egan, Matt (2025). Funcionários de Trump são investigados sobre uso de informação privilegiada. *CNN* Brasil. Recuperado de: https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/funcionarios-de-trump-sao-investigados-sobre-uso-de-informacao-privilegiada/

Fontes, Virgínia (2019). "O protofascismo: arranjo institucional e policialização da existência". Marxismo 21. (Dossiê: O governo Bolsonaro e Perspectivas de esquerda). Recuperado

de: https://marxismo21.org/o-governo-bolsonaro-e---perspectivas-de-esquerda/.

Gagnebin, Jeanne Marie (2020). "Estado de excepción: entre catástrofe y necropolítica". In Vedda, Miguel; Franco, Renato; Zuin, Antônio Álvaro Soares. (Org.) (2020). *Estado de excepción em Argentina y Brasil: Uma perspectiva a partir de la teoria crítica*. Buenos Aires: Herramienta.

Galzo,W. (2023) W. Brasil teve em média cinco GLOs por ano desde 1992 em cenário de em poderamento das forças armadas. Notícia. Política. Estadão. Novembro de 2023. Recuperado de: https://www.estadao.com.br/politica/brasil--teve-em-media-cinco-glos-por-ano-desde-1992-em-cenario=-de-empoderamento-das-forcas-armadas/?srsltid-AfmBOoo3cSDgIT6uIUekjIG60Kqa-gdRgJVBuLkv--xIE2ptziyadDTi-

Kallis, Aristotle (2000). The 'Regime-Model' of Fascism: A Typology. European History Quarterly, 30(1), 77– 104. https://doi.org/10.1177/026569140003000104.

_____ (2003). 'Fascism', 'Para-fascism' and 'Fascistization': On the Similarities of Three Conceptual Categories. European History Quarterly, London, Thousand Oaks, CA and New Delhi, Vol. 33(2), 219– 249.Recuperado de: https://doi.org/10.1177/02656914030332004.

Lacerda, M. (2022) Contra o comunismo demoníaco: o apoio evangélico ao regime militar brasileiro e seu paralelo com o endosso da direita cristã ao governo Bolsonaro. Relig. soc. 42 (1) Jan-Apr https://www.scielo.br/j/rs/a/Yvgm4T74KWZHN4vYttLrxVB/

Loff, Manuel (2018, 3 de março). Democracias "consolidadas". *Público - Opinião.* Recuperado de https://www.publico.

pt/2018/03/03/mundo/opiniao/democracias-consolidadas-1805113.

Loff, Manuel (2021). Não são mesmo (neo)fascistas? O lugar da extrema-direita no assalto à democracia. In Cecília Honório e João Mineiro (coords.). (2021) *Novas e Velhas Extremas-Direitas*. Lisboa: Parsifal, pp. 149-171.

Löwy, Michael (2021). "Dois anos de desgoverno - a ascensão do neofascismo". Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/categorias/606674-dois-a- nos-de-desgoverno-a-ascensao-do-neofascismo-artigo- -de-michael-loewy.

Marx, K. (2011). *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo.

Ministério da Defesa do Brasil (2024). Garantia da Lei e da Ordem. Recuperado de: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/exercicios-e-operacoes/garantia-da-lei-e-da-ordem

Neocleous, Mark (1997). *Fascism*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Plataforma brasileira de direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais (DHESCA BRASIL) (2011) Relatório da Missão da Relatoria do Direito à Cidade Plataforma. Rio de Janeiro.

Rocha, C. et al (2022). "Apresentação das tradutoras". In: Vogel, Lise. *Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, p. 11-54.

Vijay, (2024). Dez teses sobre a extrema-direita de um tipo especial | Carta semanal 33. Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. Recuperado de: https://thetricontinental.org/

pt-pt/newsletterissue/dez-teses-sobre-a-extrema-direita-de-um-tipo-especial/

Wacquant, Loïc. (2012). "A tempestade global da lei e da ordem: sobre neoliberalismo e punição". *Revista de Sociologia e Política*, v. 20, n. 41: 7-20, fev. 2012.

Wacquant, L. (1999). *As Prisões da Miséria*. Paris: Raisons d'Agir.

Woodley, Daniel (2010). *Fascism and Political Theory. Critical Perspectives on Fascist Ideology*, Londres/NY: Routledge.

Vía chilena al Estado de Excepción. Análisis teórico del concepto y del proceso a la luz de las experiencias de la Unidad Popular chilena

István Szilágyi

Introducción. Los cuatro experimentos de modernización en Chile

En la segunda mitad del siglo XX y en el comienzo del siglo XXI en Chile tuvieron lugar cuatro experimentos de modernización y de aproximación al nivel del progreso de la economía mundial y fueron introducidos, establecidos, cuatro regímenes políticos. Los cambios mencionados fueron como consecuencia el agotamiento del modelo de Estado de Compromiso y Desarrollismo, existente durante cuatro décadas, entre 1920 hasta 1964, y la agudización de la crisis estructural de la económia y de la sociedad chilena. escribe Igor Donoso:

> ...ya desde mediados de la década de 1950 y especialmente a fines de la década de 1960 ambos paradigmas: Estado de Compromiso y Desarrollismo, aparecen, como agotados. La constante presión de los sectores populares... sobre el sistema y la incapacidad de este para resolver los problemas estructurales de la sociedad, comienzan a radicalizar de manera significativa los procesos sociales y políticos. La emergencia simultáneamente del pradigma revolucionario cubano y su creciente influencia en los programas

> políticos de la izquierda revolucionaria... agudizan los conflictos sociales y políticos y, junto con ello, hacen inviable cualquier estrategia de consensos.[1]

Las respuestas de modernización dadas a la crisis estructural las inauguró el gobierno del demócrata-cristiano Eduardo Frei (1964-1970). De tendencia reformista, llegado al poder con su lema electoral de "Revolución en la Libertad", en sus líneas generales continuó la política de sustitución de las importaciones puesta en marcha por los partidos liberal y conservador a partir de los años treinta, así como la política económica de vuelta hacia adentro. Aumentó la intervención estatal. Anunció una política de desarrollo precavida que no amenazaba la integración social. En 1967 aprobó la ley sobre la expropiación de las áreas regadas mayores de 80 hectáreas. Anunció la chilenización del cobre mediante la adquisición estatal de la mayoría de las acciones. Hizo promesa de frenar la inflación, acelerar el crecimiento económico, poner en marcha programas sociales y de construcción de viviendas y la considerable mejoría en un plazo de diez años de las condiciones de vida de las capas que habían caído en situaciones marginales. Sin embargo, debido a circunstancias internas y externas el gobierno de Frei no pudo consecuentemente realizar y llevar hasta el final su programa. Chile no logró acercarse a los países del centro. (Tampoco se puede esperar eso de un gobierno de un sólo ciclo de seis años. Sin embargo, los democristianos pensaban en un período de gobierno más largo). Aumentó la tensión, la integración social, basada en el amparo estatal, estaba en vía de desmoronamiento.

[1] Goicovic Donoso, I (2006). "La refundación del capitaliamo y la transición democrática en Chile (1973- 2004)". *Historia Actual Online*, Núm. 10. (Primavera, 2006), 8. https://historia-actual.org/Publicaciones/index.php/hao/article/view/147/135

Creció la crítica al lineamiento de la reforma por parte de la izquierda y de la derecha, dividiéndose también el partido de gobierno.

Como resultado de los cambios indicados, en las elecciones presidenciales y generales de 4 de septiembre de 1970 triunfó la Unidad Popular. El mandato presidencial fue obtenido con mayoría relativa por el candidato de la Unidad Popular, Salvador Allende.

Con la llegada al gobierno de la coalición de izquierdas comenzaba la segunda tentativa de modernización económica y del sistema político del país y se inició un proceso de las reformas revolucionarias.

Pero los cambios y las transformaciones económicos, sociales y políticos iniciados en el país fueron interrumpidos por un golpe de Estado militar el 11 de septiembre de 1973 y en el país fue establecido el Estado de Excepción del nuevo militarismo, lo que se inició la refundación y la reorganización total de las estructuras económicas, sociales y políticas de Chile, representado el tipo de la modernización conservadora, modernización neoliberal o la modernización del modelo bismarckiano o aleman.[2] Y a partir de marzo de 1990 –con el fracaso de la dictadura de Pinochet– comenzó la época del sistema democrático híbrido en Chile.

[2] Véase más detalladamente: Szilágyi, I. (2016) "Modelos de modernización y cambios geopolíticos en América Latina". *Cuadernos Iberoamericanos*, Moscú, Universidad MGIMO, №4 (14), pp. 68-76.; Szilágyi,I. (2017) "El nuevo golpismo, El Estado de Excepción y los modelos de modernización en América Latina". *Intellèctus.* Año XVI, n.1.. pp.69-85. http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus.

La Unidad Popular en el contexto histórico

Como hemos mencionado, el 4 de septiembre de 1970 en las elecciones presidenciales chilenas venció Salvador Allende, el líder más prestigioso del Partido Socialista de Chile, el candidato de la Unidad Popular, consiguiendo la mayoría relativa de los votos. La Unidad Popular (UP) era una coalición de seis partidos de izquierda y el centro sindical nacional. La UP se formó en octubre de 1969 con motivo de la elección presidencial de 1970. Estuvo conformada por el Partido Radical, Partido Socialista, Partido Comunista, el Movimiento de Acción Popular Unitario, el Partido Izquierda Radical y la Acción Popular Independiente, incorporándose la Izquierda Cristiana y el MAPU Obrero y Campesino (escisión del MAPU) en 1973. Además contó con el apoyo de la central sindical nacional, la CUT (Central Única de Trabajadores).

Llegado al gobierno del país, la Unidad Popular comenzó a implementar el programa de la vía chilena al socialismo. El fundamento de la actividad del gobierno de la UP formaba el Programa Básico aprobado por la Unidad Popular el 17 de diciembre de 1969.[3]

El documento tenía dos rasgos característicos y principales: por un lado era un programa de gobierno de seis años, por otro lado era un documento analítico y teórico, que sirvió como base concreta y definitiva del concepto, de la estrategia y del objetivo de las transformaciones económicas, políticas y de las relaciones hegemónicas ideológicas de la política reforma revolucionaria chilena, la que llamamos y que se denominan "vía chilena al socialismo." Llegando al poder, la Unidad Popular

[3] Vease más detalladamente: Programa Básico de Gobierno de la Unidad Popular. http://www.bibliotecanacionaldigital.gob.cl/visor/BND:7738

inició un proceso de reformas revolucionarias, las cuales despertaron el interés del mundo entero y del cual las experiencias tienen importancia internacional.

Los cambios y las transformaciones económicos, sociales y políticos iniciados en el país fueron interrumpidos por un golpe de Estado militar el 11 de septiembre de 1973 y en el país fue establecido el Estado de Excepción del nuevo militarismo.[4]

Sobre los acontecimientos acaecidos desde el primer momento hasta nuestros días fueron apareciendo un gran número de libros, ensayos, estudios y análisis en Chile, en extranjero y en Hungría también.

Analizando y examinando las discusiones y aportaciones sobre los elementos del proceso innovador e innovativo podríamos preguntarnos si el fracaso de la experiencia y de la alternativa de Allende[5] y de la Unidad Popular significaba y significa el fin, o el ocaso de una modernidad plebeya,[6] y si los acontecimientos y procesos que tuvieron lugar durante los 1000 días de gobierno de la Unidad Popular condujeron necesariamente al fracaso de la política de reforma revolucionaria y al nacimiento, implantación y establecimiento del Estado de Excepción en Chile.

---

[4] Vease más detalladamente: Szilágyi, I. (2024). "Unidad Popular en Chile-las experiencias de una política reforma revoucionaria desde una perspectiva de cincuenta años". *Mediterrán Világ*,52.sz.pp.3-25. https://tab.mta.hu/files/6517/0489/3980/.Mediteran_Vilag_52_jav240102.pdf.

5 Vease: Orellana Vargas, P. (2011*). El fracaso del socialismo y la alternativa de Allende*. Santiago de Chile, 4 de Septiembre pp. 1-16.

[6] Vease: Ariel Cabezas, O. A. (2021). "Salvador Allende: El ocaso de una modernidad plebeya". *Res Publica.* 24 (2). pp. 259-274.

En torno de la vía chilena al socialismo: el concepto, la crisis y la falta de la dirección única

Analizando el contenido y el objetivo del Programa Básico del Gobierno de la Unidad Popular, podemos poner énfasis en que el concepto de la vía chilena al socialismo principalmente trata de la creación y del establecimiento o de la introducción de una sociedad más igualitaria y más justa, en dónde prevalecen los valores de la democracia política, social y económica y los requisitos de ella, como son el sistema pluripartidista, los derechos humanos, la autonomía y la autogobernación, etc. y no la creación o la introducción directa del socialismo. Por un lado, porque el contenido de la noción no estaba elaborada clara teóricamente ni en Chile ni en el movimiento político internacional de izquierda tampoco.

Por otro lado el proceso chileno fue la primera tentativa parcialmente exitosa del concepto de la vía pacífica, o sea vía no armada, vía sin guerra civil al socialismo, mientras que según nuestra interpretación podríamos hablar sobre una política reforma revolucionaria y ni el establecimiento del socialismo. El Programa y las experiencias conseguidas por parte de la UP fueron solo los primeros pasos por este camino. Esta vía estaba llena con las sorpresas, con las emociones, con los errores cometidos y con las discusiones internas, cuales fueron causas por las dificultades y muchas ocasiones impidieron la acción unida y coordinada de la actividad y de las gestiones del Gobierno de la Unidad Popular y facilitaron la situación de las fuerzas opositoras del proceso. Entre otra cosa, porque *la UP no tenía los aliados firmes externos*. La Unión Soviética tampoco estaba interesada en el éxito rotundo del

proceso, porque el éxito supuesto y eventual de la vía chilena al socialismo hubiera disminuído la influencia internacional e impacto ideológico y político de la URSS. Y esta circunstancia y efecto determinaba el apoyo y la relación exteriores a la Unidad Popular.

Sergio Bitar, el antiguo Ministro de Minería del Gobierno de Allende, escribe que altos funcionarios chilenos, que acompañaron al presidente Allende durante su visita de noviembre de 1972 a la URSS, proporcionan respaldo de su dos hipótesis sobre el apoyo financiero insuficiente soviética.

> En primer término, es posible que la URSS, que había enviado a Chile varios equipos técnicos para evaluar su situación económica, haya estimado que las tendencias imperantes llevarían a una rápida utilización de los créditos otorgados, sin resolver los problemas de fondo. Tal vez el costo económico que le significó la colaboración financiera con la revolución cubana le impulsaba a una posición de gran cautela.
> Este raciocinio llevaría a la conclusión de que la URSS aguardaba que en Chile se dieran condiciones políticas que mostrarían una consolidación…
> Una segunda hipótesis adelantada por fuentes norteamericanas y británicas, es que… Chile no presentaba una alta prioridad en el cuadro internacional de la URSS. Así, en la primera reunión en el Kremlin, el señor Brezhnev efectuó una exposición donde puso de relieve que –desde su perspectiva– los principales problemas internacionales eran Vietnam, Egipto y Cuba; después seguían otros cuatro o cinco países, y luego de Chile. En segundo lugar, Brezhnev recalcó que los soviéticos no veían estabilidad; que el gobierno de la UP combatía con el centro y no acumulaba fuerzas… Además de estas razones políticas, el uso limitado de recursos soviéticos se puede imputar a la reducida capacidad chilena de absorber. (Bitar, 1979,193-195)

En lo que concierne a las definiciones del contenido de la vía chilena al socialismo, la mayor parte de los investigadores que plantean la siguiente pregunta: ¿En qué consistió la llamada vía chilena al socialismo? acentúan dos cosas. Por un lado hablan y analizan los elementos sobre el concepto teórico del proceso y por otro lado acentúan y hacen hincapié en el rol de Salvador Allende en este proceso de transformación.

Según este punto de vista el concepto de vía chilena al socialismo se refiere al proyecto político de la Unidad Popular para acceder al objetivo del socialismo dentro de los marcos de sufragio, a través del uso de la institucionalidad vigente, de democracia, pluralismo y libertad. Pero es necesario precisar que este fue el nombre con que Salvador Allende se refería al proyecto socialista chileno, ya que los demás miembros de la Unidad Popular preferían otro tipo de clasificaciones, tales como vía pacífica, vía no armada, vía no insurreccional, vía sin guerra civil, etc.[7]

Cuatro años después del golpe de Estado chileno, resumiendo las enseñanzas del fracaso de la tentativa del gobierno de la Unidad Popular, Carlos Altamirano, en aquel entonces

[7] Vease más detalladamente: Bitar, S. (2001) *Chile 1970-1973, Asumir la Historia para construir el futuro,* Editorial Pehuen, Santiago de Chile.; Corvalán, L. (1971) *Camino de Victoria*, Soc. Impresora Horizonte, Santiago de Chile; *El Pleno, de agosto de 1977 del Comite Central del Partido Comunista de Chile.* Ediciones Colo-Colo. México, 1978; Garcés, J. (1974). *El estado y los problemas tácticos en el gobierno de Allende*, Editorial Siglo XXI S.A., Madrid; Garcés, J. (2013) *Allende y la experiencia chilena. Las armas de la política*. Siglo XXI. Editores, S. A. Madrid.; Garretón, M. – Moulian, T. (1993) *La Unidad Popular y el conflicto político en Chile*, Ediciones Chile América CESOC y LOM Ediciones, Santiago De Chile.; *La vía chilena al socialismo 50 años después.* (2020). Tomo I. Historia. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Garcés, M, (2021) *La Unidad Popular y la revolución en Chile*. Edición LOM. Santiago de Chile; Magasich, J. (2021) *Historia de la Unidad Popular. Tom. II*. Edición LOM, Santiago de Chile; Magasich, J. (2021) *Historia de la Unidad Popular. Tom. I.* Edición LOM, Santiago de Chile.

secretario general del Partido Socialista de Chile, uno de los adversarios teóricos de Allende, en su libro *Dialéctica de una derrota* (Altamirano, 1977) pone en perspectiva la condición moderna del programa de la UP y plantea las cuestiones siguientes:

> ¿Qué factores determinaron la derrota? ¿Cuál fue la magnitud y la entidad de los errores cometidos? ¿Qué desviaciones lo obstaculizaron y sobre qué "fichas ideológicas" deben éstas ser imputadas? Y por cierto, como cuestión sustancial: ¿estaba o no la derrota fatalmente determinada por la singularidad misma de la vía, en apariencia divorciada, de la ortodoxia? (Altamirano,1977, 10-11).

En lo que concierne el camino elegido, la cuestión del poder político y el rol de las organizaciones de poder popular en Chile y apoyo necesario de la sociedad, Altamirano saca las conclusiones siguientes:

> Globalmente la UP no comprendió ni captó la poderosa fuerza inmersa en el Poder Popular. Lo percibió como una expresión "izquierdista" y anarquizante de cuyo control desconfiaba. Esta actitud tenía sin embargo una fundamenta lógica. El proceso revolucionario había abierto una brecha creciente entre exigencias y respuestas. La necesidad objetiva de conquistar el poder, agudizada por la violencia de la confrontación social, se había elevado a niveles extremos, y demandaba un correlato natural en la madurez política y orgánica de la conducción revolucionaria, en la unidad y coherencia efectiva de la dirección y en una mayor capacidad para organizar al pueblo en la lucha por la disputa del poder. Para ello era indispensable transformar la dirección de la Unidad Popular en una dirección única y coherente. Sin embargo, los acontecimientos adoptaron un

> ritmo no previsto ni deseado por la dirección… A esta altura, la fuerza de la revolución se manifestaba en tres niveles: el Gobierno Popular, la Unidad Popular y sus organizaciones políticas y sindicales y el Poder Popular. En el contexto de un lineamiento estratégico correcto, estos tres niveles tenían que actuar en forma armónica y coherente. Bajo este supuesto, el poder popular debía generarse en la base, con el apoyo del gobierno y bajo la dirección de la Unidad Popular, aunque independiente del aparato estatal. (Altamirano, 1977, 115).

Según Altamirano el objetivo único de toda la lucha política es el poder. Por eso el autor escribe que:

> A modo de conclusión nos atrevemos a afirmar que el Poder Popular generado al calor de la experiencia revolucionaria chilena jugó un papel real y extraordinariamente positivo. Lamentablemente la dirección del proceso no tuvo capacidad para comprender la vitalidad y riqueza creadora liberada en el seno de las masas. No fue capaz de captarlas y canalizarlas en favor de la Revolución. (Altamirano, 1977, 116).

La conclusión final de Carlos Altamirano es que: "la vía pacífica al socialismo sólo era factible desde posiciones de fuerzas". (Altamirano, 1977, 219).

Al mismo tiempo

> El sufragio universal no garantiza la estabilidad del gobierno revolucionario. El 51% no basta ni bastó. Siempre existirán argumentos y "pretextos" justificativos, para ejercer la violencia armada en contra del pueblo; un supuesto "fraude electoral", algún infernal "Plan Z" o un providencial "conflicto fronterizo". Pero indudablemente, en tal eventualidad, las condiciones se hacían más difíciles para el adversario. (Altamirano, 1977, 221).

El paradigma de la derrota permea toda la interpretación de este hito político de la modernidad latinoamericana. Pero, como afirma Sergio Bitar, la gran mayoría de las referencias explicativas o definitorias, hacían mas bien hincapié en los objetivos y no en las estrategias que se emprenderán una vez alcanzado el poder. Siguiendo la propuesta de autores tales como Sergio Bitar, Tomás Moulián, Manuel Garretón, Igor Goicovic podemos resumir que el concepto y la línea directriz de la Unidad Popular servía para alcanzar y establecer a una sociedad mas justa, creando los fundamentos del mercado social entre las circunstancias imperial del sistema globalizado del siglo veintiuno.

Al mismo tiempo Joan Garcés llamaba la atención a una circunstancia muy importante:

> Entre el 4 de septiembre de 1970 y el 10 de septiembre de 1973, un gobierno como el de la UP tiene en sus manos los medios de *precipitar* el enfrentamiento armado. Si estima que la correlación de fuerzas internas y externas le ofrece altas probabilidades de éxito, puede desencadenarse en cualquier momento.
>
> Lo que el gobierno de la UP no tenía bajo su total control era la capacidad de *evitar* el desencadenamiento del enfrentamiento armado. Y en esta diferencia en la capacidad ofensiva y defensiva estriba una de las claves del proceso chileno. (Garcés, 2013, 181).

Resumiendo provisionalmente: la vía chilena al socialismo se puede nombrar de distintas maneras: "vía constitucional", "vía allendista al socialismo", "vía parlamentaria", "vía democrática popular", "quinta vía chilena al socialismo", "vía no armada o no insurreccional", etc. El concepto se va estructurando en oposición al modelo capitalista anglosajón, a la democracia meramente representativa, a la "vía no capitalista de desarrollo" que

proponía la ideología del Partido Demócrata Cristiano y a los métodos utilizados por los antecedentes inmediatos de la revolución soviética, china y cubana.

En el plano interno, la vía chilena al socialismo, en cierta medida, era excluyente con la postura del Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) y de algunos dirigentes del Partido Socialista. Allende le da muchísima importancia a la evolución histórico-política de cada país; la situación chilena no le parece compatible "con la dictadura del proletariado, la conducción centralista del partido".

Desde este punto de vista son utiles, llamativos e interesantes los cuadros preparados de Joan Garcés. En el cuadro primero muestra y esboza las correlación entre las vías directas e indirectas, el nuevo orden sociopolítico y la guerra civil, mientras que el Cuadro 2 presenta las tácticas revolucionarias y contrarrevolucionarias chilenas entre 1970 y 1973.

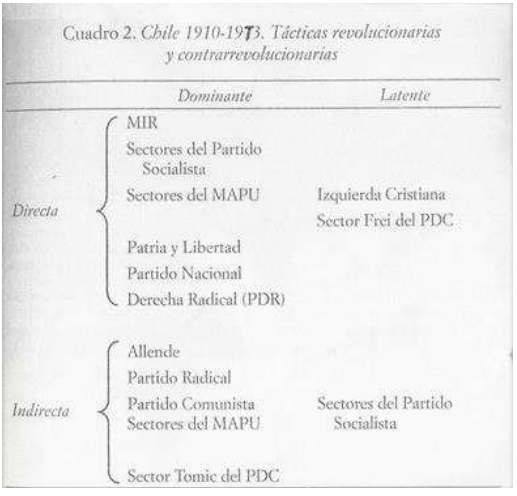
Cuadro 1. Vías directa e indirecta hacia un nuevo orden sociopolítico en relación con la guerra civil

Cuadro 1. *Vías directa e indirecta hacia un nuevo orden sociopolítico en relación con la guerra civil*

Táctica indirecta	*Táctica directa*
incitación a la coexistencia entre grupos sociales no antagónicos	agudización de las tensiones entre grupos sociales no antagónicos
↓	↓
diferenciación a través de la irradiación-estímulo	diferenciación a través de la disuasión-coerción
↓	↓
reestructuración socioeconómica y política	conflicto agudo entre fuerzas organizadas
↓	↓
nuevo orden sociopolítico	guerra o enfrentamiento civil violento
	↓
	nuevo orden sociopolítico

(Fuente: Garcés, J.(2013) *Allende y la experiencia chilena. Las armas de política*. Siglo XXI. Editorial. Madrid. p. 50)

Cuadro 2. Chile 1970-1973. Tácticas revolucionarias y contrarrevolucionarias



(Fuente: Garcés J.(2013) *Allende y la experiencia chilena. Las armas de política*. Siglo XXI. Editorial. Madrid. p. 51)

La excepcionalidad de la vía chilena al socialismo y el rol de Salvador Allende

La mayor parte de los analistas y los autores subrayan y escriben sobre la excepcionalidad del proceso chileno. Acentúan *la excepcionalidad histórica del triunfo electoral de un movimiento marxista, en un país pequeño, dependiente y subdesarrollado.* Escriben sobre la excepcionalidad, mientras que ponen énfasis que el camino propio está arraigado, tiene sus raíces en las características del desarrollo autónomo chileno y se relaciona con los esfuerzos modernizantes autóctonos del país.

Entre los factores excepcionales pertenece la actividad teorética de Salvador Allende también. "El legado de Allende es en síntesis que el socialismo sólo puede triunfar con democracia y que la democracia, para ser tal debe ser socialista." (Orellana Vargas, 2011, 12).

Hablando sobre la excepcionalidad del proceso dirigido de la Unidad Popular se puede preguntar otra vez:

> "¿Qué fue exactamente excepcional? Lo excepcional de la UP es sin duda la modernidad política de la participación plebeya en el proyecto nacional-desarrollista y el carisma de Allende. Excepcional fue el hecho de que un militante socialista que defendió, como último de los grandes estadistas de la tradición liberal parlamentaria, la democracia y la constitución. Nadie como Allende ha encarnado de manera tan radical los valores constitucionales de la república liberal-democrática. Sin duda, era socialista y representaba el impulso nacional-desarrollista de la izquierda, pero sobre todo era respetuoso de las leyes y de las formas institucionales de la república. Su convicción en la democracia se resume en las palabras que marcaron la derrota: "pagaré con mi vida la lealtad del pueblo." (Ariel Cabezas, 2021, 264).

Al mismo tiempo el concepto de vía chilena al socialismo y el nacimiento de la coalición de la Unidad Popular era una respuesta a los cambios acaecidos en las relaciones internacionales, y significaba que la izquierda se redefinió.

En ese contexto, la izquierda latinoamericana durante las décadas de setetenta y ochenta genera un debate sobre estrategia y formas posibles de acceso al poder político. La crítica a la Unión Soviética y la revolución cultural china estaban sobre la mesa. El pensamiento latinoamericano también daba un paso de gigantes. Fueron momentos fértiles. La Teoría de

la Dependencia aunó y dio consistencia al pensamiento crítico. La década de 1970 el objetivo del socialismo parecía una opción viable para pensar la superación de la dependencia y el subdesarrollo desde una perspectiva anticapitalista. El debate se centró en las formas de acceso el poder: vía insurreccional o vía pacífica. ¿Reforma o Revolución?

Los pensamientos relacionados con las peculiaridades de la vía chilena al socialismo siguen las huellas de la actividad política y discursos teóricos del presidente Salvador Allende.

Primeramente podríamos mencionar el libro de Regis Debray: *Conversaciones con Allende*.[8] Además a Ana Henríquez quién en su artículo[9] examina el rol de Salvador Allende en la elaboración y la aplicación teórica y en la interpretación de ella en la tentativa de la vía chilena acentuando y analizando el rol de los cuatro discursos políticos de Salvador Allende. (Discurso de la Victoria 4 de septiembre 1970; Discurso de toma de posición, 5 de noviembre 1970; Mensaje al Congreso, 21 de mayo 1971; La vía Chilena al socialismo y el aparato del Estado actual, 18 de marzo 1972).

¿Cómo podemos resumir los pensamientos y los aportes teóricos de Salvador Allende?

-En primer lugar se pondrá fin al dominio de capital foráneo sobre la economía nacional, acabando con los monopolios, llevando a cabo una profunda Reforma Agraria y un amplio programa de nacionalización.

-Este tipo de revolución no implica destruir, sino construir; no implica arrasar sino edificar.

---

[8] Véase más detalladamente: Debray, R.(1971) *Conversación con Allende*. Siglo Veintiun Editores. México.

[9] Henríquez, A. (2008) *La vía chilena hacia el socialismo: análisis de los plantamientos teórico esbozados por los líderes de la Unidad Popular.* CAIP. documento bo.2. pp. 1-35.

-Supresión, liquidación de la economía caracterizada por la explotación, la desigualdad y la opresión este es el objetivo primario.

-Mantener y proteger la legalidad.

-Respetar las libertades políticas.

-Socialización de los medios de producción.

-Evitar la violencia.

-Crear una nueva institucionalidad y una nueva legalidad a partir de la existente, culminando en una nueva Constitución aprobada según las normas prescritas en Constitución vigente.

-No destruir la institucionalidad, sino servirse de ella para transformarla.[10]

Conclusiones y aplicación de la teoría

El Chile que Allende encontró cuando llegó al gobierno estaba excesivamente endeudado, con un desarrollo económico constreñido por diversas causas, una de ellas la fuerte dependencia chilena de un solo producto, el cobre, cuyo precio seguía cayendo.

También su capacidad política estuvo lastrada por su presencia minoritaria en las dos cámaras legislativas y por instituciones del Estado y unas Fuerzas Armadas que mayoritariamente no simpatizaban con su proyecto. No fueron menores los problemas endógenos del gobierno de Allende derivados de la composición de su gabinete. La coalición de la UP tenía los

[10] Vease más detalladamente: *Allende. Su pensamiento político*. (1973) Granica Editor. Argentína.; Allende, S, (1975) *Discursos*. Editorial de Ciencias Sociales. La Habana.; Salvador Allende, S.(1989) *Obras escogidas*. (1970-1973). Editorial Crítica, Barcelona.

mismos objetivos, pero las fuerzas integrantes diferían en las estrategias y estaban enfrentadas por disputas internas y por razones de política clientelar.

Asimismo, Allende no tenía el liderazgo de ninguno de los dos grandes partidos, el Comunista y el Socialista. Y, por su parte, la izquierda revolucionaria, tanto dentro como fuera del gobierno, no confiaba en las instituciones del Estado para hacer la revolución y/o las transformaciones históricas y fundamentales. Esta izquierda actuó como un poder paralelo, generando al gobierno una crisis de autoridad. Este hecho provocó que los sectores moderados de la derecha temieran una deriva autoritaria del gobierno y le retiraron su tolerancia. Allende perdió durante su gobierno la aceptación de una parte de la sociedad que le había apoyado. La polarización política debida a la violencia y la crisis económica socavaron el centro político localizado en la Democracia Cristiana y en el Partido Radical, rompiendo la dinámica parlamentaria en la que la izquierda podía gobernar con el centro.

Hay que tener también en cuenta que, en el contexto internacional de la Guerra Fría y la Revolución cubana, EEUU no vio con buenos ojos la formación del gobierno de la UP. Una de las razones era geopolítica: EEUU estaba perdiendo en Vietnam y en América Latina, mientras Cuba se había aliado con la URSS. Además, el éxito de la vía chilena al socialismo representada por la Unidad Popular no convenía ni a los intereses imperiales de Estados Unidos ni a los de la Unión Soviética. En América Latina el único aliado firme que tuvo Allende fue Cuba. Aunque hubieran más gobiernos progresistas en el continente, resultó difícil que ayudaran al gobierno de Chile en el aspecto económico dada su debilidad. Por último, hay dos errores que

se podrían atribuir al propio Allende. En el aspecto económico infravalorar las consecuencias negativas que podrían tener la expansión del gasto público para las finanzas del Estado. Y el más importante de todos, subestimó las pretensiones pretorianas de las Fuerzas Armadas. Porque la causa principal de la caída del gobierno de Allende y el establecimiento del Estado de Excepción en Chile fue el golpe militar de Pinochet, resultado de un proceso de legitimación de la derecha, cierta prensa y sobre todo del caos generado por la guerra económica y la ayuda de EEUU.

Al mismo tiempo, la experiencia chilena ha subrayado y confirmado el análisis de Nicos Poulantzas sobre las circunstancias y las diferentes formas históricas del nacimiento de Estados de Excepción.

El concepto de Estado de Excepción fue elaborado por Nicos Poulantzas durante las décadas de sesenta y setenta del siglo pasado, tras estudiar las dictaduras fascistas alemana e italiana del periodo de entreguerras, los regímenes militares latinoamericanos de las décadas de 1960 y 1970 y los cambios de régimen en el sur de Europa en 1974-1975.

Las raíces del enfoque de Poulantzas se remontan al problema del Estado de Excepción y de la regulación excepcional en el Tercer Reich a partir de 1933.

Los fenómenos y procesos de los años treinta estuvieron estrechamente ligados a las estrategias y a los modelos de modernización en diferentes periodos históricos, fueron válidos y abarcados hasta nuestros días y en distintas regiones semi periféricas del mundo, y a las cuestiones para mantener y defender el funcionamiento y la toma de decisiones democráticas soberanas y el Estado de Derecho democrático en contra de la violencia estatal de los Estados de Excepción.

¿Cuáles son los rasgos y característicos más peculiares y más importantes del nuevo militarismo y cuál es su diferencia de los régimenes del caudillismo tradicional? El principal rasgo característico del nuevo militarismo latinamericano que nació en Brasil el 1 de abril de 1964, es que la dictadura personal del caudillo del golpe de Estado tradicional (o pronunciamiento) fue reemplazada y sustituida por la intervención institucional de las Fuerzas Armadas. El Ejército asumió el poder con la intención de reorganización y refundación totalmente la sociedad, estableciendo las condiciones de un nuevo modo de acumulación de capital y de modernización.

Las dictaduras y los régimenes militares de nuevo tipo establecieron los Estados de Excepción y los sistemas políticos autoritarios redefinieron el contenido del concepto de Seguridad Nacional y del enemigo también.

Según el concepto cambiado en la época de la guerra fría y en las décadas de 1960 y 1970 el elemento central de la doctrina de Seguridad Nacional era la lucha contra el enemigo interno que amenaza el desarrollo pacífico, democrático y eficaz del país. El concepto reinterpreta el contenido de las fronteras, diciendo y acentuando que las fronteras verdaderas y efectivas se encuentran dentro del país entre las distintas ideológias y fuerzas políticas. Por eso hablaron sobre las fronteras interiores e ideológicas. Al mismo tiempo el nacimiento de los distintos tipos de los Estados de Excepción y de las dictaduras militares progresistas y regresistas, totalitarias y autoritarias cuestionaron la capacidad, la eficiencia y la legitimidad del sistema político y económico vigente y existente para satisfacer las exigencias del desarrollo y de la modernización. Por eso la introducción del Estado de Excepción *significó un especial tipo de respuesta a*

la crisis de la hegemónia y *legitimidad* de las clases y de las capas sociales dominantes, así como del bloque de poder existente.

El Estado de Excepción es una forma de Estado capitalista, que surgió durante el estadio monopolcapitalista y multi e transnacional del mundo globalizado, durante la nueva fase del desarrollo mundial –y como escriben y afirman Michael Hardt y António Negri– en la fase del *Imperio*[11] a consecuencia de determinada crisis económica y político-ideológica. Según las características particulares de esa crisis y la etapa histórica en que dé sus efectos se concretan en las *distintas formas de régimen de excepción:* bonapartismo, fascismo y dictaduras militares (progresivas y regresivas); formas que se dan siempre *combinadas* bajo el predominio de una de ellas. (Poulantzas, 1976a; Poulantzas, 1976b; Poulantzas, 1979; Szilágyi, 2017; Szilágyi, 2024).

El Estado de Excepción significa un cambio fundamental en relación entre los aparatos ideológicos y represivos del Estado, en el orden y sistema jurídico, en la representación, en la defensa y protección de los interéses institucionales. Modifica la condición, la situación, la organización y el funcionamiento de los partidos políticos. Transforma primordialmente el sistema político, el funcionamiento de la organización y de la administración del Estado y radicalmente cambia la actuación, la "filosofía" del sistema y la dirección de la económia.

En el caso de Estado de Excepción *la subsidiaridad estatal aplicada en el terreno económico compagina y se vincula con la omnipotencia estatal prevaleciente en el terreno político.* Es decir, durante la existencia y el funcionamiento del Estado de Excepción tiene lugar la aplicación de la política económica neoliberal, en la economía existe el modelo neoliberal.

[11] Vease mas detalladamente: Hardt, M. y Negri, A. (2000) *Imperio.* Harvard University Press. Cambridge, Massachussets.

¿Como se puede resumir las funciones del Estado de Excepción? Podemos resaltar cinco funciones primordiales.

1.- La función opresora interna y externa especial (manejo de crisis, salvación y estabilización global del sistema existente);

2.- La función de modernización y de refundación del sistema económico, asegurando las condiciones generales del nuevo modo de acumulación capital;

3.- La función de reorganización de la hegemonia del bloque dominante a través de redistribuyendo las fuentes, posiciones y los cargos a favor de las empresas nacionales asociadas a las empresas transnacionales y multinacionales;

4.- La función ideológica. (suministrar, elaborar e introducir nuevas ideas y valores en la sociedad).

5.- La función de redefinición de la política nacional y de la cohesión nacional.

Ambos lados (internos y externo) de las funciones mencionadas se fundieron y se compenetran.

Es decir el "efecto externo", las empresas transnacionales interiorizadas y la oligarquía nacional asociada y subordinada, la élite militar y los círculos supremos de la tecnoburocracia civil formaban el bloque dominante de los Estados de Excepción en America Latina. (Szilágyi, 2024)

La cuestión jurídica básica en el caso de la creación e introducción de un Estado de Excepción es: ¿qué institución del Estado de una democracia liberal que se ha debilitado y está en crisis, es la que puede y tiene derecho a estabilizar el poder político y el sistema político que se ha visto sacudido?

¿Qué eslabón de la cadena del poder estatal tiene autoridad, potestad y facultad para declarar e introducir el estado de sitio, la ley marcial, el estado de excepción o el estado de emergencia

para consolidar el poder del Estado en las circunstancias excepcionales?

¿Cómo y en qué condiciones y con qué plazos puede hacerlo? En una situación de crisis, ¿cuál es la relación entre las normas y disposiciones jurídicas y los hechos reales? ¿Pueden las normas de derecho positivo anular, o anulan, los hechos y procesos reales? ¿Quién puede considerarse soberano? Según la definición de Carl Schmitt: "Soberano es aquel que decide sobre el estado de excepción". Carl Schmitt en su obra ya clásica *La Dictadura*,[12] escribe sobre dos tipos de soberano que decide en una situación de crisis y en una situación excepcional sobre el estado de excepción: *la dictadura comisarial y la dictadura soberana*. En los siglos XX y XXI, ambas se refieren al pueblo, al interés público y al bien común, mientras que se esfuerzan la destrucción y anulación del Estado de una democracia liberal debilitada y en crisis.

Los orígenes de ambas dictaduras –como escribe Carl Schmitt (Schmitt, 1968)– se remontan a la época del antiguo Imperio Romano. Una diferencia clave entre las dos dictaduras mencionadas es que *el mandato de la dictadura comisarial es por un periodo limitado*. No deroga, sino que sólo suspende durante un periodo determinado de tiempo la validez del orden legal y de las normas que regulan la vida pública. Una vez que la situación excepcional o el estado de excepción han dejado de existir y ha expirado el plazo que se le había concedido, se restablece el orden jurídico original.

En cambio la autorización e intervención de una dictadura soberana no tiene límites legales ni temporales. Anula, deroga y sustituye al orden jurídico vigente. Los hechos jurídicos son

[12] Véase mas detalladamente: Schmitt, C.(1968) *La Dictadura*. Ediciones de la Revista de Occidente. Madrid.

sustituidos por hechos reales. Se suprime el control de sus actividades por parte del orden jurídico anterior y de las instituciones estatales y se inicia la violenta liquidación y supresión del Estado de Derecho y la refundación y la reorganización total del sistema político y la creación del Estado de Excepción.

"Según Schmitt –podemos citar el ensayo de Simon Lavis– la excepción constitucional puede adoptar dos formas: dictadura comisarial y dictadura soberana, y en ambas instancias el orden jurídico se mantiene incluso cuando la propia ley se suspende"".

En una dictadura comisarial aunque el dictador comisario actúe al margen de la ley, sus acciones conservan una conexión con el orden jurídico de dos maneras: la constitución existente no se suprime, sino que se suspende temporalmente; y los términos de su suspensión están regulados por "normas de realización del derecho".

En este caso, la Constitución se suspende para preservar la Constitución; ley "sigue vigente y se regula por 'normas tecno-prácticas' que derivan de dicho ordenamiento jurídico".

En una dictadura soberana, "el estado de excepción significa el ejercicio del 'poder constituyente': en efecto, es un momento en el que no se aplica ninguna constitución o ley que no sea la propia decisión soberana". Se trata de una organización revolucionaria que pretende derrocar el orden jurídico existente y producir las condiciones en las que pueda crearse una nueva constitución. Una dictadura soberana actúa, por tanto, "al margen" de las normas del derecho porque, por definición, no puede estar regulada por una constitución existente. "En esta forma persiste una conexión con el orden jurídico porque "la ley existe en la" forma mínima "de un poder constituyente

realmente existente, que aún no ha alcanzado una existencia formal como sistema jurídico constituido."[13]

En la actualidad, en nuestros días ya el análisis y la teorización de estas cuestiones están en primera línea de las investigaciones científicas. Nicos Poulantzas, Giorgio Agamben, Marie Goupy, Alain de Benoist, los autores del libro de *States of Exception. Law, History, Theory* y otros investigadores subrayaron y pusieron en énfasis la importancia de un centro soberano de toma de decisiones con poder y autoridad para decidir en situaciones de crisis. Contrariamente a las afirmaciones de Carl Schmitt (Schmitt, 1968), sin embargo, en los casos mencionados el énfasis en la cuestión de quién decide ha pasado de la autoridad de la persona excepcional y carismática al mandato institucional, definido con precisión en la ley y por un período de tiempo limitado.

La aparición de los Estados de excepción modernos se han relacionados en los análisis del tema con la caída de la República de Weimar y el nacimiento del Estado nazi. (*States of Exception*, 2021, 54-74, 92-117 y 119-139). El momento y el hecho jurídico decisivo de este proceso era la autorización que el artículo 48. de la Constitución de Weimar otorgando al presidente en situaciones excepcionales con amplios poderes para "tomar las medidas necesarias para restablecer seguridad pública y el orden", incluida la suspensión temporal de los derechos civiles fundamentales, "si la seguridad y el orden públicos en el Reich alemán están considerablemente perturbados o peligro. El presidente Paul Hindenburg hizo uso de esta posibilidad el 28 de

[13] Lavis, S, (2021) The exception of the norm in the Third Reich. (Re)reading the Nazi constituional state of exception. In: *States of Exception. Law, History, Theory.* Edited by Cosmin Cercel, Gian Giacomo Fusco and Simon Lavis. Routledge. New York.98-99.

febrero de 1933 al promulgar un decreto titulado "En defensa del pueblo alemán".[14] Mientras que en el día de la muerte de Hindenburg, el 1 de agosto de 1934, Hitler unificó las dos ramas e instituciones de los poderes ejecutivos, el de Canciller y el de Jefe de Estado en el Decreto de Habilitación. Combinando las funciones de "Führer y Canciller del Reich" ha pasado la introducción el principio del Führer en el ordenamiento jurídico alemán lo que transformó fundamentalmente las bases y la función del sistema jurídico aleman. Desapareció el Estado de Derecho y nació el Estado de Excepción. Este cambio fue confirmado por el referéndum del 19 de agosto de 1934.

Algunos autores del tomo de States of Exception (Przemyslaw Tacik, Simon Lavis y Dimitrios Kivotidis) denominan a este Estado de excepción al estado cualitativo totalitario o la dictadura excepcional cualitativa, regida por el principio del Führer, que sustituye al sistema de Estado totalitatio cuantitativo de la Republica de Weimar. Mientras que Ernst Fraenkel escribe sobre un Estado dual. (Fraenkel, 2017).

Entre los estudios y escritos que analizan los Estados excepcionales, destacan las dos obras de Giorgio Agamben: *Homo sacer I* (Agamben, 2003) y *Homo sacer II* (Agamben, 2005). En el primer caso, al desarrollar el término foucaultiano de biopolítica y aplicarlo al surgimiento y funcionamiento de los Estados de excepción, el autor italiano, combina y vincula los conceptos de zoé y bios, establecidos en la filosofía clásica antigua por Platón y Aristóteles, se centra en la ligazón, interconexión e institucionalización del poder soberano y la vida nuda a través de la soberanía política. En el segundo caso, analiza el Estado de excepción como fenómeno político, histórico y jurídico.

[14] El decreto no fue nunca revocado, de modo que todo el Tercer Reich puede ser considerado, desde el punto de vista jurídico, como un estado de excepción que duró doce años.

Agamben acentúa que

> La pareja categorial fundamental de la política occidental no es la de amigo-enemigo, sino la de nuda vida-existencia política, zoé-bíos, exclusión-inclusión. Hay política porque el hombre es el ser vivo que, en el lenguaje, separa la propia nuda vida y la opone a sí mismo, y, al mismo tiempo, se mantiene en relación con ella en una exclusión inclusiva. Protagonista de este libro es la nuda vida, es decir la vida *a quien cualquiera puede dar muerte pero que es a la vez insacrificable del homo sacer* cuya función esencial en la política moderna hemos pretendido reivindicar. Una oscura figura del derecho romano arcaico, en que la vida humana se incluye en el orden jurídico únicamente bajo la forma de su exclusión (es decir de la posibilidad absoluta de que cualquiera le mate), nos ha ofrecido la clave gracias a la cual no sólo los textos sagrados de la soberanía, sino, más en general, los propios códigos del poder político, pueden revelar sus arcanos. Pero, a la vez, esta acepción, que es quizás la más antigua del término sacer, nos ofrece el enigma de una figura de lo sagrado que está más acá y más allá de lo religioso y que constituye el primer paradigma del espacio político de Occidente. La tesis foucaultiana debe, pues, ser corregida o, cuando menos, completada, en el sentido de que lo que caracteriza a la política moderna no es la inclusión de la zoé en la polis, en sí misma antiquísima, ni el simple hecho de que la vida como tal se convierta en objeto eminente de los cálculos y de las previsiones del poder estatal: lo decisivo es, más bien, el hecho de que, en paralelo al proceso en virtud del cual la excepción se convierte en regla, el espacio de la nuda vida que estaba situada originariamente al margen del orden jurídico, va coincidiendo de manera progresiva con el espacio político, de forma que exclusión e inclusión, externo e interno, *bíos* y *zoe*, derecho y hecho, entran en una zona de irreductible indiferenciación. El estado de excepción, en el que la nuda vida era, a la vez, excluida del orden jurídico y apresada en él, constituía en

> verdad, en su separación misma, el fundamento oculto sobre el que reposaba todo el sistema político. Cuando sus fronteras se desvanecen y se hacen indeterminadas, la nuda vida que allí habitaba queda liberada en la ciudad y pasa a ser a la vez el sujeto y el objeto del ordenamiento político y de sus conflictos, el lugar único tanto de la organización del poder estatal como de la emancipación de él. Todo sucede como si, al mismo tiempo que el proceso disciplinario por medio del cual el poder estatal hace del hombre en cuanto ser vivo el propio objeto específico, se hubiera puesto en marcha otro proceso que coincide grosso modo con el nacimiento de la democracia moderna, en el que el hombre en su condición de viviente ya no se presenta como objeto, sino como sujeto del poder político. (Agamben, 2006, 18-19).

Los acontecimientos que han tenido y tienen lugar en Chile también han puesto de relieve un aspecto particular de la función histórica del Estado de Excepción en forma institucionalizada, que es volver a la normalidad institucional que precedió a su establecimiento y nacimiento. Como sostiene Giorgio Agamben, el Estado de excepción toma la forma jurídica de aquello que no puede tener forma jurídica. (Agamben, 2005).

Todas estas circunstancias, sostiene el teórico italiano, crean una relación y un vínculo específico entre el derecho público y los hechos políticos.

Agamben señala el papel de las normas de derecho público que no requieren justificación real y de los hechos reales que no requieren justificación legal en la creación de situaciones excepcionales. Sus escritos también muestran que el homo sacer, la posibilidad de la vida que puede ser destruida impunemente pero no puede ser sacrificada, deriva directamente de la existencia del poder soberano, que, como depositario de la

suspensión de la ley, ha sido un elemento estructural indispensable de la estatalidad desde la antigüedad. Así, aunque esta posibilidad se encarnó en toda su plenitud en los habitantes de los campos de exterminio, también se oculta en el principio mismo de las democracias modernas.

Los acontecimientos de Chile apuntalan dos de las ideas principales del libro de Marie Goupy. (Goupy, 2023). Por un lado, que el Estado de Excepción es una manifestación de la impotencia autoritaria del Estado liberal contemporáneo, y por otro, una tendencia que ha sido señalada por Giorgio Agamben y Alain de Benoist (Benoist, 2013), que en el siglo XXI la excepcionalidad se ha convertido en el estado normal del funcionamiento del sistema político, incluso en los estados democráticos.[15]

A pesar de ello y por esta razón, las experiencias de mil días del periodo del Gobierno de la Unidad Popular fueron un hito trascendental del desarrollo del pensamiento teórico. Fue un proceso excepcional. Significaba una contribución y una aportación importante para el desarrollo del pensamiento democrático. Rechazó la teoría y la práctica del socialismo de tipo soviético y el capitalismo salvaje del Estado de Excepción también. A pesar de su derrota, ofreció una nueva alternativa viable para los países y para las regiones semiperiféricas en la época del mundo globalizado del siglo veintiuno.

[15] Vease mas detalladamente: Szilágyi, I. (2024) "El papel y la función del Estado de Excepción en América Latina en la época de crisis estructural: análisis histórico y teórico". *Mediteranean World (Mundo Mediterraneo).* 2024. núm. 53-54. pp. 3-19. https://tab.mta.hu/files/1317/3684/2760/Mediteran_Vilag_53_54_jav_Imp.pdf

Referencias bibliográficas

Libros

Agamben, G. (2003) *El poder soberano y la nuda vida. Homo sacer I.* Pre-Textos, Valencia.

Agamben, G. (2005) *Estado de Excepción. Homo sacer II.I.* Adriana Hidalgo Editora. Buenos Aires.

Allende. Su pensamiento político. (1973) Granica Editor. Argentina.

Allende, S. (1975) *Discursos*. Editorial de Ciencias Sociales. La Habana.

Allende, S. (1989) *Obras escogidas*. (1970-1973). Editorial Crítica, Barcelona.

Altamirano, C, (1977) *Dialectica de una derrota.* Siglo XXI. Editores S.A.México.

Benoist, A, de (2013) *Carl Schmitt Today. Terrorism, "Just" War, and the State of Emergency*. Londres: Arktos Media Ltd.

Bitar, S. (1979) *Transición, socialismo y democracia. La experiencia chilena*. Siglo Veintiuno Editores. México.

Bitar, S. (2001) *Chile 1970-1973, Asumir la Historia para construir el futuro,* Editorial Pehuen, Santiago de Chile.

Corvalán, L. (1971) *Camino de Victoria*, Soc. Impresora Horizonte, Santiago de Chile.

Debray, R. (1971) *Conversación con Allende*. Siglo Veintiuno Editores. México.

El Pleno, de agosto de 1977 del Comite Central del Partido Comunista de Chile. (1978*)* Ediciones Colo-Colo. México.

Fraenkel, E. (2017) *The Dual State: A Contribution to the Theory of Dictatorship.* Oxford University Press.

Garcés, J. (1974) *El Estado y los problemas tacticos en el gobierno de Allende.* Siglo Veintiuno Editores, S. A., Madrid,

Garcés, J. (2013) *Allende y la experiencia chilena. Las armas de la política*. Siglo XXI. Editores, S. A. Madrid.

Garcés, M (2021) *La Unidad Popular y la revolución en Chile*. Edición LOM. Santiago de Chile.

Garretón, M. A. - Moulian,T. (1993) *La Unidad Popular y el conflicto político en Chile.*Editado por Ediciones ChileAmérica CESOC y LOM Ediciones Santiago de Chile.

Goupy, M. (2023) *O Estado de Exceção ou a impotência do Estado na era do liberalismo.*Editora Contracorrente. São Paulo.

La vía chilena al socialismo 50 años después. (2020) Tomo I. Historia. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO,

Magasich, J. (2021) *Historia de la Unidad Popular. Tom.(ii*). edición LOM, Santiago de Chile.

Magasich, J. (2021) *Historia de la Unidad Popular. Tom.(I).* Edición LOM, Santiago de Chile.

Moulián, T. (1997) *CHILE ACTUAL. Anatomía de un mito.* Serie Punto de Fuga. Colección Sin Norte. ARCIS. Universidad, Santiago de Chile.

Poulantzas. N. (1976a). *Fascismo y dictadura*. Madrid: Siglo XXI. Editores S. A.

Poulantzas, N. (1976b). *La crisis de las dictaduras. Portugal, Grecia, España.* Madrid: Siglo XXI: Editores S.A.

Poulantzas, N. (1979). *Estado poder y socialismo.* Madrid: Siglo XXI. Editores S. A.

Programa Básico de Gobierno de la Unidad Popular.(1969) http://www.bibliotecanacionaldigital.gob.cl/visor/BND:7738

Schmitt, C.(1968) *La Dictadura.* Ediciones de la Revista de Occidente. Madrid.

Schmitt, C. (2001) *Teología de la política* (Edición de Héctor Orestes Aguilar), Fondo de Cultura Económica, México.

States of Exception. Law, History, Theory. (2021) Edited by Cosmin Cercel, Gian Giacomo Fusco and Simon Lavis. Routledge. NewYork

Capítulos de libro

Garretón, M. A. (2010) Sentido, régimen y actores de la política. Cambios, continuidades y perspectivas. En: *Cien años de Luces y Sombras.* Tomo 1. Ricardo Lagos Escobar Editor. Santiago de Chile,Editorial Taurus, Santiago e Chile.

Goicovic Donoso, I,(2018) *Tensiones y conflictos en el proceso de la transición a la democracia en Chile*. En: González, C. (coord.), Transiciones políticas contemporaneas. Singularidades nacionales de un fenómeno global, Madrid, Fondo de Cultura Económica de España,pp.231-260.

Krivotidis, D. (2021) 'Norm' and 'exception.' From the Weimar Republic to the Nazi state form. In: *States of Exception. Law, History, Theory.* Edited by Cosmin Cercel, Gian Giacomo Fusco and Simon Lavis. Routledge. NewYork. pp.119- 140.

Lavis, S, (2021) The exception of the norm in the Third Reich. (Re)reading the Nazi constituional state of exception. In: *States of Exception. Law, History, Theory.* Edited by

Cosmin Cercel, Gian Giacomo Fusco and Simon Lavis. Routledge. NewYork.pp. 92-117.

Tacik, P. (2021) The other side of the exception.Soveregnity,-modernity and international law. In: *States of Exception. Law, History, Theory.* Edited by Cosmin Cercel, Gian Giacomo Fusco and Simon Lavis. Routledge. New York. pp.54-73.

Szilágyi, I, (2015) *Kivételes állam, modernizáció és posztdemokrácia Latin-Amerikában. In: A 21. század eleji államiság kérdőjelei.(Estado de Excepción, modernización y posdemocracia en América Latina*). Szerkesztette: Hervainé Szabó Gyöngyvér. Kodolányi János Főiskola, Székesfehérvár.pp.155-217.

Szilágyi, I. (2023) *Del Estado de Excepción hasta el subimperialismo y la posdemocracia híbrida. Los cambios políticos y económicos en Brasil (1964-1985*). In: Terrorismo de Estado: definiciones, conceptos y debates / Lisandro Cañón ... [et al.] compilación de Lisandro Cañon. - 1a ed. – Argentína. Ciudad Autónoma de Córdoba: Lago Editora,129-168.

Artículos

Cabezas, O. A. (2021) Salvador Allende: El ocaso de una modernidad plebeya. *Res Publica.*24 (2) pp.259-274.

Goicovic Donoso, I. (2006) La refundación del capitalismo y la transición democrática en Chile.(1973-2004). *Historia Actual Online*. Núm. 10. pp.7-16.

Goicovic Donoso, I. (2020) De la refundación dictatorial a la transición democratica.Chile 1973- 1994. *Historia Actual Online,* Núm. 52. pp. 85-100.

Henríquez, A. (2008) *La vía chilena hacia el socialismo:análisis de los plantamientos teórico esbozados por los líderes de la Unidad Popular.*CAIP.documento bo.2 pp1-35.

Orellana Vargas, P. (2011) *El fracaso del socialismo y la alternativa de Allende*. Santiago de Chile, 4 de Septiembre de 2011. pp. 1-16.

Szilágyi I. (2016) Modelos de modernizacion y cambios geopoliticos en America Latina. *Cuadernos Iberoamericanos*, Moscu, Universidad MGIMO, №4 (14), pp. 68-76.

Szilágyi, I. (2017) El nuevo golpismo, El Estado de Excepción y los modelos de modernización en América Latina. *Intellèctus.* Ano XVI, n.1.pp.69-85. http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus.

Szilágyi , I. (2023) Unidad Popular en Chile – las experiencias de una política reforma revolucionaria desde una perspectiva de cincuenta años. *Mundo Mediterráneo.(Mediterrán Világ.)* núm. 52. Special Issue. pp.2- 25.

https://tab.mta.hu/files/6517/0489/3980/Mediteran_Vilag_52_jav240102.pdf

Szilágyi, I. (2024) El papel y la función del Estado de Excepción en América Latina en la época de crisis estructural: análisis histórico y teórico. *Mediteranean World (Mundo Mediterraneo)*2024. núm.53-54pp..3-19.

https://tab.mta.hu/files/1317/3684/2760/Mediteran_Vilag_53_54_jav_Imp.pdf

Operações midiáticas a serviço do golpe estético: o engendramento da desinformação e do medo como forma de submissão da classe trabalhadora

Alessandra Chélest

Introdução

Durante o processo de ascensão ao poder e subsequentes golpes de Estado no Cone Sul, verifica-se uma significativa transformação no campo sensível da sociedade. Signos e símbolos que compõem os domínios da sonoridade, da audiovisualidade, da educação, da literatura, da mídia, da arquitetura, entre outros, passam a adquirir novos significados, interferindo nas relações societárias e em suas representações subjetivas. Desse modo, a lógica de percepção do próprio substrato social é reconfigurada em consonância com a lógica perceptiva da ditadura.

Busca-se compreender esta lógica perceptiva a partir do campo marxista, ainda que como afirmam Paiva & Oliveira em seu artigo que aborda as incompreensões comuns sobre a obra de Marx, especialmente a ideia de que ele não trata do indivíduo. Os autores procuram demonstrar que a obra marxiana e a teoria marxista fornecem bases para uma compreensão do indivíduo e sua subjetividade dentro do contexto das relações sociais e do modo de produção capitalista. A ontologia do ser social e a categoria do trabalho são centrais para essa análisee, portanto, para compreensão dos campos sensíveis. Pois, se relaciona com a forma como a sociedade percebe e experimenta

a realidade material e as relações sociais, György Lukács (2012), um dos mais importantes intelectuais marxistas do século XX, em sua obra madura, resgata o legado de Marx e afirma

> toda atividade humana se constitui a partir de uma escolha entre alternativas, ou seja, posições práticas orientadas teleologicamente que, pela dinâmica intrínseca da práxis social, são generalizadas em complexos mediadores que vão se tornando cada vez mais sociabilizados. (Paiva & Oliveira, p. 1800).

Portanto, a própria lógica do golpe estético supõe a alteração dos complexos fato que afeta a atividade humana orientada em escolhas a partir das alternativas postas na dinâmica social. Partindo deste princípio está posto que o golpe estético também é um golpe de classe conforme Lukács:

> A sociedade não tem entre os seus "elementos" apenas o homem, enquanto complexo peculiarmente determinado, mas é feita também de complexos parciais que se cruzam, se articulam, se combatem, etc., reciprocamente, como é o caso das instituições, das uniões de homens socialmente determinadas (classes). (Lukács, 1981, p. 96).

Partindo do pressuposto de que o "golpe estético" é um golpe de classe, adotamos o princípio de Chasin (1994), que define o bonapartismo como um fenômeno em que o líder político se coloca acima das classes sociais, atuando como mediador de conflitos em favor da elite dominante, enquanto mantém uma fachada de neutralidade. No contexto brasileiro, o golpe militar de 1964 é considerado uma manifestação desse fenômeno, no qual os militares assumiram o poder com o objetivo de estabilizar a situação política e econômica em benefício da burguesia, sob o pretexto de preservar a ordem e a segurança nacional.

> O regime bonapartista utiliza mecanismos de exceção, como decretos e medidas provisórias, para manter a ordem e controlar a oposição. Essas medidas são vistas como necessárias para garantir a implementação das políticas do regime, evitando resistências e assegurando a supremacia da classe dominante. (Chasin, 1994, p. 62).

A implantação do golpe estético esteve inserida nesses mecanismos de exceção. Embora não tenha contado com decretos ou medidas provisórias, utilizou amplamente as estruturas do Estado e seus tentáculos. Particularmente, neste artigo, dentre a ampla gama atingida por esse esforço em controlar corações e mentes a favor dos interesses do capitalismo, será analisado um aspecto das operações psicológicas, que é o mecanismo de alteração das sensibilidades do tecido social.

Dessa forma, independentemente do país em que foram implementadas, no Cone Sul, as operações psicológicas mobilizaram diversas instituições estatais e empresariais para fomentar um circuito de informações privilegiadas e até mesmo distorcer a realidade. Sem adentrar nos pormenores específicos de uma operação psicológica, genericamente denominadas operações midiáticas, algumas considerações sobre sua natureza são pertinentes.

Um breve olhar sobre a Guerra Psicológica

A construção do inimigo interno, aquele que vai de encontro aos interesses do Estado, demanda a lógica do terror pela mudança das sensibilidades na sociedade e por táticas e estratégias, como, por exemplo, imprimir guerra e ações psicológicas. Paul

Linebarger possui uma das primeiras publicações sobre o assunto no cone sul: *Guerra Psicológica* (1951), na qual a descreve como:

> A guerra psicológica, em sentido lato, consiste na aplicação, à conduta da guerra, da ciência denominada Psicologia; em sentido restrito, ela compreende o emprego da propaganda contra o inimigo, conjuntamente com as medidas militares operacionais suscetíveis de suplementarem a propaganda. A propaganda pode ser descrita, por sua vez, como persuasão organizada por meios não violentos. A guerra propriamente dita pode ser encarada como sendo, entre outras coisas, uma forma violenta de persuasão. (Linebarger, 1951, p. 69).

O conceito de guerra psicológica é encontrado no interior das doutrinas de guerra francesa e americana. Na França, seu precursor é P. Chateu Jobert, que foi ativo na Guerra da Argélia. Sobre o assunto, Jobert publicou o livro *Doutrina de Acción Contrrevolucionaria*. Em terras argentinas, o major do exército Jorge Heribelto Poli publicou em 1958 *Acción psicológica: Arma de paz y guerra*, na qual trabalhou pincipalmente com material estadunidense e francês. Ao se referir as doutrinas de guerra contrainsurgente (EUA) e contrarrevolucionária (França), a intenção de Poli foi a de criar uma doutrina própria, mesclando a norteamericana com a francesa.

A doutrina e seus métodos chegam à América Latina a partir de 1958 através do Centro de Treinamento em Guerra Subversiva, concebido pelo ministro de defesa francês Jacques Chaban-Delmas. As táticas de guerra do livro *A Guerra Moderna*, escrito pelo coronel Roger Trinquier –proveniente das experiências da Guerra da Argélia e que justificava a tortura como arma contra a guerra antissubversiva– serviram de base para

os próprios manuais dos militares latinos. Entre os primeiros alunos latino-americanos estavam os argentinos e, entre eles, o coronel Alcides Lopes Aufranc, selecionado em 1957 pelo Estado Maior argentino para ser iniciado na doutrina.

Em 1959, os governos da França e da Argentina firmaram um acordo no qual foi criada a missão Militar Francesa Permanente. Militares franceses se instalaram no piso 12 do Estado Maior por um longo período. Todos eram veteranos da Argélia e atuavam em grande segredo. Assessores militares estadunidenses ocupavam o 13º piso e somente o deixaram no ano de 2009.

Além de diversos cursos de formação promovidos pelos EUA, foi organizado em 1961, em Buenos Aires, o I Curso Interamericano de Guerra Contrarrevolucionária, sob a direção de Lopez Aufranc, do qual participaram catorze países. Esse era o início de uma paulatina predominância da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) sobre a Doutrina de Guerra Francesa (DGR).

Então, iniciada a guerra contra um inimigo interno, concomitantemente é instaurada a chamada guerra psicológica, a qual é composta por ações de igual teor (ações psicológicas). O termo guerra psicológicanão é de uso comum nas Forças Armadas. As Operações Psicológicas, denominadas pelos norte-americanos como *Psychological Operations* (PSYOP)[1] e pelos latino-americanos como *Operaciones Psicológicas* (OPSIS), são repetidamente descritas como ações que têm o objetivo de influenciar "corações e mentes" através da propaganda, de forma a obter vantagens na guerra. De forma geral, as operações psicológicas devem dar suporte em todas as frentes da guerra e é

[1] Consultar: PsychologicalOperations (PSYOP). Disponível em: https://self-definition.org/psychology/Psychological-Operations-US-Army-1968-large-file.pdf.Última consulta. 15/01/2023

de sua responsabilidade propagar os passos do teatro de guerra e suas repercussões.

Segundo Peña Galban (ett ali), as atividades propagandísticas começaram a ser conhecidas como "operações psicológicas", ou (guerra psicológica) durante a Segunda Guerra Mundial, mas foi no decorrer

> lo más siniestro que conmocionó a la opinión pública internacional con un unánime rechazo fue el lanzamiento de las bombas atómicas a las ciudades de Hiroshima y Nagasaki en agosto de 1945, cuando no había justificación para hacerlo. El elemento fundamental de la guerra psicológica aplicada al principio (todavía hoy, y la perspectiva futura) es la superioridad tecnológica y militar avasalladora y la invisibilidad de los ejércitos. (Peña, 2009 p. 4).

Conforme Galbán, a "batalha por corações e mentes" jamais reconheceu fronteiras e caminhou a par e passo com a guerra. Apesar de se tratar à primeira vista de manipulação, é necessário atentar aos seus métodos. Para além de propagandear genocídios e assassinatos, os manuais também deixavam muito clara a importância do interrogatório de prisioneiros de guerra. Conforme o Manual de Operações Psicológicas

> Interrogatório de prisioneiros de guerra: O pessoal de inteligência do PSYOP ajuda a explorar prisioneiros de guerra com a finalidade de inteligência a fim de proporcionar uma lista de verificação de interrogatório que contenha informação essencial para a PSYOP.[2]

[2] Consultar: https://selfdefinition.org/psychology/Psychological-Operations-US-Army-1968-large-file.pdf Pg. 27.

O medo é fomentado entre vencidos e vencedores e utilizado como ferramenta de controle social. Enquanto nos vencidos o medo injeta-lhes o terror de serem caçados, de ouvirem seus nomes lidos em listas de rádios, de verem seus rostos estampados em jornais, de serem presos em massa na calada da noite ou em plena luz do dia e, muitas vezes, de jamais retornarem para casa, nos vencedores, o medo lhes fomenta o terror da revanche, do perigo da volta do inimigo marxista, do perigo do caos, do temor de perder propriedades. Segundo Manuel Garretón, o uso da força pelos vencedores seria uma ferramenta de sobrevivência.

> Aunque el golpe militar haya implicado la victoria de un bando sobre otro, el bando vencedor define la sociedad como en estado de guerra,legitimando la represión, ante sus partidarios y ante el silenciocómplice de la sociedad, como algo inevitable y necesario. La ideología predominante es militar y de guerra: la llamada "doctrina de seguridade nacional". Y este climax de miedo es estimulado y agudizado por la propaganda oficial, que activa el miedo de los vencedores mostrando cuan cerca se estuvo de una catástrofe para ellos, el de los vencidos mostrando los éxitos de la represión, y el de la sociedad entera denunciando la presencia de un enemigo oculto no eliminado aún y llamándola a colaborar en su destrucción (Garreton, 1990, p. 42).

Em conjunto com o sistema de inteligência, essas operações se beneficiaram dos canais de comunicação para se sustentarem e promoverem o golpe estético. No decorrer das investigações, torna-se evidente a transnacionalidade e a articulação entre as ditaduras na troca de informações e modelos para a elaboração de peças de jornalismo e propaganda. Não é mera coincidência que alguns artigos de jornais sigam a mesma linha editorial.

Nesta investigação, dois casos serão analisados como referência de transnacionalidade.

O primeiro caso é a Operação Colombo, que exemplifica como a cooperação entre diferentes regimes ditatoriais facilitou a disseminação de narrativas alinhadas a seus interesses. A Operação Colombo ilustra a coordenação eficaz na fabricação de notícias e na manipulação da opinião pública, utilizando estratégias de desinformação para deslegitimar perseguidos políticos.

O segundo caso é a peça propagandística "Ayer y Hoy", amplamente veiculada pelas ditaduras chilena, argentina e uruguaia. Esta peça exemplifica como esses regimes compartilhavam táticas de comunicação para reforçar suas ideologias e fortalecer suas bases de poder. A produção e distribuição de "Ayer y Hoy" demonstram a existência de uma rede bem-orquestrada de propaganda que transcendia fronteiras nacionais, consolidando uma narrativa comum e coesa entre as ditaduras.

Para além das táticas de comunicação, dos liames da guerra psicológica, toda esta engrenagem foi posta em movimento por um motivo, algo havia de ser mudado, impedido. Devido ao caráter autocrata e dependente das burguesias latino-americanas, que se encontraram impossibilitadas de construir um Estado com uma larga participação de classes, elas recorrerão ao uso da força para garantir seus interesses(Cotrim, 2000). Daí os golpes bonapartistas das burguesias latinas, cujo debate não deve tomar um caminho reducionista, no qual a América Latina é somente manipulada por interesses internacionais detentores de um poder absoluto, sem contrapartidas de interesses locais. Como no caso chileno, a historiografia é vasta e a documentação comprova o envolvimento do empresariado

local na derrocada do governo de Salvador Allende como forma de defender seus interesses.

Nestes casos colocamos em vistao envolvimento de grandes conglomerados da mídia –em especial o grupo Mercúrio, de Augustin Edwards–, que operavam junto a membros do empresariado da *Sociedad de Fomento Fabril* (SOFOFA), auxiliaram na formação de grupos fascistas, como o *Patria y Libertad* (aliados de partidos políticos de direita como o Partido Nacional), e não hesitaram e aceitar financiamento externo estadunidense para a derrocada de Allende. Após o golpe, agiram para a implantação e manutenção desses grupos. (Bandeira, 2008). Fato que se repete em outros países aqui analisados.

A transnacionalidade das campanhas psicológicas

A descoberta do *plano de ação psicológica* concebido por Hernán Tuane, revelada pela investigação jornalística de Jorge Escalante[3] publicada no jornal *La Nación* em 2002, constitui uma evidência significativa das estratégias de controle social implementadas pela ditadura de Augusto Pinochet no Chile. Este plano, denominado "Campanha de Penetração Psicológica Massiva",[4] foi elaborado pelo Departamento de Psicologia, sob a supervisão do setor de Relações Humanas da Secretaria Geral de Governo, com direção do psicólogo Tuane.

Os documentos, classificados como "secretos", "confidenciais" e "reservados", foram localizados no subterrâneo do

[3] Para saber mais consultar: Lagos, Claudia. *El diario de Agustín*. LOM Ediciones, 2009.

[4] Para ter acesso a parte dos documentos, consultar: Item 000002 - Fallo Definitivo Desaparecidos em Operación Colombo, Caso de los 119. Disponível em: ciperchile.cl/wp-content/uploads/fallo-colegio-de-periodistas.pdf

Palácio de La Moneda, ocultos em uma caixa. Eles detalham diretrizes para manipulação das percepções coletivas, com ênfase na disseminação do medo em relação ao perigo comunista. A estratégia previa a indução de estados emocionais como angústia, neurose e sensação constante de ameaça, com o objetivo de erradicar resquícios de ideologias marxistas na sociedade chilena.

Este mecanismo de dominação psicológica evidencia a sofisticação dos métodos de repressão utilizados pela ditadura, transcendente à violência física, ao incorporar técnicas de manipulação psíquica e propaganda ideológica. Tais práticas alinham-se com os padrões de terrorismo de Estado presentes nas ditaduras latino-americanas, especialmente no contexto da Operação Condor, caracterizada pela cooperação transnacional entre regimes autoritários para neutralização da classe trabalhadora.

A exposição deste plano colabora para a compreensão das dinâmicas de repressão e controle social não somente no Chile, pois demonstra como a ditadura mobilizou instrumentos psicológicos e institucionais para consolidar seu poder e eliminar a resistência da classe trabalhadora, padrões que se repetem de forma idêntica em outras ditaduras do Cone Sul.

Observaremos que a ditadura uruguaia, argentina e chilena se utilizou de um plano de penetração psicológica massiva muito similar, ou idêntico. Se não foi esquadrinhado em terras chilenas, pode-se dizer que trocaram informações ou partiram de algum documento matriz. Foi objetivo das três ditaduras gerar consenso na população para obter apoio aos golpes e à sua manutenção, por meio de estratégias como a disseminação de propaganda anticomunista, o uso de mídias de massa para

reforçar discursos de medo e insegurança, a manipulação de símbolos nacionais para associar as ditaduras ao progresso e à ordem, além da repressão sistemática aos trabalhadores e movimentos sociais.

A documentação chilena revela sugestões metodológicas para que se alcance os objetivos em eliminar o marxismo. Há sugestões para se empregar formas simples de linguagem, como: "marxismo = mentira, traição e corrupção", o que evidencia uma estratégia de simplificação discursiva com o intuito de construir uma narrativa antimarxista eficaz. Esse tipo de comunicação busca reduzir conceitos complexos a afirmações polarizadas, reforçando estigmas, além de facilitar a aceitação popular de discursos autoritários. Uma vez que, segundo o documento, a massa estaria capacitada para compreender somente imagens simples, por meio de frases curtas e claras. Quando se refere à simplicidade das imagens, o texto sugere associações do símbolo da Unidad Popular à miséria e violência. E como solução ao caos, a Junta vinculou o fator terapêutico –o bem-estar da sociedade– ao progresso e à pátria, expresso aqui na religião, na linguagem, na arte, nos meios de comunicação em geral, mediante símbolos como bandeiras e retratos de líderes militares.

Através da violência e do medo, utilizando-se dessa simbologia militarizada, a campanha teve como objetivo fundamentar os fatores que traumatizaram o cidadão chileno durante o regime da UP. Essa simbologia foi operacionalizada por meio da difusão de imagens que associavam o marxismo a cenários de caos e desordem, da exibição constante de símbolos nacionais para reforçar a ideia de unidade sob a ditadura militar e da manipulação de narrativas religiosas para legitimar a repressão. A exemplos o vínculo do passado ou a Unidad Popular à escassez de alimentos e campanhas midiáticas que relacionavam

opositores políticos a ameaças à segurança nacional com a finalidade de eliminar a doutrina marxista. (marxismo = violência = escassez = escândalo = angústia= perigo de morte). (Documento de 19/11/1974, p.4).[5]

Como é possível verificar na imagem seguinte, o plano possuía um calendário de ação psicológica na mídia, o qual escrutinava datas, o tipo de mídia (como rádio, jornais e televisão), o tipo de mensagem (discursos alarmistas, notícias falsas e campanhas de desinformação), consciente e inconsciente, e o objetivo a ser atingido, com informações minuciosas de como manipular os impulsos coletivos da população e até que ponto poderia ser exploradas estratégias de intimidação e controle social.

	FECHAS		CONTENIDOS	
MEDIO DE COMUNICACION	DIA	MES	MENSAJE CONSCIENTE	MENSAJE INCONSCIENTE
Televisión	20 – 21	Abril	Violencia	Temor vital, Inseguridad, Angustia.
Radio – Diario	23 – 5	Abril	Escándalos	Desvalorizar idea del Marxismo.
Televisión	27 – 28	Abril	Violencia	
Radio – Diario	30 – 2	Abril–Mayo	Escándalos	
Televisión	4 – 5	Mayo	(Violencia) Madre e Hijo	Angustia, Inseguridad en el símbolo Madre.
Radio – Diario	7 – 9	Mayo	Vicios y abusos (Tráfico Drogas)	Desvalorización idea Marxismo.

Fonte: La psicología al servicio de la guerra y dominación: penetración psicológica masiva y construcción de sujetos militares: *OCEP Comisión Derechos Humanos / Organização Chilena de Psicologia.*

[5] La psicología al servicio de la guerra y dominación: penetración psicológica masiva y construcción de sujetos militares:*OCEP Comisión Derechos Humanos / Organização Chilena de Psicologia.*

O plano de ação psicológica concebido pelo psicólogo Hernán Tuane, descoberto no subterrâneo do Palácio de La Moneda, é até o momento o único documento que descreve de forma clara e minuciosa uma estratégia de manipulação midiática durante a ditadura de Augusto Pinochet. Sua relevância é corroborada pelo uso como prova no caso "Desaparecidos en Operacional Colombo - Caso de los 119",[6] um episódio emblemático de repressão no qual 119 militantes políticos de esquerda foram assassinados. As mortes foram encobertas por uma sofisticada campanha de desinformação promovida pela mídia, com o objetivo de legitimar as ações violentas das ditaduras.

No contexto da Operação Colombo, diversos jornalistas foram denunciados, anos depois, pelo colégio de jornalistas do chile por colaborarem com a publicação de notícias falsas nos jornais do grupo *El Mercurio*, controlado por Augustin Edwards. Essas reportagens incluíam falsas deserções e mortes atribuídas a militantes de esquerda, distorcendo fatos para vincular militantes de esquerda a crimes e desordem. Esse tipo de cobertura midiática foi fundamental para desmoralizar movimentos sociais e justificar a repressão violenta aos trabalhadores, contribuindo diretamente para a manipulação social e a consolidação de uma narrativa favorável à ditadura.

Entre os envolvidos, destacam-se as jornalistas Mercedes Garrido e Beatriz Undurraga Gómez**,** trabalhadoras dos jornais *El Mercurio*, *La Segunda* e *Las Últimas Noticias*, que foram formalmente condenadas pelo Colégio de Jornalistas do Chile[7] devido à participação nas operações de guerra psicológica.

---

[6] Ministério Público Federal. Disponível em: https://www.mpf.gob.ar/plan-condor/paises/chile/

[7] O caso completo pode ser acompanhado pelo portal Londres38 https://www.londres38.cl/1937/w3-article-105977.html. https://ciperchile.cl/wp-content/uploads/fallo-colegio-de-periodistas.pdf

A Operação Colombo comprova como a mídia operou de forma coordenada com as ditaduras. Jornais como *La Segunda* publicaram manchetes sensacionalistas alegando que opositores desaparecidos haviam sido mortos em confrontos internos. Veículos internacionais, como as revistas brasileiras *O Dia* e *Manchete*, além da argentina *Lea*, reproduziram essas informações de forma criminosa a fim de reforçar a versão oficial da ditadura chileno.

Essas práticas demonstram a articulação estratégica entre os meios de comunicação e as ditaduras para manipular a opinião pública, deslegitimar a classe trabalhadora e justificar a repressão. O caso é um exemplo emblemático da utilização transnacional da mídia como ferramenta de repressão e controle social durante as ditaduras do Cone Sul. A operação Colombo é uma das provas de que a mídia operou de forma conjunta durante o período das ditaduras em questão. Segundo o Ministério Público argentino:

> La conformación de la DINA a fines de 1974, implicó la organización un sistema de espionaje y represión a los exiliados. La planificación y ejecución, aunque en algunos casos fallida, de asesinatos de las principales figuras de la oposición en el exterior, que sería luego imitada por otras dictaduras de la región como Uruguay, Paraguay y Bolivia; y la **implementación de campañas de acción psicológica** como la Operación Colombo en 1975, tenían por finalidad amedrentar tanto a las comunidades de exiliados como a la sociedad chilena**. Esto se vio incrementado cuando el Cóndor entró en vigencia**.[8]

Para além da Operação Colombo, há mais indícios de troca de informações entre as ditaduras com a finalidade de aprimorar

[8] Ministério Público Federal. Disponível em: https://www.mpf.gob.ar/plan-condor/paises/chile/

as campanhas de desinformação e manipulação, também mesmo antes do marco da Operação Condor. Um exemplo é o caso que vem se desenrolando em terras argentinas e trata do envolvimento do empresário e advogado Vicente Gonzalo Massot, proprietário do diário *La Nueva Provincia*, na cidade de Bahía Blanca, com um agente da Dirección de Inteligencia Nacional (DINA). Massot é apontado por investigações como colaborador ativo de movimentos de extrema-direita, como a Concentración Nacionalista Universitaria (CNU) e a Confederação de Associações Rurais da Argentina (CARBAP), que apoiavam o terrorismo de Estado. Há denúncias de que o jornal *La Nueva Provincia* serviu como instrumento de propaganda da ditadura e acobertou casos de tortura e desaparecimentos forçados, contribuindo para a perseguição de trabalhadores da esquerda. Esse agente da ditadura chilena era Enrique Arancibia Clavel, um ex-membro da polícia secreta chilena e colaborador direto de Manuel Contreras, chefe da DINA. Clavel foi responsável pela execução de operações clandestinas fora do Chile, incluindo o assassinato do general Carlos Prats e sua esposa em Buenos Aires, em 1974, por meio de um carro-bomba. Além disso, Clavel esteve envolvido em atividades de espionagem e repressão contra exilados políticos chilenos e argentinos. Clavel se encontrava na Argentina como agente disfarçado e infiltrado da DINA.

Foi através deste trabalho que Clavel deu início aos contatos com Massot, proprietário do diário. Documentos revelados pela investigação argentina[9] demonstram como, por meio dessa aproximação, o agente da DINA passa a fornecer informações detalhadas sobre a criação de campanhas publicitárias

[9] Consultarhttps://www.fiscales.gob.ar/lesa-humanidad/la-nueva-provincia--cumplio-un-rol-determinado-en-el-entramado-del-plan-criminal-desplegado-desde-el-estado/

e reportagens manipuladas. Essas estratégias incluíam a disseminação de notícias falsas que associavam os trabalhadores de esquerda a organizações terroristas, a publicação de artigos que exaltavam ações repressivas como medidas de segurança pública e a manipulação de dados econômicos para justificar políticas autoritárias. Além disso, o jornal veiculava editoriais que deslegitimavam denúncias de violações de direitos humanos, contribuindo para a normalização da repressão ditatorial. Para os fiscais argentinos Palazzani y Nebbia,

> la "incitación o instigación a la eliminación, aniquilamiento y persecución de personas, realizada –hasta el hartazgo– desde sus propias páginas es, por sí misma, una conducta criminal", pues "el hartazgo, la repetición y el continuo machaque, no eran actitudes espasmódicas editoriales, sino que respondían a un plan de acción psicológica prefijado y que era condición de posibilidad de la realización material –previa, concomitante o posterior– de los actos concretos sobre las personas (sobre los cuerpos y sobre las mentes)". "El rol que cumplió el diario (y los demás medios del grupo) fue un rol determinado en el entramado del plan criminal desplegado desde el Estado", indicó la fiscalía. Y, al respecto, remarcó que "no fue un diario que reprodujera sólo comunicados, describiera actos militares, o sólo propalara el mito de la 'guerra sucia'", sino que "sostenía la ficción de la 'guerra sucia' (incluso cuando la guerrilla estaba desarticulada) extendiendo el concepto de 'subversivo' –y por tanto susceptible de ser aniquilado– a todo aquél que no respondiera a su mirada de lo que –en su imaginario– debía ser el 'ser nacional', la 'Nación histórica' o cualquier otro concepto similar". (Ministerio Público Fiscal, 2014).[10]

[10] Consultarhttps://www.fiscales.gob.ar/lesa-humanidad/la-nueva-provincia--cumplio-un-rol-determinado-en-el-entramado-del-plan-criminal-desplegado-desde-el-estado/

Ainda estes documentos investigados pelos fiscais Miguel Palazzani e José Nebbia revelam que, desde 1974, Massot manteve contato semanal com Enrique Arancibia Clavel**,** agente da polícia secreta chilena (DINA), indicando sua participação em uma rede de operações psicológicas de alcance continental. Essa atuação o inseriria no contexto da Operação Condor, evidenciando sua colaboração com estratégias repressivas transnacionais que visavam perseguir e eliminar opositores políticos.

> siguen apareciendo evidencias que fortalecen una hipótesis que no ofrece ni ofrecía dudas sobre el rol de Vicente Massot, no sólo en el esquema de poder del grupo La Nueva Provincia, sino como un **engranaje a nivel continental** nada menos que con Arancibia Clavel, conocido agente de la DINA en Argentina". Palazzani y Nebbia agregaron que estos "documentos muestran que su participación personal en operaciones psicológicas con coordinación continental data de 1974 y que el contacto con la inteligencia de la dictadura chilena era semanal. (Fiscales Argentina)

Conforme aventado, no caso do empresário uruguaio Massot, os fiscais argentinos afirmam que suas operações iniciam a transnacionalidade a partir de 1974, portanto antes das engrenagens da Operação Condor começarem a girar. De acordo com os dados sobre a Operação Colombo (julho de 1975) é correto afirmar que houve trocas de informação para produção de material midiático ideológico e fraudulento entre países. Portanto, o raciocínio de que os conglomerados ou o empresariado da mídia trocava informações desde antes da Operação Condor (novembro de 1975) para sustentar os golpes como também alterar as subjetividades do tecido social em que atuavam é correto.

Alguns mecanismos de troca de informações entre o empresariado que comungava de interesses ideológicos, econômicos e políticos podem ser sugeridos neste caso. Não há a pretensão neste artigo de esgotar o assunto, portanto será sugerido um deles para discussão de como os meios de comunicação foram utilizados intencionalmente como instrumento da classe burguesa para desestabilização e criação de consenso da classe trabalhadora.

Toma-se como exemplo a Confederação Anticomunista Latinoamericana (CAL), este organismo regional da WACL (Liga Mundial Anticomunista) na América Latina teve como objetivo unificar esforços anticomunistas no continente, com forte influência de organizações e atores da extrema direita. A CAL buscava coordenar ações repressivas contra o comunismo, inclusive por meio da Operação Condor, conforme apontado na pesquisa de Rodolfo Costa Machado.[11]

Organizações e figuras relevantes desempenharam papéis importantes na estruturação e nas atividades da Confederação Anticomunista Latinoamericana (CAL), que se consolidou como uma rede estratégica para a coordenação de ações anticomunistas no continente.

Entre as organizações centrais, destaca-se a FEMACO (Federação Mexicana Anticomunista de Ocidente), que cumpriu um papel fundamental para a estruturação inicial da CAL no México. A FEMACO promoveu a coordenação entre grupos regionais e estabeleceu vínculos com líderes políticos e militares, influenciando diretamente a propaganda anticomunista e a repressão a movimentos de esquerda na América Central. Outro

[11] Rodolfo Costa Machado. Por dentro da Liga Mundial Anticomunista – gênese e gestão da WACL: filonazistas, contrarrevolução asiática e o protótipo latino-americano da Operação Condor (1943-1976) São Paulo 2022.

destaque é a CIDC (Confederação Interamericana de Defesa do Continente), ativa em iniciativas anticomunistas desde os anos 1950. No Brasil, o SEPES (Sociedade de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais) participou da fundação da CAL, enquanto o IPÊS (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) articulava campanhas de propaganda durante a ditadura militar, com forte apoio de empresários aos militares. Outras organizações como a FAEDA (Federação Argentina de Entidades Democráticas Anticomunistas) e a CBA (Cruzada Brasileira Anticomunista) também tiveram papel relevante em suas respectivas regiões.

A Confederação Anticomunista Latino-Americana (CAL) desempenhou um papel estratégico durante as ditaduras militares na América Latina, organizando-se de forma dual para articular a repressão e disseminar a ideologia anticomunista. Sua estrutura era dividida em duas frentes complementares: uma pública, voltada para propaganda ostensiva, e outra secreta, destinada a ações militares e de inteligência. Essa divisão permitia à CAL operar de maneira coordenada e eficiente, ocultando as conexões entre as atividades oficiais e as operações repressivas, ao mesmo tempo que ampliava sua capacidade de controle e influência.

A frente pública reunia associações civis, figuras acadêmicas, lideranças sindicais, personalidades públicas e meios de comunicação que atuavam ostensivamente para promover a narrativa anticomunista. Universidades e sindicatos foram utilizados como espaços estratégicos para a infiltração de grupos anticomunistas, a cooptação de lideranças locais e a organização de conferências e eventos que reforçavam o discurso hegemônico contra o comunismo. Essa atuação tinha como objetivo legitimar os regimes autoritários, desmobilizar espaços

de resistência e neutralizar a oposição por meio de campanhas ostensivas de desinformação e propaganda.

Por outro lado, a frente secreta era composta por militares, agentes de inteligência e políticos que operavam clandestinamente. Esse segmento realizava ações repressivas, como espionagem, tortura, desaparecimentos forçados e assassinatos de dissidentes políticos. As operações eram cuidadosamente planejadas para evitar qualquer associação direta entre as atividades ilegais e os setores oficiais, garantindo que a estrutura clandestina permanecesse protegida e encoberta.

Universidades e sindicatos, tradicionalmente vistos como centros de resistência, foram alvos estratégicos da CAL. Esses espaços foram infiltrados para desmobilizar movimentos de oposição e disseminar narrativas alinhadas à ideologia anticomunista. Figuras acadêmicas e sindicais desempenharam um papel importante na legitimação das ditaduras, organizando eventos, promovendo conferências e reforçando o discurso oficial em benefício dos regimes autoritários.

Por fim, a CAL também promoveu ações transnacionais, articulando-se com líderes de outros países para trocar informações e coordenar a repressão a opositores políticos, consolidando-se como uma das principais forças do anticomunismo organizado na América Latina.

As ações transnacionais de intercâmbio de informações e realização de reuniões paralelas às ditaduras estabelecidas, chamam atenção. Trata-se de relações entre empresários de diversos setores, no caso com ênfase no midiático, que articulavam seus interesses econômicos sob o pretexto de um discurso anticomunista. No contexto histórico, o comunismo era percebido como uma ameaça existencial ao capital, justificando sua repressão

com todos os meios disponíveis. Conforme Machado, em uma das reuniões secretas da CAL, realizadas em 1973, foi acordado o estabelecimento de um sistema regular de troca de informações entre as organizações integrantes da CAL, bem como a criação de uma Agência Internacional de Notícias. Segundo o documento a seguir, pode-se afirmar que houve um pacto para a construção de narrativas noticiosas unificadas, evidenciado pela articulação de um discurso homogêneo entre as organizações participantes.

> no II Congresso da CAL-Secreta de 1973, "se consensuó, entre otras acciones":1. Establecer **un sistema regular de información confidencial** para el intercambio de datos entre las Organizaciones nacionales miembros de la CAL. 2. Organizar uma**agencia de noticias internacional** para difundir la gestión de los gobiernos 'nacionales'/militares de América Latina y denunciar sistematicamente todo tipo de atividades marxistas/izquierdosas. 3. Ampliar el apoyo financeiro empresarial en toda A.L. para la lucha anticomunista. 4. Coordinar y apoyar las acciones de los grupos nacionalistas en universidades y sindicatos, en toda A.L. 5. Organizar centros de formación ideológica, empleando denominaciones de 'fachada' para preparar a dirigentes en diversos niveles de militância. 6. Crear el Instituto Latinoamericano de Formación Antimarxista en la Universidad Autónoma de Guadalajara, México, a partir de setiembre de 1973 (CONFEDERACIÓN ANTICOMUNISTA LATINOAMERICANA, CAL, *apud* CVJ, 2004: 58) p. 1390 (apud. MACHADO, 2002).

O documento, portanto, demonstra de forma inequívoca o modus operandi do empresariado, ou do capital. Configura-se um sistema transnacional secreto de intercâmbio de informações sobre cidadãos de seus respectivos países e assuntos

de interesse estratégico, operado por instituições claramente golpistas e sustentadoras das ditaduras. Esse sistema único de divulgação de notícias tinha como finalidade a construção de consenso, a disseminação do medo do comunismo e a promoção da guerra psicológica por meio de veículos impressos, emissoras de rádio e televisores. Além disso, os empresários angariavam fundos entre si para financiar suas campanhas, promovendo mecanismos de autoproteção. Seus tentáculos se estendiam às instituições da sociedade, como as universidades, visando alterar os complexos sociais e implementando o que denominamos como "golpe estético".

Concluímos aqui este exemplo de transnacionalidade através da Cal retornando o caso de Massot. É certo que não é possível afirmar com veemência a total influência desta organização na transnacionalidade das operações da rede midiática da família. Contudo, foi o sobrenome Massot que dirigiu as atenções para um congresso realizado pela CAL no Brasil justamente no ano de 1974, quando os fiscais argentinos alertaram que as operações do grupo passaram a ser transcontinentais. Ao entrar em contato com as investigações de Machado, que analisou este congresso através de vasta documentação nota-se a presença naquele congresso de representantes de 18 países da América do Sul e Central, dentre estes somente 4 países não enviaram representantes de meios de comunicação. Em meio a documentação analisada se encontrava o nome da mãe de Massot, Diana Massot. Para além de diversos representantes da mídia a documentação revela empresários, entidades anticomunistas e grupos ideológicos de ultradireita.

A partir desta reunião que contou com a presença massiva de empresários representantes de entidades políticas e mídia

pode se concluir que o documento ora analisado que planejava uma ação transcontinental para formação de uma Agência de Notícias Internacional estava em pleno andamento.

A Campanha Ayer y Hoy

Para ilustrar a cumplicidade das operações coordenadas entre regimes autoritários sul-americanos e empresários, destaca-se a campanha "Ayer y Hoy" (Ontem e Hoje), promovida conjuntamente por Chile, Argentina e Uruguai. Essa iniciativa integra a lógica do plano de ação psicológica, caracterizado pelo uso sistemático de estratégias de propaganda e manipulação informacional com o objetivo de moldar a opinião pública e deslegitimar opositores políticos.

Na Argentina, a difusão dessa campanha ocorreu por meio da revista *Gente*, em 19 de abril de 1976, sob o título "El país después del 24". Na Argentina, o Editorial Atlántida, fundado pela família Vigil, era o grupo de revistas mais poderoso na época do golpe militar de 1976. Com publicações amplamente distribuídas, como *Gente* e *Para Ti*, o editorial atuou ativamente na construção de narrativas que apoiavam aditadura. Essas revistas frequentemente exaltavam ações da ditadura militar, apresentando a "restauração da ordem" como um triunfo necessário contra a "subversão". Além disso, os editoriais frequentemente omitiram as graves violações de direitos humanos, enquanto enalteciam as políticas econômicas e sociais alinhadas com os interesses do capital e implantadas a força pela ditadura.

A influência do Editorial Atlántida foi consolidada pela sua capacidade de atingir um amplo público. Com conteúdo

cuidadosamente editados, o grupo moldou a opinião pública, promovendo uma imagem positiva do establishment e legitimando as ações militares. Essa atuação garantiu ao editorial um lugar de destaque como principal aliado ideológico da ditadura, superando até mesmo outros grandes veículos de comunicação, como os jornais *Clarín* e *La Nación*.

O principal veículo do Editorial Atlántida, como já mencionado, era o semanário *Gente*, dirigido por Samuel Gelblung. Sob sua liderança, a revista tornou-se um dos mais notórios instrumentos de propaganda pró-regime. Durante o golpe, *Gente* publicava capas que glorificavam figuras-chave da ditadura, como Jorge Rafael Videla, apresentando-o como um herói que resgatava o país do caos. A revista também produziu matérias que justificavam as ações repressivas, retratando opositores como "subversivos" e minimizando os desaparecimentos forçados, torturas e outras violações de direitos humanos. A combinação de linguagem emotiva e imagens impactantes ajudou a consolidar uma narrativa favorável a ditadura militar, influenciando significativamente a percepção pública.[12]

No contexto chileno, a disseminação da campanha se deu pelo livro *Chile: Ayer y Hoy*, publicado em 1975 pela Editora Nacional Gabriela Mistral. Essa editora, sob controle estatal sob a ditadura de Augusto Pinochet, foi instrumentalizada pela ditadura para propagar conteúdos que justificavam práticas repressivas e consolidavam a ideologia autoritária do regime, moldando a percepção pública em conformidade com os objetivos oficiais.

[12] Para maiores informações: Bohoslavsky, Ernesto. *El Complot Editorial Atlántida: La construcción de sentido durante la última dictadura militar*. Buenos Aires: Editorial UNIPE, 2015.

No Uruguai, o jornal *El País* veiculou em 26 de outubro de 1975 um caderno especial intitulado "Uruguay: Ayer y Hoy". O matutino *El País*, fundado em 1918 por Washington Beltrán, exerceu um papel crucial na história da imprensa e da política do Uruguai. Washington Beltrán, figura política e jornalista de renome, concebeu o jornal como uma plataforma para as ideias e valores do Partido Nacional, uma das principais forças políticas do país na época. Desde sua origem, o periódico esteve formalmente comprometido com o diretório do Partido Nacional, assumindo uma posição central na articulação política e na disseminação de ideologias alinhadas ao partido. Esse vínculo consolidou *El País* como porta-voz dos interesses nacionalistas, influenciando significativamente o cenário político uruguaio nas primeiras décadas do século XX.

Representante do patriarcado uruguaio, *El País* manteve uma postura editorial que frequentemente respaldava regimes autoritários. Durante a ditadura no Uruguai, o jornal colecionou editoriais e edições especiais que justificavam o autoritarismo sob o argumento de garantir a ordem social e econômica.[13]

A campanha publicitária "Ayer y Hoy" foi estruturada para consolidar a ideia de um passado caótico e um presente resgatado e reconstruído sob o comando dos ditadores. O material gráfico combinava imagens e textos curtos, cuidadosamente dispostos para transmitir mensagens subliminares e ideologicamente carregadas.

As imagens associadas ao "antes" ocupavam consistentemente a parte esquerda dos conjuntos visuais, reforçando simbolicamente uma associação negativa com a esquerda política, demonizada pelas ditaduras. O vermelho por vezes surgia nas

[13] Para mais informações consultar: Rilla, José Pedro. *Historia política del Uruguay: 1929-1984.* Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1985.

imagens dessa seção, evocando associações com o socialismo e o comunismo. As fotografias eram intencionalmente escuras, desfocadas e nebulosas, criando um ambiente visual de caos e desespero.

Os elementos humanos do "antes" eram retratados de forma violenta e irracional, configurando estereótipos de desordem. Trabalhadores em greves eram apresentados como tumultuadores ou agitadores, enquanto jovens manifestantes apareciam como se estivessem armados ou em atos de vandalismo. Famílias eram mostradas como vítimas do caos social, presas em um ambiente de insegurança constante. Esses estereótipos reforçavam a ideia de que o colapso social era resultado direto da ausência de uma autoridade central forte, um governo fraco e instável, justificando assim o golpe militar. As ruas apareciam desertas, destruídas, como se fossem resquícios de uma guerra civil. Mercados fechados e o desabastecimento generalizado, fruto dos boicotes, contribuíam para a narrativa de uma sociedade em colapso. As imagens sugeriam uma ameaça constante, com armas que supostamente haviam sido apreendidas representando a hipotética violência promovida pelos "extremistas" de esquerda.

Em contraste, a seção direita das composições exaltava um presente iluminado e pacífico, simbolicamente associado ao exército como salvador da pátria. Soldados eram representados sob a luz do sol, abençoados por pombas da paz, em um gesto explícito de sacralização da intervenção militar. Essas representações simbólicas visavam impactar profundamente a percepção pública, associando as forças armadas à proteção divina e à ordem social. Essa narrativa visual buscava legitimar a ditadura ao consolidar a ideia de que o golpe militar

era não apenas necessário, mas também moralmente justo e imprescindível para garantir a estabilidade do país. A militarização da sociedade era reforçada pela presença constante de símbolos das forças armadas em eventos especiais e materiais publicitários, perpetuando a imagem dos militares como heróis indispensáveis.

Imagens de crianças brincando em parques arborizados, mães sorrindo com seus filhos e ruas impecavelmente limpas representavam um ideal de segurança e progresso. A abundância nas prateleiras, a presença de alimentos e o funcionamento pleno do comércio simbolizavam a superação da escassez e do desespero atribuídos ao passado. Essas representações visuais serviam para contrastar diretamente com o terror evocado pelas imagens da seção esquerda.

O design dos conjuntos era deliberadamente binário, estabelecendo pares de imagens que facilitavam comparações entre o caos do passado e a ordem do presente. A violência latente, evocada nas imagens da esquerda, visava ativar um instinto de sobrevivência no público, enquanto as imagens da direita ofereciam um alívio psicológico imediato, reforçando a legitimidade da ditadura.

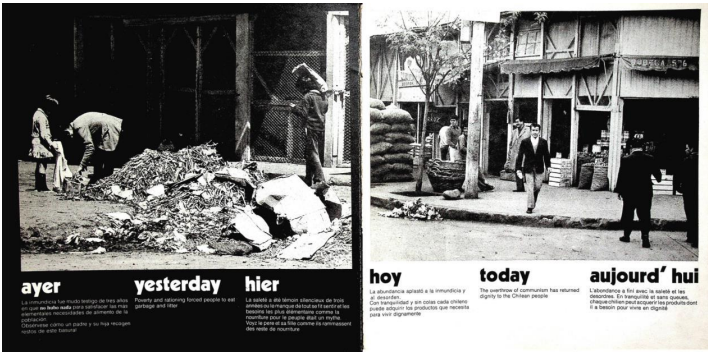
Frases curtas e impactantes acompanhavam as imagens, consolidando a mensagem principal. A escolha estratégica de veículos de imprensa com alta circulação e credibilidade amplificava o alcance e a eficácia da campanha. Essa estratégia se alinhava ao conceito de "fator terapêutico", no qual a propaganda contrapunha o sofrimento do passado ao bem-estar promovido pelo regime, acompanhando a estratégia concebida pelo psicólogo Hernán Tuane.

As campanhas das ditaduras ilustram o papel fundamental da comunicação na manutenção do poder autoritário. A narrativa do caos como justificativa para o golpe não era uma inovação, mas sua persistência e amplificação por meio de campanhas visuais bem elaboradas demonstram a colaboração estreita entre os conglomerados de mídia e as ditaduras. A cumplicidade entre os meios de comunicação e as ditaduras não apenas consolidou a narrativa oficial, mas também foi essencial para legitimar o projeto autoritário perante a sociedade.

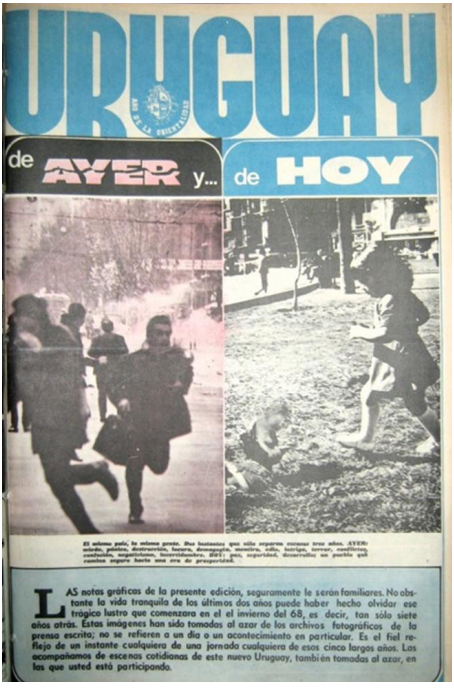
A seguir, os conjuntos analisados sobre a Campanha "Ayer y Hoy"



Fonte: Arquivo da pesquisadora.



Fonte: Disponível em: http://archivodigital.londres38.cl/index.php/chile-ayer-y-hoy



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

A modo de conclusão

Documentos comprovam[14] o envolvimento dos proprietários desses conglomerados de mídia na promoção dos golpes de Estado no Cone Sul. Após a derrocada dos presidentes eleitos, esses empresários colaboraram por meio de suas empresas e, em alguns casos, financeiramente, mediante doações a instituições orgânicas da ditadura, com o objetivo de sustentar o regime militar de diversas maneiras. Esses empresários e seus veículos de comunicação desempenharam um papel crucial na consolidação e manutenção do poder militar, atuando não apenas como agentes de desinformação, mas também como facilitadores ativos das ações terroristas do Estado.

Os meios de comunicação não se restringiram apenas à transmissão de informações; além disso, proporcionaram espaço para a prática de tortura, disponibilizaram veículos para sequestro e disseminaram o terror em seus estabelecimentos, promovendo demissões daqueles que se opunham as suas práticas de guerra contra o inimigo interno aberta contra o trabalhador implantando operações psicológicas visando a alteração das sensibilidades através da propagação de ideologias patrióticas. A colaboração incluiu a propagação de narrativas favoráveis ao regime, censura de conteúdos críticos e a fabricação de notícias que justificavam as ações autoritárias.

Além disso, essas empresas midiáticas agiam em coordenação direta com os órgãos de segurança do Estado, fornecendo

[14] Sobre a *Folha de São Paulo* consultar:https://www.ditadura-empresas-dh.com/blank-3/ Sobre Massot consultar inquérito: https://www.fiscales.gob.ar/lesa-humanidad/documentos-de-la-operacion-condor-revelan-que-massot-fue-contacto-de-la-dina-chilena/ / Sobre Augustin Edwards consultar: https://nsarchive.gwu.edu/briefing-book/chile/2017-04-25/agustin-edwards--declassified-obituary

suporte logístico e recursos necessários para a execução de operações repressivas. Através dessa aliança entre mídia e ditadura, foi possível criar um ambiente de medo e consenso, onde a dissidência era rapidamente silenciada e as atrocidades cometidas pelo regime eram sistematicamente ocultadas ou minimizadas.

Referencias:

Bandeira, M. (2008). *Fórmula para o caos: a derrubada de Salvador Allende (1970-1973)*. Editora Record.

Bohoslavsky, E. (2015). *El Complot Editorial Atlántida: La construcción de sentido durante la última dictadura militar*. Editorial UNIPE.

Chasin, J. (1994). *A miséria brasileira - 1964-1994: do golpe militar à crise social*. Expressão Gráfica Editora.

Cotrim, L. (2000). "O capital atrófico: da via colonial à mundialização". In Chasin, J. *A miséria brasileira: 1964-1994: do golpe militar à crise social*. Ad Hominem.

Garretón, M. (1990). *El proceso político chileno*. FLACSO.

Jobert, P. C. (s.d.). *Doutrina de acción contrarrevolucionaria*.

Lagos, C. (2009). *El diario de Agustín*. LOM Ediciones.

Linebarger, P. (1951). *Guerra psicológica*.

Lukács, G. (1981). *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*.

Machado, R. C. (2004). "A Confederação Anticomunista Latino-Americana e as redes de repressão no Cone Sul". *Revista Brasileira de Política Internacional*, 47(1), 137-159.

Machado, R. C. (2022). *Por dentro da Liga Mundial Anticomunista – gênese e gestão da WACL: filonazistas, contrarrevolução asiática e o protótipo latino-americano da Operação Condor (1943-1976)*. São Paulo.

Oliveira, N. D. (2010). "Os primórdios da doutrina de segurança nacional: a escola superior de guerra". *História (São Paulo)*, 29(2), 135-157. https://doi.org/10.1590/S0101-90742010000200008

Paiva, C., & Oliveira, L. (s.d.). *As incompreensões sobre a obra de Marx: a questão do indivíduo e da subjetividade no materialismo histórico*.

Poli, J. H. (1958). *Acción psicológica: Arma de paz y guerra*.

Rago Filho, A. (2004). "O ardil do politicismo: do bonapartismo à institucionalização da autocracia burguesa". *Revista ProjetoHistória*, *29*(1), 139-167.

Rilla, J. P. (1985). *Historia política del Uruguay: 1929-1984*. Ediciones de la Banda Oriental.

Trinquier, R. (s.d.). *A guerra moderna*. Base para manuais dos militares latinos.

Websites e Processos:

Comissão de Investigação sobre empresas no Brasil, incluindo a *Folha de São Paulo*. Disponível em: https://www.ditadura-empresas-dh.com/blank-3/. Acesso em: 30 jul. 2024.

Inquérito sobre Massot. Disponível em: https://www.fiscales.gob.ar/lesa-humanidad/documentos-de-la-operacion-condor-revelan-que-massot-fue-contacto-de-la-dina-chilena/. Acesso em: 30 jul. 2024.

Sobre Augustin Edwards. Disponível em: https://nsarchive.gwu.edu/briefing-book/chile/2017-04-25/agustin-edwards-declassified-obituary. Acesso em: 30 jul. 2024.

PsychologicalOperations (PSYOP). Disponível em: https://selfdefinition.org/psychology/Psychological-Operations-US-Army-1968-large-file.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.

Chile - *Ayer y Hoy*. Disponível em: http://archivodigital.londres38.cl/index.php/chile-ayer-y-hoy. Acesso em: 30 jul. 2024.

Fallo Definitivo Desaparecidos en Operación Colombo, Caso de los 119. Disponível em: https://ciperchile.cl/wp-content/uploads/fallo-colegio-de-periodistas.pdf. Acesso em: 30 jul. 2024.

Sistemas de comunicação para controle de classe: o caso da Itaipu binacional (1974-1983)[1]

Jussaramar da Silva

Introdução

Entender as formas de comunicação no universo repressivo é uma questão constante entre os pesquisadores, especialmente entre aqueles que buscam dados sobre como os aparelhos utilizados se articularam. Trata-se de entender como, em meio a toda a repressão, perseguição, organização dos sistemas, havia uma comunicação centralizada, organizada e orquestrada. Não raro, os pesquisadores do tema encontram, em meio à documentação do sistema repressivo no Brasil, dados exatamente iguais nos documentos ou muito similares. Isso significou uma forma orquestrada de atuação, que teve como mote de divulgação o espalhamento do medo, da ameaça comunista ou da necessidade de combate ao inimigo interno.

Ao consultar informações sobre a atuação de Itaipu durante a ditadura, foi possível verificar que o grande volume documental se referiu aos trabalhadores. Documentos internos, ainda de 1974, ano em que se iniciaram as obras de alvenaria para formação do lago e implementação da empresa, dão conta da organização das Assessorias de Segurança, como

[1] Pesquisa financiada a partir da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), através do Programa PDR - Jovem Pesquisador Fluminense Sem Vínculo – 2022 com bolsa de Pós-doutorado. As discussões aqui apresentadas foram publicadas em artigo homônimo na revista História: Questões & Debates, nº 73.

vemos no "Regimento Interno da Entidade Binacional Itaipu". O regimento integra um dossiê que recebe a identificação BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.149 - Itaipu binacional (diversos). – Dossiê, encontra-se alocado no fundo do Conselho de Segurança Nacional - BR DFANBSB N8 e é acessível pelo Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Os elementos sobre a organização da segurança e das informações constam no Art. 59 do referido regimento e revela:

> Art. 59 - SEGURANÇA E INFORMAÇÕES. O Diretor-Geral e o Diretor-Geral Adjunto, de forma coordenada, terão a seu cargo, em seus respectivos países, as atividades de segurança e informações de interesse da Entidade, podendo, para tanto, dispor do assessoramento que se fizer necessário, de acordo com a política, sistema e planejamento de cada país.
> Parágrafo único: As atividades de segurança e informações terão regulamentação e planejamento específicos, de forma a obter-se a necessária coordenação e controle (Conselho De Segurança Nacional, 1975, p. 42).

Em outro documento constante do dossiê, todo o sistema de controle foi coordenado pela direção geral de Itaipu e passou pelas Assessorias, tanto pelo lado brasileiro, quanto pelo lado paraguaio. De acordo com a organização da empresa, o Diretor-Geral era sempre um brasileiro e o Diretor-Geral Adjunto, sempre um paraguaio (Conselho De Segurança Nacional, 1975).

> Com referência ao Artigo 12, Parágrafos 1º, 2º e 3º do Anexo A ao Tratado celebrado nesta data entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai [...]

> a) os Diretores Geral, Técnico e Financeiro da Diretoria Executiva da ITAIPU serão nomeados pelo Governo do Brasil;
> b) os Diretores Jurídico, Administrativo e de Coordenação serão nomeados pelo Governo do Paraguai;
> os Diretores Adjuntos, previstos no Parágrafo 1º do citado Artigo 12, serão nomeados de tal maneira que a cada Diretor corresponda um Diretor Adjunto, de nacionalidade diferente da do titular; [...] (Conselho De Segurança Nacional, 1975, p. 12).

As Assessorias tinham atribuições previamente definidas, com um organograma e a definição das funções dos agentes. Por ora, cabe compreender que sua principal função ao longo do tempo foi, especialmente, o controle dos trabalhadores. Assim, na Informação nº 33/399/75, de 13 de outubro de 1975, produzido pela Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Minas e Energia (DSI/MME), com difusão para a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN), encontramos uma reportagem e um documento intitulado "Itaipu, como vivem os operários da represa". O documento se originou de uma reportagem do jornalista Caco Barcelos, com fotografias de Luís Abreu, para o Jornal *Folha da Manhã*, em 5 de junho de 1975 e recebeu o mesmo título. No documento, encontramos a informação de que

> Com objetivo, porém, de obviar esse inconveniente a Segurança da ITAIPU estabeleceu um cadastramento de pessoal com base em uma ficha biográfica individual com fotografia 3x 4 cm de todos os operários. Através desse fichário ê possível exercer controle sobre a rotatividade dos mesmos nas diversas empreiteiras e, dessa forma, eliminar o reemprego daqueles que são dispensados por outras empreiteiras por razões de má conduta ou indisciplina. O processo consiste, pois, em informar sobre a contraindicação do operário que tenha incidido

> em qualquer dos aspectos que não recomendem seu aproveitamento (Ministério das Minas e Energia, 1975, p. 200, grifo do autor).

Notamos, portanto, o papel exercido de controle de classe. A organização, já em 1975, demonstra a sofisticação da atuação das Assessorias de Segurança.

No entanto, nossa pergunta essencial consiste em saber: como se comunicavam os órgãos de informações? Os documentos que aqui são analisados dão pistas de como se construiu um processo bastante significativo para manter todos os olhares voltados para a atuação de trabalhadores nas plantas das empresas que atuavam.

A organização documental centralizada de Itaipu, ao que parece, teve início a partir do assassinato de um operário no canteiro de obras, quando estava na fila do refeitório solicitando o jantar. Tal centralização era desempenhada por dois organismos: a própria Itaipu, ou o Consórcio União de Construtoras (Unicon), no momento de cadastramento do trabalhador ou trabalhadora. Em seguida, Consórcio Unicon (União de Construtoras) eram centralizadas pelas Assessorias de Segurança, que remetiam as fichas individuais dos candidatos aos órgãos de informações correspondentes nos estados de origem daqueles que seriam contratados.

As fichas eram remetidas juntamente com o expediente dos *Pedidos de Busca*, que visavam receber os antecedentes político-ideológico ou criminais do trabalhador ou da trabalhadora. A extensão é tamanha que, ao longo de nossas pesquisas, não conseguimos determinar a quantidade de órgãos de informações ou policiais que estiveram envolvidos nessa trama. Cabe lembrar que todos os trabalhadores e trabalhadoras tiveram as

suas fichas organizadas e os pedidos de busca remetidos. Cabe ressaltar que foram mais de 100 mil operários e operárias que atuaram no canteiro de obras, o que cria a dimensão do que aconteceu no interior das empresas.

A extensa documentação sobre Itaipu no Arquivo Nacional, contudo, é parcial. A Binacional não realizou a remessa de documentos e aqueles que estão disponibilizados dizem respeito a documentos enviados por outros órgãos. É como se estivéssemos montando um quebra-cabeças, com peças ainda desaparecidas. Mas, ainda assim, é possível perceber os meandros das informações presentes na documentação, afora eventuais documentos conseguidos em arquivos diversos ou documentos privados de outros pesquisadores.

Um tipo de documentação não encontrada em Itaipu, mas que outros documentos produzidos indicam terem existido são os relacionados à criptografia. Das funções e atribuições de pessoal interno, encontramos esta previsão no "Regimento Interno da Entidade Binacional Itaipu" (Conselho De Segurança Nacional, 1975).

> VII - Planejar e executar as atividades de comunicações no âmbito da AS [Assessoria de Segurança], assegurando as ligações necessárias e organizando o Centro de Comunicações da Assessoria;
> VIII - Realizar trabalhos criptográficos sempre que necessários;
> IX- Zelar pelo fiel cumprimento das prescrições contidas no Regulamento para Salvaguarda dos Assuntos Sigilosos (RS AS);
> X - Organizar, mantendo atualizada e em condições de uso, a Sala de Operações da AS (Conselho De Segurança Nacional, 1975, p. 157).

As funções de criptografia eram atribuições dos cargos de Auxiliar Técnico de Segurança e Informações e do Analista de Segurança e Informações. Portanto, ao menos dois profissionais estavam envolvidos diretamente em tais funções.

Há, certamente, perguntas não respondidas: para onde eram enviados tais documentos? Sobre o que versavam? Quais órgãos recebiam tais manuscritos? E, especialmente, em quantos tipos de operações encobertas Itaipu esteve envolvida que ainda não sabemos?

Essas perguntas fazem parte de um rol para o qual inúmeros trabalhos que versam sobre a Ditadura no Brasil e no Cone Sul buscam respostas. São documentos ainda desconhecidos, e que fazem com que não saibamos, ao certo, quais foram as formações empregadas para que essas atividades acontecessem. Ainda assim, cabe-nos o questionamento: até onde o trabalho de informações alcançou e o que conseguiu controlar?

O sistema de informações e a aquisição de equipamentos de comunicação

Itaipu é uma obra vultosa de engenharia, mas, sobretudo, traz um propósito geopolítico importante para reordenação da Bacia do Prata e a reordenação do capital no Brasil. Sua importância política e econômica se deve, principalmente, por sua localização e por disputas pelo controle econômico da região (Silva, 2010). Este manuscrito e a pesquisa desenvolvida por esta autora para realização do mestrado, se encaminham no sentido de perceber que, pela localização geopolítica e pela importância da geração de energia, Itaipu e suas Assessorias se tornaram um local privilegiado de atuação de serviços secretos.

O termo Assessorias se destaca no plural pela existência de mais de uma Assessoria em Itaipu, a brasileira e a paraguaia. Além do mais, serviu de espaço de atuação, ao menos, do Conselho de Segurança Nacional, que enviava frequentemente seu pessoal ao canteiro de obras e, ainda, por ter sido incorporado ao Serviço Nacional de Informações a Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI) brasileira da Binacional.

A autorização para funcionamento dos escritórios da empresa se deu a partir da"Ata da Primeira Reunião Ordinária da Diretoria Executiva da Itaipu", realizada na cidade de Assunção – Paraguai, no dia 4 de junho de 1974. No texto lê-se:

> [...] CONSIDERANDO, finalmente o resultado da discussão dos diversos aspectos relacionados com a aquisição das áreas e com a montagem dos escritórios, a DIRETORIA EXECUTIVA RESOLVE: 1. autorizar a Diretoria Administrativa a tomar as medidas necessárias para instalação e operação dos escritórios da Diretoria Executiva da ITAIPU nas seguintes localidades: No Brasil: Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, e Foz do Iguaçu. No Paraguai: Assunção, Porto Presidente Stroessner, Hernandarias, Coronel Oviedo e Salto de Guairá (Itaipu Binacional, 1974a, p. 71, grifo do autor).

As Assessorias estavam presentes onde havia escritório de representação da Itaipu e funcionavam complementando o controle das diretorias da empresa com funções análogas às dos serviços de informações. Sua regulamentação as condicionava como subalternas aos órgãos de informações dos seus países, dos dois lados da fronteira, ou seja, no Brasil e no Paraguai.

Em se tratando de Brasil, os documentos pesquisados não deixam dúvidas quanto à relação das Assessorias com o SNI, com o CSN e com o Ministério das Minas e Energia (MME)

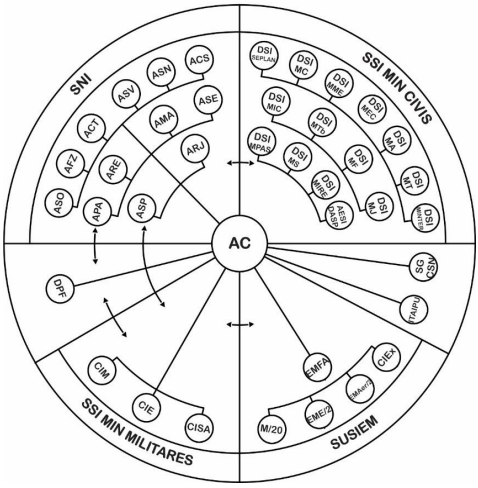
através de sua Divisão de Segurança e Informações (DSI). Não podemos, no entanto, certificar o mesmo tipo de relação no tocante aos órgãos de controle da ASI ou AESI do Paraguai, uma vez que a documentação encontrada e analisada no território brasileiro não nos comprova tal fato.

A estrutura montada para o funcionamento das Assessorias seguia o mesmo formato de organização e distribuição de funcionários adotado pelos escritórios, que favorecia ações de informação, contrainformação e segurança onde atuavam. O Art. 4º do Regulamento da Assessoria de Segurança é esclarecedor:

> Art. 4º - A Assessoria terá a sua sede coincidente com a do Diretor-Geral podendo, entretanto, instalar progressivamente Coordenações de Segurança (CS) nos Escritórios e nos Canteiros de Obras, localizados respectivamente em BRASÍLIA, RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO, CURITIBA e FOZ DO IGUAÇU, dispondo de efetivo compatível com as necessidades de serviço nesses locais.
> § Único - As Coordenações de Segurança são subordinadas diretamente à AS pela qual serão orientadas e fiscalizadas. Na parte administrativa estarão vinculadas aos Escritórios onde estiverem sediadas (Itaipu Binacional, 1974b, p. 155, grifos do autor).

A estrutura organizacional do Sistema Nacional de Informações (Sisni) demonstrada na Figura 1 não deixa dúvidas a respeito da importância dessa atuação, bem como auxilia na compreensão dos motivos que levaram a uma estruturação de tal monta. Pode-se notar que a posição ocupada por Itaipu se encontra no mesmo nível que a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Estrutura Organizacional do Sistema Nacional de Informações



O documento organizado a partir de informações do extinto SNI nos dá a dimensão de como foi a estrutura de Itaipu. Notamos, por exemplo, que apenas a Itaipu, do lado brasileiro, tinha uma Assessoria lotada no Sisni, ultrapassando a competência que a Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Minas e Energia (DSI/MME) possuía e tornando-se um ente independente da DSI e alçando voos maiores.

Uma hipótese para explicar essa atuação diz respeito ao fato de que a Assessoria em questão integrou um sistema que perpassou o Cone Sul, denominado Condor (Silva, 2010). Todavia, uma segunda hipótese, levantada em trabalhos posteriores, onde se compreende que Itaipu pode ter reforçado um sistema maior, com entroncamentos também na Europa, parece ter sido mais provável (Silva, 2017).

A segunda hipótese não exclui a primeira e diz respeito ao monitoramento frequente de trabalhadores estrangeiros, que contou com o auxílio da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores. Cabe ressaltar que, durante a pesquisa, foram encontrados 17 documentos sobre trabalhadores estrangeiros em Itaipu no fundo documental da DSI do Ministério das Relações Exteriores, alocado no Arquivo Nacional. Tal atividade, como tantas outras de órgãos diversos de informações de Ministérios e DSIs alimenta a percepção de que eram realizadas condutas fora das fronteiras nacionais, que demandariam, dentre outras coisas, um sistema de comunicação, o que leva a crer que a conjunção de ações tenha ocorrido no plano interno das Assessorias.

Como já mencionado, as funções desempenhadas pelas assessorias dizem respeito a conteúdos relacionados à segurança, informações e contrainformações. Havia uma demasiada atenção da Itaipu, com o consentimento do SNI, para que elas estivessem submetidas e subordinadas às orientações do Plano Nacional de Informações (PNI). Dessa forma, ainda em sua origem, a ASI não se encontrava vinculada à DSI do Ministério das Minas e Energia.

É importante destacar algumas atribuições da ASI constante no "Regulamento da Assessoria de Segurança da Itaipu Binacional no Brasil" que destaca as competências do setor de informações:

> VII - Planejar e executar as atividades de comunicações no âmbito da AS, assegurando as ligações necessárias e organizando o Centro de Comunicações da Assessoria;
> VIII - Realizar trabalhos criptográficos sempre que necessários;
> IX- Zelar pelo fiel cumprimento das prescrições contidas no Regulamento para Salvaguarda dos Assuntos Sigilosos (RS AS);

> X - Organizar, mantendo atualizada e em condições de uso, a Sala de Operações da AS (Itaipu Binacional, 1974b, p. 157).

Dessa forma, para que o sistema de informações fosse bem-sucedido era necessária a aquisição de um conjunto de equipamentos que pudessem viabilizá-lo. É sobre essa questão que nos deteremos a seguir.

Aquisição de equipamentos de comunicação

Quanto ao Sistema de Comunicação, o que se sabe a esse respeito é que sua utilização teve origem durante a Segunda Guerra Mundial para a comunicação entre os exércitos aliados.

> As técnicas básicas que permitiram essas conquistas foram aplicações de teletipo de rádio, juntamente com desenvolvimentos de rádio de operadora, multicanal e banda lateral única. A técnica SSB foi em si uma grande inovação que forneceu vários circuitos de ondas curtas usando apenas um salão, ou uma banda lateral (suprimindo a outra banda lateral) da distribuição usual de frequências de transmissor que se estendem por vários milhares de ciclos de cada lado da frequência central. A técnica, valiosa para conservar frequências na porção severamente congestionada de ondas curtas do espectro, foi parcialmente desenvolvida pela AT&T. No início de 1942, W. G. Thompson da AT&T discutiu com Stoner a possibilidade de um maior desenvolvimento e refinamento da técnica para uso militar. O SSB foi necessário imediatamente (junto com equipamentos de teletipo e criptografia automática) para acelerar e proteger o crescente tráfego do Exército. O SSB provou ser bom e rápido, e o primeiro sistema, alugado de empresas comerciais, foi aberto com sucesso entre Washington e Londres

> em 20 de julho de 1942. Outros grandes sistemas SSB multicanal se seguiram, para Argel, Brisbane e outros lugares, até que a técnica se tornou padrão em todos os principais circuitos de rádio entre o Departamento de Guerra e as estações estrangeiras da ACAN (Thompson; Harris, 1966, p. 583, tradução livre).

A comunicação, que é algo fundamental entre os exércitos em guerra, passou, portanto, a ocupar um novo patamar. O sistema de comunicações que a American Telephone and Telegraph (AT&T) desenvolveu durante as atuações de exércitos em cenários de guerra, posteriormente, passou a servir como material fundamental para o combate ao *inimigo interno*, seguindo a lógica impressa pela Doutrina de Segurança Nacional e, também, pela Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária no Brasil e no Cone Sul, que serão discutidas mais adiante.

Os equipamentos adquiridos para dar suporte ao sistema de comunicação, em Itaipu, são descritos em documentação datada de 1976. Tal documentação pode ser encontrada nos arquivos do Sistema Informações do Arquivo Nacional sob o título de "*Itaipu Binacional: Relatório de Atividades. Situação em 16.12.76*". O documento pertencente ao fundo do Conselho de Segurança Nacional do Arquivo Nacional e demonstra os procedimentos e a situação de compra de equipamentos na referida data.

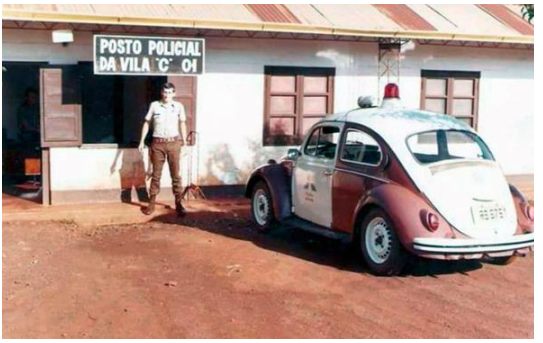
Assim, temos que, de acordo com a documentação mencionada,

> Os trabalhos no campo das telecomunicações prosseguem em ritmo acelerado e, na região de ITAIPU, já estão operando os seguintes sistemas:
> – rede rádio em VHF para o Setor de Segurança na margem esquerda,
> – rede rádio em VHF para o Canteiro de Obras,

> – central PABX – 18 troncos/200 ramais – para o Canteiro de Obras,
> – rádio enlace em VHF com 24 canais interligando Foz do Iguaçu ao Canteiro de Obras.
> Estão em fase de instalação os seguintes sistemas:
> – Central PABX provisória de 100 ramais para o Canteiro de Obras na margem direita,
> – Canal telegráfico Rio de Janeiro–Canteiro de Obras.
> Paralelamente estão sendo recebidos equipamentos para os seguintes sistemas:
> – radio enlace em VHF com 12 canais interligando Presidente Stroessner ao Canteiro de Obras,
> – central PABX para o escritório de Presidente Stroessner,
> – rede rádio em VHF para o Setor de Segurança na margem direita,
> – ampliação da central PABX do Canteiro de Obras para 400 ramais (Itaipu Binacional Relatório..., 1976, p. 29).

Embora a informação se apresente como sendo muito técnica e bastante longa, é importante perceber que, de fato, foi implantado e utilizado largamente um sistema de comunicações via rádio. Os sistemas de rádio podem, sim, ter justificativas diversas, no entanto é, também, necessário perceber, mais detalhadamente, a necessidade da implantação desses sistemas de comunicação. Certamente, os rádios podem ter sido utilizados, também, como forma de comunicação entre as viaturas que existiam na empresa. Uma outra aplicação pode ter sido para facilitar a comunicação da atuação policial, haja vista a fixação de um Posto Policial dentro da Vila C, a vila residencial dos trabalhadores de Itaipu, comprovada através da Figura 2.

Fotografia do Posto Policial dentro da Vila C,
residencial dos trabalhadores de Itaipu



Fonte: Gromow

A aquisição de equipamentos para ambas as margens de Itaipu é outro aspecto considerado fundamental do documento "Itaipu Binacional: Relatório de Atividades. Situação em 16.12.76". De acordo com as explicações do relatório informadas ao sistema repressivo brasileiro, as operações de parte do sistema de comunicações, na margem esquerda, do lado brasileiro, já se encontravam instalados e operando. Na mesma margem, esquerda, outros equipamentos estavam, ainda, em fase de aquisição.

Ainda no conteúdo do Relatório de Atividades, o que mais chamou atenção, contudo, são as evidências importantes sobre a forma de comunicação dos serviços secretos de Itaipu.

> A ITAIPU está adquirindo o equipamento necessário para uma rede fac-simile, uma central PABX para o escritório de Foz do Iguaçu e um sistema em VHF de 30 ramais, interligando Presidente Stroessner e Assunção. Planeja também a ITAIPU a instalação de uma rede de rádio SSB entre Rio-Assunção-Obra, uma

> rede de comunicação de apoio do Setor de Suprimento e uma rede de teleprocessamento de dados (Itaipu Binacional Relatório..., 1976, p. 29).

Tal informação vai ao encontro de outros dados já encontrados sobre o sistema SSB no sistema de comunicações entre os Exércitos da Argentina e Paraguai. Em um encontro bilateral dos exércitos, o exército argentino explicou detalhadamente o processo de troca de informações por tal sistema, conforme pode ser comprovado pelo documento nº 0246F 0425 pertencente ao acervo do Arquivo do Horror citado por Silva (2017):

> Modo de trocar informação e forma de operar:
> - Contato pessoal, prévia comunicação telefônica, utilizando frases combinadas.
> - Telefones da ARGENTINA que podem ser utilizados para localizar pessoas de Inteligência: Destacamento de Inteligência 124: 5819-6544 – Tenente Coronel MARTINEZ.
> Seção de Inteligência 124/FORMOSA; 437 Major GOMAR.
> Seção de Inteligência 124/MISIONES; 8088 – Major QUIROZ.
> - Solicitar possibilidade de obter radio BLU de forma permanente entre o Destacamento de Inteligência 124 e o Departamento de Polícia das FFAA PARAGUAYAS (Documento 0246F 0425, apud Silva, 2017, p. 107, grifos do original, tradução da autora).

Ainda, de acordo com a publicação acima citada Silva (2017), a organização de tal aparato se deu no interior da IIª. Reunião Bilateral de Inteligência entre os Exércitos da República do Paraguai e da República Argentina em 1978. A proposta seria manter a troca de informações no âmbito dos exércitos para evitar as eventuais atuações *subversivas*. O aparato teria sido forjado depois do desbaratamento de *colunas militantes* numa região

denominada pelo documento como Nordeste Argentino. Mais precisamente, cobriria as províncias de Misiones, Formosa, Corrientes e Chaco, todas limítrofes com Brasil e/ou Paraguai.

Outro esclarecimento necessário se faz em relação ao sistema de comunicação denominado *Rádio BLU*, também utilizado em Itaipu. Na ocasião em que realizou sua pesquisa, Silva (2017) ainda não possuía informações acerca do que tal sistema de comunicações significava. Posteriormente, em continuidade à pesquisa, chegou-se ao conhecimento de que a nomenclatura *Rádio BLU* é a tradução de SSB para o espanhol, tratando-se, portanto, do mesmo sistema. As pesquisas indicam se tratar de uma solução técnica, para problemas que ocorrem com modulação de amplitude:

> Um dos problemas inerentes à modulação em amplitude (AM) advém do facto [*sic*] da portadora consumir metade da potência de emissão. A outra metade é subdividida pelas duas bandas laterais. Como facilmente se depreende, este sistema tem o inconveniente de ser pouco eficiente numa óptica energética. Afinal, metade da energia é gasta numa portadora que não oferece nada de útil para o ouvinte e existem duas bandas semelhantes entre si, que poderiam muito bem ser convertidas numa única, como se em vez de termos dois objectos [*sic*], comprássemos apenas um e arranjássemos um espelho para o reflectir [*sic*], dando a ilusão de serem dois. Esta situação tem uma solução: chama-se SSB (Single side Band) ou, em português, BLU (Banda Lateral Única). Assim, a BLU permite transmitir apenas uma das bandas laterais, evitando o desperdício da portadora" (*Mundo da Rádio*, [c202-]).

Tais dados trazem evidências bastante contundentes sobre o sistema de segurança. Não se tratava de um sistema de controle interno de Itaipu, com o objetivo de evitar fraudes, sabotagens

ou mesmo de violações de dados sensíveis. O que transparece nos documentos é a lógica de perseguição ao *inimigo*, geralmente *interno*.

Patrice McSherry manifesta sua opinião e traz informações relevantes a esse respeito, em uma coluna do periódico *La Razón*:

> Aspectos fortes sobre Condortel também foram revelados. Em 2020, o Washington Post publicou a história da Crypto AG, uma empresa suíça supostamente privada que produziu e vendeu máquinas de criptomoedas para muitos governos, por décadas. O jornal revelou que a Crypto AG colaborou secretamente com a inteligência dos EUA por cerca de 50 anos e foi adquirida diretamente pela CIA e pela Inteligência da Alemanha Ocidental (BND) em 1970. Ou seja, a CIA e o BND poderiam facilmente descriptografar todos os relatórios e mensagens por meio de um código-chave programado na máquina. Isso significa que a CIA estava ciente de todas as comunicações militares e diplomáticas de muitos países. E tem mais. Vários documentos desclassificados dos EUA confirmaram que os países da Operação Condor usaram essas máquinas para suas comunicações secretas da Condortel.
>
> Um relatório da CIA de 1977 disse, por exemplo, que todos os membros da Operação Condor usaram essas máquinas criptográficas, fornecidas pelo Brasil, para sua rede secreta de comunicações. Um relatório da Agência de Inteligência de Defesa (DIA) de 1978 informou que a Argentina doou um novo modelo para o sistema Condor este ano. De acordo com um relatório secreto da DIA, "No final de 1977, a Argentina forneceu equipamentos Hagelin Crypto H-4605 à Condortel para melhorar a segurança de suas redes de teletipo". Um relatório secreto da Diretoria de Operações da CIA de 1977, "Sistema de Comunicações Empregado pela Organização Condor", observou que "todos os países pertencentes à Organização Condor mantêm comunicações" (um parágrafo redigido) e que "o sistema de cifra empregado

> pela Condor é um sistema de máquina manual de origem suíça dado a todos os países da Condor pelos brasileiros e com a designação CX52" (McSherry, 2022, grifos da autora, tradução nossa).

A revelação feita por McSherry (2022) é bastante comprometedora sobre o papel do Brasil na região e nos leva a considerar como Itaipu atuou no interior dos sistemas de operações encobertas. Conhecer mais sobre o sistema de comunicações utilizados por Itaipu, envolvendo rádio e criptografia, ajuda a compreender a função cumprida pela hidrelétrica e que suas Assessorias desempenharam e de como conseguiram realizar o levantamento de dados sobre tantos trabalhadores no interior do canteiro de obras.

Documentos como Pedidos de Busca eram bastante fartos e resta-nos saber se as bases criptográficas eram também utilizadas para tal função, ou se Itaipu se envolveu especialmente nas operações encobertas no Cone Sul. Talvez as duas possibilidades estejam colocadas e pesquisas futuras possam apontar mais dados a respeito.

Sobre as informações apresentadas por McSherry (2022), a base de dados do Arquivo Nacional fornece algumas informações complementares. Um documento da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, de 1967 com 510 páginas intitulado "Relatório do andamento das Concorrências 3/67 E 6/67, da D.P.F., para a aquisição de equipamento de rádio" (Ministério da justiça, 1967), tem a descrição e especificação do equipamento 163 vezes para concorrências públicas de compra de tal aparelho, informando as diversas aquisições por órgãos governamentais, como o Ministério da Guerra, por exemplo.

Já o livro *Comand Control and Comunications* (C^3) cuja autoria são A. M. Willcox, M. G. Slade e P. A. Ramsdale, produzido pela Library of Congress Cataloging in Publication, em 1983, encontrado na base de dados do Estado Maior das Forças Armadas trouxe informações sobre os dados técnicos do aparelho e, especialmente, sua empregabilidade:

> No AM normal, verifica-se que pelo menos dois terços da potência estão na frequência portadora, não contém nenhuma informação e não é afetada pelo sinal de modulação. Portanto, a portadora às vezes é suprimida para que a potência do transmissor seja usada de forma mais eficaz. Infelizmente, esta transmissão de portadora suprimida de banda dupla requer um demodulador muito mais complicado e caro no receptor. Além disso, ambas as bandas laterais do AM contêm as mesmas informações e, portanto, só é necessário transmitir uma delas. Essa variante é chamada de Single-Side Band (SSB) e reduz pela metade a largura de banda necessária, mas novamente leva a um receptor mais complexo. Na maioria das aplicações militares, economizar largura de banda é mais importante do que essa complexidade adicional e o SSB é a solução preferida para o rádio de rede HF atual (Willcox; Slade; Ramsdale, 1986, p. 105, tradução nossa).

O prefácio da brochura causa espécie ao explicar os motivos da publicação: a guerra moderna. Sobre a *Guerra Moderna* entendemos se tratar de um debate relacionado aos mecanismos desenvolvidos pela França, durante os combates na Argélia, que será abordado mais à frente.

Diz o texto do prefácio:

> Esta série de livros foi escrita para aqueles que desejam melhorar seus conhecimentos sobre armas e equipamentos militares.

> É igualmente relevante para soldados profissionais, aqueles envolvidos no desenvolvimento ou produção de armas militares ou mesmo qualquer pessoa interessada na arte da *guerra moderna.*
> [...]
> Este livro apresenta os fundamentos e a teoria por trás dos sistemas militares de comando, controle e comunicações (C^3) e destina-se àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos profissionais. A tecnologia de comunicação atual e futura é examinada para permitir que o leitor aprecie seu suporte vital de comando e controle. Os problemas de comunicação, em uma era cada vez mais afetada pela guerra eletrônica, são descritos. Devido ao papel vital desempenhado pelas comunicações no campo de batalha, um bom entendimento é essencial para aqueles que devem usar sistemas C^3. (*idem*, p. 82, grifos nossos, tradução nossa).

Retornando à base de dados do Estado Maior das Forças Armadas, outro documento secreto e urgente, de 8 de setembro de 1983, endereçado ao ministro, teve como assunto a exportação de material de emprego militar para a Colômbia e informa que:

> Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, cópia de correspondência pela qual a "SITELTRA S.A. - Sistemas de Telecomunicações e TRáfego" solicita autorização para fornecer ao Governo da Colômbia 1.000 conjuntos de rádio "Manpack" ERC-110, 100 sistemas de cabos de retransmissão OP-22 (MK-456/GRC) e 12 conjuntos HF (SSB) ERC-621, no valor global de US$ 3,500,000.00 (três milhões e quinhentos mil dólares), a ser financiado pelo Brasil (Exportação ..., 1983, p. 195).

Ainda em relação ao que afirmou McSherry (2022) eram empresas brasileiras, com anuência do Estado, que realizavam a

entrega desses equipamentos para o Cone Sul. Mas o que importa é saber qual o interesse que o Brasil, enquanto Estado, tinha em tais exportações? Para quais fins eram realizadas?

No mesmo dossiê do Arquivo Nacional, na página 261, encontra-se o documento intitulado "*Memória nº 253-2a.SC/83*", com data de 21 de novembro de 1983, tendo como assunto "*Exportação de material de emprego militar para a COLÔMBIA*". Como origem de tal documento é mencionado outro, registrado como "*GTM Nº 060, SECRETO, de 09 Nov 83, do MRE*". No conteúdo daquele, consta que o material a ser comercializado sofreu alterações por solicitação da empresa responsável pelo negócio

> a.O MRE consulta esta Secretaria– Geral a respeito do interesse da empresa " SITELTRA S.A." em alterar o material a ser enviado ao governo da COLÔMBIA e já autorizado a exportação, desta forma o material de emprego militar a ser exportado passa a ser o seguinte:
> – 01 (um) Conjunto "Manpack" ERC–110, composto de rádio VHF/FM (BY–20A), antena curta (AX–20), antena longa (AX–21), base de antena (EA– 20), conjunto telefônico (CJ–22), mochila de lona (BL–20), bolsa de acessórios (BL–21) e bateria de magnésio(BA–4386) ;
> – 01 (um) Conjunto "Manpack" ERC–120, composto de rádio HF/SSB (BY–39), antena longa (AX–21), base de antena (EA–20), conjunto telefónico (CJ–22), mochila de lona (BL–20), bolsa de lona (BL–21) e bateria de níquel– cádmio (RSH–7); e
> – 01 (um) Conjunto VHF/FM portátil ERC–102, composto de rádio VHF/FM, bateria, bolsa e antena.
> c. O assunto é de interesse do M.Ex. e da CACEX.
> d. Trata–se de informar aos órgãos interessados que a SITELTR7, foi autorizada a fazer a alteração em tela (Memória..., 1983, p. 261).

Não é o propósito, aqui, discutir o processo de exportação de materiais de uso militar do Brasil para o exterior, nem tampouco os vários documentos que tratam das autorizações em si, mas confrontar as informações obtidas com o que foi exposto na documentação da própria Itaipu: agentes formados para tal função, salas de controle equipadas para as Assessorias, sistema de transmissão de dados e aquisição de equipamentos de uso militar. No entanto, além desses elementos, foi encontrado tal sistema de exportação conforme o que já havia sido enunciado por minhas pesquisas anteriores e pela opinião de McSherry (2022).

O que nos leva a inferir sobre a importância, potência e atuação das estruturas repressivas em Itaipu é o fato de o seu projeto ter alcançado tamanha potência em decorrência dos seguintes fatos: a superinstrumentalização das assessorias e da sua transformação para AESI além de, consequentemente, estarem vinculadas ao Sistema Nacional de Informações e Contrainformação; de Itaipu estar numa fronteira nevrálgica, envolvendo relações econômicas com o Paraguai, mas também conflitos pela utilização da bacia do Prata com Argentina, Bolívia e Uruguai, pelo menos, como se comprova nos documentos referentes ao Tratado de Itaipu e Ata de Iguaçu; de ser uma região de trânsito de vários perseguidos políticos no Cone Sul; e, por fim, ter chegado à cifra de, ao menos, 100 mil trabalhadores, com larga atuação nos pedidos de busca.

As doutrinas que perpassam a segurança nacional e o envolvimento de Itaipu

Mais do que um relato sobre a produção de materiais que embasam as pesquisas desenvolvidas, a proposta aqui é

compreender, em âmbito mais geral, o que se tornou o sistema de comunicação mais organizado no interior de Itaipu e como isto se desvela no debate acerca da busca ao *inimigo interno*, discutindo o papel assumido pela empresa no controle de seus trabalhadores.

A fotografia reproduzida anteriormente, na Figura 2, nos dá a dimensão do papel policialesco desempenhado por Itaipu no controle de seus trabalhadores. Os intermináveis Pedidos de Busca auxiliam na compreensão de que a classe trabalhadora foi o alvo dileto deste processo inacabável de controle da força de trabalho e como ela deveria se portar diante de um Estado que foi militarizado e expandiu a atuação para o interior de empresas.

Trata-se de uma sofisticação ímpar, que emoldurou o processo ditatorial e que está longe de ser revelado em sua totalidade. As Assessorias de Segurança possuem uma larga documentação sobre seus trabalhadores, o que denota uma extensão dos serviços de informações ainda maior do que se tem alcance. Em 2008, Vivien Ishaq e Pablo Franco indicaram, em um artigo publicado, a extensão dos órgãos de informações que tinham documentos no Arquivo Nacional. Dizem os autores que

> Em 1970, expressando o aumento da importância estratégica do papel informativo do SNI para subsidiar as ações executadas pelos serviços secretos das Forças Armadas e forças policiais estaduais, as DSI foram novamente reformuladas. As DSI ficaram sob a superintendência e a coordenação do SNI, perdendo, portanto, o vínculo com o Conselho de Segurança Nacional. Ainda no âmbito dos ministérios, a responsabilidade pela Segurança Nacional passou a ser uma atribuição de todos os Ministros de Estado. A subordinação ao SNI, fato reforçado pelo Decreto nº 75.640, de 22 de abril

> de 1975, determinou a criação três categorias de DSI, cuja diferença era dada pelo número de funcionários que tinham relação direta com "a maior ou menor complexidade do ministério ou suas singularidades nos campos da Segurança Nacional ou das Informações." Ainda foram criadas, nos órgãos vinculados e empresas públicas da Administração Pública Federal, as Assessorias de Segurança e Informações (ASI) e as Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI), que eram instaladas nos órgãos vinculados aos ministérios (autarquias e empresas públicas) e eram subordinadas às DSI de seus respectivos ministérios. Deste modo, o trabalho de pesquisa identificou, no conjunto de documentos recebidos e produzidos pelo SNI, aqueles que foram gerados pelas DSI, ASI e AESI. Como resultado, foram localizados 22.164 dossiês, nos quais alguma Divisão de Segurança e Informação ou é produtora do documento ou é citada em pelo menos um dossiê. Do mesmo modo, foram localizados 6.987 dossiês sobre Assessorias de Segurança e Informações, expressando a intensa comunicação e difusão de informações entre os órgãos integrantes do SISNI. Deste universo, foram realizados novos recortes, conseguindo-se identificar 249 DSI ou ASI específicas. (Ishaq; Franco, 2011, p. 35).

A nota 15, que acompanha o excerto anterior é a lista de órgãos consolidados já naquele período na base de dados, ocupa três páginas listando os órgãos de informações e repressão que possuem documentos. Isso nos dá a certeza de quanto são insuficientes os levantamentos de dados sobre a estrutura repressiva em sua integralidade.

Na publicação do Informe Público pelo Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Universidade Federal de São Paulo (Vieira *(et all*), *apud* Teles; Osmo; Calazans, 2023) pode ser observado que outros órgãos similares às assessorias

instalaram-se no interior de várias empresas, além de Itaipu. Há informações no caso da Companhia Docas de Santos:

> [...] a partir do golpe de 1964, à luz das diretrizes emanadas da Lei de Segurança Nacional essa polícia pôde solicitar auxílio da Polícia Civil, da Polícia Marítima e Aérea, ou da Capitania dos Portos (II); entregar a eles pessoas suspeitas de contravenções, pedir à Guardamoria da Alfândega de Santos, a competente abertura de inquérito para formação de culpa; impedir a entrada e permanência nas dependências da Companhia de pessoas suspeitas e as prender enquanto aguardam a chegada da Polícia Civil para proceder a revista, entre várias outras do mesmo teor que se encontram detalhados no relatório. Trabalhadores entrevistados relatam a existência de um continente de agentes que atuava junto à DVI que não eram fardados e que se mantinham em sigilo. Tais pessoas, relatam eles, eram as que iam em suas casas perguntar sobre sua vida pessoal, seus antecedentes, comportamentos, família, etc. Um deles disse que eram apelidados de "70", mas divergem sobre o sentido desse "apelido". Eram, conforme esclarecem, os escondidos, aqueles que pareciam fantasmas, que os vigiavam pelas costas onde estivessem, fosse no bar da esquina, perto do sindicato, fosse em outros espaços (*idem, ibidem*, p. 124–125).

Também constam informações da Fiat do Brasil:

> Os materiais que demonstram as facilidades econômicas e fiscais conferidas pelo Estado brasileiro à implementação da Fiat no país, a participação de militares no corpo de empregados da segurança da empresa e a constituição de um sistema complexo de vigilância e informação de práticas políticas dos empregados da empresa dão sustentação inicial a tais intentos, que foram incrementados ante a novos materiais levantados pela pesquisa nos três semestres do projeto. Alguns elementos

> quanto ao escopo da pesquisa –como, por exemplo, a abrangência de outras empresas do grupo Fiat, considerando que a empresa tinha a si diversas outras coligadas– foram alterados no curso da investigação, com vistas a lhe conferir maior espectro de abrangência (Machado (*et all*), *idem, ibidem*, p. 144).

E, ainda, da própria Itaipu Binacional:

> Além das questões relativas à segurança no trabalho, documentos referentes aos trabalhadores demonstram a vigilância em relação à sua vida pregressa. Um tipo de documento produzido era o "Pedido de Busca", que em seu conjunto reunia um grande montante de nomes e fichas de trabalhadores que eram contratados, e suas vidas eram investigadas sobre onde nasceram e locais de trabalho anteriores. Eram produzidos pelas Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESIs) e distribuídos aos órgãos de onde os trabalhadores tivessem suas origens (Silva *(et all) idem, ibidem*, p. 208–209).

Na Petrobrás, encontramos a informação da existência da Divisão de Vigilância e Informação (Divin), com atuações similares às Assessorias:

> O vínculo e articulação da empresa com as Forças Armadas é também bastante visível e fartamente documentado. Para além da presença de militares no comando da empresa, em, pelo menos, 6 (seis) contextos este vínculo e articulação são evidentes: (1) na ocupação, na sequência do golpe, de cargos de interventores em suas unidades; (2) na coordenação, por parte de integrantes das FFAA, das primeiras ações e repressão desencadeadas no interior da empresa no período subsequente ao golpe de 1964, a exemplo da condução da CGI-Petrobras e dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs), realizados entre abril e outubro de 1964, que resultaram no "levantamento de cerca

> de 3.000 suspeitos"[3], na abertura de pelo menos "1.500 processos de investigação"[4], e no indiciamento de 712 trabalhadores; (3) em iniciativas, em 1969, relacionadas ao enquadramento de funcionários da empresa na Lei de Segurança Nacional e no previsto pelo Ato Institucional nº 5, processo também encaminhado internamente e avalizado pela diretoria da estatal; (4) na ocupação de funções de chefias intermediárias, a exemplo daquelas relacionadas à estrutura da Divisão de Vigilância e Informação (DIVIN) da empresa, assim como na sua Assessoria de Segurança e Informações (ASI-Petrobras); (5) na inserção de agentes no corpo de funcionários tanto em atividades operacionais como administrativas à serviço do sistema de informações e vigilância; (6) na participação da Petrobras em Comunidades de Informações compostas por representações empresariais e por agentes de órgãos de repressão e vinculados às Forças Armadas (Praun *(et all) idem, ibidem*, p. 300).

Mas a realidade exposta no Informe Público (Teles; Osmo; Calazans, 2023) demonstra que o sistema de informações perpassou várias outras empresas, todas elas investigadas, demonstrando um *modus operandi* substancial e que está longe de ser conhecido em sua completude. Todas as empresas tiveram setores de segurança, geralmente comandados por militares. Pela extensão das denúncias contidas no Informe Público, temos a percepção de como a atuação ultrapassou os números que foram indicados nos relatórios de Comissões da Verdade e, novos olhares sobre o problema vem demonstrando que há a necessidade de aprofundamento da discussão.

O contexto impresso destaca o que diversas pesquisas indicavam: uma organização internacional que teve como mote a preparação para o aprofundamento da retirada de direitos. Se mirarmos sobre o objeto, é possível avançar na discussão do que este novo modelo significou em larga escala:

> Vale a pena lembrar um evento que iria antecipar algumas das bandeiras importantes do renascer neoliberal. Em 1975, os documentos da chamada Comissão Trilateral alertavam para um problema fundamentalmente político: a sobrecarga do Estado levava à ingovernabilidade das democracias. (...) Desse modo, a quarentena dos neoliberais começou a romper-se decididamente na metade dos anos 70. Logo em seguida, líderes partidários alinhados com programas neoliberais conquistaram governos de importantes países: em 1979, Margaret Thatcher, na Inglaterra; em 1980, Reagan, nos EUA; em 1982, Helmut Kohl, na Alemanha. A rigor, porém, as primeiras grandes experiências de "ajuste" neoliberal foram ensaiadas na América Latina: em 1973, no Chile, com Pinochet, e em 1976, na Argentina, com o general Videla e o ministério de Martinez de Hoz. Nos anos 80, os programas neoliberais de ajuste econômico foram impostos a países latino-americanos como condição para a renegociação de suas dívidas galopantes. Daí se passou à vigilância e ao efetivo gerenciamento das economias locais pelo Banco Mundial e pelo FMI: 1985, Bolívia; 1988, México, com Salinas de Gortari; 1989, novamente a Argentina, dessa vez com Menen; 1989, Venezuela, com Carlos Andrés Perez; 1990, Fujimori, no Peru. E, desde 1989, o Brasil, de Collor a Cardoso (Moraes, 2001, p. 16–17).

O avanço neoliberal, sem dúvidas, já era percebido em Itaipu, como em empresas como a Fiat e a Companhia Siderúrgica Nacional. As empreiteiras do Consórcio Unicon (União de Construtoras) de Itaipu, além de realizarem a ficha de seus trabalhadores, também o faziam para as empreiteiras sublocadas, em um processo de quarteirização da contratação de empresas e de força de trabalho. As fichas de identificação do trabalhador eram remetidas à Itaipu que repassava às Assessorias de Segurança que, por sua vez, as despachavam aos estados de origem ou de trabalho dos contratados.

A forma de controle desenfreada, vislumbrada na documentação, se deve especialmente a um imperativo do capital de garantia de investimentos internacionais. Slatman (2010) explica este processo:

> O desenvolvimento do inimigo como força subversiva ou revolucionária é um processo que passa, para os militares, por várias etapas. O esquema é simples e linear: primeiro há um desdobramento das forças revolucionárias e a população se infiltra, depois é feita uma tentativa de dissociar a população do poder legal. Na próxima etapa, passamos para o controle da população no nível físico e psicológico. Em seguida, criam-se "zonas libertadas" e o último momento é o da construção de um duplo poder, o da ofensiva geral: civil e militar (Slatman, 2010, p. 450, tradução livre).

A ideia do combate ao *inimigo*, ou ao *subversivo*, se expandiu em larga escala. A dualidade do poder é percebida amplamente em Itaipu que, além de percorrer o controle dos trabalhadores, das vilas operárias, das populações estrangeiras, inseriu o Brasil, de fato, na estrutura repressiva paraguaia, já que a ASI e depois AESI da binacional existia dos dois lados da fronteira e tinham a função de trocas de informações internamente. A diretoria civil se submeteu aos ditames dos militares, e ambos foram vinculados ao poder das empresas que atuaram na construção e instalação dos geradores de energia.

Um dado importante que o manual de Willcox; Slade; Ramsdale (1986), já referenciado anteriormente, nos remete e que vale lembrar, é a Guerra Moderna como eixo norteador dos combates. Desenvolvida pela França durante os combates na Indochina e amplamente testadas na Argélia, os manuais de Guerra Moderna, que são os combates ao *inimigo interno*, fo-

ram elaborados por Roger Trinquier (1963), traduzidos no Cone Sul nos anos posteriores e serviram de mote de formação para uma geração extensa de militares em todo o subcontinente.

Autores como Chirio (2012) e Robin (2014) demonstram a entrada dessas doutrinas na região e a capacidade que tiveram de organizar as atividades já previstas na DSN. Em seus trabalhos, Mecchi (2015) menciona a *Operação Papagaio*, também chamada de *Manobra 72*, que foi a primeira operação de teor claramente psicológico adotada no combate ao *inimigo interno*, ancorada nos princípios da Doutrina de Segurança Nacional. Dentre as aplicabilidades, a autora descreve ser necessário testar a Doutrina de Guerra Revolucionária.

> 1– Realizar, por intermédio da manobra, uma operação psicológica visando a:
> – alijar da área elementos subversivos que lá vem atuando;
> – capacitar a população de que poderá contar com o auxílio do Exército, conquistando-lhe, também, a simpatia pelas ACISOs empreendidas;
> *2 – Testar:*
> • *a doutrina da Guerra Revolucionária;*
> • o grau de instrução da tropa [...] (Mechi, 2015, p. 314–315, grifos nossos).

A Doutrina de Guerra Revolucionária ou Guerra Moderna foi um conjunto de procedimentos pensado por Trinquier e implementado pelo General Massu, na Argélia, nos anos de 1950. Os procedimentos tinham como pressuposto a atuação contrarrevolucionária. As táticas de infiltração nas comunidades, previstas nos manuais, se assemelham às técnicas de infiltração no interior das empresas, corroborando a ideia de que todos esses processos desencadeados formam um conjunto orquestrado e que vale a pena ser analisado a partir de tais pressupostos.

Ao que percebemos, foram feitas adaptações para cada caso nacional, mas o conjunto de denúncias que aparecem em relação às empresas ganham cada vez mais causas movidas pela justiça no Brasil e em países do Cone Sul. Na Argentina, por exemplo, teve a Causa Ford como um dos motes de investigação sobre empresas. É importante considerar que esse tipo de atuação empresarial que varreu o continente teve algum nível de centralização. No caso da Itaipu, já está evidente sua relação no Sisni. Cabe realizar, ainda, verificações sobre as demais empresas e a interrelação dos países entre elas.

Ainda sobre o Cone Sul, Verbitsky e Bohoslavsky (2013) esclarecem que:

> Empresários que são processados criminalmente por contribuírem para o desaparecimento de seus trabalhadores, vítimas que processam os bancos que financiaram a ditadura, reivindicações econômicas na jurisdição trabalhista por detenções no local de trabalho que se tornam desaparecimentos e são declaradas imprescritíveis, sentenças que instruem a investigar a conformidade editorial dos jornais, pedidos efetivos de acusação contra empresários de mídia por terem implementado campanhas para manipular o informações em conluio com os planos repressivos, processos por extorsão de empresários e usurpação de bens, a investigação do Estado sobre o caso "Papel Prensa", a criação de uma unidade especial de investigação de crimes contra a humanidade com motivação econômica no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos e de um escritório de coordenação de políticas de direitos humanos, memória, verdade e justiça dentro da Comissão Nacional de Valores Mobiliários são alguns exemplos dessa nova tendência (Verbitsky; Bohoslavsky, 2013, p. 12–13, tradução nossa).

Assim, o fato de haver esse tipo de investigação devido aos novos problemas colocados em relação à questão, demonstra a necessidade de aprofundamento nas várias vertentes, com relação direta ou indireta do Estado: a situação dos trabalhadores (formação de listas sujas, adoecimento, acidentes de trabalho, trabalho em condições análogas à escravidão, dentre outras); a remoção de pessoas (camponeses, quilombolas e povos originários); e assassinatos no campo, cidades e florestas.

As pesquisas relacionadas às empresas e à ditadura se tornam essenciais, na medida que abrem a possibilidade de averiguarmos novas formas de repressão, ainda pouco estudadas. É fato que o *modus operandi* em relação aos trabalhadores se distinguiu do aplicado ao combate à esquerda, estando ou não armada. Mas há mecanismos de proximidade que necessitam ser desvelados.

Conclusão

É importante destacar a necessidade do conhecimento e aprofundamento das discussões sobre os sistemas de comunicação no interior dos processos repressivos, de forma a adentrarmos na documentação e nas formas organizadas de repressão desencadeadas.

Este artigo centrou-se no debate de como empresas se organizaram para atuar desencadeando a repressão, especialmente contra trabalhadores, mas também é perceptível, em Itaipu e outras que estão sendo investigadas em ações do Ministério Público Federal, a atuação contra camponeses, povos originários e quilombolas.

Há uma conexão de atuações repressivas que precisam ser investigadas, a fim de constituirmos novas perspectivas e olhares para cotejar a realidade vivenciada por trabalhadores e trabalhadoras em todo o país. Longe de resolver todas as questões, o mote de novas pesquisas tem sido o de descortinarem as diversas formas de repressão, e se encaminham para compreender como todo o aparato de controle no interior das empresas funcionou.

O caso de Itaipu é significativo, porque descortina a atuação de uma empresa no Sistema Nacional de Informações, chegando a estar lado a lado com demais órgãos do sistema repressivo. Mas mais que isso: informações trazidas para essa discussão demonstram a entrada do Estado brasileiro na atuação repressiva paraguaia, comprovando a necessidade de aprofundarmos as discussões de atuações empresariais no Cone Sul sob ditaduras.

Outro aspecto importante é a dimensão de que Itaipu atuou com um modelo bastante sofisticado de equipamentos e pessoal, levando-nos a questionamentos de seus envolvimentos com as diversas operações encobertas no Cone Sul.

Similaridades de processos repressivos, em diversos países da região, demonstram que a atuação persecutória não se encerrou na ação contra militantes e organizações de esquerda. Talvez, esses militantes e essas organizações tenham sido uma experiência, dentre tantas outras, que os dados começam a apontar. Há certamente diferenças no *modus operandi* das atuações contra militantes e trabalhadores, mas certamente há aproximações e indicações diretas da necessidade de compreendermos de conjunto como o Estado atuou na relação com empresários. E como empresários contribuíram e se beneficiaram da Ditadura empresarial militar.

Passados 60 anos, novas discussões se colocam para historiadores e público em geral, e a compreensão de relações entre passado e presente são apontadas diariamente. Faz-se cada vez mais necessária esta discussão: os trabalhadores, os atingidos diretamente pelas políticas desencadeadas pelo Estado, estão envelhecendo ou já morreram. Há a necessidade de recuperação de memórias, cotejadas com documentos para compreendermos o conjunto das condições impostas no interior dos locais de trabalho.

Referências

Chirio, M., *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira.* Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

Conselho de Segurança Nacional. Secretaria Geral. Anexo B do Tratado de Itaipu. In: Sistema de Informações do Arquivo Nacional. *Itaipu Binacional (Diversos)*. Rio de Janeiro: SIAN, 1975. (BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.149 - Dossiê). Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1081193&v_aba=1. Acesso em: 22 out. 2024.

Exportação de material de emprego militar. Colômbia. In: Sistema de Informações do Arquivo Nacional. *Egito Eg, Emirados Árabes Unidos Eau, Emirados Árabes Unidos Eb-A e Colômbia Cd-2*. Rio de Janeiro: SIAN, 1983. p. 194–198. (BR DFANBSB 2M.0.0.108, v.4 - Dossiê). Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=2015741&v_aba=1. Acesso em: 24 out. 2024.

Gromow, A. *Novo causo*. 2021. Disponível em: https://autoentusiastas.com.br/2021/04/novo-causo-tempo-em-que-tudo-dava-errado/. Acesso em: 25 out. 2024.

Ishaq, V.; Franco, P. E. "Os acervos dos órgãos federais de segurança e informações do regime militar no Arquivo Nacional". *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 29–42, 2011. Disponível em: https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/293/293. Acesso em: 25 out. 2024.

Itaipu Binacional. Ata da primeira reunião ordinária da diretoria executiva da Itaipu, realizada no dia 4 de junho de 1974, na cidade de Assunção - Paraguai. In: Sistema de Informações do Arquivo Nacional. *Itaipu Binacional (Diversos)*. Rio de Janeiro: SIAN, 1974a. p. 69–77. (Dossiê – BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.149). Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1081193&v_aba=1. Acesso em: 23 out. 2024.

Itaipu Binacional. Regulamento da Assessoria de Segurança da Itaipu Binacional no Brasil (AS/IB/BR). In: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL. *Itaipu Binacional (Diversos)*. Rio de Janeiro: SIAN, 1974b. p. 153–165. (Dossiê – BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.149). Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1081193&v_aba=1. Acesso em: 23 out. 2024.

Itaipu Binacional. Relatório de Atividades: situação em 16.12.76. In: Sistema de Informações do Arquivo Nacional. *Itaipu Binacional. Assessoria de Segurança (Diversos)*. Rio de Janeiro: SIAN, 1976. p. 5–52. (BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.233 - Dossiê). Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1089022&v_aba=1. Acesso em: 24 out. 2024.

Machado, G.S.S (*et all*). "Fiat". In: Teles, E.; Osmo, C.; Calazans, M. O. *Informe público*: *a responsabilidade e empresas por violações de direitos durante a ditadura*. São Paulo: CAAF, Unifesp, 2023. Disponível em: https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/CAAF/Empresas_e_Ditadura/InformePublico.pdf. Acesso em: 24 out. 2024.

McSherry, J. Patrice. "Operación Cóndor y Teseo: Detalles secretos desclasificados". *La Razón*, Santiago, 13 nov. 2022. Opinión. Disponível em: https://www.larazon.cl/2022/11/13/columna-de-j-patrice-mcsherry-operacion-condor-y-teseo-detalles-secretos-desclasificados/. Acesso em: 25 out. 2024.

Mechi, P. S. *Os protagonistas do Araguaia*: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha. 2015. Tese (Doutorado em História Social)– Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

Memória nº 253-2a.SC/83. In: Sistema de Informações do Arquivo Nacional. *Egito Eg, Emirados Árabes Unidos Eau, Emirados Árabes Unidos Eb-A e Colômbia Cd-2*. Rio de Janeiro: SIAN, 1983. p. 261. (BR DFANBSB 2M.0.0.108, v.4 - Dossiê). Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=2015741&v_aba=1. Acesso em: 24 out. 2024.

Ministério Da Justiça. Arquivo Nacional. Arquivos do Brasil sobre a repressão política na ditadura militar (1964-1985). In: Sistema de Informações do Arquivo Nacional. *Arquivo Nacional no Distrito Federal encaminha CD sobre "Arquivos do Brasil sobre a Repressão Política na Ditadura Militar"*. Rio de Janeiro: SIAN, 2012. (BR RJANRIO CNV.0.RCE.00092000316201261 - Dossiê). Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1319596&v_aba=1. Acesso em: 22 out. 2024.

Ministério Da Justiça. Relatório do andamento das Concorrências 3/67 E 6/67, da D.P.F., para a aquisição de equipamento de rádio. In: Sistema De Informações Do Arquivo Nacional. *Polícia Federal - Aquisição de sistema de rádio-telegrafia (1)*. Rio de Janeiro: SIAN, 1967. (BR RJANRIO TT.0.JUS, AVU.124 - Dossiê). Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1109804&v_aba=1. Acesso em: 24 out. 2024.

Ministério das Minas e Energia. Divisão de Segurança e Informações. Informação nº 33/399/75. In: Sistema de Informações do Arquivo Nacional. *Itaipu Binacional. Assessoria de Segurança (Diversos)*. Rio de Janeiro: SIAN, 1975. p. 193–204. (BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.521 - Dossiê). Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1119971&v_aba=1. Acesso em: 22 out. 2024.

Moraes, R. *Neoliberalismo*: *de onde vem, para onde vai?* São Paulo: Senac, 2001.

Mundo da Rádio. *O que é a SSB*. [202-]. Disponível em: https://www.mundodaradio.info/artigos/o_que_e_a_ssb.html. Acesso em: 24 out. 2024.

Praun, L. (*et all*). "Petrobras". In: Teles, E.; Osmo, C.; Calazans, M. O. *Informe público*: *a responsabilidade e empresas por violações de direitos durante a ditadura. São Paulo*: CAAF, Unifesp, 2023. Disponível em: https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/CAAF/Empresas_e_Ditadura/InformePublico.pdf. Acesso em: 24 out. 2024.

Robin, M. M. *Escuadrones de la Muerte, la escuela francesa*. La Plata: De La Campana, 2014.

Silva, C.L.S. (*et all*). "Itaipu". In: Teles, E.; Osmo, C.; Calazans, M. O. *Informe público*: *a responsabilidade e empresas por violações de direitos durante a ditadura*. São Paulo: CAAF, Unifesp, 2023. Disponível em: https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/CAAF/Empresas_e_Ditadura/InformePublico.pdf. Acesso em: 24 out. 2024.

Silva, J. da. *A Usina de Itaipu e a Operação Condor*: O outro lado das relações bilaterais Brasil – Paraguai (1973-1987). 2010. Dissertação (Mestrado em História Social)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

Slatman, M. "Una doctrina militar contrarrevolucionaria para la Nación Argentina. Análisis de la discursividad oficial del Ejército Argentino durante la Guerra Fría (1957-1976)". In: García Ferreira, R. (Org.). *Guatemala y la guerra fríaen América Latina*. Guatemala: CEUR, USAC, 2010. p. 431–459. Disponível em: https://www.academia.edu/8359690/Roberto_Garc%C3%ADa_Coordinador_Guatemala_y_la_guerra_fr%C3%ADa_en_Am%C3%A9rica_Latina_Guatemala_CEUR_USAC_2010_?auto=download. Acesso em: 25 out. 2024.

Teles, E.;Osmo, C.; Calazans, M. O. *Informe público*: *a responsabilidade e empresas por violações de direitos durante a ditadura*. São Paulo: CAAF, Unifesp, 2023. Disponível em: https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/CAAF/Empresas_e_Ditadura/InformePublico.pdf. Acesso em: 24 out. 2024.

Thompson, G. R.; Harris, D. R. *The Signal Corps*: the out come (Mid 1943- Throught 1945). Washington: Office the-Chief of Military History United States Army, 1966.

Verbitsky, H.; Bohoslavsky, J. P. *Cuentas Pendientes*: *los cómplices económicos de la dictadura*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2013.

Vieira, V. L. (*et all*). "Docas: parceria empresa / Estado na repressão aos trabalhadores". In: Teles, E.; Osmo, C.; Calazans, M. O. *Informe público*: *a responsabilidade e empresas por violações de direitos durante a ditadura*. São Paulo: CAAF, Unifesp, 2023. Disponível em: https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/CAAF/Empresas_e_Ditadura/InformePublico.pdf. Acesso em: 24 out. 2024.

Willcox, A. M.; Slade, M. G.; Ramsdale, P. A. "Comand control and Communications (C3)". In: *Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Latham C31*. Oxford: Brassey'sPublishers, 1986. p. 80–236. (BR DFANBSB 2M.0.0.41, v.1). Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=2015166&v_aba=1. Acesso em: 24 out. 2024.

Entre a Brigada Político Social e o Servizo de Información da Garda Civil. Redes múltiples, paralelas e (non sempre) amigas. 1952-1979

Jessica Nogueira Castro

A Brigada Político Social (BPS) e a Dirección Xeral de Seguridade (DXS): protagonistas na represión franquista. Un pequeno estado da cuestión.

A caracterización do réxime franquista que perdurou no Estado español durante máis de catro décadas foi foco de bizantinos debates na historiografía ao respecto. As discusións de índole máis teórica foron abandonadas no cambio de século para virar a ollada cara ás prácticas violentas, describindo e analizando que fora o que fixeran. Foi a mirada renovada sobre o ciclo de violencia estatal asociado ao Golpe, á Guerra e á Posguerra o que permitiu comprobar que o obxectivo dos militares sublevados non se limitaba a vencer na contenda bélica: o que pretendían era a eliminación moral e física de todo un grupo social que definiran como inimigo de España. Deste xeito, esta premisa permitiu que algúns historiadores definisen a violencia sublevada como unha práctica xenocida (Míguez Macho, 2014). Nas retagardas, xa controladas polos militares sublevados, coa colaboración das Forzas de Orde Público (FOP) e de milicias civís formadas por militantes requetés e falanxistas, desenvolveuse un complexo sistema xudicial de si no militar, mais tamén civil do cal resultaron condenadas e asasinados miles de persoas, alén das execucións extraxudiciais (López Sánchez, 2021).

Todo achegamento ao estudo do réxime franquista debe ter presente o carácter xenocida da súa orixe. Un carácter que perdurou de forma clara ata o exterminio da guerrilla antifranquista (Fernández Pasalodos, 2024), mais que pouco a pouco se foi diluíndo, sen desaparecer por completo, nun estado de latencia, con estoupidos que non desapareceron ata a fin do réxime. É precisamente durante a segunda metade do réxime cando se produce un proceso –aínda sen explorar detidamente polos científicos sociais–, no que, sen abandonar o seu carácter de excepcionalidade, isto é, de Estado extraxurídico no que sempre houbo un baleiro de dereito (Agamben, 2004), o réxime semella mudar as súas prácticas. Co fin da loita guerrilleira e a total incorporación do Estado español na engrenaxe do capitalismo imperialista mundial –da man fundamentalmente dos pactos cos Estados Unidos de América, e, máis tarde, coa Comunidade Económica Europea– avanzouse na institucionalización e no reforzo da administración ao longo de toda a década de 1950, impulsada directamente por López Rodo, man dereita de Carrero Blanco, dende a Secretaría Xeral Técnica da Presidencia (Cañón Voirin, 2022). Este proceso viuse ornamentando coa retórica do progreso, da "democracia orgánica" e da singularidade de España, que a convertía en diferente, mais non en excepcional, procurando deixar nun segundo plano a dialéctica "guerra civilista" que se viñera empregando como fonte de lexitimación ata entón (Hofmann, 2023).

Aínda que hai unha profusa investigación histórica arredor do ciclo de violencias vinculado ao Golpe e á Guerra, o quefacer do Estado franquista en materia represiva a partir de 1950 quedou relativamente relegado. Só na última década, novos investigadores se teñen adentrado neste terreo baldío situando

no centro do debate, tanto académico como público, a certeza de que o réxime de 1936 mantivo a súa excepcionalidade ata o seu colapso. A mirada crítica ao pasado por unha nova xeración de historiadores comezou a cuestionar o que ata entón estaba asentado como relato oficial do proceso transicional e dos derradeiros anos do franquismo. As investigacións puxeron o foco na violencia que percorreu o cambio de réxime (Aparicio Rodríguez, 2017; Baby, 2018; Casals, 2016; Ribera, 2021; Sánchez Soler, 2010; Wilhelmi, 2016). Aínda non sendo sempre o obxecto de estudo protagonista, as violencias perpetradas polo Estado asomáronse como chave no proceso, lembrando que a natureza violenta e exterminadora do Estado franquista non tiña rematado na década de 1940. Ao contrario, perdurara ata o seu último respiro (Babiano Mora et al., 2018; Casanellas, 2014; Gómez Bravo, 2014; Lorenzo Rubio, 2020). Así, dende a segunda década do século XXI espalláronse as investigacións do que podemos denominar de xeito xenérico "cuestión represiva" para a segunda metade do franquismo.

Os resultados ata o momento xiran arredor de dous eixos. Por unha banda, o estudo das vítimas no referido a súa identificación, reconto e categorización en función do tipo de violencia sufrida (Ballester, 2022; Portal González, 2014). Por outra banda, a análise da policía política, coñecida como Brigada Político Social, como actor fundamental das prácticas violentas, e da Policía Armada, como policía de choque, baixo o mando da Dirección Xeral de Seguridade (Alcántara, 2022, 2024; Ballester, 2019; Marco, 2019). A través da Dirección Xeral de Seguridade (DXS) xestionábanse directamente as prácticas represivas: os obxectivos, os medios, os actores e as xustificacións. Baixo o paraugas da DXS situábase a Policía Gobernativa, for-

mada polo Corpo Xeral de Policía e pola Policía Armada.[1] Á fronte da DXS estaba o director xeral, cargo político elixido directamente polo ministro, encargado do mando –directo y único de los Cuerpos General de Policía y Policía Armada, así como de la organización y ejecución de los servicios de los expresados Cuerpos–. Dende o Decreto de 31 de Outubro de 1958, a Dirección Xeral estivo formada por cinco comisarías xerais: Orde Público, Investigación Social, Investigación Criminal, Fronteiras e Identificación. Foi a Comisaría Xeral de Investigación, máis coñecida popularmente co acrónimo BPS ou Brigada Político Social, a encargada especificamente dos asuntos políticos contrarios ao réxime franquista. Cómpre ter en conta que a BPS non era máis que unha sección do Corpo Xeral de Policía. Á diferenza do que pasaba noutros lugares, como no veciño Portugal –que contaban cunha policía política específica, a PIDE– no caso español, aínda que dende unha sección propia, as tarefas de persecución política ensartábanse entre o resto de funcións ordinarias do corpo policial. Na mesma liña, é importante diferenciar entre a BPS e o resto da DXS. Os axentes da BPS eran os responsables da investigación e información dos potenciais adversarios do réxime. Eran os encargados das vixilancias de sospeitosos, do control das entradas e estancias dos exiliados, da presenza en xuntanzas públicas como delegados da autoridade ou de métodos máis complexos como a obtención de confidentes ou a infiltración de axentes nos movementos contestatarios (Alcántara, 2022;

[1] O principal órgano xestor das políticas represivas no Estado español era o Ministerio de Gobernación, que posuía as competencias referidas á seguridade interior e á orde pública, ademais de toda a rede administrativa para o control territorial, tanto no plano provincial como local. Isto traducíase nun complexo organigrama ministerial.

Marco, 2019; Redondo Abal, 2020). As súas obrigas completábanse coas detencións, rexistros de domicilios e interrogatorios, que en demasiadas ocasións ían acompañados de torturas (Batista, 2010; Risques Corbella, 2002).

O feito de que as torturas, unha das prácticas violentas máis temidas e lesivas para as vítimas, tivesen lugar nos simbólicos edificios da DXS, situados en lugares tan céntricos e emblemáticos como a Porta do Sol de Madrid, acabou por orixinar unha asimilación entre BPS e DXS que ocultaba unha boa parte do organigrama e competencias da dirección xeral. Xunto coa BPS, no seo da dirección xeral de Seguridade, existía outro organismo fundamental para as tarefas de investigación: a Xefatura de Información, que dependía directamente do director xeral e estaba especializada na espionaxe da oposición e na elaboración de informes para a súa difusión entre o aparello policial do Estado.[2] A partir dunha documentación fragmentada e periférica, consultada nos fondos dos gobernos civís nos arquivos histórico provinciais, a correspondencia enviada dende o servizo de información aos gobernadores civís permitiu reconstruír a estrutura e as prácticas máis sobresaíntes da Xefatura de Información da DXS.[3]

A distribución territorial deste Servizo de Información era paralela á do Corpo Xeral de Policía. En cada comisaría, funcionarios adscritos a este servizo recollían minuciosamente os

[2] "Orden de 14 de marzo de 1968 por la que se determina la organización de las Unidades que integran la Dirección general de Seguridad", art. 2º, *BOE*, nº 80, (02-04-1968), 4927.

[3] Arquivo do Reino de Galicia (ARG) sin.34374; 33783; 33769; 33950; 34121; 33801; 33963; 34165; 33426; Arquivo da Subdelegación de Goberno de Pontevedra (ASGP), sin.3189; 1492; 5511; Arquivo Histórico Provincial de Ourense (AHPOU), sin. 4429; Arquivo Histórico Provincial de Lugo (AHPL), sin. 13354

principais episodios de protesta e estudaban as actitudes e comportamento dos distintos sectores políticos, sinalando calquera derivación, política e social, e engadindo unha análise valorativa da situación, das probables consecuencias e do grao de perigosidade en que podía derivar. Por exemplo, en setembro de 1967 o Servizo de Información da Xefatura Superior de Policía da Coruña elaborou un pequeno informe arredor do funcionamento fraudulento de moitas pequenas empresas auxiliares do estaleiro Astano, un dos máis importantes da cidade de Ferrol.[4] O funcionario describe como estas empresas subcontratadas polos grandes estaleiros obrigaban aos obreiros a firmar os contratos en branco, non pagaban as liquidacións nin as subidas de soldo e incluso ignoraban tanto o pactado no marco da OSE (Organización Sindical Española) como as sentencias das Maxistraturas laborais. Para evadir a lexislación, as empresas declaraban periodicamente a súa extinción e eran substituídas por outras que ocupaban o mesmo espazo, cadro de persoal e funcións. Un obreiro chegou a presentar unha denuncia por coacción e acoso, mais –podemos asegurar que la mayoría de estos productores no son políticos y no formulan protestas serias por piedad a las Fuerzas de Orden Público–. O funcionario remataba chamando a atención sobre a necesidade de intervir e auxiliar aos traballadores deste tipo de empresas para evitar que outros, isto é, sindicatos e organizacións ilegais, o pudiesen facer antes. Así concluían o informe:

> estas situaciones, principalmente en esta empresa y en otras conocidas por los obreros como "empresas piratas", pueden

[4] Ferrol é unha cidade situada no norte de Galiza, pertencente á provincia da Coruña. Durante o réxime franquista era unha cidade industrial con predominio do sector naval, fundamentalmente existían o estaleiro Bazán e Astano.

> dar pábulo para que se vayan apoderando de la opinión pública elementos extraños con fines políticos, como ya estaba ocurriendo en la primavera pasada.[5]

A documentación creada polo Servizo de Información da DXS tiña carácter de segredo, ao contrario do que sucedía co resto de correspondencia do Corpo Xeral da Policía, incluída a BPS. Cada envío adoitaba estar formado por unha breve nota informativa que resumía o contido dun pequeno informe adxunto. Na marxe inferior dereita do modelo de nota figuraban varios ítems que debían ser cubertos posteriormente polos funcionarios, entre os que se incluían: a data, a orixe, a cualificación, a difusión e dúas frases que debían responderse cun SI ou NON ("este asunto está comprobado" e "se continúan gestiones"). Na maior parte das veces só se concretaban os datos imprescindibles, como o grao de difusión, quedando baldías cuestións como o grao de cualificación da fonte de orixe ou a comprobación ou non da información recollida. As misivas eran compartidas ben co gobernador civil da provincia onde se emitían, ben coa Xefatura de Información da DXS en Madrid. Con moita menor frecuencia, como se verá máis adiante, poñíase en coñecemento da Garda Civil a través da 2ª Sección do E.M. e do propio Servizo de Información da Benemérita.[6]

[5] ARG, "Nota informativa secreta. Información laboral nº 1154", 18-09-1967, sin. 33783.
[6] AGA, sin, 44/13477; 44/13482.

A Garda Civil máis alá do fin da guerrilla: os servizos de información

A historiografía española arredor da "cuestión represiva" para a segunda metade do réxime franquista non incorpora a Garda Civil como un axente fundamental na persecución da oposición. O predominio dunha conflitividade urbana nos principais núcleos industriais e a asociación da Garda Civil cos espazos exclusivamente rurais, deixaban inevitablemente ao Corpo Xeral de Policía, en concreto á BPS, e á Policía Armada como os únicos actores visibles das prácticas represivas. En boa medida, esta análise é o resultado dunha historiografía feita dende a centralidade, que obviou as múltiples realidades territoriais, e periféricas, que conforman o Estado español. A memoria colectiva e social tamén relegou á Benemérita a un papel accesorio no sistema represivo franquista. Pola contra, as primeiras análises das fontes xeradas pola Dirección Xeral da Garda Civil indican que esta e, especificamente, o Servizo de Información da Garda Civil (SIGC) foron fundamentais na acción represiva do Estado franquista. Así se veu intuíndo de forma pioneira polo investigador Pau Casanellas e quedou plenamente confirmado nas investigacións feitas dende Euskadi (Casanellas, 2021). A modo de exemplo, os datos das investigacións sobre a tortura non deixan lugar a dúbidas sobre o papel central da Garda Civil na represión dos movementos contestatarios. A comparación dos casos de torturas cometidos entre 1965 e 1975 no territorio vasco ora pola Garda Civil ora polo Corpo Xeral de Policía mostra un equilibrio case total. Para Etxebarria, (et. Al) coinciden en 439, sendo lixeiramente superiores os cometidos polo Corpo Xeral de Policía segundo Euskal Memoria cun total de

498 fronte os 467 que tería cometido a Garda Civil (Buces Cabello, 2021, p. 136; Etxebarria et al., 2019).[7]

Nada máis comezar a década de 1940 iniciouse o proceso de encadramento da vella Garda Civil no embrión do sistema policial franquista. Tras unha profunda depuración dos axentes sospeitosos de fidelidade á República, reconfigurouse a súa estrutura orgánica, reforzando o seu carácter militar e afastando calquera dúbida sobre a súa contribución á consolidación do novo réxime (Ballester, 2024, pp. 76-79; López Corral, 2009, pp. 391-407).[8] A Garda Civil, ao contrario que os outros corpos policiais, dependía tanto do Ministerio de Gobernación como do Ministerio do Exército. Era un corpo con mando, disciplina e foro militar, agora ben, con competencias de orde público e sometido ao mandato das autoridades civís, tanto do ministro de Gobernación como dos gobernadores civís. A compoñente militar do Corpo traduciuse administrativamente na creación dun Estado Maior que seguía o esquema tradicional das armas militares: unha xefatura (á que poucos meses despois se engadiu unha segunda) e tres seccións que un ano despois quedaron reducidas a dúas (Hernández Mosquera, 2016, pp. 14-15).[9] O Estado Maior da Garda Civil asumiu ao longo de todo o réxime o peso organizativo do corpo e a xestión diaria da maior parte dos seus servizos. Aínda que a máxima autoridade era o Director Xeral e era El quen tiña a última palabra, parece que o xefe do Estado Maior contou con certa marxe de actuación dentro do Instituto Armado (Carcedo, 2004, pp. 98-103; Iniesta Cano, 1984, pp. 218-222)

[7] Os datos foron recollidos por Burces Cabello (2021).

[8] A Garda Civil foi creada no ano 1844 durante o reinado de Isabel II coobxetivo de controlar o "bandolerismo".

[9] "Orden de 8 de abril de 1940 sobre organización de la Dirección General de la Guardia Civil", *BOE*, nº 108, (17-04-1940), 2631-1632

As súas competencias, segundo se recollen na lei do 15 de marzo de 1940:

> le corresponde la vigilancia y guardia de los campos, pueblos, aglomeraciones rurales, factorías, centros industriales y mineros aislados de las poblaciones, la de costas y fronteras, la persecución del contrabando y fraude, la previsión y represión de cualquier movimiento subversivo, y, en todo momento y lugar, la persecución de delicuentes.[10]

Porén, na represión dos movementos contestatarios máis alá da guerrilla, xogaron un papel clave as unidades de información e intelixencia, desenvoltas baixo o control da 2ª Sección do Estado Maior. A escasa bibliografía neste senso e a fragmentación da documentación dificultou en moitas ocasións discernir entre as diferentes axencias, con atribucións e competencias difusas. O alto grado de confidencialidade con que operaban algúns destes servizos non fixo senón que sumar complexidade á hora de desenredar os fíos das redes de información da Benemérita.

Servizo de Información da Garda Civil

No ano 1940 definiuse o Servizo de Información da Garda Civil (SIGC), baixo o control directo da 2ª Sección do Estado Maior.[11] A correspondencia intercambiada entre os órganos centrais e os postos periféricos da Garda Civil demostra a existencia dunha extensa e densa rede de información, con representación en todo o territorio estatal, ora en pequenas poboacións rurais, ora en grandes núcleos urbanos. Así, por exemplo, na capital do

[10] "Ley de 15 de marzo de 1940 reorganizando el benemérito Cuerpo de la Guardia Civil", *BOE*, nº 77 (17-03-1940), 1862-1866.

[11] "Orden de 8 de abril de 1940 sobre organización de la Dirección General de la Guardia Civil", *BOE*, nº 108, (17-04-1940), 2631-1632.

Estado, a Garda Civil organizábase a través da 111ª Comandancia para Madrid interior (que incluía lugares como Carabanchel, Chamartín, Fuencarral, Villaverde, Entrevías...) e da 112ª Comandancia para Madrid exterior (con cidades como Getafe, Aranjuez, Alcalá de Henares, Alcobendas ou Colmenar viejo).[12]

A primeira función do SIGC era recoller a pé de rúa todo aquel episodio de protesta ou acontecemento alleo á normalidade definida polo réxime franquista. A través de notas informativas, semellantes ás do Servizo de Información da DXS, facían circular a información entre as autoridades competentes. Por unha banda, enviábanse ao gobernador civil da provincia correspondente; por outra, aos sucesivos mandos do SIGC. O SIGC organizábase seguindo a disposición territorial da Garda Civil, que, a súa vez se espallaba polo territorio dividido en zonas, terzos e comandancias (Aguado Sánchez, 1970, pp. 75-79). Así, o SIGC, dende a súa comandancia, incluía entre os seus receptores aos mandos da zona e terzo aos que pertencía, ademais da 2ª Sección do E.M. da DXGC en Madrid. Independentemente da información transmitida, toda a documentación xerada polo SIGC estaba considerada confidencial e así se facía patente en cada folla cun selo de cor vermella que rezaba en maiúsculas a palabra "Confidencial". A irrelevancia de moitos dos contidos recollidos nas notas do SIGC, moi semellantes ademais ao enviado pola BPS sen ningún tipo de reserva, fai deducir que a confidencialidade podería explicarse pola identidade do emisor e non pola información en si mesma. Pola contra, a existencia do SIGC era pública e notoria, e tamén moitas das súas intervencións. Así se pode comprobar facendo unha revisión da prensa. O SIGC

[12] AGA, "Misiones de la guardia civil en los servicios de los días 30, 1 y 2. SIGC. DGGC", Madrid, 29-04-1971, sin. 44/13479.

aparece como o autor de numerosas actuacións no ámbito da represión política, mais tamén nas referidas á persecución de delitos comúns. Homicidios, roubos ou estafas compartían espazo coa loita contra a "subversión".[13]

A variedade e cantidade das competencias e informacións remitidas dende os postos do SIGC, sumadas á amplitude do marco espacial, obrigan a pensar nun SIGC cunhas dimensións moi considerables. Ademais dun cadro de gardas cunha dedicación exclusiva no Servizo de Información, especialmente presente nos principais núcleos urbanos, non se pode descartar que, en moitas ocasións, fosen axentes "comúns" da Garda Civil, exiguamente instruídos na recollida e envío da información, os encargados de prover de datos ao SIGC.[14] Por exemplo, o grupo do SIGC da 642ª Comandancia, referida a Lugo, xestionaba información de vilas e lugares de dimensións moi modestas espalladas por toda a provincia, algúns eminentemente rurais e con apenas un posto da Garda Civil.[15] Era obriga dos membros do SIGC estar presentes nos episodios de protesta como axentes segretos, mesturados entre os activistas e militantes, como cronistas do corpo, mais tamén como apoio para os axentes da

[13] *Pueblo: Diario el Trabajo Nacional,* 25-02-1953; 29-11-1960; 9-01-1971; 14-05-1975; 24-05-1975; 14-07-1975; 25-10-1975; 17-04-1976; 12-10-1976; 17-02-1977; 29-05-1979; 1-11-1979.

[14] Nota Informativa de 2 de julio de 1952. "Se recalca en este sentido que el celo informativo ha de llegar a 'cada guardia' como parte integrante del SIGC respectivo no alcanzando solamente a los agentes dedicados exclusivamente a la misión informativa e investigadora. Por último, se recuerda que el Puesto ocupa un lugar preponderante en esta labor informativa, por lo que se deberá dedicar gran atención a la formación de todos sus componentes." (Del Valle Almazán, 1970: 96).

[15] Temos rexistradas notas informativas referidas a: A Pontenova, Monforte, Viveiro, Escairón, Cospeito, Sarria, San Cibrao, Quioga, Cervo, Antas de Ulla, Xove, Vilalba, A Fonsagrada, Foz, Chantada, Ribadeo, Monterroso, Castro de Rei, O Courel, O Incio, Castroverde, Pedrafita, Burela, AHPL, sin. 13026; 13348; 13349; 13357; 13360.

Garda Civil ante a súa potencial intervención.[16] Na orde de servizo para os días 13 e 14 de abril (día no que se conmemora a proclamación da II República) establecíase como parte chave da primeira fase do operativo que:

> Una patrulla con vehículo en cada residencia permanecerá durante todo el tiempo ( ) en servicio de información y observación ( ) secundarán a las patrullas desplegando intensa actividad informativa en su demarcación.[17]

A súa labor non se limitaba á observación e á información. Os axentes do SIGC tiñan a capacidade para intervir de maneira directa e activa na represión da mobilización, participando das cargas policiais e practicando detencións entre os activistas, como se detallará a continuación.

Grupo de Investigación e Vixilancia de RENFE (Red Española de Ferrocarriles)

Paralelo ao SIGC existía o "Grupo de Investigación e Vixilancia de RENFE", cunha fonda tradición. Entre as primeiras competencias da Garda Civil estivo o control da rede de ferrocarrís como infraestrutura básica para o Estado, para o control de mercancías e de persoas, e obxectivo potencial de accións de protesta dende datas moi temperás. Nesta competencia cotiá asentouse a definitiva organización, no ano 1945, do Grupo de Investigación e Vixilancia de RENFE como un servizo de información máis, dependente organicamente da 2ª Sección do

[16] ASGP, "Nota informativa confidencial. Paro en Astilleros Barreras de Vigo y Asistencia Personal y Funerales Compañero fallecido en accidente de trabajo. SIGC. 631º Comandancia GC", 7-02-1975, sin. 2253.
[17] AGA, "Orden de servicio Guardia Civil para 13 y 14 de abril de 1973. DGGC", sin. 44/13482.

Estado Maior da Dirección Xeral da Garda Civil e cunhas funcións asimilables ao SIGC (Hernández Mosquera, 2016: 12-13). O Grupo de Investigación e Vixilancia de RENFE era o encargado de informar, mediante a correspondente nota informativa, ben ás autoridades civís, ben á 2ª Sección do E. M. sobre calquera actividade política que estivera relacionada directa ou indirectamente co funcionamento dos ferrocarrís. A difusión de propaganda, xa fose en formato impreso, xa en pintadas nos vagóns, ocupaba a meirande parte do tempo dos axentes. Especialmente eran revisados os trens procedentes de Francia, e despois da Revolução dos Cravos (1974), de Portugal.[18] Na década de 1960 fixéronse tamén habituais as ameazas de bomba nas estacións, vagóns e rede ferroviaria. Unha escasa porcentaxe destas advertencias foi acompañada dunha acción violenta: con todo, obrigou a aumentar a minuciosidade nas vixilancias, especialmente ante a aparición de calquera obxecto anómalo ou estraño.[19] En febreiro de 1977, na estación de Monforte de Lemos produciuse un descarrilamento causado pola –manipulación manual y burda de la aguja de entrada–. Na investigación, os axentes concluíron que a deficiente manipulación só podía ser o resultado dun acto sen premeditación levado a cabo por persoas con escasos coñecementos.[20] Igual que o SIGC, tamén eran competencia do Grupo de Información e Vixilancia de RENFE os delitos comúns (Puig, 1984, pp. 337-347).

[18] ASGP, "Aparición de letreros de matiz subversivo en el tren portugués Oporto-Vigo, nº 106. 631ª Comandancia Guardia Civil. SIGC" 15-03-1975, sin. 2253.

[19] AGA, sin. 44/13466; 44/13468.

[20] AHPL, "Cuenta de instruir atestado por supuestos desórdenes públicos, nº 8. 642ª Comandancia Guardia Civil/4ª Compañía", 11-02-1977, sin.13349; "Nota informativa confidencial. Cuenta instrucción diligencias por supuestos desórdenes públicos nº 4", Grupo de Investigación y Vigilancia de la RENFE. Zona nº 4-León, 11-02-1977, sin.13361.

Máis alá do control das infraestruturas, os axentes do Grupo de Vixilancia e Información de RENFE eran os encargados de vixiar aos traballadores ferroviarios, cunha fonda tradición de organización e mobilización. Rexistraban a celebración de pequenas xuntanzas ou asembleas, a promoción de paros e, por suposto, toda a circulación de propaganda sindical do sector ferroviario, buscando a identificación dos activistas máis destacados e sempre coa ollada posta en posibles infiltracións de partidos e organizacións ilegais.[21]

Grupo de Servizos Especiais

Segundo as fontes secundarias elaboradas por membros da Garda Civil, o Grupo de Servizos Especiais tería comezado a funcionar como un reducido agrupamento, altamente confidencial, centrado en infiltrar axentes nos grupos de resistencia armada (Hernández Mosquera, 2016; Valle Almazán, 1970). Co fin da loita armada da guerrilla de posguerra, o grupo reorientouse cara funcións máis vaporosas. A análise das notas informativas do Grupo de Servizos Especiais sitúano como un servizo central da Dirección Xeral da Garda Civil baixo a xefatura dun tenente coronel. Pódese establecer un certo paralelismo entre o Grupo de Servizos Especiais e a Xefatura de Información da DXS. O Grupo de Servizos Especiais era o servizo de intelixencia da Garda Civil, o encargado de compilar e procesar toda a información que a través dos diferentes postos do SIGC chegaba á 2ª Sección do Estado Maior. O resultado do tratamento da información era a súa vez reenviado á 2ª Sección, e a través desta, a todos os axentes do SIGC.[22] Ao mesmo

[21] AGA, sin 44/13466.
[22] AGA, sin. 44/13476.

tempo actuaba como unha oficina auxiliar nas operacións nas que o SIGC requiría colaboración e era o interlocutor entre a Dirección da Garda Civil e a Dirección Xeral de Seguridade en materia de intelixencia.[23]

A alta confidencialidade que marcou a creación do grupo seguiu determinando as súas prácticas. O Grupo de Servizos Especiais aparecía en poucas ocasións e só matiña correspondencia ora coa Dirección Xeral da Garda Civil, ora coa 2ª Sección do Estado Maior. Incluso, habitualmente, segundo se especificaba na mesma documentación, a entrega facíase en man ao xefe de Sección e ao xefe do Estado Maior.[24] En ningún caso se rexistrou ningunha comunicación directa cos postos do SIGC, nin nas circunstancias nas cales o Grupo de Servizos Especiais colaboraba nas operacións do SIGC, que ignoraba a súa labor. Era a 2ª Sección do Estado Maior quen actuaba como interlocutor, mantendo ao Grupo de Servizos Especiais á marxe de calquera intervención. Por exemplo, no verán de 1959 dende o SIGC da Comandancia de León informause á 2ª Sección da presenza na cidade dun automóbil dedicado ao lanzamento de propaganda. Semanas máis tarde, despois das xestións practicadas polo Grupo de Servizos Especiais, dende a 2º Sección do E. M. respondéronlle aos compañeiros de León coa información que identificaba ao vehículo implicado no reparto da devandita propaganda.[25] Por outra banda, o Grupo de Servizos Especiais realizaba investigacións sobre personaxes moi próximos ao réxime, como un dossié supostamente solicitado polo Ministro de Xustiza, na altura Francisco Ruiz-Jarabo, sobre Pío Cabanillas,

[23] AGA, sin. 44/13477.

[24] AGA, sin. 44/13476.

[25] AGA, "Nota informativa sobre localización de un coche desde el que se arrojó propaganda extremista provincia de León. Grupo de Servicios Especiales. Confidencial", León, 21-07-1959, sin. 44/13477.

recentemente destituído do seu posto como Ministro de Información e Turismo. Ou facía o seguimento das xuntanzas dos alféreces provisionais ou dos membros da Garda de Franco.[26] Estas investigacións fan evidentes as diferenzas entre o Grupo de Servizos Especiais e o SIGC.

O SIGC: moito máis que notas informativas

A análise da documentación permite asegurar que o SIGC tiña unhas competencias e realizaba unhas prácticas asimilables á BPS. A normativa daba prioridade á BPS e á DXS na persecución dos movementos contestatarios, agora ben, o SIGC e a Garda Civil tiñan a potestade legal e a capacidade material para participar na engrenaxe represiva do franquismo. A predominancia da Brigada de Investigación Social na persecución política non debe ocultar a implicación da Garda Civil nas accións contra os movementos sociais da segunda metade da ditadura, independentemente da localización (núcleos urbanos, extra radios ou zonas rurais) e do carácter dos movementos contestatarios (Iniesta Cano, 1984, p. 221).

A revisión pormenorizada da correspondencia recibida no goberno civil de Pontevedra durante o primeiro trimestre de 1975 referida a Vigo evidencia que existe un gran equilibrio entre as notas informativas enviadas dende o SIGC da 631ª Comandancia e a Sección de Investigación Social da Comisaría de Policía de Vigo. Entre o 9 de xaneiro e o 25 de marzo temos contabilizadas 196 notas, das cales 70 pertencen á BPS e o resto ao SIGC. Namentres a BPS adoitaba enviar informes máis extensos, o SIGC

[26] AGA, sin. 44/13482.

mandaba notas moito máis pequenas ou concisos radiogramas, unha para cada novidade, chegando a enviar máis de seis misivas nunha xornadas sen ningún episodio de protesta destacable. En canto ao contido: a folga estudantil na escola de profesores de Educación Xeral Básica (EXB) e na universidade, e os episodios de protesta derivados do conflito; as negociacións dos convenios colectivos nalgunhas das empresas máis importantes da cidade; as protestas e paros pola morte en accidente laboral dun obreiro na empresa Barreras; os preparativos para a folga do día 20 de febreiro, a súa repercusión nos centros de traballo e de ensino, e o seu efecto na rúa a través de barricadas e manifestacións; a propaganda antirrepresiva e en solidariedade cos 23 presos das Comisións Obreiras de Ferrol á espera de xuízo por asociación ilegal. Todos estes acontecementos protagonizaron a correspondencia tanto da BPS como do SIGC, sen ningunha diferenza cualitativa entre a información transmitida por un ou outro corpo. Os dous corpos estaban presentes nos círculos obreiros e estudantís; os dous percorrían as rúas recollendo e eliminando a propaganda (en forma de pasquíns, pintadas murais ou bandeiras) que denunciaba a violencia do réxime ou chamaba á mobilización, e os dous prestaban atención a todo o abano de movementos contestatarios que sobrevivía na cidade olívica.[27]

As diferenzas emerxen ao analizar as prácticas máis alá da recollida e tratamento da información. Durante os tres meses analizados, mentres que a BPS realizou varias detencións, interrogatorios e rexistros domiciliarios, o SIGC limitouse a apañar propaganda, vixiar e informar. Non sorprende, era habitual que

[27] ASGP, sin. 2253. Cómpre ter presente que a pesar da exhaustividade da revisión o máis probable é que non se conserven todas as notas recibidas na oficina do gobernador civil, receptor da información. O importante da análise é o valor cualitativo.

a angueira da Benemérita se limitase ao apoio e asistencia material da BPS e da DXS. Unha parte das intervencións da Garda Civil e do SIGC explícanse pola insuficiencia da BPS e da Policía Armada. Por unha banda, a rede territorial da Garda Civil era significativamente máis ampla que a que podían atanguer os funcionarios da DXS, non só debido ao maior número de efectivos da Garda Civil, senón tamén polas particularidades da súa organización territorial, que facilitaba un maior control do espazo (Aguado Sánchez, 1970). Por esta razón, cando a BPS tiña que realizar detencións ou rexistros en localidades pequenas nas que non contaba con suficientes efectivos botaba man da Garda Civil para asegurar o éxito da operación. Así, en 1968 dous inspectores do Corpo Xeral de Policía de Ponferrada presentáronse no Posto de Faberos da Garda Civil solicitando colaboración para realizar rexistros en dous domicilios por sospeitar que neles se gardaba propaganda subversiva.[28]

Por outra banda, ao longo da década de 1970, mais tamén, aínda que en menor medida na de 1960, sucedéronse momentos álxidos de mobilización, como por exemplo os episodios de protesta dos 1º de maio, que superaban a capacidade de actuación da BPS e da Policía Armada. Neste contexto, a Garda Civil e os membros do SIGC, como parte fundamental dos operativos, víanse na obriga de actuar como forza de choque, cargando e reprimindo as manifestacións. Do mesmo xeito, aínda que as dilixencias e custodia dos detidos fosen xestionada pola BPS, practicaban numerosos apresamentos no marco destas mobilizacións. Así sucedeu o 1º de maio do 1968 na localidade vasca de Eibar. A Garda Civil tivo que intervir auxiliando e –protegiendo a la Policía Armada mientras cargaba dada la fuerza de los manifestantes–, e detendo a 129 persoas, coa instrución de

[28] AGA, sin. 44/13475.

sete dilixencias postas a disposición do Tribunal de Orde Pública (TOP) e 71 denuncias presentadas ante o gobernador civil.[29]

Porén, a Garda Civil e o SIGC non sempre se limitaban a actuar como un apoio, nin sempre entregaban aos detidos de maneira inmediata aos seus colegas da BPS. No verán de 1959, Francisco Pérez Ruiz, un vello militante que pasara 20 anos en prisión tras ter sido xulgado por un Consello de Guerra durante a contenda bélica, foi detido polo grupo fiscal da 331ª Comandancia por un fardo sospeitoso e trasladado ao SIGC para o seu interrogatorio. Merece a pena deterse a ler a descrición do interrogatorio que fai o mesmo SIGC. É moi complexo detectar signos de tortura nas fontes escritas polos perpetradores, mais a linguaxe empregada e o fincapé que se fai en determinadas verbas (Batista, 2012, p. 46) permiten intuír a existencia destas prácticas nos cuarteis da Garda Civil:

> A pesar del paciente interrogatorio que ha sido sometido hace protestas de no pertenecer a ninguna organización clandestina, que las hojas que le fueron halladas las encontró, efectivamente en un banco (...). Estrechado a preguntas termina por decir que el día 6 del actual se presentaron en su casa dos individuos reconocidos que les dijeron venían de Francia entregándole un paquete conteniendo varias hojas clandestinas similares a las que tenía cuando lo detuvieron (...). Acaba confesando que destruyó la mayor parte y que otras las repartió en la estación de ferrocarril de San Vicente de les Horts.[30]

[29] AGA, "Nota informativa confidencial. Alteración orden público con motivo del 1º mayo. SIGC. 151ª Comandancia", Donosti, 05-05-1968; "Nota informativa confidencial actos subversivos del 1º de mayo hasta las 2:30. SIGC. 2ª Sección EM DIGC", 01-05-1972, sin. 44/13475.

[30] AGA, "Nota informativa confidencial. SIGC. 31º Tercio GC", Barcelona, 14-06-1959, sin. 44/13477.

A Garda Civil tiña a capacidade para organizar operacións dende o inicio ao fin, isto é, comezar a investigación, infiltrar axentes ou lograr confidentes dentro do movemento de protesta para, posteriormente, ocuparse de todo o proceso de detención e elaboración de dilixencias previas á disposición xudicial. Na primavera de 1958, o cabo da Garda Civil e responsable da investigación, Juan Cebrián –con destino al Grupo de Investigación y Vigilancia de Renfe de la Guardia Civil y comisionado por la 2ª Sección del Estado Mayor de la Dirección General del Cuerpo–[31] e outro axente do SIGC, cuxo nome non se menciona en ningún momento na documentación do proceso, baixo as directrices do primeiro xefe da Comandancia, e co financiamento e autorización da 2ª Sección do Estado Mayor, iniciaron unha investigación co obxectivo posto en identificar aos autores da propaganda que viñera aparecendo espallada entre o 31 de marzo e o 2 de maio por varios puntos da cidade de Valencia. Os axentes –procedieron a verificar con estudio análitico de las personas que habitualmente transitaban por aquellos puntos que fueron elegidos para esparcir la propaganda aludida y de esta forma contando con la colaboración de un confidente–, Vicente Soler Ruiz. O confidente foi valorado polos gardas como "sincero". Emporiso, con tan só vinte días de diferenza, instaron en dúas ocasións á superioridade a que –es conveniente resolver la forma en cuantía de las gratificaciones que convendría dar al confidente pues estamos seguros que su compromiso de colaborar con este servicio no está inspirado por sentimientos de orden elevado ni siquiera por el desinterés–.[32] A resposta pronta da 2ª Sección do E. M., quince días despois da última misiva, foi

[31] AGA, "Nota Informativa confidencial. SIGC /134ª Comandancia GC", Valencia, 17-12-1958, 44/13477.

[32] AGA, "Nota Informativa confidencial. SIGC /134ª Comandancia GC", Valencia, 16-04-1958 e 26-04-1958, 44/13477.

aprobar un pago de 500 pesetas quincenais ao confidente proviente directamente da propia 2ª Sección. Ao tempo que avanzaba a operación, e sempre co coñecemento e autorización do Estado Maior de Madrid:

> siguiendo las instrucciones que el cabo ha mencionado le iba facilitando, consiguió un puesto destacado en el llamado comité regional además y con esta medida le permitió ir poniéndose al corriente de cuanto planeaban estos individuos y al mismo tiempo ir identificando uno a uno a los otros y cuadros que sostienen sus contactos con el citado comité regional.[33]

Paulatinamente, o SIGC foise facendo con información detallada sobre o funcionamento do PCE na cidade valenciá. Obtívose un coñecemento pormenorizado das actividades de cada un dos membros do comité rexional; identificouse o enlace con Francia, Ángel Ibáñez, e logrouse que fose o propio confidente o encargado de buscar localizacións para gardar a propaganda procedente do país galo. Xa no verán, apenas tres ou catro meses despois do inicio da operación, informouse á 2ª Sección do Estado Maior –que las actividades del Partido Comunista (...) que se mencionan son activamente vigiladas por la fuerza designada por este SIGC en espera de proceder a la detención de todos los organizados cuando llegue de nuevo a esta (...) el enlace de Francia (...)– "efectuándose por ella las correspondientes anotaciones que servirán de cargos cuando hayan de procederse a la detención de estos individuos".[34]

---

[33] AGA, "Nota Informativa confidencial. SIGC /134ª Comandancia GC", Valencia, 17-12-1958, 44/13477.

[34] AGA, "Nota Informativa confidencial. SIGC/134ª Comandancia GC", Valencia, 15-07-1958 e 08-08-1958, 44/13477.

O SIGC estaba disposto para rematar a operación con éxito. Con todo, a finais de agosto o confidente informou de que o enlace habitual procedente de Francia que se viña encargando da organización fora substituído por unha nova persoa da que aínda non se coñecía nin a identidade nin as datas da súa viaxe.[35] Ante a novidade imprevista, os axentes ao mando da operación solicitaron á 2ª Sección E. M. instrucións precisas dos pasos a seguir. Inicialmente a 2ª Sección considerou que agardar a chegada do novo enlace era o máis axeitado para iniciar as detencións. Porén, en decembro, e ante o retraso do enlace de Francia, acabaron por lanzar a operación resultando detidas 25 persoas: "los detenidos han sido puestos a disposición del señor comandante juez del Juzgado Militar Permanente Especial (...) de esta capitanía general".

Por indicación da Brigada de Investigación Social de Valencia evitouse que a operación afectara á sección universitaria do PCE onde a policía viña desenvolvendo unha investigación aínda en marcha. Ao mesmo tempo

> en los restantes grupos que no se han procedido se han dejado las correspondientes fuentes informativas para que en lo sucesivo nos vayan poniendo al corriente de los planes a seguir por cualquier organización que funcione en esta provincia. Así mismo todo ha quedado preparado para capturar al enlace tan pronto efectúe su presentación en Valencia por ser altamente conocido por la fuerza actuante los lugares y domicilios que visita de los cuales no se ha tocado nada a fin de facilitar la labor.[36]

[35] AGA, "Nota Informativa confidencial. SIGC/134ª Comandancia GC", Valencia, 30-08-1958, 44/13477.

[36] AGA, "Nota informativa confidencial. SIGC 134ª Comandancia GC", Valencia, 17-12-1958, 44/13477; sin. 44/13482.

Entre a cordialidade e a contraespionaxe

Comprobada a importancia da Dirección Xeral da Garda Civil na persecución dos movementos contestatarios, situámonos fronte a un escenario no que dous servizos con estruturas semellantes e obxectivos parellos no seo do mesmo ministerio, o de Gobernación, mais organicamente separados, cohabitaban. A relación entre a DXS e a DXGC era moi complexa e pasaba da colaboración puntual á indiferenza e á confrontación en función do contexto e da materia a resolver. Non existía unha comunicación ordinaria e periódica de carácter interno regulada máis alá dos informes exiguos e superficiais elaborados para poñer en coñecemento da superioridade os progresos. Na mellor das circunstancias eran informes de resultados, non de procesos, en ningún caso recollían operacións en curso nin referencias a confidentes e infiltrados. Estaban na súa maior parte recheos de relacións de episodios de protesta e resumos dos acontecementos máis destacados no eido da mobilización social. En definitiva, datos de sobra coñecidos por todos os servizos de información e sen ningún tipo de relevancia operativa.[37] O intercambio de información útil respondía a peticións concretas. Neste senso, a procura de antecedentes de detidos ou investigados nos respectivos arquivos era unha das poucas materias cunha comunicación normalizada. Non se enviaban por iniciativa propia, non había un arquivo único nin unha posta en común xeneralizada e sistematizada; porén, respondíanse as peticións individuais.[38]

[37] AGA, sin. 44/13475.

[38] AGA, "Nota informativa confidencial actividades comunistas. SIGC/ 231ª Comandancia GC", 13-06-1959, sin. 44/13477.

A relación era asimétrica, a DXGC tiña dependencia da DXS en materias de seguridade interior. O Servizo de Información da Garda Civil tiña a posibilidade e a capacidade para promover operacións represivas. Ora ben, en caso de interacción co Corpo Xeral de Policía prevalecía o criterio da DXS. Isto é, a DXS tiña as máximas competencias, era a primeira responsable no referido ao control dos movementos de protesta e de oposición ao réxime, e as operacións da Garda Civil debían someterse ás prioridades e intereses da DXS.[39] A falta de comunicación derivaba nunha menor eficiencia operativa. Era corrente que o SIGC e a BPS estivesen inmersos en investigacións paralelas, con obxectivos semellantes, na mesma cidade e arredor dos mesmos grupos contestatarios de forma totalmente independente. Non só non compartían esforzos por un obxectivo común, na procura dun maior aproveitamento dos recursos e dun maior éxito nos resultados. Ao contrario, a falta de colaboración e o funcionamento autónomo de cada corpo acababan creando situacións que poñían en perigo tanto o adecuado desenvolvemento das operacións en curso, como mesmo a vida de axentes infiltrados ou confidentes.[40]

A Garda Civil debía informar á DXS das detencións e avances que practicase; secasí, unha vez máis, non era correspondida. Os axentes ao cargo das oficinas do SIGC ao longo do territorio laiábanse adoito da falta de colaboración da DXS e, en concreto, da BPS. Referían dificultades para coñecer as identidades de detidos e a obriga de repetir investigacións que xa tiñan sido resoltas polos seus colegas do Corpo Xeral de Policía. O exceso de celo e corporativismo e a ausencia dunha

[39] AGA, sin. 44/13477.

[40] "Nota informativa confidencial. Posible entrada de grupos terroristas independentistas en España para cometer actos violentos. SIGC. 41º Tercio GC", 25-09-1973, sin. 44/13474.

comunicación adecuadamente regulada derivaron en prácticas extraoficiais. Dende o Grupo de Servizos Especiais da Garda Civil vixiábanse e investigábanse as accións da DXS e da BPS coa ollada posta en conseguir información que non era compartida polos medios oficiais. Semella que este intercambio se producía nun contexto privado e íntimo en que operaban as relacións interpersoais entre o emisor e o receptor. Número e identidade dos detidos e resultados dalgúns interrogatorios eran as principais informacións conseguidas. En menor medida, comentaban informalmente teorías ao respecto dos actores dos episodios de protesta e intercambiaban pareceres sobre a situación política xeral.[41]

Maior transcendencia tiña a espionaxe do Grupo de Servizos Especiais da Garda Civil aos axentes do Corpo Xeral de Policía. Os policías eran o obxectivo das investigacións: o seu quefacer na escuridade da DXS, o seu sentir e a súa contorna. Paradigmática foi neste senso a vixilancia do malestar dos axentes tras a morte dun subinspector de policía a mans do FRAP (Frente Revolucionario Antifascista y Patriota) na xornada do 1º de maio de 1973 nas rúas madrileñas.[42] Quince días despois do suceso, o Grupo de Servizos Especiais presentaba un extenso informe á 2ª Sección do Estado Maior e á Dirección Xeral da Garda Civil no que daba conta do enfado e da actitude desafiante dos funcionarios do Corpo Xeral de Policía, principalmente dos pertencentes á brigada criminal e á político-social. Entre os axentes repetíase o comentario de que as ordes que recibiran para reprimir "comandos", folgas ou calquera outro "acto subversivo" foran pouco concretas, e que o emprego das

[41] AGA, sin.44/13461.

[42] S.a., "Un inspector de Policía, asesinado", *Pueblo: Diario el Trabajo Nacional,* 02-05-1973.

armas estaba completamente vetado. Dende o primeiro momento púxose o foco na superioridade e nas supostas directrices de contención. Para os axentes, a prohibición de empregar as armas de fogo fora a causa da morte do seu compañeiro, e así llo fixeron saber aos seus mandos e ao resto da sociedade a través de manifestacións públicas e escritos nos que se chegou a pedir a dimisión do ministro de Gobernación, Tomás Garicano Goñi, do director xeral de Seguridade e do xefe superior de Policía.[43] Existía unha fonda preocupación ante unha posible cronificación da insubordinación da policía. A reacción inmediata dos axentes da DXS foi, segundo as fontes do Grupo de Servizos Especiais, maltratar e torturar aos detidos que nese momento custodiaban no edificio da Porta do Sol. O Director Xeral de Seguridade e o Xefe Superior de Policía intentaron intervir, mais tiveron que retirarse ao ser increpados, ata o punto de que finalmente foi a Policía Armada a encargada de mediar e "protexer" aos detidos.[44] Dende a Dirección Xeral da Garda Civil tomouse boa conta dos potenciais perigos advertindo nos seus informes dos riscos que implicaría unha posible sanción aos axentes máis destacados nas protestas, quen, segundo as fontes que manexaba o Grupo de Servizos Especiais, estaban localizados e ameazaban con unirse en bloque para protestar en caso de represalias.[45]

Emporiso, as informacións conseguidas polo Grupo de Servizos Especiais desvelan que o malestar viña estando presente

[43] De feito, este acontecemento foi o que acabou por rematar coa carreira de Garicano Goñi como Ministro de Gobernación (Miguez, 2024, p. 280).

[44] AGA, "Informe confidencial. Actitud de protesta de funcionarios del Cuerpo General de Policía. Grupo de Servicios Especiales", 04-05-1973, sin. 44/13482.

[45] AGA, "Comentarios dados sobre funcionarios del Grupo General de Policía, Grupo de Servicios Especiales", 16-05-1973, sin. 44/13482.

entre os funcionarios do Corpo Xeral de Policía dende facía moito máis tempo. Sentíanse desatendidos e con insuficiente autoridade. Para moitos dos axentes a morte do inspector non foi unha sorpresa por agradado.[46] Pola contra, a 12 de abril a Xefatura Superior de Policía de Madrid enviara un informe no que quedaba evidenciado que coñecían que o PCE (m-l) (Partido Comunista de España marxista-leninista) e as súas organizacións amigas (FRAP) preparaban –convocar acciones para llevar a cabo acciones violentas, creando un estado de tensión mediante –fórmulas de difusión ya conocidas– e incluso manexaban a zona de Antón Martín, onde acabou morrendo o policía, e a praza da Latina como posibles escenarios da protesta. Baixo o mando do inspector de servizos da Xefatura Superior de Policía, chamábase a todas as forzas de orde público, incluídas as Comandancias 111ª e 112ª da Garda Civil da capital, a reforzar, nunha primeira fase, a labor preventiva desarticulando grupos ilegais de obreiros e estudantes. Para a segunda fase, que debía desenvolverse a partir do día 30, instábase a estudar minuciosamente os lugares onde pretendían manifestarse os activistas e así poder facer un despregamento en número suficiente e aplicar "contundente réplica". O 23 de abril enviáronse unhas novas instrucións que confirmaban o adiantado no informe do día 12 e no que facían explícito: "OBJETIVO: impedir formación de grupos (...) que se disolverán con energía". Máis especificamente, ordenábase que os xefes dos grupos de policía deberían manter continuo contacto coa Policía Armada –situadas en la proximidad del lugar que se la ha confiado colaborando con estas y solicitando su ayuda para

[46] AGA, "Nota informativa confidencial. Primeras reacciones a los sucesos de Madrid el 1º de mayo. SIGC. 211ª Comandancia", Sevilla, 04-05-1973, sin. 44/13482.

los casos de necesidad–.[47] Dende a Garda Civil, receptora dos informes previos e instrucións da DXS, elaborouse tamén unha orde de servizo propia para os seus axentes que seguía a liña marcada pola Xefatura Superior de Policía: "hay que impedir toda acción anormal manteniendo retenes con fuerza suficiente para contrarrestar manifestaciones o acciones violentas y disolver con energía concentraciones y detener a los participantes".[48] En definitiva, unhas directrices que non encaixan coas queixas dos axentes do Corpo Xeral de Policía que recolleu o Grupo de Servizos Especiais e que reflicten que detrás da actitude dos policiais había problemas cunha orixe moito máis complexa.

En suma, durante a segunda metade do franquismo, convivían no seo do Ministerio de Gobernación a Xefatura de Información e a BPS, e o Servizo de Información da Garda Civil e o Grupo de Servizos Especiais. O seu quefacer era parello, empregaban, mellor ou peor, as mesmas tácticas, incluíndo o recurso a infiltrados e confidentes. Tiñan unha expansión territorial que lles permitía gozar dunha fonda rede de información, tiñan contacto directo co gobernador civil, o seu máximo responsable na provincia, e cos seus respectivos mandos superiores, que eran informados diariamente de todo o que acontecía no territorio, mesmo cando non sucedía nada quedaba constancia escrita. Porén, a súa convivencia non estaba minuciosamente regulada, máis alá dalgún intercambio de boletíns sen información relevante. A falta de comunicación afectaba especialmente ás operacións en

[47] AGA, "Instrucción Jefatura Superior de Policía de Madrid", 12-04-1973; "Instrucciones con motivo del servicio extraordinario establecido por el proyecto de concentración marxista y leninista los días 1º de mayo en la plaza de Antón Martín. Jefatura Superior de Policía de Madrid", 23-04-1973, sin. 44/13482.

[48] AGA, "Orden de servicio reservada. 112ª Comandancia GC", Madrid, 25-04-1973, sin. 44/13482.

marcha, derivando en investigacións paralelas que ademais de supoñer unha moi ineficaz xestión dos recursos, podían chegar a poñer en perigo as vidas dos axentes infiltrados. Non só se limitaban ao máximo as peticións de colaboración, senón que, se mantiña un absoluto celo arredor das operacións, procurando evitar que chegasen informacións útiles aos compañeiros do outro corpo. Existía un profundo corporativismo, que chegaba a dificultar a consecución dos obxectivos finais, que debían ser compartidos por todos. Como se podía chegar a este proceder? O corporativismo xustificaba a posta en perigo do propósito? Tiña un peso importante, mais a existencia de vixilancias e contraespionaxes entre os corpos denota un funcionamento moito máis complexo dos aparellos represivos do Estado franquista. Promovíase o máximo control, incluso dentro do propio sistema. Ineficacia, desconfianza, enfrontamentos entre as clases dirixentes, máxima prevención, tradición corporativa, crise de hexemonía... (Cañón Voirin, 2022), son algúns dos conceptos que deben marcar a nosa futura reflexión, que nos permita avanzar no coñecemento do accionar da rama represiva do Estado franquista e, en maior medida, na comprensión do desenvolvemento do réxime franquista, no seu colapso e na transición cara un novo réxime.

Bibliografía

Agamben, G. (2004). *Homo Sacer. El Estado de excepción*, AH.

Aguado Sánchez, F. (1970). "Organización de la Guardia Civil. Desde la fundación hasta la actualidad (III)". *Revista de estudios históricos de la Guardia Civil*, *6*, 65-84.

Alcántara, P. (2022). *La secreta de Franco. La Brigada Político-Social durante la dictadura*. Espasa.

Alcántara, P. (2024). *La DGS: El palacio del terror franquista*. Espasa.

Aparicio Rodríguez, V. (2017). "La violencia política en la historiografía sobre la Transición". *Vínculos de Historia*, *6*, 328-251.

Babiano Mora, J., Gómez Bravo, G., Míguez Macho, A., & Tébar Hurtado, J. (2018). *Verdugos impunes: el franquismo y la violación sistémica de los derechos humanos*. Pasado y presente.

Baby, S. (2018). *El mito de la transición pacífica. Violencia y política en España (1975-1982)*. Akal.

Ballester, D. (2019). *Corre, democràcia, corre. Manifestacions i repressió policial a la Catalunya de la Transició (1975-1980)*. Base.

Ballester, D. (2022). *Las otras víctimas. La violencia policial durante la Transición (1975-1982)*. Prensas de la Universidad de Zaragoza.

Ballester, D. (2024). *Una historia de la policía española. De los grises y Conesa a los azules y Villarejo*. Editorial Pasado y Presente.

Batista, A. (2010). *La carta: historia de un comisario franquista*. Debate.

Batista, A. (2012). "El model repressiu de la Brigada d´Investigació Social (BIS)". En A. Segura, A. Mayayo, & T. Abelló (Eds.), *La dictadura franquista: la institucionalització d´un règim* (pp. 41-51). Universitat de Barcelona.

Buces Cabello, J. (2021). *Oposición, represión y graves violaciones de derechos humanos en Guipuzkoa en 1970*. Universidad del País Vasco.

Cañón Voirin, J. L. (2022). "Elementos estructurales para comprender la descomposición de la dictadura franquista". *Paginas*, *14*(35). https://doi.org/10.35305/rp.v14i35.636

Carcedo, D. (2004). *Sáenz de Santa María. El general que cambió de bando.* Temas de Hoy.

Casals, X. (2016). *La transición española. El voto ignorado e las armas*. Pasado y Presente.

Casanellas, P. (2014). *Morir matando. El franquismo ante la práctica armada, 1968-1977*. Los Libros de la Catarata.

Casanellas, P. (2021). "La defensa del régimen. Cambios y continuidades en la represión franquista más allá de la posguerra". En D. A. González Madrid & M. Ortiz Heras (Eds.), *Violencia franquista y gestión del pasado traumático.* (pp. 189-213). Sílex Universidad-Historia.

Etxebarria, F., Pego, L., & Pérez, R. (2019). "Las prácticas de los malos tratos y las torturas durante 1968". En J. Buces, J. Egaña, F. Etxebarría, J. Landa Mirena, L. Pego, & R. Pérez (Eds.), *Guipúzcoa en estado de excepción* (pp. 178-223). Aranzadi ZientziaElkartea.

Fernández Pasalodos, A. (2024). *Hasta su total exterminio. La guerra antipartisana en España, 1936-1952*. Galaxia Gutenberg.

Gómez Bravo, G. (2014). *Puig Antich: la transición inacabada*. Taurus.

Hernández Mosquera, J. (2016). "El servicio de información de la guardia civil (SIGC); 75 años de historia". *Cuadernos de la Guardia Civil: Revista de seguridad pública*, *Nº Extra 1*.

Hofmann, A. C. (2023). *Una modernidad autoritaria. El desarrollismo en la España de Franco (1956-1973)*. PUV.

Iniesta Cano, C. (1984). *Memorias y recuerdos.* Planeta.

López Corral, M. (2009). *La Guardia Civil. Claves históricas para entender a la Benemérita y a sus hombres (1844-1975)*. Esfera de los Libros.

López Sánchez, C. (2021). *O Golpe de Estado, as persecucións e a retagarda na Guerra Civil española: as actitudes sociais en Galicia (1936-1939)*. Universidade de Santiago de Compostela.

Lorenzo Rubio, C. (2020). "La máquina represiva: la tortura bajo el franquismo". En P. Oliver Olmo (Ed.), *La tortura en la España contemporánea* (pp. 131-198). Catarata.

Marco, L. (2019). *Simplemente es profesionalidad. Historias de la Brigada Político Social de València*. Insititició Alfons el magnànim.

Míguez, A. (2024). El verdugo la memoria y la historia: Tomás Garicano Goñi y el relato del franquismo escrito por los perpetradores. *Ayer. Revista de Historia Contemporánea*, 1-24. https://doi.org/10.55509/ayer/1199

Míguez, A. (2014). *La genealogía genocida del franquismo. Violencia memoria e impunidad.* Adaba Editores.

Portal González, A. (2014). "Los muertos del régimen de Franco entre 1952 y 1975". *Aportes*, *85*(2), 7-50.

Puig, J. J. (1984). *Historia de la Guardia Civil*. Editorial Mitre.

Redondo Abal, F. X. (2020). "A UPG baixo sospeita: control e vixilancia da Brigada Político-Social". *A Trabe de ouro: publicación galega de pensamento crítico*, *114*, 99-105.

Ribera, B. (2021). *La violencia política en la Transición valenciana (1975-1982)*. Universitat de València.

Risques Corbella, M. (2002). "La tortura y la Brigada Político--Social: Barcelona 1947". *Historia social*, *44*, 87-104.

Sánchez Soler, M. (2010). *La transición sangrienta. Una historia violenta del proceso democrático en España (1975-1983)*. Península.

Valle Almazán, R. del. (1970). "El servicio de Información de la Guardia Civil". *Revista de Estudios Históricos de la Guardia Civil*, *6*.

Wilhelmi, G. (2016). *Romper el consenso: la izquierda radical en la Transición Española (1975-1982)*. Siglo XXI.

Fontes documentais

Arquivo General de la Administración (AGA)/Interior/Dirección General de la Guardia Civil/sin. 44/13461; 44/13466; 44/13468; 44/13474; 44/13475; 44/13476; 44/13477; 44/13479; 44/13482.

Arquivo do Reino de Galicia (ARG)/Fondo Goberno Civil/sin. 33426; 33769; 33783; 33801; 33950; 33963; 34121; 34165; 34374.

Arquivo Histórico Provincial de Ourense (AHPO)/Fondo Goberno Civil/sin. 4429.

Arquivo Histórico Provincial de Lugo (AHPL)/Fondo Gobierno Civil/sin. 13026; 13348; 13349; 13354; 13357; 13360; 13361.

Arquivo Subdelegación de Goberno de Pontevedra (ASGP)/Fondo Histórico/Goberno Civil/sin. 1492; 2253; 3189; 5511.

Boletín Oficial del Estado.

O imperialismo e o Estado brasileiro durante a ditadura civil-militar (1964-1985)[1]

Vanessa Campos Costa

Introdução

A dinâmica da América Latina e do Brasil, abrangendo as esferas econômica, política, social e cultural, é compreendida de forma aprofundada quando analisada à luz da relação com o imperialismo. Esta conexão, embora não homogênea, é fundamental para entender as transições entre regimes ditatoriais e democráticos na região.

O posicionamento das burguesias internas na orquestração do golpe civil-militar de 1964 e na gestão do Estado durante o regime militar (1964-1985) revela uma resposta às demandas imperialistas. O golpe de 64 e o subsequente Estado ditatorial desempenharam um papel crucial na moldagem das condições políticas e econômicas que alinharam a economia nacional à nova dinâmica do capitalismo, marcada pela consolidação do padrão de acumulação monopolista; combate às tendências políticas nacionalistas e trabalhistas; e imobilização de sujeitos sociais e políticos que reivindicavam participação no espectro político brasileiro.

[1] Este capítulo apresenta resultados de pesquisas iniciadas no projeto de iniciação científica, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e vinculado ao projeto "Violências políticas, ditaduras e transições em perspectivas comparadas: passados recentes que não passam", desenvolvido na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Posteriormente, a temática foi ampliada e consolidada em monografia de conclusão do curso de licenciatura em História, ambas as pesquisas foram orientadas pelo professor Dr. José Rubens Mascarenhas de Almeida.

Entretanto, a complexidade dos eventos que culminaram no golpe de 1964 desafia qualquer explicação monocausal. A análise do evento exige uma abordagem integrada que considere as várias dinâmicas políticas e econômicas, tanto internas quanto externas, que evoluíram desde o período colonial e se intensificaram na década de 1960. Nesse sentido, este estudo insere-se num esforço que se baseia no reexame do golpe de 1964 no Brasil a partir de seus determinantes externos e internos, bem como na relação estabelecida entre as burguesias internas e os agentes externos (multinacionais e EUA) no que concerne as formas de aparelhamento do Estado para perpetuar o imperialismo no território brasileiro.

Deste modo, o presente estudo é fruto da inquietação decorrente da problemática teórica e empírica acerca do papel do Estado Nacional de países periféricos nas conexões que mantém com o imperialismo, especificamente no caso do Brasil. Assim, a investigação busca elucidar como o Estado brasileiro, durante a ditadura militar, facilitou a reprodução do imperialismo e quais foram as estratégias da burguesia interna frente às pressões do capital transnacional, em meio a conflitos e consensos.

O imperialismo –entendido como uma etapa avançada do capitalismo caracterizada, sobretudo, pela formação de monopólios e pela exportação de capitais– impôs transformações nas forças produtivas e nos padrões de consumo em países de economias periféricas, como o Brasil, uma vez que o capitalismo de base industrial era dominante somente nos países imperialistas. Nesse contexto, a América Latina, profundamente marcada pelo colonialismo europeu, foi integrada à divisão internacional do trabalho capitalista no final do século XIX e início do século XX.

No pós-segunda Guerra Mundial, o capitalismo passa por um processo de reestruturação em escala global, resultante do enfraquecimento de economias capitalistas até então poderosas e pelo surgimento de novos epicentros econômicos. Nesse processo, os Estados Unidos da América surgem como maior potência imperialista mundial, expandindo sua influência e estabelecendo multinacionais em países da periferia do capitalismo. Por conseguinte, as relações políticas, econômicas, militares e culturais da América Latina desenvolveram-se segundo as exigências da ampliação internacional do capitalismo estadunidense.

Em que pese a consolidação dos EUA como potência militar global no pós-guerra, o mesmo enfrentava uma disputa com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Essa rivalidade deu origem à Guerra Fria, polarizando o planeta em dois blocos antagônicos. Na América Latina essa disputa teve profundos reflexos, de forma que os EUA e os governos locais assumiram a postura de proteger os países do hemisfério de mudanças sociais, políticas, culturais e econômicas sob influência soviética.

Neste contexto da Guerra Fria, o apoio dos EUA à desestabilização do governo João Goulart e o posterior golpe de Estado de 1964 no Brasil foram respostas às políticas que desafiavam os interesses do capital estrangeiro e de setores da burguesia interna. O Brasil, que havia começado a expandir sua economia na década de 1950, viu-se diante de obstáculos econômicos na década seguinte. Esse cenário criou um terreno fértil para a formação de uma aliança entre agentes nacionais e internacionais, que, alinhando-se por interesses comuns, desencadearam o golpe.

Assim, o regime que se estabeleceu pós-1964 caracterizou-se pela subordinação às diretrizes do capital internacional, com destaque para os interesses estadunidenses, e pela adoção de uma política de repressão e controle sobre a classe trabalhadora. A administração, embora militar no rótulo, teve a presença marcante de civis do setor empresarial em posições-chave, muitos dos quais vinculados ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais—IPES e ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática—IBAD, evidenciando uma gestão estatal alinhada aos interesses do grande capital. Com isso, a relação estabelecida entre a burguesia (interna e estrangeira) e as forças armadas foi instrumental para a manutenção de um projeto político e econômico que favorecia os conglomerados internacionais e suprimia oposições, tanto da classe trabalhadora quanto de segmentos empresariais não alinhados ao regime.

O golpe de 1964, assim, não foi apenas um ponto de inflexão política, mas também o início de uma transformação estrutural no Brasil, que reconfigurou sua base socioeconômica dentro do processo de reestruturação global do capitalismo. A política econômica implementada pelo governo ditatorial estreitou os laços de dependência com o sistema financeiro internacional e exacerbou as disparidades regionais e de classe, limitando a soberania nacional e aumentando a vulnerabilidade do país às oscilações do mercado global. Além disso, o modelo econômico adotado consolidou o poder de grandes conglomerados internacionais na economia brasileira, alterando a distribuição de poder econômico e reforçando a subordinação dos interesses nacionais aos imperativos das corporações estrangeiras.

Ante o exposto, o presente trabalho tem como objetivo se aprofundar nas nuances da relação entre o Estado brasileiro e o imperialismo, de maneira a compreender as formas de atuação

da burguesia interna brasileira ante as demandas do grande capital transnacional, a despeito dos conflitos e consensos entre suas frações na conformação e consolidação do golpe de 1964.

Costuras internas e externas do golpe de 1964

Em 8 de setembro de 1961, João Goulart (Jango) assume a presidência da República. Sua trajetória vinculada ao trabalhismo com agenda política de bases nacionalistas resultou em forte oposição ao seu governo, sendo o sistema parlamentarista colocado como condição para sua posse entre setembro de 1961 e janeiro de 1963.

Goulart movimenta-se desde o início da implementação do parlamentarismo para retornar ao presidencialismo. Assim, o presidente reforça sua posição no movimento sindical, a partir, especialmente, da criação do Comando Geral dos Trabalhadores–CGT, que superou os obstáculos impostos pela Legislação do Estado Novo ao unificar a direção sindical. Com apoio do CGT e da fração militar progressista, Goulart realiza a campanha pelo retorno do presidencialismo em 1962.

Nesse sentido, forma-se no cenário político brasileiro uma Frente Popular sob liderança de Jango, que sustentava seu apoio por meio da defesa de reformas de base. Esse movimento, manifesto na mobilização militar e em duas greves gerais (5 de julho e 14 de setembro de 1962), sujeita as forças reacionárias do Congresso à convocação de um plesbicito para decidir a forma de governo. Em janeiro de 1963, o povo brasileiro aprova, majoritariamente, a revogação da emenda constitucional de 1961 e decide pelo retorno ao sistema presidencialista.

Após a derrota plesbicitaria do regime parlamentarista, Goulart intensificou as medidas nacional-desenvolvimentistas a partir, sobretudo, da implementação do Plano Trienal de Desenvolvimento (1963-1965), prescrevendo medidas destinadas a promover crescimento econômico e estabilidade monetária ao passo que estabelecia diretrizes para reformas estruturais centradas no setor administrativo, bancário, fiscal e agrário. Também, preconizava estatizações em diferentes âmbitos da economia nacional, e apoiou as encampações de empresas subsidiárias de multinacionais estadunidenses feitas pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Ainda, Goulart implementou a Lei de Remessas de Lucro, "a qual desfavorecia as empresas estrangeiras que enviavam lucros para suas matrizes fora do Brasil" (Palhares; Cícero, 2020, p.177).

Nessas circunstâncias, observa-se que o governo de João Goulart emergiu como resultado de um movimento popular que culminou no plebiscito de 1963. Este governo também obteve apoio da burguesia industrial, que estava interessada em uma política capaz de restaurar as condições necessárias para a rentabilidade dos investimentos a partir do controle da tendência de queda na taxa de lucros. De acordo com Marini (2012), essa abordagem implicava, a longo prazo, na expansão do mercado interno por meio de uma reforma agrária. No entanto, enquanto os resultados dessa reforma não se concretizassem, a estratégia era compensar a limitação do mercado interno pela ampliação do mercado externo, a ser conduzida pela política externa.

Por outro lado, o governo que emergiu a partir do movimento popular enfrentava pressões para controlar as reivindicações da classe trabalhadora, isso sinalizava que a base de sustentação

do governo de Goulart, formada pela classe trabalhadora e a burguesia industrial, estava sob ameaça devido à dificuldade de acomodação dos interesses antagônicos desses dois grupos. Neste contexto, agravando ainda mais a situação, assiste-se à proliferação de organizações de esquerda[2] no cenário político brasileiro.

O aumento dos movimentos de massa repercutiu também nas classes dominantes, que passaram a se organizar em organismo de representação política da burguesia. Assim, diante da ameaça da reforma agrária, os latifundiários começaram a armar milícias dirigidas pela Sociedade Rural Brasileira. Nesta mesma linha, forma-se organizações urbanas, como o Grupo de Ação Patriótica, dirigido pelo almirante Fleck (um dos ministros militares do governo de Jânio Quadros); as Milícias anticomunistas, vinculadas ao governador Carlos Lacerda (governador de Guanabara); e a Patrulha Auxiliar Brasileira, financiada por Ademar de Barros (governador de São Paulo) (Marini, 2012).

Em São Paulo e no Rio de Janeiro –posteriormente, com seções em outras regiões brasileiras–, constitui-se o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), formado por industriais com objetivo de reunir fundos para atuação contra o governo.

[2] O cenário da esquerda no Brasil passou por transformações significativas a partir de 1961. Até esse ano, o movimento de esquerda era caracterizado principalmente pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pela fração da esquerda dentro do movimento nacionalista. No entanto, em janeiro de 1961, reivindicando o restabelecimento do caráter revolucionário do marxismo-leninismo, surgiu a Organização Revolucionária Marxista, mais conhecida como Polop. No ano seguinte, houve um racha no PCB, resultando na formação do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Também em 1962, o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) se estabeleceu, assim como a Ação Popular, que nasceu da iniciativa de grupos católicos de esquerda. Essas mudanças marcaram uma diversificação e expansão das correntes de esquerda no país (Marini, 2012).

O Instituto surgiu em novembro de 1961, imediatamente após a renúncia de Jânio Quadros, a partir da iniciativa de Paulo Ayres Filho (do ramo farmacêutico) em articulação com Gilbert Huber Jr (empresário de origem americana, proprietário da Listas Telefônicas Brasileiras) e João Batista Leopoldo Figueiredo (Itaú e Scania). Também, O IPES integrou nomes de destaque que, posteriormente, ocupariam postos de comando no regime ditatorial, como Roberto Campos, Mário Henrique Simonsen, Octávio Gouveia de Bulhões, Delfim Netto entre outros.

De acordo com seus fundadores, o IPES tinha uma orientação apartidária com objetivos educacionais e cívicos, sustentados ideologicamente no discurso de fortalecimento democrático. Este Instituto era composto por indivíduos provenientes de diversas correntes ideológicas, mas o que os unia eram suas conexões com interesses econômicos de empresas nacionais (e associadas) e de multinacionais. Além disso, compartilhavam uma posição veementemente anticomunista e ansiavam por reformular e reconfigurar o Estado, buscando uma maior adequação aos seus propósitos, como observa Spohr (2011).

Para alcançar este objetivo, inicialmente o IPES contou com o financiamento da Indústria e Comércio de Minério (Icomi), da Refinaria e Exploração de Petróleo União, das Listas Telefônicas Brasileiras S.A., dos Serviços de Eletricidades S.A. (LIGHT), da Companhia Docas de Santos, da Casa Masson do Rio de Janeiro e da Construtora Rabelo S.A. Posteriormente, integraram ao IPES, os grupos econômicos Celso Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG), Moinhos Rio Grandenses, Grupo Gerdau, Grupo Arno Indústria e Comércio, Grupo Mesbla, Grupo Ultra, Grupo Hannah Co., Grupo Schama, Banco de Crédito Real de Minas Gerais, Rodger, Valizer, Carbono Lorena, Estaleiro Mauá, Grupo

Folha, Light e Braskan, O Estado de S. Paulo, Banco Mercantil de São Paulo, Magnesita, Eternit do Brasil Amianto e Cimento, Listas Telefônicas Brasileiras, Açúcar União, Indústrias Klabin de Celulose, Banco Nacional de Minas Gerais, Cerâmica Brasileira, Docas de Santos, Banco Boa Vista, Grupo Votorantin, Banco Bozano Simonsen, Aço Villares (Brasil, 2014, p. 318).

Ainda, segundo Assis (2001), na ata de dissolução assinada por Glycon de Paiva, em 29 de março de 1972, consta que o IPES era constituído por 125 pessoas físicas e 95 jurídicas, sendo que 5% destas últimas era responsável por mais de 70% das contribuições financeiras, a saber a Listas Telefônicas Brasileiras, Light, Cruzeiro do Sul, Refinaria e Exploração de Petróleo União e Icomi.

Reservistas e militares ativos do Exército também exerceram um papel substancial nas atividades dos IPES. Sua participação tornou-se ainda mais proeminente no ano de 1963, quando essa instituição desempenhou um papel chave na avaliação das dinâmicas políticas e na oferta de informações cruciais para a compreensão do contexto brasileiro.

Além disso, o IPES criou o Grupo de Levantamento da Conjuntura e a Unidade de Planejamento –composto por civis, em sua maioria empresários–, cujo objetivo era cooptar oficiais influentes para aderirem ao movimento contra o governo de João Goulart, fornecendo a infraestrutura necessária para alcançar esse objetivo. Assim, militares das três armas desempenharam papéis centrais nas atividades do IPES, tendo parte considerável deles sido formada na Escola Superior de Guerra (ESG). Entre estes militares, destaca-se os generais Couto e Silva, Jurandir Bizarria Mamede, Cordeiro de Farias, Nelson de Mello, Ademar de Queiroz, Orlando Geisel e Ernesto Geisel (Dreifuss, 1981).

Ao mesmo tempo, membros do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) exerceram papel relevante na formação de células infiltradas nas Forças Armadas. Figuras influentes no cenário militar, muitas das quais mantinham vínculos com o IBAD, ocupavam posições estratégicas no governo de João Goulart. Estes mesmos indivíduos estavam ativamente envolvidos nos esforços para depor o presidente de seu cargo. Fundado em 1959, o IBAD –descrito por Philip Agee (ex-agente da CIA) como organismo da agência de inteligência estadunidense no Brasil–atuava paralelamente ao IPES, porém, de forma mais ostensiva e escancarada. A título de exemplo, nas eleições do legislativo federal e dos executivos estaduais de 1962, o IBAD financiou campanhas de candidatos opositores à Goulart com um valor estimado em US$ 20 milhões, oriundo do governo estadunidense.

Essa intricada rede de conexões, que abrangia tanto o âmbito militar quanto o civil, sobretudo o empresariado, exerceu uma influência profundamente significativa no contexto que culminou no golpe de 1964, de forma que

> Uma vez organizada, a rede de Ipesianos e Ibadianos serviu para coletar um volume coerente e amplo de informações políticas, especialmente no que diz respeito a lealdades e posições dentro do *establishment* militar, nas empresas do governo e na administração pública. Além disso, serviu para disseminar dentro das Forças Armadas relatórios anônimos sobre desenvolvimento político publicado pelos IPES. O material político e a disseminação de mensagens ideológicas visavam os oficiais de médio escalão, desacreditando o governo e focalizando uma suposta "tomada comunista do Brasil". O complexo IPES/IBAD também interveio na vida interna política e cultural dos oficiais, interferindo nas eleições de suas instituições influentes de debate,

> particularmente o Clube Militar [...]. O complexo IPES/IBAD também exerceu pressão sobre o corpo de oficiais, estimulando, como já foi visto, um harmonioso relacionamento ideológico e político entre os militares e os empresários e, através da mídia, preparando o clima para a intervenção militar. Entretanto, o papel fundamental que o complexo IPES/IBAD teria no setor militar era o de fazer das Forças Armadas um instrumento e liderar um movimento civil-militar que finalmente causou a destituição do presidente João Goulart. (Dreifuss, 1981, p. 368).

Diante desse quadro interno, Goulart adotava medidas que causavam descontentamento ao capital estrangeiro, em especial ao dos Estados Unidos. Os EUA, através do financiamento proporcionado pela Aliança para o Progresso, prestaram ajuda econômica aos Estados de Guanabara, São Paulo e Minas Gerais, cujos governadores –Carlos Lacerda, Ademar de Barros e Magalhães Pinto respectivamente– eram notórios conspiradores do governo de João Goulart. Nesse sentido,

> Como declarou publicamente o subsecretário Thomas Mann, as verbas da Aliança para o Progresso se dirigiam, sem passar pelo governo federal, àqueles governadores "capazes de sustentar a democracia"; apenas o governador Lacerda recebeu, entre 1961 e 1963, 71 milhões de dólares por essa via. O embaixador Lincoln Gordon atuava intensamente junto às classes empresariais. Além disso, um organismo diretamente financiado pelos grupos estrangeiros e, segundo denunciou o governo Goulart, pela Embaixada dos Estados Unidos –, interferiu abertamente na vida política sustentando um grupo parlamentar (Ação Democrática Parlamentar) e financiando, nas eleições, os candidatos de sua preferência. (Marini, 2012, p.102).

Diante da intensificação da luta de classes e do estancamento da produção, a burguesia industrial retirava o seu apoio à Goulart ao passo que se aproximava ainda mais dos setores reacionários. Ainda, a expansão do setor estrangeiro na economia brasileira desde 1955, sua penetração intensiva no setor industrial e sua intervenção no plano político a partir de órgãos como IPES e o IBAD, contribuíram para o abandono do projeto nacionalista da burguesia industrial. A retirada de apoio dessa fração da burguesia foi consolidada pela penetração da propaganda anticomunista na classe média, que enxergava as reivindicações operárias como a razão do aumento do custo de sua vida. Desta forma, a classe média passa a organizar concentrações políticas anticomunistas e a manifestar-se publicamente nas chamadas "Marchas da família, com Deus, pela liberdade", isso marca o início da mobilização das massas pela direita. (Marini, 2012).

Nesta conjuntura, Goulart tenta voltar-se para esquerda, inclusive, enviando uma mensagem para o Congresso em começos de 1964, pela qual solicita a aprovação das reformas de base. Também, ao lado de Brizola e Arraes, o presidente realizou um comício em 13 março do mesmo ano, ao lado das bandeiras do PCB e demais organizações da esquerda. Diante de aproximadamente 200 mil pessoas, Goulart anunciou a implementação de decretos, como o confisco de terras às margens de estradas, nacionalização de refinarias de petróleo privadas e limitação de aluguéis urbanos (Moraes, 2001).

Diante desse cenário, em março de 1964, o embaixador norte-americano Lincoln Gordon relatava que Goulart articulava-se para implementar poderes ditatoriais com ajuda do Partido Comunista Brasileiro e de outros grupos da esquerda na medida em que os militares, sob liderança de Castello

Branco, estavam sistematicamente organizados para resistirem. Contudo, a ideia de uma ameaça comunista era equivocada naquele período, frequentemente usada para legitimar ataques a qualquer forma de reivindicação de direitos fundamentais por parte da classe trabalhadora. No dizer de Arantes (2021),

> Nos idos dos anos 1960 e 1970, no auge da Guerra Fria, qualquer governo nacional sob a esfera de influência dos EUA –especialmente latino americano–, que se mostrasse simpático às necessidades mais urgentes das camadas populares e sensível aos reais interesses do país, imediatamente era rotulado como agitador, populista, subversivo e "comunista". A partir de então, passava a sofrer uma violenta onda de ataques, tanto de origem interna –das elites econômicas e políticas, intimamente articuladas aos interesses dos países do bloco capitalista–, quanto externa, ou seja, oriunda diretamente dos próprios EUA, cuja política, nitidamente imperialista, trabalhava incansavelmente no sentido de expurgar toda e qualquer possibilidade de instalação, na América Latina, de governos que não fossem totalmente subservientes e alinhados às diretrizes impostas por Washington. (p. 36-7).

Para Gordon, portanto, o Brasil aproximava-se de uma Guerra Civil, e caso ocorresse, os EUA deveriam estar preparados para auxiliar os militares. Isso enfatiza o papel dos Estados Unidos na promoção de regimes autoritários na região, em nome de seus próprios interesses geopolíticos. Outro nome importante na articulação entre militares e empresários –brasileiros e estrangeiros– simpatizantes do golpe, é o diplomata militar estadunidense Vernon Walters. Este, coordenou as operações de informações no Brasil, e, devido a sua participação na Segunda Guerra Mundial ao lado da Força Expedicionária Brasileira (FEB), mantinha contato com oficiais importantes e membros

do grupo IPES e da ESG, tais como os generais Castelo Branco e Cordeiro de Farias (Spohr, 2011).

Adiante, entre os dias 25 e 27 de março, eclode a rebelião dos marinheiros e sua confraternização com os trabalhadores no Sindicato dos Metalúrgicos. Isso desencadeou reações na fração militar, que condicionou o seu apoio ao governo de Goulart à exigência de dissolução do CGT e demais organizações de esquerda. Ao mesmo tempo, os EUA prescreviam, a partir da *Operação Brother Sam,* o envio de mantimentos; aviões com armas e munições (110 toneladas), aviões de caça e aviões tanques às costas brasileiras. Assim, em 1 de abril foi constituído o governo provisório com reconhecimento dos EUA. A ausência de resistência por parte de Goulart eliminou a necessidade de empregar os recursos disponibilizados pela operação, deste modo "a sigilosa Operação Brother Sam pôde ser cancelada, antes mesmo de se efetivar" (Coggiola, 2001, p.15).

Nesse contexto, conforme detalhado em um relatório divulgado pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2014, é possível identificar diversas empresas que desempenharam um papel ativo no golpe de abril de 1964. Entre elas estãoA. Queiróz Lugó, Acumuladores Vulcânia, Antônio Maurício Wanderley e Cia. Ltda., Armações de Aço Probel S/A, Atlantic, Auto Asbestos S/A, B.F. Goodrich, Brasital S/A, Cia. Carlos Guedes, Cia. Comercial de Madeiras Kirali, Cia. de Acumuladores Prest-O-Lite, Cia. de Cigarros Souza Cruz, Cia. Fiação e Tecidos Lanifício Plástico, Cia. Madeireira Nacional, Dunlop, Duratex S/A Indústria e Comércio, Duratex S.A., Esso Brasileira de Petróleo, Eucatex S/A Indústria e Comércio, Johnson & Johnson, F. Slaviero, Fábrica de Cigarros Caruso, Fábrica de Cigarros Flórida, Fábrica de Cigarros Sudan S/A, Fábrica de

Gases Medicinais Cremer, Firestone S/A, GoodYear, Indústria Brasileira de Eletricidade, Indústria de Ataduras Gessadas Cristal, Indústria de Feltros Lua Nova S/A, Irmãos Justa Transportes, Irmãos Nocera, João Batista Antonio Alário, M. Lipper S/A, Madeireira Miguel Forte, Moinhos Santista S/A, Moreira Lima e Cia., Ousei Peceniski (Colchoaria Francisco), P. Barelle Ltda, Pfizer Corporation do Brasil, Pirelli S/A, Pneus General, S/A Brasileira de Tabacos Industrializados, Saturnia Acumuladores Elétricos, Serraria Água Branca, Serraria Americana Salim F. Maluf, Serraria Azevedo Miranda, Serraria Bandeirantes, Serrarias Almeida Porto, Serrarias F. Lameirão, Texaco do Brasil S/A, V. Foreinete, Vicari S/A Indústria e Comércio, e Volkswagen do Brasil.

Essa extensa lista revela a participação significativa do empresariado nacional e multinacional no contexto do golpe. Isso demonstra que o golpe de 1964 foi resultado de uma aliança entre setores civis e militares, onde a influência do empresariado desempenhou um papel crucial. Posteriormente, esses mesmos setores ocuparam posições estratégicas no Estado ditatorial, orientando uma política alinhada aos interesses do grande capital.

Observadas as circunstâncias, percebe-se que as medidas adotadas durante o governo Goulart causavam descontentamento a setores da burguesia interna –como do empresariado, latifundiários e setores da imprensa– além do capital estrangeiro, e "foi, exatamente, a união entre as forças de oposição interna e aquela originada da política de poder hemisférica a responsável pela articulação e execução do golpe de Estado, em abril de 1964" (Palhares; Cícero, 2020, p. 177). A complexidade dos eventos que culminaram no golpe de 1964 desafia qualquer

explicação monocausal. A história revela que compreender esse acontecimento requer uma análise integrada das dinâmicas políticas e econômicas, tanto internas quanto externas, que tiveram origem nas raízes do período colonial e ganharam intensidade na década de 1960.

Nesse sentido, evidencia-se que o movimento de expansão da economia brasileira, iniciado a partir da década de 1950 e caracterizado pela abertura econômica ao capital estrangeiro, fortalecimento das empresas estatais e generalização das relações capitalistas, sofre um momento de dificuldade nos anos 60. Essa dificuldade ocorre devido ao fato de o Estado ainda não estar devidamente aparelhado institucionalmente para cumprir as tarefas impostas pelo novo padrão de acumulação; do período de diminuição do ritmo de crescimento econômico; e, do início de uma conjuntura política de crise do populismo, que torna incerto os rumos políticos e econômicos do processo que vinha se desenrolando.

O golpe civil-militar de 1964 e o Estado ditatorial cumprem um papel decisivo na criação de condições políticas e econômicas necessárias para a adequação da economia nacional à nova dinâmica capitalista, marcada pela consolidação do padrão de acumulação do capital monopolista; combate às tendências políticas nacionalistas e trabalhistas; e imobilização de sujeitos sociais e políticos que reivindicavam participação no espectro político brasileiro. Assim, como diz Netto (2016, p.71), "o golpe deflagrou uma dinâmica nova, econômica e política, que, a médio prazo, forçaria a ultrapassagem dos seus próprios marcos".

Configuração do estado brasileiro durante a ditadura civil-militar

O golpe de 1964 que se apresentava como um ato de destituição do presidente João Goulart a fins de "restaurar a legalidade, revigorar a democracia, restabelecer a paz e promover o progresso e a justiça social",[3] logo viola a constituição de 1946 e estabelece uma estrutura jurídico-política nova a partir de atos e leis complementares. Assim, "toda a maquinaria estatal, isto é, do Poder Executivo, herdada dos governos anteriores, foi rearticulada, modificada, diversificada e dinamizada, em função das exigências da sistemática da política econômica adotada" (Ianni, 2019, p. 231).

Nessa nova estrutura estatal, os três poderes foram mantidos –Executivo, Legislativo e Judiciário–, no entanto os processos decisórios que envolviam o exercício do poder estatal foram absorvidos e centralizados no Executivo. O poder estatal ganhou um caráter predominantemente coercitivo, construindo uma série de mecanismos e aparelhos de repressão com ampla liberdade para intimidação, sequestro, prisão, espionagem e tortura.

Entretanto, o principal objetivo da ditadura era a exploração do proletariado e do campesinato em benefício do capital em seu modo de ser imperialista. E, para isso, utilizou-se de aparatos repressivos de controle da classe trabalhadora e de opositores ao regime bem como de mecanismos de construção de consenso, a partir, sobretudo, da propaganda nas mídias.[4] Assim, "o bloco de poder representado na ditadura transformou a

[3] Pronunciamento de Castelo Branco, ocorrido 11 de abril de 1964, saudando o povo brasileiro após ter sido eleito indiretamente presidente da República pelo manietado Congresso Nacional.

[4] Sobre questões relacionadas ao consenso e coerção durante a Ditadura Militar, ver Silva (2016).

violência estatal em técnica de expropriação econômica, e não apenas em técnica de dominação política" (Ianni, 2019, p. 243).

Os interesses de multinacionais e associados forjaram e controlaram o aparelho estatal de acordo com as necessidades do imperialismo, de modo que os cargos centrais do Estado foram ocupados por empresários, que determinaram as diretrizes políticas a serem tocadas. Assim, em que pese a administração do pós-1964 ser rotulada de militar, a predominância de civis do setor empresarial é notória, de modo que muitos empresários que ocupavam postos chaves da administração do Estado mantinham relações com o IPES/IBAD, tendo, inclusive, sócios e empregados de líderes do IPES sido indicados para órgãos administrativos e ministérios, em muitos casos.

Durante a ditadura civil-militar, o IPES continuou atuando como um espaço de coleta de informações para círculos militares, empresariais e administrativos, e seus membros foram ocupando cargos importantes da administração estatal. Não obstante, além destes associados serem proprietários e diretores de instituições financeiras, eles também eram acionistas e diretores de grandes corporações industriais, tanto brasileiras quanto multinacionais. Ainda, como diz Dreifuss (1981), muitos bancos eram ligados a grandes corporações industriais, expressando uma das formas de manifestação do imperialismo: o estágio avançado de integração e concentração entre os interesses bancários e industriais.

Em vista disso, associados ao IPES tornaram-se o núcleo do ministério do Planejamento, sob a direção de Roberto Campos. A Casa Civil também foi dirigida por um associado do IPES, Luiz Viana Filho. Imediatamente após 1964, Octávio Gouveia foi nomeado Ministro da fazenda, Álvaro Carvalho Cesário

Alvim nomeado procurador do Ministério e Mader Gonçalves indicado assessor da administração, refletindo assim a hegemonia do IPES dentro do Estado ditatorial, que controlava as principais pastas de elaboração da política econômica brasileira.

Em 1964, a lei 4.595[5] reestruturou o sistema financeiro, que passou a ser constituído pelo Conselho Monetário Nacional; Banco Central da República do Brasil; Banco Central do Brasil; Banco do Brasil S. A.; Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico; e por instituições financeiras públicas[6] e privadas.[7] Os cargos-chave nessa estrutura foram ocupados por ex-membros e membros dos grupos de Estudo e Doutrina do IPES, que afora isso, tinham forte representação nas instituições públicas e privadas que constituíram o novo Sistema Financeiro Nacional.

O Banco Central (BC) foi fundado e presidido inicialmente por Dênio Nogueira, que havia elaborado projeto de estudo para a criação de um banco central no Grupo de Estudo e Doutrina no Rio, com financiamento do IPES. Nogueira foi sucedido pelo líder do Grupo de Doutrina e Estudo do IPES-São Paulo, Ruy Aguiar da Silva Leme. Para direção do BC, foram encarregados os empresários Casimiro Antônio Ribeiro, Luiz Biolchini e Aldo Franco; José Luiz Bulhões Pedreira assumiu a

[5] Brasil. Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. Brasília: Senado Federal, 1964. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4595.htm>. Acesso em: 14 de set. 2023.

[6] Caixas econômicas Federais e Estaduais; Bancos Federais e Estaduais de Crédito; Bancos Regionais de Desenvolvimento; Banco Nacional de Habitação; Autarquias e Companhias de Economia Mista; Bancos Oficiais Estaduais; Banco Nacional de Crédito Cooperativo. (Dreifuss, 1981, p.430).

[7] Bancos comerciais; Bancos Industriais; Companhias de Crédito, Financiamento e Investimento; Companhias de Crédito Imobiliário; Companhias de Poupança e Empréstimos; Companhias de Seguros e Capitalização; Bolsas de Valores; Fundos de Crédito; Pessoas e Companhias Selecionadas operando no Mercado de Capitais. (Dreifuss, 1981, p.430).

assessoria do banco e Eduardo da Silveira Gomes foi indicado chefe do Departamento Econômico.

O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) também foi ocupado por membros do IPES. Dentre os nomes de ipesianos com cargos influentes no BNDE, destaca-se o empresário José Garrido Torres (presidente), o empresário Jayme Magrassi de Sá (diretor) e Edmundo Falcão da Silva (diretor do Conselho Administrativo). Ainda, no que tange ao Banco do Brasil, o líder do IPES e banqueiro Luiz de Moraes Barros foi indicado presidente; Luiz Biolchini chefe da Carteira de Câmbio do banco; e Ernane Galvêas nomeado diretor.A Carteira de Comércio Exterior (CACEX), a Carteira de Redes contose a Carteira Agrícola eram chefiadas pelos empresários Aldo Franco, Casimiro Antônio Ribeiro e Severo Gomes, respectivamente (Dreifuss, 1981, p. 428-431).

Além do sistema econômico e financeiro, os ipesianos exerceram influência no Ministério do Trabalho e da Previdência Social, no Ministério do Exterior, no Ministério das Minas e Energia e no Ministério da Educação e Cultura, que mudaram as suas orientações; e ocuparam cargos importantes no Ministério da Saúde e no Ministério dos Transportes e Obras Públicas.

O Ministério do Trabalho e da Previdência Social que antes controlava a classe trabalhadora a partir da manipulação dos sindicatos e de mobilização limitada, continua a exercer controle, mas com interrupção da mobilização dos trabalhadores. No que concerne ao Ministério do Exterior, o mesmo abandona a política favorável ao Terceiro Mundo e se alinha automaticamente aos Estados Unidos da América. O Ministério das Minas e Energia inverteu a orientação nacionalista de suas diretrizes políticas ao convidar o setor privado

–especialmente multinacional– a participar da exploração das riquezas em solos brasileiros, concedendo também o direito de adquirir ações em companhias brasileiras aos estrangeiros.

Por fim, o sistema educacional se enquadra ao sistema político e econômico ao preocupar-se com a qualificação da mão-de-obra, incentivando, inclusive, as escolas particulares em detrimento das universidades públicas e gratuitas. De acordo com Dreifuss (1981),

> A tendência do planejamento educacional de ser relativamente favorável à especialização, em oposição aos outros níveis, deve ser vista no contexto da especificidade da economia brasileira. Esta é dotada de um pequeno núcleo, altamente produtivo, cujo funcionamento calcado numa tecnologia sofisticada, importada e que produz bens de consumo duráveis para uma minoria da população. Esse setor da economia requer recursos humanos especializados e qualificados, mas em pequenos números. As universidades se transformaram em fábricas desse produto refinado, enquanto o planejamento educacional foi o mecanismo, através do qual o *output* do sistema educacional era ajustado ao *input* das necessidades do mercado de trabalho, regulado pela lei da oferta e da procura. (p. 442).

Assim, a educação transforma-se em instrumento para que o indivíduo se torne mais produtivo para o mercado de trabalho, sendo o ensino superior privilegiado em relação a educação básica com perspectiva a produção de lucro social e individual. Esse privilégio do ensino superior em detrimento da educação básica pública também nos diz sobre o público alvo a ser favorecido pelo acesso à educação superior no Brasil sob regime ditatorial, a classe média e a burguesa. Na medida que o Estado não incentivou a qualidade de ensino na educação básica

pública, mas sim na privada, o acesso do ensino superior pela classe trabalhadora permanecera extremamente limitado. À classe trabalhadora ficava a opção de ensino básico tecnicista, para que pudesse vender diretamente sua força de trabalho no mercado capitalista.

Diante do exposto, os representantes do grande capital apoiavam-se nos militares para manter o programa político e econômico de acordo com seus interesses, e também para neutralizar a classe trabalhadora e grupo de empresários que faziam oposição ao regime, e por isso, foram subalternizados na articulação estatal frente aos representantes do IPES/IBAD. Um caso exemplar citado no relatório de 2014 da Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi o dos empresários Mario Wallace Simonsen e Celso da Rocha Miranda, sócios majoritários da segunda maior empresa privada do país, a Companhia Aérea Panair do Brasil.

A partir de um decreto sancionado por Castello Branco em 1964, a Panair teve suas atividades encerradas, sendo sua falência decretada em 15 de fevereiro de 1965 pela 6º Vara Cível da Justiça. Após a falência da Panair, a Varig –do empresário Ruben Berta– assumiu todas as linhas internacionais do país. Essa política não ocorreu de forma isolada, pelo contrário, a formação de grandes grupos econômicos no Brasil foi favorecida, também, pela liquidação de forma direta ou indireta de outros grupos que demonstravam crescimento econômico no período (Brasil, 2014, p.325-327).

Nesse sentido, o Estado que se inaugura a partir do golpe de 1964 configura-se como espaço de articulação do grande capital para conduzir um projeto econômico associado ao capital internacional, portanto submisso as exigências dos centros imperialistas,

especialmente o estadunidense, ao passo que promove uma política de forte controle e repressão à classe trabalhadora. Assim, o golpe de 1964 desdobrou-se em uma transformação do Estado, que reformulou a estrutura socioeconômica do Brasil, enquadrada no contexto de reestruturação do capitalismo.

A ação do estado ditatorial brasileiro na reprodução do imperialismo

O golpe de 1964 abre então um período de reordenamento do cenário econômico brasileiro, tendo em vista a acomodação de uma economia de capitalismo dependente frente as demandas do capital internacional. Ao mesmo tempo, o golpe de 64 expressa o auge das contradições de classes e entre as frações de classe no seio da sociedade brasileira, de modo que a atuação do Estado sob a tutela dos militares forja o alinhamento dos interesses burgueses e controle sobre a classe trabalhadora, assegurando a continuidade da subserviência ao imperialismo em solo brasileiro. Assim,

> O projeto iniciado com o golpe de 1964 configurou a reorganização e retomada do domínio direto sobre o cenário econômico e político pelos setores da burguesia, ao passo que possibilitou o avanço do capitalismo monopolista sobre as bases internas do país. A instauração da ditadura acarretou profundas transformações nas relações entre Estado e sociedade, dado que a ação estatal se vinculou estritamente aos interesses das classes dominantes, de forma politicamente autocrática e economicamente restritiva. O denominado "modelo autocrático-burguês de transformação capitalista" atingiria o seu auge nesse período. A institucionalização da

> ordem ditatorial desempenhou um papel apassivador das contradições sociais geradas pela acumulação monopolista, a partir do esvaziamento dos espaços políticos e decisórios restritos cada vez mais ao escopo do Estado. (Batista, 2018, p. 57).

Nesse sentido, a implementação de um Estado ditatorial no Brasil não significa apenas a institucionalização de um governo autocrático na esfera política, mas também uma redefinição do direcionamento econômico e uma nova forma de inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho. Deste modo, ao passo em que o golpe civil-militar de 1964 permitiu às burguesias brasileiras o controle total do Estado, impulsionou um novo ritmo na acumulação capitalista norteado pelas exigências do imperialismo, sobretudo do imperialismo estadunidense. Este último recebeu tratamento privilegiado pela administração estatal, tendo o embaixador brasileiro nos Estados Unidos à época, Juracy Magalhães (1966-1967), afirmado que "o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil", em uma demonstração do alinhamento das políticas brasileiras aos interesses dos EUA (Rodrigues, 2017, p. 60).

As mudanças implementadas neste período buscaram recolocar o país nos trilhos do desenvolvimento econômico segundo a lógica monopolista de acumulação, tendo como sustentáculo o financiamento proveniente do capital internacional pelas vias do investimento externo. Para tanto, o Estado implementou uma série de reformas econômicas sob a égide do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), que forjou os caminhos que buscavam a recuperação da acumulação, criando as condições favoráveis para a entrada do capital estrangeiro e instalação de multinacionais no Brasil.

O PAEG trata-se do plano de desenvolvimento para o período de 1964 a 1967, desenvolvido e executado pelos ipesianos Roberto Campos –ministro do planejamento– e Octávio Gouveia de Bulhões –ministro da fazenda– sob o governo do Marechal Castelo Branco (1964-1967). O plano tinha como objetivo conter a inflação e preparar as bases para o crescimento econômico a longo prazo. Para isso, pretendia criar mecanismos de financiamento não inflacionários para a economia brasileira, especialmente pelas vias das reformas tributárias e financeiras promovidas a partir de 1964.

Os articuladores do PAEG adotaram uma perspectiva econômica que valorizava o sistema de preços como um importante mecanismo regulador da economia. No entanto, não defendiam a diretriz de que o Estado deveria ter um papel minimizado ou inexistente. Em vez disso, o plano sustentava a necessidade de uma ação governamental complementar às forças do mercado. A ideia central consistia na coexistência harmônica entre o planejamento econômico e as forças do mercado. Propunha, portanto, uma abordagem equilibrada na qual o governo desempenhava um papel ativo em certos setores ou aspectos da economia, enquanto a livre empresa e a iniciativa privada continuavam a ser os principais motores do crescimento e do desenvolvimento econômico.

Neste contexto, o PAEG defendia um sistema econômico predominantemente de livre mercado, baseado em uma forte competição entre as empresas e oportunidades para a iniciativa privada. No entanto, o documento do referido plano afirma que

> Esses princípios não acarretam a anulação do papel regulador do sistema de preços. A ação governamental complementa, mas não necessariamente substitui, os mecanismos

> de mercado. Como tal, a ideia de planejamento não é incompatível com a da predominância da livre empresa no sistema econômico. As nações mais tradicionalmente capitalistas recorrem pelo menos a um embrião de planejamento ao programarem seus investimentos públicos e ao fixarem a sua legislação econômica. Reciprocamente, nenhuma economia real abandona por completo as forças do mercado. (Brasil. Presidência da República. PAEG - Programa de Ação Econômica do Governo 1964-1966, 1964, p. 13).

Observada as circunstâncias, o PAEG pode ser visto como um esforço para manter e consolidar o sistema capitalista no Brasil, ao promover um equilíbrio entre a ação governamental e as forças de mercado, atuando visivelmente como a mão deste último. O plano visava, prioritariamente, articular a retomada do crescimento econômico à estabilidade de preços, meta esta que servia aos interesses do capital financeiro e das classes dominantes à época, ao garantir um ambiente propício para a acumulação de capital e a geração de lucros.

A despeito do PAEG preconizar uma complementaridade entre a ação estatal e os mecanismos de mercado, pode-se observar que as proposições do plano não resultaram em alterações na dinâmica da relação entre o capital e o trabalho. Em seu lugar, o PAEG buscava criar condições mais propícias para a acumulação do capital, sem, no entanto, modificar as bases das relações de produção capitalistas. Pelo contrário, o Estado, enquanto instância articuladora da burguesia, ao interferir na economia através de políticas de estabilização e de incentivo ao investimento privado, estaria reforçando o sistema capitalista e, consequentemente, perpetuando as relações de produção que favoreceram a classe dominante.

Nesse contexto, os articuladores do PAEG apontavam como causas da inflação "os déficits públicos, a expansão de crédito às empresas e as majorações institucionais de salários em proporção superior do aumento de produtividade" (Brasil. PAEG, 1964, p. 27). A partir dessa leitura, o Estado brasileiro implementou políticas econômicas que subordinaram o trabalho ao capital ao passo que fortaleceu os aparelhos de repressão do Estado, contando, inclusive, com financiamento do empresariado para criação de algumas organizações de repressão, como a Operação Bandeirantes (OBAN).[8]

Nessa seara, o Estado implementou uma política de arrocho salarial ao estabelecer um novo cálculo de reajuste que ficava aquém da taxa de inflação. Essa estratégia, sob o manto da Lei de Greve –que limitava a atuação política dos trabalhadores– instituiu um único reajuste a ser efetuado a cada 12 meses. Conforme essa reforma, a correção, centralizada no governo federal, consistiria na média dos valores reais dos últimos 24 meses, acrescida da taxa de produtividade e de uma parte da inflação projetada para o ano seguinte. Essa estratégia se materializou como uma medida de depreciação salarial, uma vez que os salários não foram ajustados de acordo com o contexto econômico vigente, e as taxas de inflação efetivas superaram substancialmente as projeções governamentais (Batista, 2018).

[8] O relatório divulgado pela CNV aponta que "ao lado dos banqueiros, diversas multinacionais financiaram a formação da Oban, como os grupos Ultra, Ford, General Motors, Camargo Corrêa, Objetivo e Folha. Também colaboraram multinacionais como a Nestlé, General Eletric, Mercedes Benz, Siemens e Light. Um número incerto de empresários paulistas também contribuiu, já que a arrecadação de recursos contava com o apoio ativo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), por meio de seu presidente, Theobaldo De Nigris. Nos salões da FIESP, o ministro da Fazenda, Delfim Netto, era sempre visto fazendo palestras aos empresários, em reuniões onde se solicitavam recursos para financiar a Oban". (Brasil, 2014).

Para o período de 1965 a 1967, a estimativa do índice de inflação variava de 25% a 5%, contrastando com as taxas reais verificadas, que se situaram entre 46% e 25%. Dessa maneira, o impacto do arrocho salarial foi notório, resultando em uma depreciação de 25% no salário mínimo durante o intervalo de 1965 a 1967(Batista, 2018, p. 61).

Além da política salarial, outro ponto crucial do reordenamento econômico em curso trata-se da reforma tributária. A reforma tinha por desígnio essencial racionalizar o sistema de impostos, alinhando-o aos objetivos governamentais, notadamente direcionados ao fomento do crescimento de setores estratégicos. Em sua essência, a reformulação buscava revitalizar a capacidade de financiamento estatal, transformando o arcabouço tributário em uma ferramenta de acumulação por meio de incentivos fiscais e financeiro.

As medidas centrais da reforma tributária concentraram-se na introdução do imposto por valor adicionado sobre produtos industrializados (IPI), circulação de mercadorias (ICM), e serviços (ISS). Destaca-se ainda, a expansão do escopo do Imposto de Renda sobre pessoa física, com isenção concedida a setores econômicos considerados cruciais, notadamente aplicações financeiras e produção de bens de capital. A introdução da correção monetária sobre débitos fiscais e a adoção das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs) foram medidas de impacto substantivo sobre a arrecadação e os déficits públicos.

O redimensionamento do sistema tributário centralizou-se nas mãos do governo federal, reduzindo a autonomia dos níveis estaduais e municipais, e submetendo-os a uma maior disciplina orçamentária. Essas mudanças promoveram uma significativa elevação na receita federal em relação ao PIB: de 8,3%

em 1964 para 11,1% em 1966, enquanto o déficit público foi notavelmente reduzido de 3,3% para 1,1% no mesmo período. A participação da carga tributária no PIB também apresentou um incremento substancial, passando de 17,4% em 1960 para 19,0% em 1965 e atingindo 26,0% em 1970.

Apesar dos efeitos positivos observados na estabilidade das contas públicas e no aumento do PIB, como nos diz Batista (2018), as alterações na estrutura tributária elaboradas pelo PAEG delinearam uma política de caráter regressivo. Dessa forma, a ampliação da arrecadação sobre impostos indiretos, que notadamente afeta o consumo da classe trabalhadora, assim como a implementação de mecanismos de isenção direcionados a empresas e estratos de maior poder aquisitivo refletem esse aspecto regressivo da política tributária norteada pelo PAEG.

No contexto da orientação anti-inflacionária adotada durante o governo de Castelo Branco, a taxa de juros experimentou um significativo crescimento, abandonando sua tendência negativa. Contudo, a implementação dessas mudanças político-econômicas não alterou o padrão de financiamento estabelecido desde 1930, que se baseava na intervenção estatal e no financiamento proveniente do capital externo. Essas modificações tiveram como objetivo, principalmente, estreitar os laços do Brasil com o sistema financeiro internacional, resultando na redução da capacidade do país de desenvolver um sistema financeiro nacional.

Assim, a acumulação capitalista, sobretudo do capital internacional, era favorecida em detrimento dos interesses da classe trabalhadora, de modo que o PAEG orienta para uma

> Política de estímulo ao ingresso de capitais estrangeiros, e de ativa cooperação técnica e financeira com agencia internacionais, com outros governos, e, em particular, com o sistema multilateral da Aliança para o Progresso, de modo a acelerar a taxa de desenvolvimento econômico. (Brasil, 1964, p.16).

Essa abertura à entrada de investimentos reforça a relação de dependência do Brasil com o capital internacional. Conforme aponta Rodrigues (2017), a inserção no circuito financeiro mundial foi facilitada por instrumentos como a Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN) e as Letras do Tesouro Nacional (LTNs). Esses mecanismos, juntamente com alterações legislativas como a Lei nº 4.390 de 1964, incentivaram o endividamento externo do Brasil, aproveitando um contexto de liquidez no mercado financeiro internacional.

A Lei nº 4.390 de 1964 modifica a Lei nº 4.131 de 1962 (Lei de Remessas de Lucros), removendo os artigos restritivos da lei de remessas de lucros, como a limitação de 10% da remessa de lucro do capital estrangeiro investido. Em seu lugar, a lei garante aos investidores externos o retorno dos lucros para as matrizes. Assim, foi estabelecida uma relação mais direta e simplificada entre as multinacionais e suas filiais instaladas no país. Este arcabouço institucional revelava as explícitas vantagens concedidas ao capital internacional.

Nessa mesma linha, a Instrução 289 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) permitia a contratação direta de empréstimos externos entre empresas estrangeiras e nacionais, principalmente associadas. As Resoluções 63 e 64, de agosto de 1967, por sua vez, possibilitavam a obtenção de empréstimos em moeda estrangeira pelos bancos comerciais, bancos privados de investimento e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), para repassar às empresas no Brasil,

tanto para financiamento de capital fixo quanto de giro. Embora a Resolução nº 63 buscasse equilibrar o acesso de empresas estrangeiras e nacionais aos recursos no mercado externo, este mecanismo resultou na associação mais forte entre o sistema nacional e internacional (Rodrigues, 2017; Batista, 2018).

Por conseguinte, entre 1967 e 1973, o Brasil testemunhou uma significativa entrada de recursos externos impulsionada pelas iniciativas legislativas como a Lei 4.131, bem como pelas Resoluções 63 e 64 e a Instrução 289. Essas medidas facilitaram empréstimos estrangeiros, levando a um notável aumento dos ingressos de capital no país, sendo predominantemente de origem estadunidense. A magnitude desses fluxos durante o período 1968/73 destacou-se, sendo quase 100 vezes superior aos do imediato pós-guerra (1947/52) e aproximadamente sete vezes superior aos do período 1961/67 (Rodrigues, 2017).

Essa conexão com o capital internacional teve implicações significativas no que concerne ao expressivo aumento da dívida externa e um considerável acréscimo nas reservas internacionais. As reservas internacionais atingiram a marca de US$ 6.339 milhões em 1973, um aumento de US$ 2.156 milhões em relação a dezembro de 1972. No entanto, esse crescimento das reservas estava intrinsecamente ligado ao aumento da dívida externa, que, entre 1969 e 1985 cresceu de US$ 4.379 milhões para US$ 105.125 milhões.

A discrepância entre as taxas de juros domésticas e as do cenário internacional acarretou em perdas financeiras anuais consideráveis para o Brasil, avaliadas entre US$ 60 milhões e US$ 100 milhões, repercutindo diretamente na escalada inflacionária. Paralelamente, o agravamento da dívida externa levou ao favorecimento do pagamento da dívida em detrimento dos gastos do Estado com outros serviços, restringindo a capacidade

de investimento em serviços públicos, como saúde e educação.

Durante esse período, o Brasil destacou-se como um dos maiores tomadores de fundos no mercado internacional, superando tradicionais mutuários como Israel, África do Sul, México e Argentina. Assim, em que pese a taxa do PIB chegar a 8,6%, o endividamento externo crescia a uma taxa anual de 22%, passando de US$ 3.281 milhões para US$ 12.882 milhões. Em contrapartida, em 1972, os recursos destinados ao pagamento do serviço da dívida somaram US$ 2,3 bilhões, aumentando para US$ 2,79 bilhões no ano seguinte (Rodrigues, 2017).

Em paralelo ao crescente aumento da dívida externa, ocorreu um aumento da dívida pública interna, já que

> Havendo o Estado atuado na condição de avalista de tais transações, principalmente por meio das estatais, o governo ditatorial, com a mudança no ambiente da economia internacional a partir de meados de 1970, que se manifestou no fim da liquidez no sistema financeiro internacional, acabaria por estatizar as dívidas dos grupos privados, em meio a uma cínica grita do empresariado paulista contra a "estatização excessiva da economia brasileira". (Brasil, 2014, p. 328).

A dinâmica dessa expansão teve um impacto direto no comprometimento dos recursos do governo federal, que, por meio das reformas do PAEG, teve um substancial aumento em seu poder arrecadatório. Entretanto, a destinação expressiva de recursos para a remuneração dos títulos públicos tornou-se uma realidade incontornável. Os gastos com o pagamento dos juros desses títulos absorveram grande parte das despesas da União, conforme demonstra a tabela 1.

Tabela 1

Despesas da União Segundo os Setores (em % total)

SETORES	1965	1967	1969
I. Governo e Administração	13,3	7,2	6,8
II. Agricultura e Recursos Naturais	2,9	3,0	1,7
III. Energia	4,3	2,0	2,3
IV. Transportes e Comunicações	24,0	19,9	17,6
V. Indústria e Comércio	3,4	6,4	1,4
VI. Educação	5,1	3,8	3,8
VII. Habitação e Serviços Urbanos	0,2	0,1	0,2
VIII. Saúde e Saneamento	5,0	7,3	6,9
IX. Trabalho, Prev. e Assistência	27,3	28,8	28,9
X. Defesa e Segurança Pública	10,9	11,4	8,7
XI. Trans. A Estado e Municípios	2,7	8,8	5,4
Dívida Pública	0,9	1,3	16,3
TOTAL GERAL	100	100	100

Fonte: IPES/INPES e FGV/CEF. In: Silva (1974, p.63).

Observados os dados da tabela, nota-se que as despesas da União destinada ao pagamento da dívida pública aumentaram substancialmente, saindo do número de 0,9% em 1965 para 16,3% em 1969. Deste modo, as diretrizes implementadas pelo PAEG delinearam um panorama favorável para as empresas multinacionais estabelecidas no território brasileiro, promovendo a facilitação da remessa de lucros ao exterior, a intermediação financeira nos empréstimos matriz-filial e o aumento do acesso aos recursos disponíveis no mercado financeiro internacional devido, também, à expansão do Euromercado. Paralelamente, tais medidas também incentivaram os bancos locais a angariar diretamente recursos no mercado internacional e redistribuí-los internamente, "dessa maneira, foram satisfeitos os interesses das empresas multinacionais tanto em seus investimentos produtivos quanto em seus investimentos financeiros no país" (Rodrigues, 2017, p. 71).

Essas medidas levaram a multiplicação do número de bancos de investimento e de conglomerados industrial-financeiros, que, além de possibilitar o acesso mais vantajoso de créditos às grandes empresas, também possibilitou a absorção de empresas menores, impulsionando a constituição de monopólios econômicos e a dominação do mercado. A título de exemplo,

> Uma das principais articulações envolveu a constituição do Banco Brascan, organizado em torno do Banco Brascan de Investimentos, que controlava companhias de eletricidade (São Paulo Light e Rio Light), uma companhia financeira (Crédito, Financiamento e Investimentos – Crefinan), diversas firmas industriais (Fábrica Peixe – Indústrias Alimentícias Carlos de Brito S.A., Cervejarias Reunidas Skol Caracu S.A. e Fábrica Nacional de Vagões), firmas de serviços (Brasnac Corretora de Seguros, Brink's S. A. Transportes de Valores, Gávea Hotelaria

> e Turismo S.A.) e firmas de mineração (Itacobe Minério, Itajubá Minérios, Itanembe Minérios etc.). (Brasil, 2014, p.324).

Assim, além de favorecer ramos da economia mais internacionalizados, o Estado brasileiro, durante a ditadura militar, também favoreceu a grupos específicos de multinacionais e associados. No entanto, em diversas áreas da economia, conglomerados empresariais nacionais se consolidaram por meio do amparo estatal ao protecionismo. Contudo, pôde-se verificar que, tal prática não configurava-se enquanto antagônica aos interesses do capital internacional uma vez que estas empresas nacionais, em boa parte, correspondiam ao setor da infraestrutura, área da economia brasileira que carecia de desenvolvimento para propiciar a circulação de capital e instalação de multinacionais no país. Um exemplo notável ocorreu no setor da construção civil, com a formação de grupos como Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Mendes Júnior e Odebrecht. Na indústria pesada –que abrange siderurgia, metalurgia, cimento entre outros– destacam-se líderes como Gerdau, Votorantim e Villares. Já no setor bancário, figuras proeminentes incluem Moreira Salles, Bradesco e Itaú (Rodrigues, 2017).

Em suma, o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) não apenas incentivou a entrada de capitais estrangeiros, mas também promoveu mudanças estruturais na economia brasileira. O programa instituiu uma dinâmica econômica que favorecia a acumulação de capital, frequentemente em detrimento dos interesses e das condições necessárias à reprodução social da classe trabalhora. Nesse contexto, o endividamento externo e a liberalização das relações com o mercado financeiro global emergiram como pilares dessa fase, influenciando decisivamente o curso econômico do país.

A política econômica adotada pelo regime ditatorial brasileiro solidificou uma relação desigual com o sistema financeiro internacional ao passo que também reforçou as desigualdades regionais e de classe internas. Essa assimetria se manifestou em uma dependência que restringiu a autonomia nacional frente às dinâmicas de poder global, enfatizando a vulnerabilidade do Brasil às flutuações e exigências do mercado internacional. Além disso, o modelo econômico adotado intensificou o poder e a presença de grandes conglomerados internacionais no tecido econômico do país, reconfigurando a distribuição de poder econômico e acentuando a subordinação de interesses nacionais aos imperativos de corporações estrangeiras.

Essa trajetória delineou um panorama onde a influência externa na economia brasileira não se limitava ao âmbito financeiro, mas também permeava decisões estratégicas em setores chave, afetando a capacidade de o país traçar um caminho de desenvolvimento autônomo. O legado desse período é complexo, com reflexos que persistem nas dinâmicas econômicas e sociais contemporâneas do Brasil.

Considerações finais

Após análise dos documentos do período e do *corpus* de literatura científica pertinente, esta pesquisa culmina com constatações relevantes sobre a problemática em foco. As conclusões alcançadas, entretanto, estão longe de serem definitivas. Elas representam, na verdade, um convite à novas pesquisas sobre a temática e ao levantamento de novas questões, promovendo, assim, a continuidade do dialogo acadêmico e expandindo o conhecimento no campo em discussão.

A reorientação da acumulação capitalista impulsionada pela fase imperialista de exportação de capitais exacerbou a dependência externa e promoveu mudanças profundas em múltiplas esferas da sociedade brasileira. Por conseguinte, a rearticulação da burguesia dentro do aparelho estatal culminou no golpe de 1964, que se revelou muito mais do que uma simples mudança de regime político. Este episódio histórico refletiu a complexidade das relações internacionais, marcada pela disputa por áreas de influência durante a Guerra Fria e pelas exigências da nova fase do capital transnacional.

Dentre desse quadro mundial, o Estado brasileiro desempenhou um papel estratégico na criação de condições favoráveis ao estabelecimento de relações marcadas pelo imperialismo e sua reprodução no país, permitindo que a burguesia interna se incorporasse ao crescimento do capitalismo monopolista. Neste sentido, políticas econômicas promovidas pelo Estado facilitaram a concentração de renda e disponibilizaram a propriedade pública para privatização pelas multinacionais e pelas elites nacionais abastadas, em um processo que se iniciou com Juscelino Kubitschek e o Plano de Metas e se intensificou durante os governos militares.

No período pós-Segunda Guerra, o Brasil representava um terreno fértil para os Investimentos Diretos Estrangeiros (IDEs), atraídos pelo vasto mercado interno, pela concentração de renda, pelos baixos salários e pelos abundantes recursos naturais. No entanto, para que o país se tornasse plenamente receptivo aos investimentos estrangeiros, mudanças internas eram imperativas. Tais mudanças incluíam reformas institucionais e uma rearticulação da burguesia interna, que visavam a contenção de movimentos nacionalistas e o redirecionamento da economia para atender às demandas das multinacionais.

Assim, o Estado brasileiro implementa uma série de políticas que buscavam criar as condições necessárias para o capital internacional, impulsionando o processo de industrialização no país. Entretanto, em que pese o capital estrangeiro e o processo de industrialização ter assistido uma expansão no Brasil a partir da década de 50, o desenvolvimento do capitalismo no país não rompeu com as estruturas produtivas e sociais do passado. Ao contrário, o que ocorreu foi uma adaptação das antigas formas para atender às exigências do novo contexto econômico.

Esse processo de expansão do capitalismo monopolista enfrentou um momento de crise na década de 1960, tendo seu ápice durante o governo de João Goulart, cujas políticas desafiaram o *status quo* do imperialismo, causando descontentamento tanto ao capital estrangeiro quanto à burguesia interna. A reação a essas políticas não tardou; os Estados Unidos, por meio da Aliança para o Progresso, forneceram apoio financeiro a governos estaduais oposicionistas, indicando a crescente influência externa no quadro político brasileiro. A convergência de interesses entre a burguesia interna e externa fortaleceu os setores reacionários e preparou o terreno para o golpe.

Dessa maneira, a década de 1960 foi marcada por desafios econômicos que expuseram as fragilidades do modelo populista e evidenciaram a necessidade de uma reformulação institucional que atendesse ao novo padrão de acumulação de capital. A crise política e econômica que se instalou realçou a incapacidade do Estado de gerir as tensões sociais e econômicas emergentes, criando um terreno propício para execução do golpe civil-militar.

A crescente polarização e as dificuldades da acumulação capitalista levaram a um realinhamento da burguesia, que

gradualmente retirou seu apoio ao governo Goulart, aproximando-se dos setores mais conservadores. O investimento estrangeiro, que se intensificara desde 1955, particularmente no setor industrial, e a influência política exercida por entidades como o IPES e o IBAD, foram determinantes para o abandono do projeto nacionalista por parte da burguesia industrial. Este realinhamento foi corroborado por uma campanha anticomunista que ganhou força entre a classe média, que via nas reivindicações operárias as causas do aumento do custo de vida, culminando na mobilização de massas em manifestações anticomunistas, como as "Marchas da família com Deus pela liberdade".

O golpe de 1964, portanto, foi o ápice de uma aliança entre setores civis e militares, com a influência decisiva do empresariado, que posteriormente ocupou posições estratégicas no Estado ditatorial, orientando políticas alinhadas aos interesses do grande capital. Este evento representou uma mudança fundamental no Estado, reformulando a estrutura socioeconômica do Brasil e enquadrando-a no contexto da reestruturação capitalista global. A ditadura militar agiu decisivamente para integrar o Brasil na nova ordem capitalista mundial, marcada pela consolidação do capital monopolista e pelo combate às tendências nacionalistas e trabalhistas que ameaçavam os interesses das multinacionais e da burguesia associada.

Por conseguinte, o golpe de 1964, sob a justificativa de restaurar a ordem e promover o progresso social, constituiu uma ruptura que violou a Constituição de 1946 e estabeleceu um novo marco jurídico-político, rearticulando o aparelho estatal para servir às exigências de uma política econômica centrada no capital. A nova administração estatal, fortemente influenciada pelos interesses empresariais, consolidou uma sistemática de

governança econômica que privilegiava a acumulação de capital e a repressão de movimentos sociais e políticos.

Durante o regime militar-civil, instituições como o IPES continuaram a operar, não apenas como espaços de coleta de informações, mas também como centros de influência que definiam as políticas estatais. Os membros do IPES ocuparam cargos importantes no governo, garantindo que as diretrizes econômicas e políticas refletissem os interesses dos círculos empresariais e militares. Essa interconexão entre o poder empresarial e o Estado revela uma manifestação do imperialismo na qual a integração e a concentração de interesses bancários e industriais foram promovidas, consolidando o capitalismo monopolista.

Essa estratégia de aliança entre representantes do grande capital e o aparato militar foi essencial para a manutenção do programa político-econômico desejado pelos setores dominantes. O controle sobre a classe trabalhadora e a neutralização de empresários que se opunham ao regime foram conseguidos por meio da subalternização destes no processo de articulação estatal, ao passo que se privilegiava os representantes alinhados ao IPES/IBAD.

Deste modo, o golpe civil-militar de 1964 e a subsequente ditadura no Brasil não representaram apenas uma mudança política, mas foram também um marco na redefinição do desenvolvimento econômico e na inserção do Brasil no sistema capitalista internacional. O controle do Estado pela burguesia interna, aliado aos interesses imperialistas, principalmente dos EUA, desencadeou uma nova fase de acumulação capitalista no país, moldada pelas exigências de uma ordem global marcada pela expansão da exportação de capitais, na qual medidas legis-

lativas como a Lei 4.131, as Resoluções 63 e 64 e a Instrução 289 atuaram como a manifestação institucional desse novo padrão que se instaurava, facilitando a circulação do capital estrangeiro no país, sem as limitações de caráter protecionista impostas em governos anteriores.

Estes benefícios concedidos tanto às multinacionais quanto ao capital especulativo, que, legalmente, representavam uma garantia de livre exercício de atividade econômica em solo nacional, resultaram num aumento direto de influência política, social e ideológica, tendo estas, passado a atuar de maneira decisiva nos rumos da vida da população.

Conclui-se, assim, que a instauração da ditadura militar no Brasil representou a institucionalização de um regime que, além de majoritariamente repressivo, redefiniu o curso econômico do país e sua inserção na divisão internacional do trabalho. Com o golpe de 1964, a burguesia brasileira assegurou o controle total do Estado, direcionando o país para uma acumulação capitalista em ritmo acelerado e sintonizada com as exigências do imperialismo, notadamente do estadunidense. Este processo resultou em uma profunda reconfiguração da sociedade brasileira, de modo a aprofundar a dependência da nação brasileira aos interesses dos grupos econômicos estrangeiros, podendo suas consequências ser sentidas até os dias atuais.

Referências bibliográficas

Almeida, J. R.M. de. (2009). Globalização: a retórica do velho imperialismo - (uma abordagem do imperialismo dos séculos XX/XXI). Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Almeida, J. R.M. de. (2017).*América Latina: transnacionalização e lutas sociais no alvorecer do século XXI – da luta armada como política (o caso EZLN)*. 2a Edição. Vitória da Conquista: Edições UESB.

Arantes, J. (2021). *Revisitando os anos 1960: o Imperialismo dos EUA, a Guerra Fria e a implantação da Ditadura no Brasil*. Digital Simonsen. 15ª ed. Rio de Janeiro, p. 30-41.

Assis, D. (2001). *Propaganda e cinema a serviço do golpe, 1962-1964*. Rio de Janeiro: MAUAD, p.19-48.

Batista, F. (2018). Crise do capital e reordenamento político-econômico: o fim de Bretton Woods e o esgotamento do "milagre" brasileiro. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2018.

BRASIL. (2014). Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Brasília, v. 2, p.314-338.

_____. Ato Institucional nº 1, de 9 abril 1964. Disponível em: ://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm>. Acesso em: 02 nov. 2023.

_____. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm>. Acesso em: 02 nov. 2023.

_____. Lei nº 4.131, de 03 de setembro de 1962. Brasília: Senado Federal, 1962. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4131-3-setembro-1962-353921-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=Disciplina%20a%20aplica%C3%A7%C3%A3o%20do%20capital,do%20%C2%A7%202%C2%BA%20do%20art.>. Acesso em: 14 de set. 2023.

_____. Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. Brasília: Senado Federal, 1964. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4595.htm>. Acesso em: 14 de set. 2023.

_____. Lei nº 4.390, de 29 de agosto de 1964. Brasília: Senado Federal, 1964. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4390.htm>. Acesso em: 14 de set. 2023.

_____. Presidência da República. PAEG - Programa de Ação Econômica do Governo 1964-1966. Documentos EPEA - no 1. Rio de Janeiro: 1964.

Coggiola, O. (2001). *Governos militares na América Latina*. São Paulo: Contexto.

Dreifuss, R. (1981). *A Conquista do Estado: ação política, Poder e Golpe de classe*. 3º ed. Petrópolis: Vozes, p.361-479.

Fidelis, T. K. dos S.; Beltrao, G. (2022). "Golpes e ditaduras latino-americanas no século XX: análises a partir da teoria marxista da dependência". *Germinal: marxismo e educação em debate*, *[S. l.]*, v. 14, n. 1, p. 192–219.

Ianni, O. (1988).*Imperialismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (2019). *A ditadura do grande capital*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular.

Lenin, V. I. (2011). *O Imperialismo: etapa superior do capitalismo*. Campinas: FE/Unicamp.

Löwy, M. y Sader, E. (1979). "A militarização do Estado na América Latina". In: Padis, Pedro Calil (org.). *América Latina: cinquenta anos de industrialização*. São Paulo: Hucitec, p.59-88.

Maciel, D. (2014). "Ditadura militar e capital monopolista: estruturação, dinâmica e legado". *Lutas Sociais*, v. 18, n. 32, p. 64-78.

Marini, R. M. (2012). *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular.

Moraes, J. Q. de. (2001). *Liberalismo e ditadura no Cone Sul*. Campinas: Unicamp.

Muratt, B. S. (2021). "Imperialismo na América Latina: o papel das burguesias e as consequências para o Brasil". Revista Fim do Mundo, n. 6, p. 181-205.

Netto, J. P. (2016). *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)*. Cortez Editora.

Palhares y Cícero. (2020). "Imperialismo, Relações Interamericanas e o Golpe de Estado no Brasil (1964): conexões e particularidades". In: Mendonça, F [et. al]. *Crises e Transformações da Política Internacional no século XXI: cinco anos de pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (PPGRI-UFU)*. Curitiba: CRV, p. 169-186.

Presidência da república. A Revolução de 31 de março. Brasília, 11 de abril de 1964. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos/1964-1/01.pdf/view>. Último acesso em 02 de novembro de 2023.

Rodrigues, C. H. L. (2017). Imperialismo e empresa estatal no capitalismo dependente brasileiro (1956-1998). 2017. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Silva, C. L. (2016). "Consenso e coerção na Ditadura". In: Silva, C. L. y Calil, G. G. y Both, M. A. *Ditaduras Transição e Democracia: estudos sobre a dominação burguesa no Brasil contemporâneo*. Porto Alegre: FCM Editora, p.43- 63.

Silva, F. R. da, et al. *Aspectos da participação do governo na economia*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1976, p.61-68.

Souza, F. A. S. (2016). "O golpe civil-militar de 1964: relações com o imperialismo norte-americano". *Revista Urutágua*, nº 33, p.116-131.

Spohr, M. (2011)."A relação empresarial-militar entre Brasil e Estados Unidos no golpe de 1964". *Militares e Política*, n. 9.

Sobre os autores

Jorge Olguín Olate. Doctor en Historia por la Universidad de Chile y Magíster y Licenciado en Historia por la Pontificia Universidad Católica de Chile. Investigador asociado REDET.

Maria Aparecida de Paula Rago. Doutora em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (2004). Professora do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, na área de História Econômico-Social do Brasil, com ênfase em História da Autocracia Burguesa Bonapartista.
Pesquisadora do HIMEPE (História, Memória e Pensamento Econômico) da PUC-SP e da ADHILAC (Associação de Historiadores Latino-Americanos e do Caribe). Autora da obra: Rago, M. A. P. (2008). *José Ermírio de Moraes: A trajetória de um empresário nacional*. Paz e Terra. Pesquisadora do projeto financiado pelo Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF), da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp): "Cia. Docas de Santos/CODESP: parceria empresa/Estado na repressão aos trabalhadores durante a Ditadura empresarial-militar (1964-1985)".
E-mail: cidadepaularago@gmail.com

Maria Goreti Juvencio Sobrinho. Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2012), mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (2003) e graduada em Ciências Políticas e

Sociais pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1991). Professora universitária e do Ensino Médio. Área de atuação: realidade socioeconômica brasileira, pensamento marxiano, pensamento social brasileiro, ciência política, sociologia e racismo. Pesquisadora do grupo NEHTIPO, Núcleo de Estudos de História: Trabalho, Ideologia e Poder, PUC/SP.
Lattes: https://lattes.cnpq.br/3339722278281980
e-mail: mgjsobrinho@gmail.com

Maria Elizabeth Cosmo Melo. É pesquisadora nas áreas História das mulheres, Violência de Estado, Literatura e ditadura, ócio e intelectualidade. Educadora popular, concentra seu trabalho docente junto a movimentos sociais, promovendo acesso ao livro, aulas de reforço e letramento para crianças, migrantes e refugiados. Licenciada em História e Pedagogia. Especialista em História, sociedade e cultura, Mestra em História Social (2021) e Doutoranda em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Faz parte do núcleo de pesquisadores da América Latina CEHAL/ADHILAC e do Observatório da violência Policial em São Paulo OVP-PUCSP e do Grupo de Pesquisa – GELD/PUCSP – Literatura e Ditadura.

Alex Bruno Feitosa Magalhães, Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Direito, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal dePernambuco, Recife - PE, 50050-060, Brasil. Período Sanduíche na Universidad de Oviedo - España. Mestre em Direitos Humanos (UFPE). Especialista em Teoria e Filosofia do Direito (PUC-Minas). Graduado em Direito (Unifavip). Integrante dos Grupos de Pesquisa: Desigualdades, Lutas Sociais e Democracia no Sul Global (UFPE) e Contem-

poraneidade, Subjetividades e Novas Epistemologias (UPE). Bolsista CAPES.

Vera Lucia Vieira. Prof. Dra. em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1998). Experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil e América Latina. Coordena o Centro de Estudos de História da América Latina (CEHAL-PUCSP.ORG) e a Plataforma Big Data - Observatório da Violência Institucional e Direitos Humanos (OVP-DH.ORG.) Pesquisas sobre os temas afetos às graves violações institucionais aos direitos humanos e abusos de legalidade, que expressam impedimentos à vigência plena da democracia. Integra a REDET - Rede Internacional de Estudos sobre Terrorismos de Estado e o Conselho da Comunidade da Comarca de São Paulo- entidade autorizada a monitorar prisões publicas existentes dentro da Comarca de SP. Livro publicado: Vieira, V. L. ett alii. *A Cia Docas de Santos/CODESP: parceria empresa na repressão aos trabalhadores durante a ditadura empresarial-militar (1964-1985)* (Ed. Paco, 2024).

Gabriela Azevedo. É doutora em Direito pela UERJ. Tem mestrado em Direito pela UERJ e pela PUC-Rio. É bacharel em Direito (UFRJ), bacharel e licenciada em História (UNIRIO). Atualmente faz pós-doutorado no Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Tem interesse em estudos urbanos, Teoria do Estado, Teoria da Reprodução Social e memória.

Adriano Amaral é doutorando em Sociologia (Universidade do Porto), mestre em História, Relações Internacionais e Cooperação, com especialização em Estudos Políticos (Universidade do

Porto), mestre em Administração, com especialização em Estudos Organizacionais (UFRGS), e bacharel em Administração (Faculdade Porto-Alegrense). São temas prioritários em sua atuação e investigação os movimentos sociais
e as lutas sociais no contexto das resistências populares e de trabalhadores, transições autoritárias, ciclos políticos, estado de exceção, estudos organizacionais e estudos críticos do desenvolvimento.

István Szilágyi es profesor emérito de la Universidad de Pécs en Hungría, Doctor de la Academia Húngara de Ciencias. Sus estudios se han centrado en los problemas de la democratización en América Latina, la Europa Meridional, la Europa del Este y el caso húngaro. Se ocupa de las cuestiones del Estado de Excepción, de la teoría de las relaciones internacionales y de geopolítica, de la modernización y de la teoría constitucional. Es autor de más de 350 ensayos en húngaro, español, portugués e inglés y de diecisiete libros. Sus obras principales son: *Chile: naturaleza de una dictadura*. Budapest (1985), *Transición y consolidación democrática en España*. Budapest (1996), *Portugal en el siglo veinte*, Budapest (2015), *Teoría de la Geopolítica*, Budapest (2018), *Estrategias de modernización y Estado de Excepción en Brasil (1955-1985)*. Pécs (2022), habiendo igualmente editado en inglés: *Transitions and Changes in Europe in the 80s and 90s.* Veszprém, (1991) y Hungary *and Europe*. Veszprém (1996) y en español *La batalla de Budapest. Historia de la insurrección húngara de 1956*, Madrid, (2006), *Política exterior y la ampliación de la Unión Europea*, Veszprém (2007), *Luchadores por la libertad. Historia de la revolución húngara de1956*. Madrid, (2016).

Alessandra Chelest é doutora em História Social pela PUC-SP. Pesquisadora associada ao CEHAL-PUC/SP e à REDET (Espanha), realiza análise das relações entre Estado e sociedade durante períodos de repressão, abordando como a violência institucional se estabelece como ferramenta de controle social e sustentação de regimes autocráticos. Sua pesquisa se baseia na estética como categoria para compreender a organização das sensibilidades sociais e o papel da dominação simbólica na manutenção do poder.

Jussaramar da Silva, Doutora em História Social pela PUC-SP, com pós-doutorado em História Social do Território pela FFP/UERJ. Integrou a equipe que investigou graves violações de direitos na Itaipu Binacional na pesquisa com financiamento do Ministério Público Federal do Brasil através do CAAF/Unifesp. Pesquisadora do Centro de Estudos de História da América Latina e Caribe (CEHAL) da PUC/SP. Membro do Comitê Executivo *Red Internacional de Estudios sobre Estados de Excepción y Terrorismo de Estado*. Membro da Rede Internacional de Processos Repressivos, Empresas, Trabalhadores e Sindicatos na América Latina (RIProR).

Jessica Nogueira Castro. É graduada en Historia (USC, 2017) e Mestrado Interuniversitario en Historia Contemporánea (USC, 2018). Na actualidade cursa o Doutorado en Historia Contemporánea. Membro do Grupo HISTAGRA. As súas liñas e investigación centradas nas prácticas represivas do réxime franquista a partir da década de 1960. O seu foco de estudo son os aparellos represivos do Estado, dende as máximas autoridades do Ministerio de Gobernación ata os axentes de a pé.

Vanessa Campos Costa. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGMLS/UESB), com graduação em História pela mesma instituição. Ao longo de sua trajetória acadêmica, atuou como bolsista do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC) entre 2020 e 2021, inicialmente como voluntária e, posteriormente, como bolsista no projeto de pesquisa Violências políticas, ditaduras e transições em perspectiva comparada: passados recentes que não passam, sob a orientação do professor Dr. José Rubens Mascarenhas de Almeida, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A pesquisa atual concentra-se nos estudos sobre a ditadura civil-militar no Brasil e a repressão aos trabalhadores.